

MARINA DE AQUINO PARREIRA XAVIER

BÚZIOS:

Estética, poder e território

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Clara Torres Ribeiro
Doutora em Sociologia / USP

Rio de Janeiro
2006

X3b

Xavier, Marina de Aquino Parreira.

Búzios : estética, poder e território / Marina de Aquino Parreira Xavier. – 2006.

243 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Ana Clara Torres Ribeiro.

Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Bibliografia: f. 235-242.

1. Sociologia urbana. 2. Identidade social. 3. Semiótica. 4. Planejamento urbano – Armação de Búzios (RJ). 5. Armação de Búzios (RJ) – Teses. I. Ribeiro, Ana Clara Torres. II. Universidade Federal

do

Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 307.76

MARINA DE AQUINO PARREIRA XAVIER

Búzios:

Estética, poder e território

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

Prof. Dra. ANA CLARA TORRES RIBEIRO – Orientadora
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dr. GLAUCO BIENENSTEIN
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFF

Prof. Dr. JORGE LUIZ BARBOSA
Departamento de Geografia - UFF

A todos os buzianos

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à generosidade pessoal e intelectual de Ana Clara Torres Ribeiro que, para mim, tornou-se um exemplo, pela dedicação à sua *praxis* e lucidez quanto a interface entre o campo acadêmico e o profissional. O incentivo e apoio dedicados a este trabalho fizeram de minha orientadora, parceira e fonte - constantemente recarregável - de estímulos intelectuais.

À professora e orientadora do meu Projeto Final de Graduação, Cristina Nacif, que foi de fundamental importância para minha escolha na área de planejamento urbano e para a minha procura pelo IPPUR.

Algumas pessoas que surgiram no meu caminho fizeram com que este se tornasse mais rico e agradável. Lembro, com grande carinho, de Neuza e Nardeli (“capitão” - *in memoriam*) capazes de fabricar momentos especiais às minhas visitas a Búzios, mesmo quando estas tinham por objetivo somente o trabalho. Permanece, até hoje a amizade de Chico Salles, iniciada durante os trabalhos do Plano Diretor de Búzios, a quem devo agradecer, principalmente ao me manter informada sobre os últimos acontecimentos buzianos. Agradeço a toda a equipe de realização do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios pela experiência compartilhada, além das muitas pessoas que participaram das discussões para elaboração deste plano, que contribuíram para ampliar meu conhecimento sobre o lugar, assim como meus questionamentos.

Ao Núcleo de Águas da FGV - Fátima Casarin, Lídia Motta e Marilene Ramos - pelo apoio à minha escolha em aprimorar meus estudos.

Aos professores Fernanda Sánchez e Glauco Bienenstein pelas valiosas contribuições efetuadas do exame de qualificação. Glauco, em extensão pelo acompanhamento durante minha formação na graduação. Lembro, também, dos colegas da disciplina Globalização e Metrópole (do curso de mestrado em arquitetura da UFF) pelo acolhimento, atenção e trocas importantes.

Ao professor Ruy Moreira, da UFF, pela disponibilidade, gentileza e generosidade intelectual que serviu para ampliar meus questionamentos e aos colegas da disciplina Epistemologia do Pensamento Geográfico.

A todos os professores do IPPUR, principalmente, Adauto Cardoso, Henri Acselrad, Hermes Tavares, Jorge Natal, Luciana Lago, Luiz César Ribeiro e Pedro Abramo. Também do IPPUR, agradeço, de modo singular, ao professor Frederico Guilherme Bandeira de Araújo pela gentileza e generosidade no trato acadêmico e pessoal.

À toda a turma do IPPUR do ano de 2004, com a qual dividi momentos de felicidade, angústia, noites de leituras e profícuos debates interdisciplinares: Aglaé, Alice, Aline, Beatriz, Breno, Cida, Daniele, Gabriel, Miriam, Régis, Rodolfo e Simone. Cada um, a seu modo, teve sua importância durante o curso. Agradeço, em especial, ao Cláudio pelo apoio durante a 'mudança' para o *núcleo duro* e na minha adaptação no novo espaço e, às amigas Cristiane, Dora e Juliana pela rica interlocução e companheirismo na ocasião da disciplina Identidade e Território. Desta turma guardo somente boas lembranças e grande afeto, em particular à Dora pela cumplicidade e afinidades extras descobertas durante as travessias e aventuras ocorridas na ponte Rio-Niterói.

À todos da secretaria do IPPUR, sempre prestativos e de trato agradabilíssimo para comigo, em especial à Maria José, Verinha, Zuleika (Zu), Bel e Josemar. À equipe da biblioteca, reconhecendo sobretudo, Ana Lúcia, Cátia e Luiza.

Agradeço, sobremaneira, à CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

À todos meus amigos (uma lista interminável) que compreenderam minha constante ausência nas suas vidas durante esses dois anos de dedicação intensa aos estudos.

A minha família foi, sem dúvida, o meu sustentáculo nesta aventura do conhecimento. À Beth pelo apoio logístico e atenção especial. Às famílias Brito e Caldas - extensivo à família Montes - pela adoção mútua e enorme carinho. Ao meu tio Babadi e ao meu pai (Zé de Aquino), apesar da distância física que os próprios estudos me forçaram a ter, agradeço a torcida e incentivo.

Agradeço com enorme amor à minha mãe (Zeza), eterna incentivadora, companheira para todas as horas, com quem pude dividir experiências intelectuais e pessoais e compartilhar a batalha da vida.

Mais do que um agradecimento, manifesto a minha admiração ao cúmplice de minha vida, sabedor e parceiro de meus desejos e planos, o homem que escolhi. Guilherme soube fazer-me sentir realizada, completando minha satisfação nos outros aspectos do meu ser, pela simples essência e profundo amor que carrega dentro de si.

RESUMO

Este trabalho desenvolve uma releitura acerca do processo de construção social da imagem da cidade de Armação dos Búzios, entre 1964 e 2005, e pretende estabelecer uma re-interpretação crítica da comercialização da cidade. A análise identifica os elos entre o simbólico e o material em convergência à produção e permanente renovação de imagens-síntese orientadas para o controle da vida social do lugar. O presente estudo procura recuperar os vínculos entre cultura, economia, comunicação e planejamento que deram sustentação ao projeto de modernização e sua rápida implementação na cidade. Mediante um olhar interdisciplinar, este trabalho pretende refletir sobre os processos excludentes, de omissão, inserção e seleção de espaços, e contribuir para a construção de um novo ângulo para iluminar o objeto.

ABSTRACT

This work develops a re-interpretation about the social process responsible for the construction of the city image in Armação dos Búzios. The studies were confined to the period between 1964 and 2005, and is intended to stablish a critical review about the particular practices of marketing of the city. The analisis identifies the links between the symbolic and the material, converging to the production and permanent renewing of sinthesis-images which are intended to control the place's social life. This studies try to recover the links between culture, economy, comunication and planning which support the modernization projects and their fast consequences to the city. Through an interdisciplinary look, this work intends to expose considerations about excluding processes of omission, selection and insertion of spaces, and contributes to build a new angle to enlight the referred object.

Lista de Gráficos

Gráfico 01	Distribuição da população por região do Estado do Rio de Janeiro (2004)	Pg. 29
Gráfico 02	Distribuição da população entre os municípios da Região das Baixadas Litorâneas (2004)	Pg. 30
Gráfico 03	Crescimento Demográfico de Armação dos Búzios (1950 a 2004)	Pg. 31
Gráfico 04	Migração anual média (períodos de 5 anos - de 1998 a 2000)	Pg. 33
Gráfico 05	Taxa de Crescimento Demográfico: Armação dos Búzios, Região das Baixadas Litorâneas, Região Metropolitana, Estado do Rio de Janeiro e Capital do Rio de Janeiro (1940 a 2000)	Pg. 37
Gráfico 06	Taxa Acumulada de Crescimento Demográfico: Armação dos Búzios, Região das Baixadas Litorâneas, Região Metropolitana, Estado do Rio de Janeiro e Capital do Rio de Janeiro (1940 a 2000)	Pg. 38
Gráfico 07	Taxa de Crescimento da Densidade Demográfica: Armação dos Búzios, Região das Baixadas Litorâneas, Região Metropolitana, Estado do Rio de Janeiro e Capital do Rio de Janeiro (1940 a 2000).	Pg. 39
Gráfico 08	Variação das parcelas de participação no turismo receptivo internacional (1994 a 2003)	Pg. 41
Gráfico 09	Evolução das escalas de transatlânticos em Armação dos Búzios (1997 a 2002)	Pg. 44
Gráfico 10	Parcelas de empregados no turismo em relação ao número total de empregados - Armação dos Búzios, 2001	Pg. 78
Gráfico 11	Composição do PIB de Armação dos Búzios por atividades (2002)	Pg. 80
Gráfico 12	Variação do Índice Gini em Armação dos Búzios (1991-2000)	Pg. 87
Gráfico 13	Evolução dos Royalties e Participações Especiais aos municípios da Bacia de Campos (1998 a 2002)	Pg. 197
Gráfico 14	Composição da receita corrente da administração pública de Armação dos Búzios (1998 a 2003)	Pg. 198

Lista de Mapas

Mapa 01	Mapa da divisão regional do Estado do Rio de Janeiro - Microrregiões geográficas	Pg. 27
Mapa 02	Mapa de localização da Região das Baixadas Litorâneas / Localização de Armação dos Búzios / Divisão interna de bairros.	Pg. 28
Mapa 03	Mapa da divisão do Estado do Rio de Janeiro em Regiões Turísticas (Turisrio) / Localização da Região Turística Costa do Sol	Pg. 117
Mapa 04	Localização dos novos projetos para intervenção urbana elaborados pela prefeitura de Armação dos Búzios (2005)	Pg. 169
Mapa 05	Mapa de desmembramentos municipais por períodos históricos - Estado do Rio de Janeiro (1950 a 1995)	Pg. 191
Mapa 06	Cenário de referência: Diversificação econômica e valorização ambiental	Pg. 211

Lista de Figuras

Figura 01	Síntese esquemática da evolução da ocupação e remanejamentos de grupos sociais em Búzios (décadas de 60 a 90)	Pg. 82
Figura 02	“Projeto: cidade irmãs”: vínculo comparativo à Saint-Tropez - busca de valores positivos - continuidade da produção de cidade atraente	Pg. 122
Figura 03	Encontro de turistas com imagens pré-conhecidas através dos roteiros de viagem	Pg. 126
Figura 04	Representações cartográficas e artísticas da “Península dos Búzios”, seus pontos turísticos e ênfases nas áreas mais adensadas e valorizadas	Pg. 130
Figura 05	Configuração territorial - porção continental e porção peninsular e localização do Pórtico de Búzios	Pg. 159
Figura 06	Publicidade com o percurso da Via Azul	Pg. 171
Figura 07	Seleção do <i>O Perú Molhado</i> com imagens da campanha do próprio jornal pela emancipação de Búzios	Pg. 194
Figura 08	Esquema da metodologia de construção de cenários utilizada para o Plano Diretor de Armação dos Búzios	Pg. 212

Lista de Quadros

- Quadro 01 Cronologia do processo de modernização em Armação dos Búzios - 1950/2005 Pg. 52-54
- Quadro 02 Imagens-síntese e correspondentes períodos históricos inaugurais (1964 a 2004) Pg. 100

Lista de Tabelas

- Tabela 01 Taxa de crescimento da população residente - Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana, capital do Rio de Janeiro e Região das Baixadas Litorâneas - (1940 a 2000). Pg. 32
- Tabela 02 Residentes migrantes segundo anos de moradia, município de Armação dos Búzios (2000)* Pg. 33
- Tabela 03 Moradores do município de Armação dos Búzios segundo Local de Residência em 31 de julho de 1995 (2000)* Pg. 35
- Tabela 04 Principais cidades visitadas pelo turista estrangeiro (1994 a 2003) Pg. 41
- Tabela 05 Área total: Armação dos Búzios, Região das Baixadas Litorâneas e Estado do Rio de Janeiro - 2000 Pg. 42
- Tabela 06 Histórico das escalas de transatlânticos em Armação dos Búzios (1997 a 2002) Pg. 44
- Tabela 07 Número de estabelecimentos hoteleiros dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (2002) Pg. 79
- Tabela 08 Desigualdade de renda apropriada por estratos de população - Índice Gini de Armação dos Búzios (1991/2000) Pg. 87

Lista de Fotos

- Foto 01 Brigitte Bardot e Bob Zagury em Búzios (janeiro de 1964) Pg. 61
- Foto 02 Empreendimento *Nas Rocas Islands Hotel*, implantada na ilha Rasa Pg. 69
- Foto 03 Vista aérea (situação) da Ilha Rasa com o *Nas Rocas Islands Hotel* e parte do loteamento Marina Porto Búzios Pg. 70
- Foto 04 Abertura dos canais para embarcações do loteamento Marina Porto Búzios (janeiro de 82) Pg. 71
- Foto 05 Vista aérea dos canais do loteamento Marina Porto Búzios Pg. 71

Foto 06	Estátua de Brigitte Bardot em tamanho natural instalada na Orla Bardot	Pg. 111
Foto 07	Estátua dos três pescadores instalada na Armação	Pg. 111
Foto 08	Estátua do negro que segura criança, localizada na Rasa	Pg. 112
Foto 09	Estátua de vela estilizada, localizada no trevo do Pórtico de Búzios	Pg. 114
Foto 10	Placa indicativa do Projeto Caminhos Geológicos: Armação dos Búzios, o Himalaia brasileiro, instalada no acesso principal à cidade	Pg. 119
Foto 11	Encontro de turistas com a estátua de Brigitte Bardot (formação de fila para tirar foto)	Pg. 126
Foto 12	Casas de pescadores e Igreja de Sant'Ana na praia dos Ossos	Pg. 138
Foto 13	Antigo escritório da fazenda Campos Novos	Pg. 138
Foto 14	Pórtico de Búzios, enquadrado nas adaptações formadoras do " <i>Estilo Búzios</i> " de construção	Pg. 140
Foto 15	Vista da porção continental, aproximadamente 82% do território de Búzios	Pg. 164
Foto 16	Foto aérea da porção peninsular, aproximadamente 18% do território de Búzios	Pg. 165
Foto 17	Campanha para emancipação de Armação dos Búzios (mídia impressa)	Pg. 195

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1.1 Problemática	16
1.2 Búzios: notas para conhecimento de Armação dos Búzios	24
Sobre a origem:	24
Características importantes	26
CAPÍTULO I A MODERNIZAÇÃO DE BÚZIOS: A RETÓRICA DA IDENTIDADE 47	
1.1 Condições prévias: a preparação da cidade	56
1.2 Representações apropriadas e difundidas pelos meios de comunicação: a construção da imagem externa.....	60
1.3 De Aldeia a Balneário: mudanças estruturais	63
1.3.1 A turistificação do lugar.....	64
1.3.2 Implementos do meio técnico (infra-estrutura).....	66
1.3.3 Consolidação da internacionalização da cidade	67
1.3.4 Expansão do porte dos empreendimentos	68
1.3.5 Formação dos meios locais de comunicação	74
1.4 A (des) apropriação de Búzios: em direção às hipóteses	75
1.4.1 Exclusão de memórias e práticas sociais; ampliação da desigualdade	80
1.4.2 O projeto de apropriação e uso do solo urbano: a transnacionalização do território	88
CAPÍTULO 2 A RE-INVENÇÃO DA CIDADE: ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DO LUGAR	95
2.1 A produção da imagem de Búzios: reduções e formação da ideologia local	96
2.1.1 Re-invenção da história	103
a. A história seletiva: apropriação para a produção física e simbólica do lugar	105
b. Símbolos e Estátuas: a cristalização seletiva da história.....	108
2.1.2 Apropriação de valores positivos atuais.....	115
2.2 Direcionamentos do olhar	122
2.2.1 Seleção fotográfica e venda da paisagem: a orientação do olhar.....	123
2.2.2 Representações iconográficas e roteiros turísticos: orientação do ocultamento.....	127
2.2.3 Publicidade: a fusão da cidade-produto ao produto na cidade	130
CAPÍTULO 3 ESTÉTICA, ESTILO E MATERIALIDADE	134
3.1 “Estilo Búzios”, a estética na marca da cidade	135
3.1.1 Outros sentidos atribuídos ao “ <i>Estilo Búzios</i> ”	149

3.2	Fragmentação espacial: condições, estratégias e conseqüências do projeto de cidade	155
3.2.1	A dialética península-continente.....	157
3.3	O urbanismo: um agente reestruturador da vida social.....	167
3.3.1	O efeito centro e a recomposição estética da imagem urbana.....	173
3.3.2	Espaço urbano e fronteiras sócio-espaciais: o público e privado	174
CAPÍTULO 4 RACIONALIDADE ESTRATÉGICA		180
4.1	Empresariamento e espetacularização da cidade	184
4.2	Estímulos à instalação da racionalidade empresarial	188
4.2.1	Autonomia político-administrativa	189
4.2.2	Aumento e apropriação de recursos econômicos: os royalties de petróleo	196
4.3	O Planejamento urbano-empresarial	199
4.3.1	Como foi possível a institucionalização do Planejamento Estratégico em Búzios?	200
4.3.2	Plano Diretor: a retórica da sustentabilidade	203
a.	A causalidade teleológica: “Cenários de Desenvolvimento”	208
b.	Objetivo central: município empreendedor	213
c.	Estratégia territorial e perspectiva da eficiência	215
d.	Patrimônio e sustentabilidade.....	218
CONCLUSÕES		220
REFERÊNCIAS.....		235
ANEXO		243

INTRODUÇÃO

1.1 Problemática

O presente trabalho constitui-se em um esforço para o entendimento da **produção social de imagens** referentes ao município de Armação dos Búzios, e pretende estabelecer uma re-interpretação crítica da comercialização da cidade, tanto no plano local, quanto nacional e internacional. Essa imagem, fabricada, emerge de várias maneiras: povoando o imaginário de atores sociais, no espaço físico, nos meios de comunicação e nos discursos políticos.

Grife Búzios /Búzios é marca
Búzios, cidade cosmopolita, multicultural
Búzios: balneário sofisticado
Búzios -qualidade
Búzios: O “Himalaia Brasileiro”
Búzios: pequena Babel
Búzios: turismo de qualidade
Búzios: “cidade do sol”
Cidade dos amores (im) possíveis
Búzios: “Saint Tropez do Brasil”ou “Cotê D’Azur brasileira”
Búzios: Aldeia Global
Búzios: paraíso natural
Búzios, cidade-qualidade de vida

Essas são algumas das imagens sintéticas identificadas, reconhecidas e veiculadas de forma transescalar, expressas em slogans publicitários para a venda promocional da cidade-mercadoria.

A atribuição de amplo valor simbólico à cidade remete-nos à construção do mito *BÚZIOS*¹, noção adotada no reconhecimento de que o significante *Búzios* já

¹ Reconhecemos por *mito Búzios* a construção ideológica da compreensão sobre a cidade de Armação dos Búzios, ou seja, o conjunto constituído por vários relatos (tornados míticos) referentes a fatos e invenções formadores de sentidos associados ao lugar. Nas sociedades pré-modernas, o mito não tem sentido ideológico. Ele explica a gênese e organização de grupos humanos e faz parte da sua configuração cultural. Nas sociedades complexas, o mito muda de função e adquire papel

apresenta-se carregado de significações - prenhe de signos, portanto - fazendo cumprir a dupla função do mito, de “designa[r] e notifica[r], faz[er] compreender e impõe [por]” (BARTHES, 2003, p. 208). Essa leitura ganha sustento com a perspectiva de Roland Barthes quanto às conexões identificadas entre mito e ideologia², percebidos em estreita relação com o discurso e o sistema semiológico proveniente de seus vínculos. Nessa direção, observamos o imperativo de uma única versão da realidade³, naturalizada para seu próprio sucesso (poder de convencimento).

importante na dinâmica da ideologia. A ideologia, por sua vez, corresponde aos desejos e interesses de uma parcela da sociedade. Como entendemos que o mito opera através da seleção de narrativas que re-contam eventos sociais, este pode ser apropriado pela ideologia dominante com a finalidade de difundir a interpretação da sociedade que interessa a determinados grupos. Nesta direção, há a associação entre os conceitos de mito e ideologia que fundamenta nossa perspectiva analítica.

² É importante destacar que não entendemos a ideologia como idéias / concepções falsas, mas como noção âncora do “real”, ou seja, inscrita num processo de dominação e legitimação de um grupo em torno de lutas sociais. Empregaremos o termo *ideologia* no sentido amplo do marxismo, expresso na *Ideologia Alemã*. Esta obra explora a indissociabilidade entre a produção de idéias e a atividade material, o intercâmbio material dos homens e a luta de classes. Os autores (Marx e Engels) apresentam a perspectiva de que as formações ideológicas explicam-se a partir da práxis material. Assim, não se deve partir “daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí chegar aos homens de carne e osso; parte-se de homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida” (MARX e ENGELS, 1984, p. 37). O nexó entre a atividade material e a formação ideológica explicita a luta de classe das produções imateriais e materiais onde “as idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. [...] Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época” (MARX; ENGELS, 1984, p. 72).

³ Este trabalho reconhece que não existe uma *realidade* única, já que o “real” é construído pela sociedade em sua complexidade, constantemente em movimento. Os termos *verdade*, *real* e *realidade*, se utilizados neste texto, não expressam o sentido da fiel existência destes, mas como forma de explicitar um instrumental de constituição de uma versão dominante. Ao se falar em realidade, deve se questionar: Para quem? Por que? E, como foi construída?

Algumas motivações resultaram na escolha pelo estudo do tema - a construção da imagem de Búzios.

A primeira motivação é fruto do reconhecimento da importância dos processos a serem analisados aqui para apreensão dos aspectos contemporâneos da cidade. Esses processos foram identificados em decorrência de estudo anterior sobre Búzios, com outro foco de análise, que nos chamou a atenção para fenômenos mais amplos. Com nosso envolvimento profissional, nos debates promovidos pelo Plano Diretor⁴, tornou-se necessário dar continuidade aos estudos, especialmente acerca da forte imagem associada à localidade juntamente com seus agentes construtores e desdobramentos nas decisões sobre o futuro do lugar.

Concomitantemente, vieram as dificuldades. Ao mesmo tempo em que revelava-se o quadro de interesses dominantes, a experiência profissional na cidade não permitiu, na relação pesquisador-objeto, o distanciamento necessário à construção de um olhar mais crítico.

A segunda motivação corresponde ao desejo de alcance dos próprios objetivos desta pesquisa. São alguns:

- Recompilar analiticamente as matrizes simbólicas, discursivas e identitárias de Búzios relacionando-as ao processo de modernização da cidade;
- Proceder à leitura morfológica do lugar em sua face atual e, avaliar a desigualdade no acesso à cidade;

⁴ Nossa formação em arquitetura e urbanismo permitiu a trajetória profissional relacionada à cidade de Búzios. Nosso trabalho Final de Graduação teve como título "As Ocupações Irregulares e Degradação Ambiental em Búzios" (Universidade Federal Fluminense, 2001). Após a conclusão do curso de graduação, participamos do trabalho de elaboração do Plano Diretor da cidade, até 2004. Foi com a participação profissional na cidade que surgiram algumas questões que pretendemos discutir neste trabalho.

- Reconhecer os discursos dominantes na construção do aparente consenso sobre o futuro da cidade e identificar as diversas visões de mundo que envolvem as disputas sociais.

O trabalho intenciona, portanto, re-avaliar a trajetória do mito *BÚZIOS* tratando especialmente a produção da imagem da cidade, considerando a articulação sociedade e espaço na apropriação dos recursos territorializados e do próprio valor simbólico atribuído pela cidade. Reconhecendo esses elos, a dimensão espacial exerce importância no processo da construção da imagem dominante, ao se tornar portadora de um importante sistema semiológico; apoiando um tipo de linguagem com a mesma função significante de uma linguagem-objeto (BARTHES, 2003). Assim, entendemos a produção de signos do lugar como uma ação estratégica que consolida o pensamento hegemônico sobre a cidade.

Nessa direção, a produção do cenário da Rua das Pedras, a praça dos Ossos, a implantação de estátuas, o *Pórtico de Búzios*, além do “*Estilo Búzios*” constituem a materialização da imagem tornada hegemônica da cidade, construindo, impondo ou reforçando a metanarrativa do lugar. Essa concretude resulta em uma *estetização do urbano* ou na *materialização do mito* para fins mercantis.

O objetivo desta dissertação é tentar entender e questionar a distribuição social dos investimentos e a sua espacialização - que não deveria contemplar somente o que se quer maquiar e renovar a cada alta temporada, mas sobretudo responder ao território enquanto totalidade.

Entendemos que nossa análise tem relevância por apoiar o redirecionamento do olhar analítico, afastando-o do que parece glamouroso e magnífico e direcionando-o para o que se exclui desse cenário.

A escolha de nosso material empírico baseia-se, em vasta pesquisa. Entre as diversas fontes pesquisadas, estão a mídia impressa, áudio-visual, dados estatísticos, páginas da WEB e encartes publicitários e/ou turísticos. Os documentos técnicos, pesquisas, planos, projetos e depoimentos servem de base à análise do discurso político-corporativo e para o entendimento de metodologias acionadas em intervenções na cidade, assim como, para sua legitimação.

Recorreremos também a utilização de fotos (de variados acervos) selecionadas sistematicamente para a exposição (discurso visual) da seleção de paisagens, além de constituir recurso metodológico para a leitura morfológica e estética do lugar. Outro recurso importante para nossa pesquisa, foi a utilização de depoimentos⁵, e de redações, elaboradas pelos participantes do concurso “A cidade que queremos”, promovido em 2001, para estudantes das escolas públicas e particulares, fundações ou organizações educacionais localizadas em Búzios⁶. Para a análise morfológica e o desvendamento sobre o acesso ao território de Búzios, julgamos necessárias, a elaboração de mapas e a utilização de fotos de satélite.

⁵ Estes depoimentos foram obtidos em diversas fontes. São elas: livro *Búzios* (MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?), registros impressos e fitas K7, VHS, DVD com participações realizadas durante as consultas públicas quando da elaboração do Plano Diretor (2001 - 2004).

⁶ O concurso “A cidade que queremos” foi organizado através do convênio PMAB/FGV-CIDS (PMAB - Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios / FGV - Fundação Getulio Vargas / CIDS - Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável). Este concurso foi realizado em 2003, quando do processo participativo instaurado para a discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios.

A utilização de material fotográfico, gráficos e relatos constitui uma alternativa profícua, sobretudo em função de dificuldades encontradas na obtenção de determinados dados oficiais. Tais dificuldades decorrem da condição de Búzios ser apresentado, nas fontes oficiais de informação, como terceiro distrito de Cabo Frio, até 1996.

O elo analítico entre imagem e espaço se fará presente nas diversas partes desta reflexão, ancorado na idéia de que as representações sociais, apropriadas pelos meios de comunicação, ao ganharem materialidade, reforçam e cristalizam a imagem dominante da cidade. Essa corporificação de imagens acaba por consolidar a ideologia contida, de modo discreto, na formulação técnica da imagem.

Os elementos físicos da cidade incorporam informações, constantes do imaginário urbano, que são também reproduzidas pelo Estado, pela mídia, pela publicidade e pelos veículos de comunicação. De fato, elementos do imaginário corporificam-se em mais elementos construídos, confirmando uma ideologia apoiada na estética. A imagem, dessa maneira, impõe uma materialidade que contribui para a disseminação e o reconhecimento de uma representação hegemônica do lugar. Assim, o cenário urbano produzido fisicamente funciona como recurso de reprodução, material e imaterial, da ideologia que se quer veicular e de uma imagem de cidade construída pela coalizão formada por agentes dominantes.

A cidade constituindo-se em arena de conflitos e campo de disputas; o embate pela representação legítima de cidade e a apreensão das facetas do poder comporão, na nossa perspectiva, um relevante pano de fundo para a compreensão

do lugar. Em paralelo ao estudo das imagens, será feita presente também a reflexão da modernização da cidade.

Para o tratamento de nosso objeto, estruturamos a pesquisa em quatro capítulos:

O primeiro capítulo diz respeito ao contexto que possibilitou a construção da identidade analisada e o projeto específico de modernização da cidade. Decompomos os processos históricos importantes para uma análise embasada do objeto da dissertação - a construção da imagem de Búzios: as mudanças estruturais advindas da substituição da aldeia pelo balneário, a formação de grupos dominantes, a consolidação dos meios de comunicação locais, a autonomia político administrativa. Neste capítulo, explicitamos, também, algumas de nossas hipóteses.

No **segundo capítulo**, trataremos da presença da lógica capitalista que transforma o lugar em espaço-mercadoria pré-destinada ao consumo globalizado efetivo. Contemplaremos as estratégias utilizadas na consolidação das imagens hegemônicas e a conformação física-estrutural-econômica do turismo: as representações, os signos, as relações sociais, as formas urbanas, os meios, enfim, a própria cidade traduzida em valores mercantis. Investigaremos como as diversas categorias (a história, o simbólico e a materialidade) sofrem uma re-adaptação ao ser re-inventada a cidade. Neste capítulo, destacamos as *marcas*, seleções e ocultamentos, as sobredeterminações e as condições que, juntos, formatarão a representação hegemônica da cidade.

O **terceiro capítulo** ocupa-se da investigação morfológica, a implementação do urbanismo em obediência a uma determinada intenção de cidade e as conseqüências sócio-espaciais do modelo de política adotado por este município. Com base nestes resultados materiais, discorreremos sobre a formulação “autônoma” (ou que se diz) da estética e / ou estilo local, em associação com a identidade constituída através dos mecanismos tratados no capítulo anterior.

O **quarto capítulo** é dedicado ao tratamento de uma nova racionalidade local, inspirada no *planejamento urbano* - relativo aos planos locais, a determinadas práticas e à retórica política em prol de um ideal de cidade, modelada por um padrão que é fruto da constituição de um mercado internacional de cidades.

É relevante observar que reconhecemos, entretanto uma outra imagem / representação que se mantêm à margem das representações difundidas pelo pensamento hegemônico. É provável encontrar - no discurso do nativo (ou descendente ou na população de baixa-renda), que não transita pelas frações do espaço buziano (pelo menos não tão freqüentemente) dedicadas ao turismo ou territórios *elitizados*, - uma versão da *realidade* oposta ou diferente da versão de luxo e glamour internacionalmente projetada da cidade. Procuraremos discorrer sobre essas representações, entremeadas nos planos constitutivos desse trabalho como meio de resistir à naturalização da realidade social do lugar.

Cabe ainda destacar dois pontos. O primeiro é que consideramos esta análise apenas uma possibilidade diante das várias cabíveis para iluminar o objeto, oferecendo uma visão crítica diante das representações dominantes da cidade. O segundo ponto que ressaltamos é que, embora para uma leitura superficial, nossas

proposições possam parecer desfavoráveis ao lugar, entendemos que a crítica contribui para a inauguração de novas possibilidades urbanas e sociais.⁷

1.2 Búzios: notas para conhecimento de Armação dos Búzios

Sobre a origem:

A origem da presença humana em Búzios remonta à ocupação do território pelos grupos tupinambás⁸ e às disputas pela exploração do pau-brasil, envolvendo navios piratas franceses, ingleses e holandeses (entre 1501 até aproximadamente 1617).

Entre 1720 e até aproximadamente 1768, os habitantes de Búzios encontram na caça às baleias uma atividade compensadora, valorizada pela redução da pesca de mamíferos na Guanabara devido à grande movimentação de navios naquela época e propiciada por diversas condições locais⁹, como a devida construção de uma armação baleeira¹⁰ (CUNHA, 2002). Neste período, a ponta dos Búzios era conhecida como Armação das Baleias dos Búzios.

Após o abandono das armações das baleias, a pequena população de pescadores-agricultores (famílias de tripulantes e arpoadores das lanchas baleeiras)

⁷ Para outra abordagem sobre Armação dos Búzios, ver trabalho de Daisy Justus: **JUSTUS, D.** *A Cidade Natural: Imagens e Representações de Armação dos Búzios*. 1996, 167f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. Justus define a cidade como sendo “antitética”, possuindo diversas tensões entre múltiplos pares de opostos, como natureza x diversidade cultural; rústico x sofisticado; local x global; e regional x internacional.

⁸ A economia desses grupos fundamentava-se na horticultura, pesca, caça e coleta e conhecimento de cerâmica. No território de Armação dos Búzios, há indícios de natureza documental e arqueológica sobre as respectivas existências das aldeias da Baía Formosa e de Manguinhos, a primeira nunca encontrada e a segunda destruída em 1955 (CUNHA, 2002).

⁹ Pela presença de enseadas de águas tranquilas, água potável subterrânea, abastecimento de peixes, carne, mandioca e sal e pelas já existentes atividades locais e guarnição da fortaleza de São Matheus contra eventuais desembarques piratas (CUNHA, 2002).

¹⁰ Esta atividade serviu para viabilizar a atividade de caça às baleias para exportação do óleo.

voltou à vida simples, possivelmente vendendo a produção salgada para Cabo Frio, de onde era exportada, por via marítima, para o Rio de Janeiro (CUNHA, 2002).

O contrabando de escravos também relaciona-se à ocupação do território de Búzios, onde mesmo depois de proclamada a lei Eusébio de Queiroz, em 1850¹¹, eram realizados os desembarques (preferencialmente nas praias Rasa e das Emerências - que depois se chamaria José Gonçalves, nome do membro da elite responsável pelo tráfico humano). Após a abolição, em 1888,

[...] a maioria dos antigos escravos reagrupou-se e apossou-se de terras na praia Rasa, passando a trabalhar em pequenos barcos, na pesca de linha, e na agricultura de subsistência, ao contrário da recente suposição fantasiosa, que afirma ter a povoação origem no quilombo estabelecido a partir do naufrágio de um navio negreiro nessa costa¹² (CUNHA, 2002, p. 8).

Por volta de 1915, Eugenne Honold¹³, imigrante alemão, inicia o cultivo de bananas em grandes porções de terra, compreendidas entre a Rasa e José Gonçalves e entre Geribá a Saco Fora e a fazenda Campos Novos - além de ser proprietário também de edificações e terrenos na praia da Armação¹⁴. Ali também foi cultivada mandioca, incluindo a criação de gado leiteiro (CUNHA, 2002), empregando grande parte dos moradores. Essas terras foram herdadas por suas filhas que logo se tornaram acionistas majoritárias da Companhia Industrial Odeon

¹¹ A lei Eusébio de Queiroz extinguiu o tráfico negreiro.

¹² Provavelmente, essa fantasia tenha surgido com intenção de produção da imagem de existência de um grupo social organizado, objetivando a construção de um território ou parque étnico, interessante para a atração de turistas à localidade. Essa possibilidade ganha reforço com a implantação de uma estátua que representa “um negro que segura criança” como marco físico da presença desse grupo.

¹³ Eugenne Honold era dono de casa bancária carioca com clientela salineira cabofriense (CUNHA, 2002, p. 10).

¹⁴ O mapeamento das propriedades de Eugenne Honold é tarefa difícil devido à falta de precisão nos limites entre as porções de terra descritas por Cunha (2002). Além disso, ocorreram mudanças nos nomes dos lugares mencionados na descrição exposta. Saco Fora, por exemplo, é chamado, hoje, de São José (ver *Mapa 02*).

(CUNHA, 2002), cujas terras permitiram grande renda em decorrência dos loteamentos para construção de residências de veraneio.

Existe um hiato, compreendido entre os anos 20 e os 50, relativo a informações disponíveis sobre a história de Búzios. Segundo Cunha (2002), neste período ocorreram poucas alterações no território. A desaceleração do ritmo dos eventos, talvez, seja a causa da escassez de informações.

Características importantes

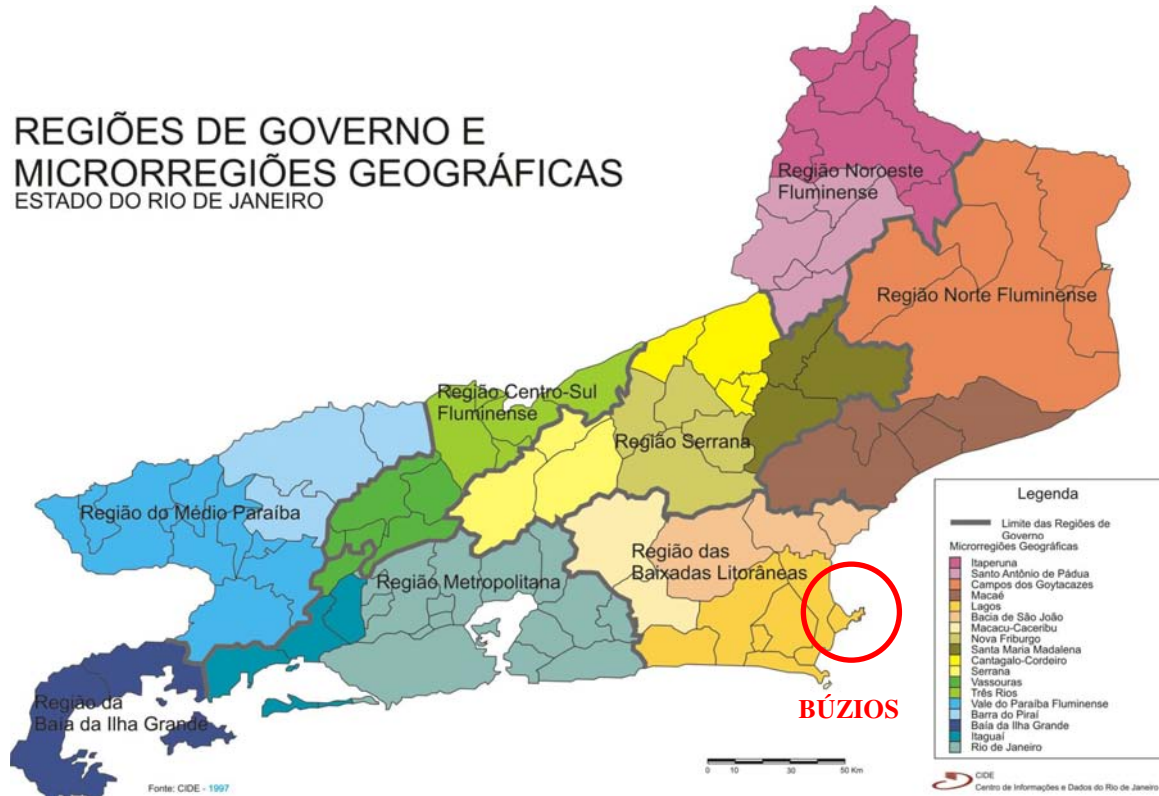
Tentaremos desenvolver, aqui, um quadro referente às características do município de Armação dos Búzios, relacionadas para a compreensão da produção da imagem do lugar.

Os investimentos técnicos direcionados ao litoral do Estado do Rio de Janeiro, a partir da década de 50 (ver *item 1.1.*), ocasionam alterações na Região das Baixadas Litorâneas como um todo, na qual insere-se Armação dos Búzios (ver *Mapa 01*)¹⁵.

¹⁵ O Município de Armação dos Búzios faz parte da **Região das Baixadas Litorâneas do Estado do Rio de Janeiro**, classificada pelo IBGE como mesorregião 3304 (*Ver Mapa 01*), composta por 12 municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

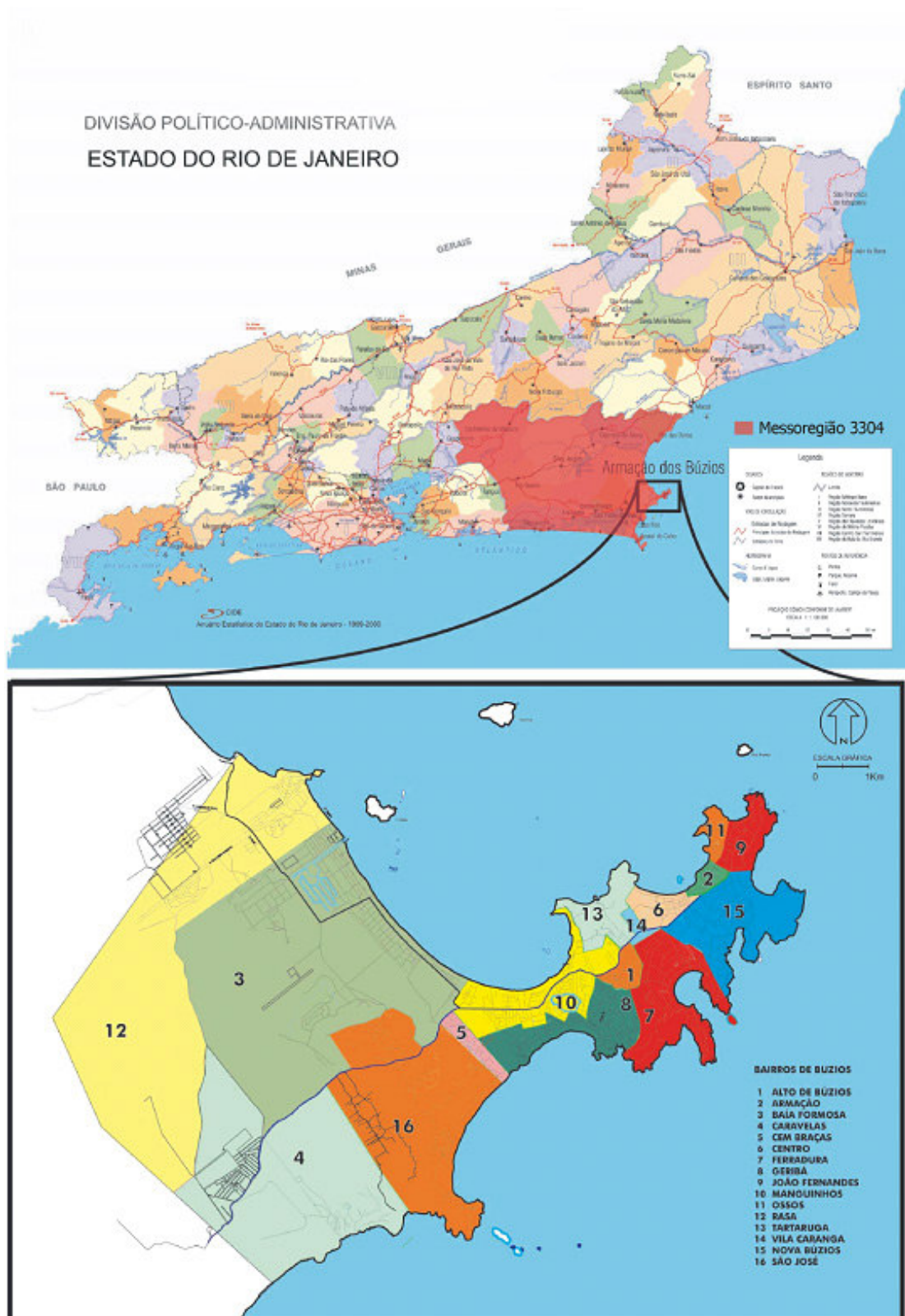
**Mapa 01 - Mapa da divisão regional do Estado do Rio de Janeiro -
Microrregiões geográficas**

**REGIÕES DE GOVERNO E
MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



Fonte: Fundação CIDE, 2003.

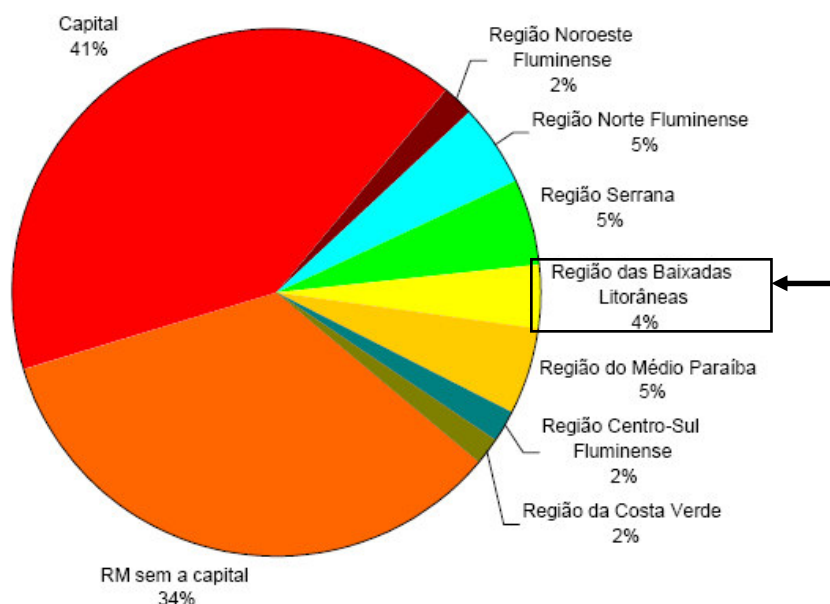
Mapa 02: Localização da Região das Baixadas Litorâneas / Localização de Armação dos Búzios / Divisão interna de Bairros



Fonte: ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a.

Apesar da Região das Baixadas Litorâneas abrigar somente 4% da população do Estado do Rio de Janeiro (Ver *Gráfico 01*), nas duas últimas décadas, o interior fluminense vem apresentando sinais de dinamização de sua economia, implicando na “reversão do contínuo processo de concentração metropolitana” (MASCARENHAS, 2004, p. 2). Influencia nesta reversão, o turismo, o veraneio e as atividades de lazer, especialmente no que se refere às áreas litorâneas¹⁶.

Gráfico 01: Distribuição da população por região do Estado do Rio de Janeiro (2004)

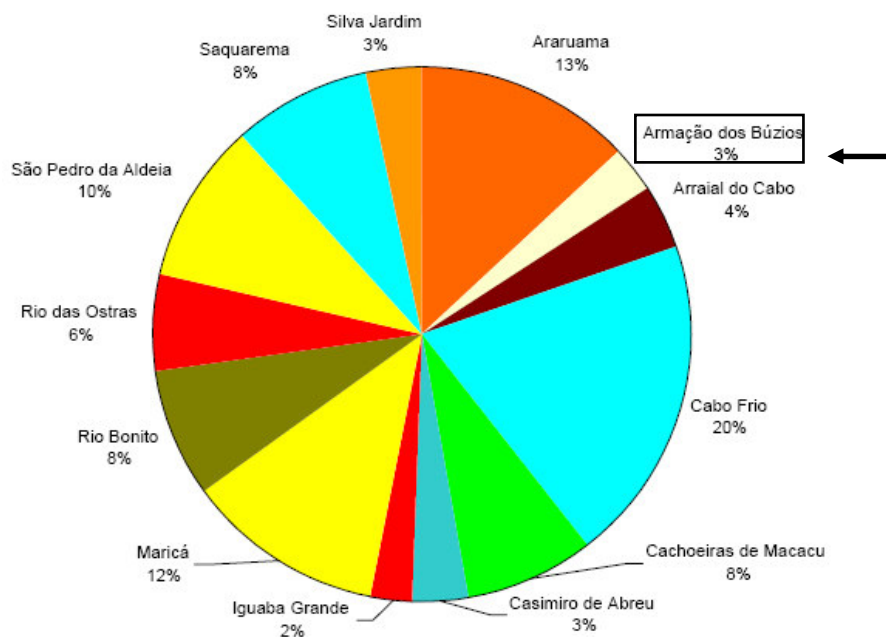


Fonte: RIO DE JANEIRO (Estado), 2004.

A população de Búzios corresponde a 3% (três por cento) do total da Região das Baixadas Litorâneas. Nesta região, a maior concentração demográfica acontece em Cabo Frio, com 20% (vinte por cento) do total - ver *Gráfico 02*.

¹⁶ O turismo litorâneo e atividades correlatas têm influência preponderante nas taxas de crescimento compreendidas no intervalo entre 5 e 7% ao ano, abrangendo os municípios de Angra dos Reis, Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Rio das Ostras, Mangaratiba e Maricá. Para efeito de comparação, por sua vez, o turismo serrano apresenta índices menores, entre 3 e 5%, envolvendo os municípios de Miguel Pereira, Paty de Alferes, Itatiaia e Santo Antônio de Pádua (DAVIDOVICH, 2005).

Gráfico 02: Distribuição da população entre os municípios da Região das Baixadas Litorâneas (2004)

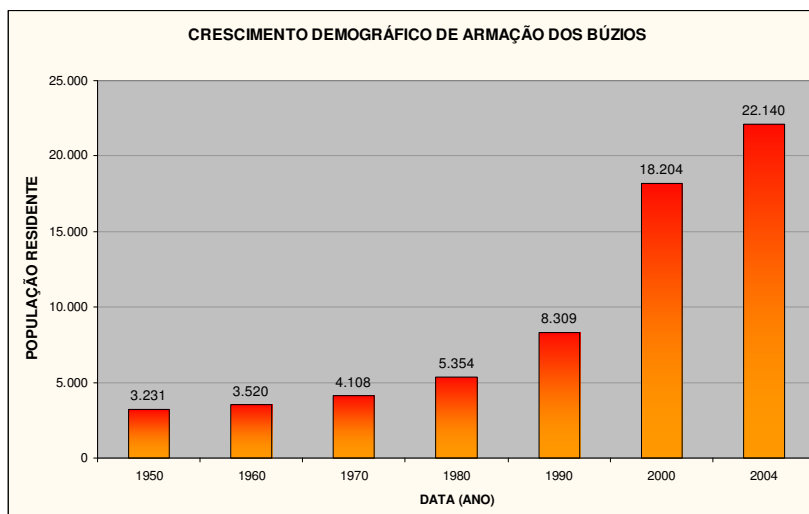


Fonte: RIO DE JANEIRO (Estado), 2004.

A partir da década de 70, podemos perceber que, em concordância com a inauguração da ponte Rio-Niterói, o município de Armação dos Búzios exibe um acentuado aumento no número de habitantes: de 4.108¹⁷, em 1970, para 18.204¹⁸, em 2000 - Ver *Gráfico 03*.

¹⁷ CIDE, 2001.

¹⁸ IBGE, 2002.

Gráfico 03: Crescimento Demográfico de Armação dos Búzios (1950 a 2004)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (IBGE), Censos Demográficos.

Davidovich (2005) lembra que, em 1996, Búzios apresentou a maior taxa de crescimento populacional de todo o Estado do Rio de Janeiro (10,7%), coincidente com a emancipação do município em 1995, como é possível verificar na *Tabela 01*. A taxa média de crescimento populacional anual, entre 1991 e 2000, foi de 8,67%, fazendo com que o município liderasse a lista dos municípios de maior crescimento populacional do Estado do Rio de Janeiro, sendo a **migração** o principal fator deste incremento (Ver *Tabela 02* e *Gráfico 04*). O índice torna-se ainda mais expressivo quando constatamos a vigência de uma taxa média superior ao dobro da observada na Região das Baixadas Litorâneas para o mesmo período (apurada em 4,12%) sendo, ainda, mais de 6 vezes superior à taxa para o Estado do Rio de Janeiro (1,28%).

Tabela 01: Taxa de Crescimento da População Residente - Estado do Rio de Janeiro, Região Metropolitana, capital do Rio de Janeiro e Região das Baixadas Litorâneas - 1940/2000.

Regiões de Governo e municípios	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-1996	1996-2000	1991-2000
Estado	2,61	3,68	2,97	2,30	1,15	0,92	1,75	1,28
Região Metropolitana	3,61	4,36	3,52	2,44	1,03	0,76	1,63	1,14
Rio de Janeiro	3,03	3,36	2,54	1,82	0,67	0,26	1,32	0,73
Região das Baixadas Litorâneas	0,33	2,52	2,82	2,36	2,36	3,83	4,49	4,12
Araruama	0,47	1,65	2,62	2,21	1,55	2,31	5,75	3,82
Armação dos Búzios	-0,01	0,86	1,56	2,68	4,41	10,78	6,08	8,67
Arraial do Cabo	0,98	8,58	4,20	3,42	2,36	1,64	2,59	2,06
Cabo Frio	1,01	5,49	5,82	5,54	3,87	5,85	5,77	5,81
Cachoeiras de Macacu	1,47	5,22	2,25	0,60	1,04	1,58	2,75	2,10
Casimiro de Abreu	-1,92	5,76	1,68	1,65	2,49	5,25	2,20	3,88
Iguaba Grande	0,00	2,06	1,64	-0,05	6,28	3,77	11,57	7,17
Rio Bonito	0,97	0,97	2,20	1,52	1,10	0,58	1,63	1,05
Rio das Ostras	-0,39	3,87	3,90	4,38	5,37	9,09	6,95	8,13
São Pedro da Aldeia	1,17	-0,15	4,04	3,54	2,20	5,51	3,25	4,50
Saquarema	-0,05	0,51	2,07	1,46	2,72	3,04	4,49	3,68
Silva Jardim	-2,30	3,12	1,22	-0,21	0,68	0,96	2,79	1,77

Fonte: Fundação CIDE, 2000.

Com a *Tabela 02* - que mostra a distribuição do contingente de migrantes segundo os anos de moradia ininterrupta em Búzios -, podemos verificar que a migração foi responsável pelo incremento populacional em uma proporção de 57,9%, contra 42,1% de crescimento vegetativo. Quase a metade dos migrantes chegaram à cidade entre 1996 (ano da emancipação de Búzios) e 2000 (ano de realização do Censo), resultando em 4.759 novos residentes - mais de um quarto da população de Armação dos Búzios na época. O cruzamento dessa informação com os dados do crescimento populacional permite relacionar o salto verificado no crescimento demográfico com o aumento da migração na época pós emancipação do município (1996 a 2000), de acordo com o *Gráfico 04*.

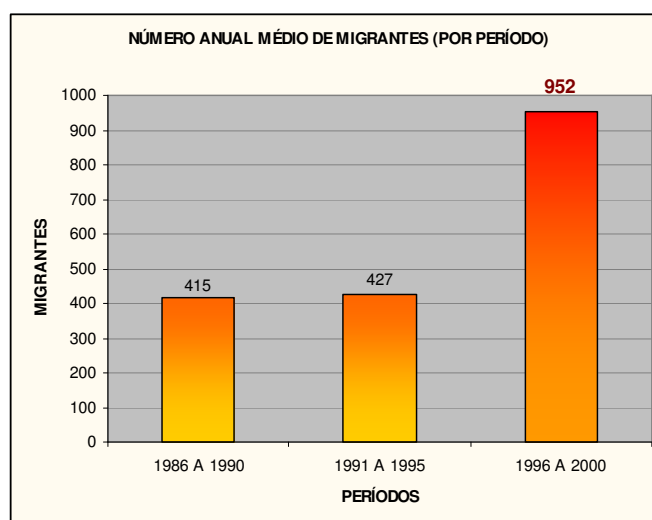
Tabela 02: Residentes migrantes segundo anos de moradia, município de Armação dos Búzios (2000*)

ANOS COMPLETOS DE MORADIA	RESIDENTES	
	PESSOAS (N ^o ABSOLUTO)	PESSOAS (N ^o RELATIVO) %
Não migrantes	7.654	42,1
Migrantes	10.540	57,9
0 a 4 anos de moradia	4.759	26,1
{ Menos de 1 ano de moradia	607	3,3
{ 1 ano de moradia	1.512	8,3
{ 2 anos de moradia	1.206	6,6
{ 3 anos de moradia	695	3,8
{ 4 anos de moradia	740	4,1
5 a 9 anos de moradia	2.137	11,7
10 a 14 anos de moradia	2.077	11,4
15 anos de moradia e mais	1.567	8,6
TOTAL	18.204	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000 - microdados da amostra. Região Sudeste. Rio de Janeiro. IBGE, 2003 (CD ROM), apud BOLLIGER, F; DESCHAMPS, M, 2003.

* Ano do último censo realizado.

Gráfico 04: Migração anual média (períodos de 5 anos - de 1986 a 2000)



Elaboração própria com base nos dados da *Tabela 02*.

Quanto à procedência destes migrantes, podemos examiná-la em dados recentes através da *Tabela 02*, que informa sobre o local de moradia dos migrantes na data fixa de 31 de julho de 1995. Verificamos que - a partir desta data determinada (IBGE) - a grande maioria era egressa de localidades do próprio Estado do Rio de Janeiro (70,9%, com 2.872 pessoas). A região Nordeste participou com 8,9% (359 migrantes), Minas Gerais com 5,9% (228) e São Paulo com 5,2% (209). A migração com origem noutros países foi de 4,7% (190 migrantes), em grande maioria, argentinos (155 pessoas), configurando 3,8% do total da migração em Armação dos Búzios.

Tabela 03: Moradores do município de Armação dos Búzios segundo local de residência em 31 de julho de 1995 (2000)*.

LOCAL DE RESIDÊNCIA - 31 de julho de 1995	PESSOAS (N^o ABSOLUTO)
Não migrantes	7.664
Migrantes	10.540
Município de Armação dos Búzios	6.063
Outras localidades no país	3.859
Rio de Janeiro (1)	2872
Metropolitana do Rio de Janeiro	1.218
Rio de Janeiro - capital	711
Norte Fluminense	614
Campos dos Goytacazes	507
Baixadas	535
Cabo Frio	430
Noroeste Fluminense	264
Itaperuna	178
Centro Fluminense e Sul Fluminense	125
Nordeste	359
Minas Gerais	228
São Paulo	209
Demais Unidades da Federação (2)	191
Países Estrangeiros	190
Argentina	155
Não era nascido	428
TOTAL	18.204

Fonte: Censo Demográfico 2000 - microdados da amostra. Região Sudeste. Rio de Janeiro. IBGE, 2003 (CD ROM), apud BOLLIGER, F; DESCHAMPS, M, 2003.

(1) Inclui os casos sem especificação de município.

(2) Inclui os casos sem especificação de UF.

* No que diz respeito a procedência de migrantes esta tabela representa a primeira base onde os dados de Armação dos Búzios aparecem separado de Cabo Frio em função de sua emancipação ter acontecido no ano de 1996 e o Censo posterior a esse fato ocorrer somente em 2000.

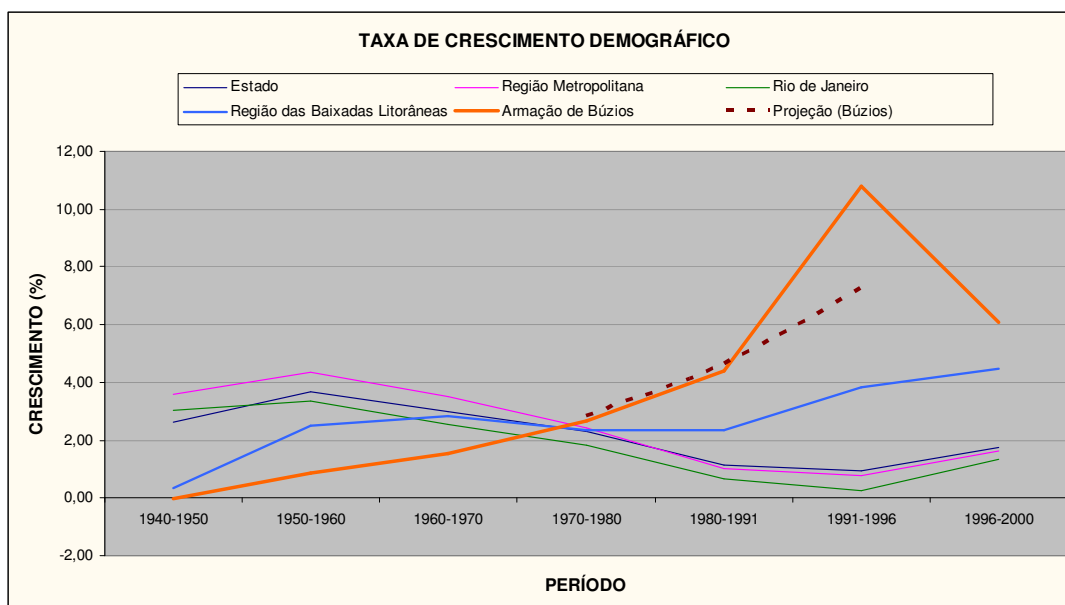
De acordo com o Censo 2000¹⁹, os estrangeiros em Búzios somam 444 habitantes, correspondendo a, aproximadamente, 2,44% da população total (18.204) do município. Esta informação faz-nos pensar que a reconhecida presença de estrangeiros, na cidade pelo menos atualmente, fundamenta-se no fluxo de turistas vindos do exterior. Como é possível observar na *Tabela 04*, Búzios disputa a 7^a

¹⁹ O Censo do ano de 2000 corresponde à única fonte sobre a população estrangeira residente em Búzios. Antes deste ano, os dados obtidos pelo IBGE referem-se ao município de Cabo Frio, de onde Búzios ainda era distrito.

colocação na atração de turistas estrangeiros no país. Outras possibilidades relacionam-se ao passado do lugarejo e à elevada concentração espacial de estrangeiros em determinados pontos do território, fazendo com que estes pareçam representar a *grande maioria* dos habitantes.

No *Gráfico 05*, observamos que a projeção de crescimento para 1996 (linha tracejada marrom) foi superada, de forma categórica, pelo crescimento efetivamente apurado (linha laranja contínua), voltando à tendência anterior a partir de 1996. Este surpreendente pico ocorre por um provável acúmulo de condições, dentre as quais, conforme já explicitado, a própria emancipação do município (Ver no *Item 4.2.1* que o projeto de emancipação do município foi, estrategicamente, realizado com base em forças com elevado poder de atração de novos moradores).

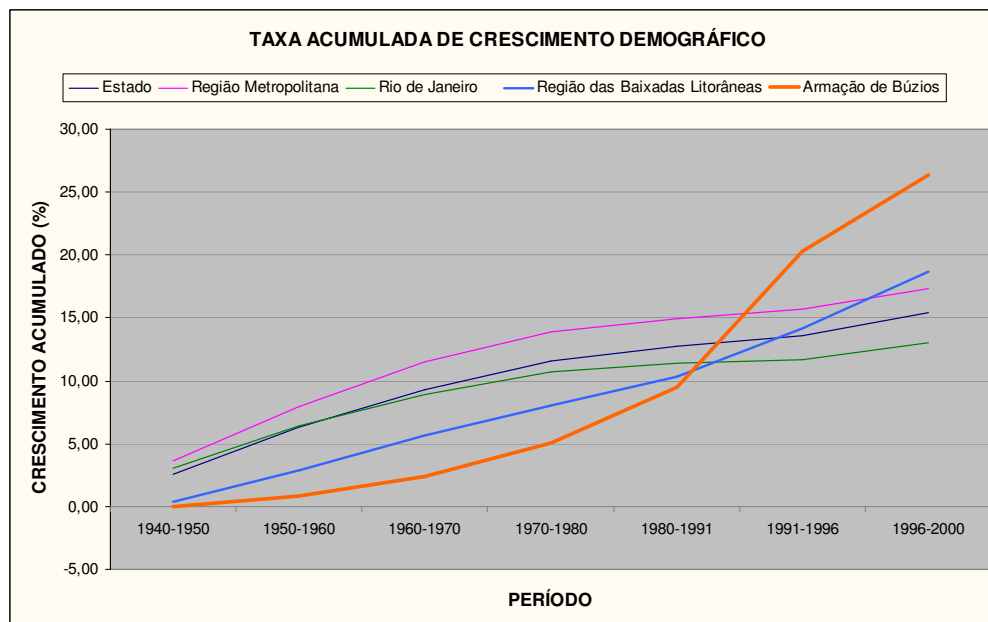
Gráfico 05: Taxa de Crescimento Demográfico: Armação dos Búzios, Região das Baixadas Litorâneas, Região Metropolitana, Estado do Rio de Janeiro e Capital do Rio de Janeiro (1940 a 2000)



Elaboração própria com base de dados IBGE, Censos Demográficos (dados brutos) e CIDE (dados derivados).

Para se ter uma idéia do grande incremento populacional, ressaltamos o aumento da taxa acumulada de crescimento demográfico em Búzios, que ultrapassa a verificada na cidade do Rio de Janeiro, no Estado (RJ), além da observada na Região Metropolitana (RJ), numa tendência seguida pela Região das Baixadas Litorâneas, em menor escala. Essa superação só veio a ocorrer no período compreendido entre 1991 e 1996. Antes, essa taxa permaneceu (desde 1940) inferior a todas as outras bases espaciais de referência (ver *Gráfico 06 - Taxa acumulada de crescimento demográfico*).

Gráfico 06: Taxa Acumulada de Crescimento Demográfico : Armação dos Búzios, Região das Baixadas Litorâneas, Região Metropolitana, Estado do Rio de Janeiro e Capital do Rio de Janeiro (1940 a 2000)



Elaboração própria com base de dados IBGE, Censos Demográficos (dados brutos) e CIDE (dados derivados).

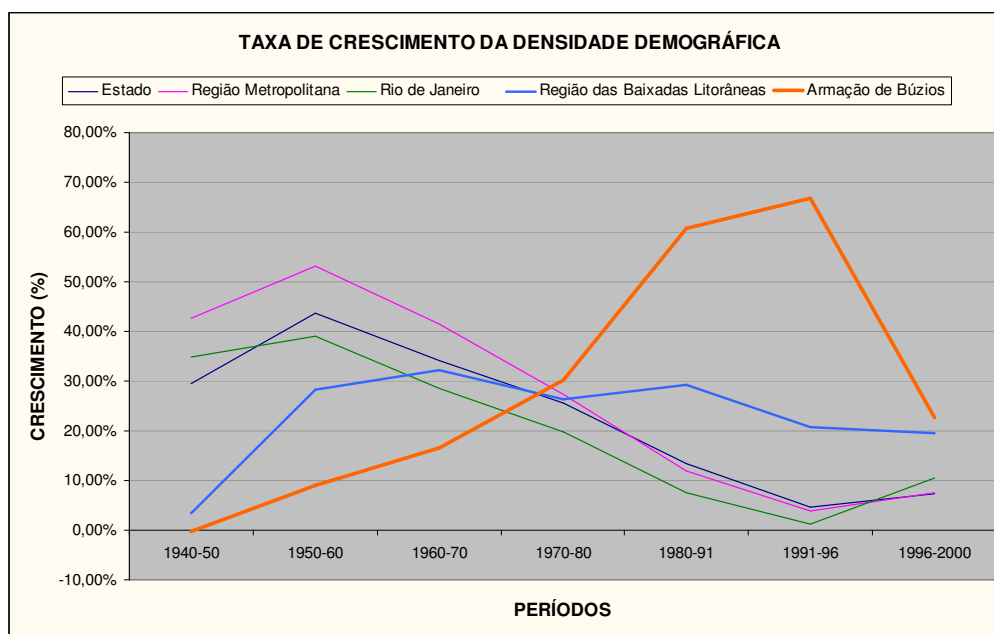
A densidade demográfica de 253,5 hab./km² é a terceira entre a dos municípios da região das Baixadas Litorâneas, ficando atrás apenas de Iguaba Grande (309,1 hab./km²) e Cabo Frio (308,9 hab./km²).

No que se refere à Taxa de Crescimento da Densidade Demográfica²⁰, é interessante notar que, já a partir da década de 50, há uma tendência contrária quando comparamos Búzios e as escalas regional e estadual, desenvolvendo movimentos opostos que perdurou 60 anos (até 2000). (Ver Gráfico 07). No período compreendido entre 1950 e 1996 observa-se em Búzios uma crescente aceleração,

²⁰ Chamamos aqui de **taxa de crescimento da densidade demográfica** o resultado numérico obtido pela relação de incremento percentual entre a densidade demográfica de um período em relação ao imediatamente anterior, representativo, portanto, da velocidade com que as localidades se tornam mais densas.

enquanto constata-se o declínio da densidade nas outras escalas de observação. A partir da década de 70, as taxas de densidade do município em estudo passam a aumentar em velocidade maior do que as da Cidade do Rio de Janeiro, da Região Metropolitana (RJ), Estado (RJ), e também da Região das Baixadas Litorâneas. Em contrapartida, após 1996, observamos uma suave re-aceleração, enquanto nota-se, em Búzios, uma acentuada desaceleração²¹.

Gráfico 07: Taxa de Crescimento da Densidade Demográfica: Armação dos Búzios, Região das Baixadas Litorâneas, Região Metropolitana, Estado do Rio de Janeiro e Capital do Rio de Janeiro (1940 a 2000)*



Fontes: IBGE, Censos Demográficos [dados brutos] e CIDE [dados derivados]

* Este gráfico é representativo quanto à “velocidade” com que as localidades se tornam mais densas.

A busca de turismo e lazer durante as estações de veraneio provoca aumento significativo do número de pessoas em Búzios. Nos períodos de alta temporada, essa variação chega a aumentar cinco vezes a população (FUNDAÇÃO

²¹ Uma hipótese provável quanto à acentuada desaceleração da taxa de densidade de Búzios a partir de 1996, seria o esgotamento relativo no que concerne ao processo de crescimento demográfico. A densidade haveria sido completada no período precedente, entre o início de 70 até 1996.

ESTADUAL DE ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE,1988). Soma-se a isto, outro tipo de variação, observada durante feriados e finais de semana. Dessa maneira, podemos reconhecer alterações expressivas da população flutuante, por conta das atividades do turismo e do veraneio.

A exposição da cidade apresenta padrões mundiais, revelando a escala e a potência alcançadas pela projeção de sua imagem. Em matéria de turismo, a conceituada revista americana *Leisure and Travel* descreve Búzios como “um dos dez paraísos do mundo”, “um paraíso com personalidade”²².

A construção da imagem da cidade conecta-se com o **turismo internacional** que pode ganhar novas conotações, como acontece quando os visitantes estrangeiros decidem residir no lugar. Búzios exerce grande atração mundial, só comparada a das capitais dos Estados brasileiros no tocante ao número de turistas estrangeiros, conforme mostra a *Tabela 04*. Em 2003, a cidade aparece como o 7º destino turístico internacional no território nacional. No período de 1994 a 2003, a parcela de participação no turismo receptivo internacional de Búzios aumenta 71,43%, variação somente inferior à de Fortaleza, quando considera-se as 10 cidades mais visitadas no Brasil (Ver *Gráfico 08*).

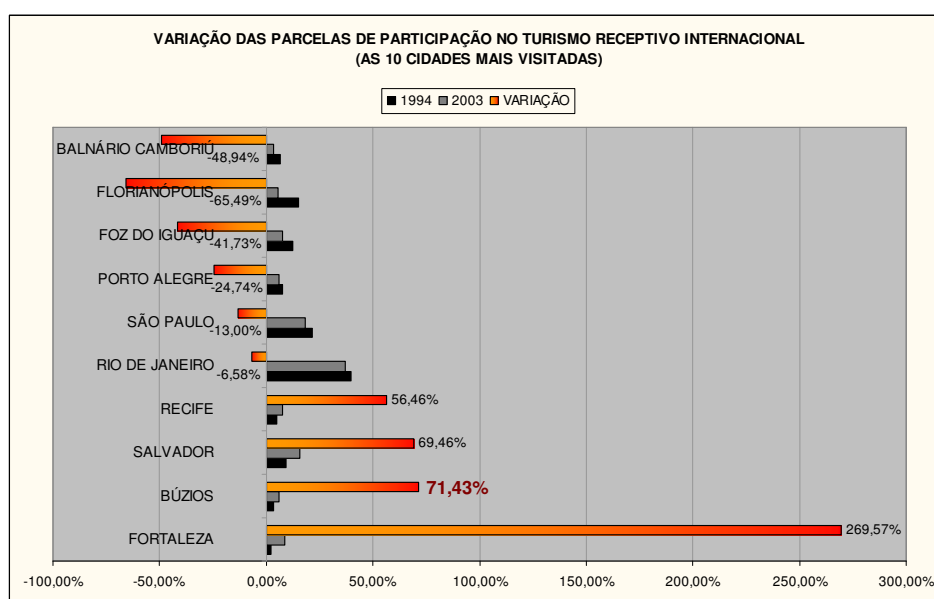
Essa exposição mundial ganha maior significado se lembrarmos que o território de Búzios corresponde a apenas 1,4% da área total da Região das Baixadas Litorâneas e a 0,16% da área total do Estado do Rio de Janeiro, conforme é demonstrado na *Tabela 04*.

²² Informação obtida em reportagem veiculada no jornal *O Globo*, de 5 de janeiro de 1996 (apud Justus, 1996, p. 21).

Tabela 04: Principais cidades visitadas pelo turista estrangeiro (1994 a 2003)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	VARIAÇÃO ACUMULADA
RIO DE JANEIRO	39,50	41,80	30,50	37,40	30,20	32,50	34,10	28,80	38,58	36,90	-6,58%
SÃO PAULO	21,30	19,90	22,40	23,50	18,40	13,70	19,70	17,00	20,84	18,53	-13,00%
SALVADOR	9,30	8,80	7,70	12,20	10,90	12,70	13,50	11,10	12,76	15,76	69,46%
FORTALEZA	2,30	4,10	3,20	3,40	4,60	4,70	5,39	5,61	7,16	8,50	269,57%
RECIFE	4,80	5,70	4,70	5,70	7,20	6,40	5,80	7,30	8,24	7,51	56,46%
FOZ DO IGUAÇU	12,70	16,00	16,60	11,80	8,90	11,80	12,90	11,50	9,28	7,40	-41,73%
BÚZIOS	3,50	3,40	2,70	2,80	5,40	4,56	4,00	3,87	3,56	6,00	71,43%
PORTO ALEGRE	7,80	9,70	10,10	7,90	7,90	6,01	5,90	7,10	7,93	5,87	-24,74%
FLORIANÓPOLIS	15,30	11,40	17,00	13,90	14,00	17,70	18,70	15,80	6,42	5,28	-65,49%
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	6,60	6,20	5,40	3,70	5,10	4,90	6,60	4,90	4,90	3,37	-48,94%

Fonte: Estatísticas Básicas do Turismo no Brasil, EMBRATUR, atualizado em abril de 2005.

Gráfico 08: Variação da participação no turismo receptivo internacional (1994 a 2003)

Elaboração própria com base nos dados de Anuário Estatístico da Embratur - 2004. Brasília: Ministério do Turismo/ Instituto Brasileiro de Turismo/ Diretoria de Estudos e Pesquisas, 2004. v. 31 180 p. dados de 2003.

Tabela 05: Área total: Armação dos Búzios, Região das Baixadas Litorâneas e Estado do Rio de Janeiro - 2000.

MUNICÍPIOS	ÁREA TOTAL (km ²)	ÁREA TOTAL EM RELAÇÃO À REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS (%)	ÁREA TOTAL EM RELAÇÃO AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (%)
Araruama	639,3	12,6	
Armação dos Búzios	71,7	1,4	0,16
Arraial do Cabo	157,6	3,1	
Cabo Frio	410,8	8,1	
Cachoeiras de Macacu	956,8	18,9	
Casimiro de Abreu	455,9	9,0	
Iguaba Grande	48,7	1,0	
Rio Bonito	463,1	9,1	
Rio das Ostras	230,4	4,5	
São Pedro da Aldeia	336,7	6,6	
Saquarema	353,6	7,0	
Silva Jardim	939,5	18,6	
TOTAL: Região das Baixadas Litorâneas	5 064,1	100	11,54
Estado do Rio de Janeiro	43 864,3	-	100

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (metodologia) e Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE (definição dos polígonos e cálculo das áreas).

Bastante evidente nos dias de hoje, a “grande massa de estrangeiros” decorre da ampla atuação da mídia na elaboração de imagens atraentes de Búzios. O livro *Praia de Babel*, publicado em 1994, já exaltava o fato de existir, em Búzios, 48 nacionalidades diferentes. O processo de configuração de um turismo internacional relaciona-se à seleção social, de caráter elitista, dos visitantes e novos moradores do lugar.

Na atual fase, verificamos a importante inserção de Búzios na atividade do turismo de transatlânticos. A rede de fluxos de turistas em expansão na cidade transforma o território em fonte de recursos para grandes corporações transnacionais, ampliando o conjunto dos interesses que intervêm na localidade.

Essas corporações, ao exporem seus navios e cruzeiros, seus produtos, exibem as cidades incluídas no roteiro de visitas, que são, elas, parte do produto à venda. Assim, podemos reconhecer a ampliação do processo de **transnacionalização**²³ do **território** buziano pelo número de transatlânticos aportados na cidade e pela existência de recursos logísticos²⁴ disponíveis para a implementação de negócios pelas empresas transnacionais. No período compreendido entre 1997 e 2002, quadruplicou o número de passageiros, passando de 25 mil para 100 mil (ver *Tabela 06* e *Gráfico 09*), confirmando o crescimento do turismo por transatlânticos na cidade.

²³ O fenômeno da *transnacionalização* é trabalhado pelo campo da economia a partir de fatos observados na organização de empresas e na maneira como elas atuam de modo a criar fluxos de capital, bens e informação, constituindo redes internacionais de interação e acumulação. A transnacionalização transposta para a lógica da acomodação da economia de Búzios, refere-se ao desenvolvimento de empresas ou empreendimentos que guardam na sua origem, a multiplicidade de capitais (multinacionais). Desse modo, entendemos que a transnacionalização de Búzios relaciona-se à questão dos estrangeiros e à composição do capital investido neste território, conseqüentemente, criando fluxos externos de apropriação dos recursos locais. Explicitando de outra maneira, observamos que a acomodação da economia de Búzios, implica na multiplicidade de capitais existentes de maneira concentrada no território buziano e estrutura-se a partir de forças internas ativas que criam e resgatam parcerias com interesses de diferentes origens que se reúnem para realizar a exploração mercantil do espaço buziano.

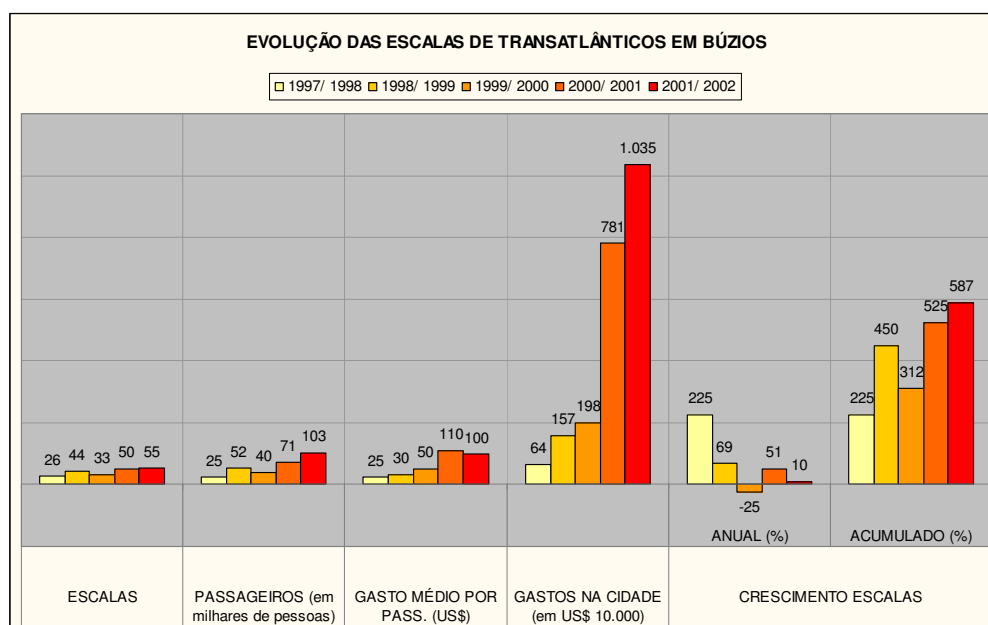
²⁴ Entre os investimentos realizados para o turismo de transatlânticos, está o *Porto Veleiro Búzios*, receptivo de turistas, localizado na praia da Armação, que oferece um posto de abastecimento para embarcações de pequeno e médio porte e também aluga lanchas, helicópteros, carros, dentre outros serviços.

Tabela 06: Histórico das escalas de transatlânticos em Armação dos Búzios (1997 a 2002)

ANO	ESCALAS	PASSAGEIROS	GASTO MÉDIO POR PASS / US\$	GASTOS NA CIDADE	CRESCIMENTO ESCALAS	
					ANUAL (%)	ACUMULADO (%)
1996/ 1997	0	8.000	20	160.000,00	-	-
1997/ 1998	26	25.400	25	635.000,00	225	225
1998/ 1999	44	52.400	30	1.572.000,00	69	450
1999/ 2000	33	39.600	50	1.980.000,00	-25	312
2000/ 2001	50	71.000	110	7.810.000,00	51	525
2001/ 2002	55	103.476	100	10.347.600,00	10	587
2002/ 2003	57					

Fonte: Brasil Cruise Portos Turísticos (Associação Brasileira de Portos Turísticos).

Gráfico 09: Evolução das escalas de transatlânticos em Armação dos Búzios (1997 a 2002)



Elaboração própria com base nos dados da Brasil Cruise (Associação Brasileira de Portos Turísticos).

Entendemos que o aumento das escalas de transatlânticos e os conseqüentes gastos realizados pelos turistas na cidade - observados na *Tabela 06* e no *Gráfico 09* - exerceram grande influência no ordenamento das atividades econômicas e em sua consolidação material no espaço urbano. O intervalo de tempo compreendido entre as temporadas de 1997 /1998 a 2001/2002 revela nos dados disponíveis, um crescimento dos gastos na cidade de U\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil dólares) para U\$ 10.347.600,00 (dez milhões, trezentos e quarenta e sete mil e seiscentos dólares).

A conformação da economia local aos fluxos internacionais acarretam a crescente dependência dos fluxos internacionais fazendo coexistir uma rede local de atividades conexas ao fluxo de consumo gerado pelo turismo realizado por transatlânticos. Este é um turismo que reforça pontos e, não trajetos, circuitos, aumentando a excepcionalidade do lugar. Este caráter específico do turismo desempenhado por transatlânticos, radicaliza as práticas pontuais e controladas e torna seus efeitos ainda mais excludentes.

É a partir do panorama anteriormente traçado e das especificidades encontradas, que identificamos o município de Armação dos Búzios como *locus* privilegiado para a análise da construção de uma imagem hegemônica devido aos seguintes aspectos: (1) pelo exponencial crescimento demográfico experimentado nos últimos anos; (2) pela escala e potência alcançadas pela projeção de sua imagem; (3) pela grande concentração de estrangeiros em seu território transnacional (representados por turistas, investidores e moradores radicados); (4)

pelos expressivos investimentos para reforço e cristalização da imagem - tornada hegemônica - de Búzios e (5) pelo poderoso valor simbólico atribuído a essa cidade.

CAPÍTULO I A MODERNIZAÇÃO DE BÚZIOS: A RETÓRICA DA IDENTIDADE

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, 1987, p. 15).

Procuraremos, nessa parte de nossa reflexão, verificar como ocorreu o processo de modernização de Búzios, desvendando as bases para a construção da imagem hegemônica da cidade e a afirmação de uma aparente sociedade consensual, apesar de contraditória e multicultural. Trataremos neste capítulo da contextualização e explicitação de fenômenos e processos interligados à produção das representações da localidade, para a elaboração de nosso quadro analítico da cidade de Armação dos Búzios.

Identificamos, com as mudanças ocorridas a partir da década de 50, o fenômeno que chamamos de modernização de Búzios, que guarda relevantes singularidades.

Trata-se, na nossa perspectiva, de um tipo de modernização que parte de um dilema inscrito, por um lado, na busca da identidade local como mecanismo estratégico para formatação de uma imagem peculiar de cidade e, por outro lado, na ruptura de certas práticas sociais e econômicas estruturantes da identidade historicamente construída. Essa visão do moderno, como percebemos, não rompe completamente com as raízes do local, mas prepara a reinvenção seletiva e excludente da história do lugar.

Vale evidenciar, neste momento, uma importante conexão entre a problemática da modernidade e a da identidade: o contexto histórico das experiências modernas.

Antes da modernidade, o mundo era considerado como dado. A determinação divina (inquestionável) regia o mundo e perpassava os três campos da cultura (ético-político, estético e gnosiológico). Havia um sentido maior, um fundamento comum transcendental, que permitia a experiência de uma totalidade entre estes campos e que impedia que os homens estabelecessem relações identitárias entre si, em função da conexão totalizante que tornava o “outro” idêntico ao “eu”. Os valores que determinavam a identidade - pessoais e relacionais - eram concebidos por harmonia a esses princípios transcendentais, permitidos pela religião ou pelo mito. (ARAÚJO; NADER; OLIVEIRA, 2001).

A problemática da identidade só emerge no mundo moderno, possibilitada pelo princípio da liberdade, que estimulava o confronto entre diferentes visões de mundo. Este princípio afirmou-se através de três acontecimentos: “a Reforma - em que no âmbito subjetivo o sujeito passa a discernir por si, não mais por qualquer padrão religioso; e o Iluminismo e a Revolução Francesa - em que, em detrimento da jurisprudência, o livre jogo entre iguais opera como base à política” (ARAÚJO; NADER; OLIVEIRA, 2001, p. 1825). A unidade paradoxal - a unidade de desunidade (BERMAN, 1987, p. 15) - da época moderna vai permitir “um turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia” (BERMAN, 1987, p. 16), mantendo-se num “perpétuo estado de vir-a-ser”

(BERMAN, op. cit., p. 16), que se constituirá a partir de vitoriosas visões de mundo nascidas dos embates sociais.

Assim sendo, entendemos o processo identitário como um recurso estratégico moderno, envolvido na disputa pela criação da “realidade social”. Este recurso é acionado por grupos sociais dominantes formatadores de uma versão da “realidade” tornada hegemônica. Esses agentes produtores de um “pensamento único²⁵” classificam e são classificados, legitimando conceitos, práticas e representações, ao mesmo tempo em que negam outras visões de mundo, em desacordo com a sua posição na estrutura do espaço social. A identidade é, nesse ponto de vista, uma construção, oriunda deste processo.

A teoria do simbólico de Bourdieu (2004) orienta-nos no entendimento da disputa pelo poder na esfera da construção da “realidade”. A função social do simbolismo articula-se à função política autêntica. Nos termos deste autor,

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme seus interesses e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada por especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, do poder de impor - e mesmo de inculcar - instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários - embora ignorados como tais - da realidade social (2004, p.11-12)

Cabe lembrar que esse processo contínuo - que envolve a problemática da identidade - cristaliza resultados de acordo com as configurações sociais de cada

²⁵ Entendemos o “pensamento único” como idéias que são impostas ou apresentadas como consensuais ou superiores a todas as demais.

época. Esta mesma cristalização constitui um recorte arbitrário, com o qual o grupo dominante traz à tona o que pretende destacar, controlando a construção da memória coletiva.

Em vista disso, a construção da imagem de Búzios se dá através das lutas pela conquista da hegemonia sobre as representações, sobre o poder de enunciar os signos e símbolos locais, onde

Os símbolos são os instrumentos por excelência da <integração sócial>: enquanto instrumento de conhecimento e comunicação [...], eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social, que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração <lógica> é a condição da integração <moral> (BOURDIEU, 2004, p. 10).

A disputa simbólica associa a imagem dominante da cidade ao poder e interesses locais, de maneira a viabilizar a apropriação dos recursos **materiais** e **imateriais** do território.

A dimensão material, por seu lado, é capaz de reforçar e cristalizar os significados simbólicos, já que o espaço pode ser lido enquanto significante, suscetível a atribuições de significados, ou seja, o espaço detém possibilidades concretas de emitir mensagens e de constituir-se em *linguagem*. Assim, o poder desigual dos grupos sociais reflete também a apropriação desigual do mundo material e a divisão desigual de recursos territorializados.

Partindo desse horizonte, identificamos um conjunto de investimentos modernizadores em Búzios impostos a partir da retórica identitária, constituinte do próprio processo de modernização da cidade, na medida em que legitima posições de grupos de poder no quadro de mudança estrutural da cidade.

Para uma melhor compreensão histórica, propomos a sistematização das principais informações relevantes para nossa análise quanto a enunciação do local pelos meios de comunicação, os instrumentos legais, as mudanças institucionais, as intervenções urbanas, os investimentos e empreendimentos (*Quadro 01*). Essas informações constituem , na nossa visão, um conjunto de elementos explicativos - que relacionam-se dialeticamente - fundamentais para o entendimento do processo de modernização de Armação dos Búzios.

**Quadro 01 - Cronologia do processo de modernização em Armação dos Búzios
- 1950/2005**

DÉC	ANO	HISTÓRICO	ESPECIFICAÇÕES
50	~1950	Abertura da rodovia litorânea Niterói - Campos dos Goytacazes.	Executada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.
	1950	Implantação da primeira estrada / avenida José Bento Ribeiro Dantas.	Ação implementada pelas famílias Sampaio e Ribeiro Dantas .
	~1951	Propaganda “boca a boca”.	Produção social da imagem. Estrangeiros se hospedam na casa de José Bento Ribeiro Dantas.
	~1951	Pavimentação da av. litorânea Niterói-Campos dos Goytacazes.	Ação do Governo do Estado do Rio de Janeiro
	1951	Abertura da primeira linha de ônibus Cabo Frio / Búzios.	-
	1951	Construção da primeira residência de veraneio em Búzios.	Propriedade de José Bento Ribeiro Dantas.
	1951	Surgem os primeiros loteamentos e venda de terrenos em Búzios.	Execução da empresa ECIA Odeon (Joaquim Sampaio - herdeiros de Honold).
60	~1960	Construção da 1ª casa de estrangeiros, chegada à Búzios da 1ª bomba de gasolina e do 1º telefone.	A 1ª casa de estrangeiros foi construída por André Mouraviev.
	1964	Brigitte Bardot se hospeda em Búzios.	Aparição de Búzios na mídia nacional e internacional.
	1967	Invenção / início do <i>boato</i> que deu origem ao “ <i>Estilo Búzios</i> ”.	Discurso construído pelo arquiteto Otávio Raja Gabaglia.
70	1971	Projeto e colocação das pedras na “Rua das Pedras”.	Intermédio do arquiteto Otávio Raja Gabaglia e do empresário César Thedim.
	1974	Inauguração da ponte Rio-Niterói.	Facilidade e maior rapidez no acesso à região.
	1976	Assassinato de Ângela Diniz - famosa socialite - em Búzios.	Retorno do tema <i>Búzios</i> aos noticiários.
	1976	“Movimento buziano”: grande chegada/ “tomada” dos argentinos.	Provocado pela crise instaurada na Argentina.
	~1977	Expulsão dos habitantes nativos (baixa-renda) para a periferia.	Fruto da especulação imobiliária.
	1979	Proibição de construção de edificações com mais de dois pavimentos no distrito de Armação dos Búzios.	Lei de Zoneamento e Parcelamento e Uso do Solo de Cabo Frio.

80	~1980	Estrada é asfaltada: avenida José Bento Ribeiro Dantas.	
	1981	Implantação dos empreendimentos <i>Marina Porto Búzios</i> e o <i>Nas Rocas Islands</i> .	Empreendimentos implantados pela família Modiano.
	1981	Campanhas publicitárias nacionais e internacionais. Fundado o jornal <i>O Perú Molhado</i> .	Jornal <i>O Perú Molhado</i> tem papel importante no lançamento dessas campanhas.
	1985	Início da campanha para emancipação de Búzios.	Campanha publicitária promotora de consenso em prol da emancipação, veiculada em diversas escalas.
	1988	Inaugurado o aeroporto na Rasa, Búzios.	Empreendido da família Modiano.
	~1981	Inaugurado precário sistema de abastecimento de água.	Ação do Governo Estadual do Rio de Janeiro.
90	1993	Fundada a ENARQ - Associação de Engenheiros e Arquitetos (então ENAC).	Em 16 de abril de 1993, em assembléia realizada com 29 membros, já formatada dentro dos desejos emancipacionistas.
	1994	Inauguração do <i>Grand Cine Bardot</i> .	Iniciativa do argentino radicado em Búzios, Mário Paz.
	1996	Plano Estratégico de Búzios (PEB).	Coalizão de forças ativas locais, composta oficialmente pela Associação de Engenheiros e Arquitetos e Construtores, Associação de Hotéis e Associação Comercial de Búzios.
	1995	Emancipação de Armação dos Búzios.	Lei nº 2498, de 28 de dezembro de 1995.
	1995	Fundado o jornal <i>O Buziano</i> .	Por Tito Rosemberg.
	1996	Campanhas eleitorais para nova prefeitura de Armação dos Búzios.	Luiza Brunet cogita de candidatar.
	1996	Eleição do primeiro prefeito Delmires Braga, o "Mirinho"- PDT	O "Mirinho" é filho de pescador da região.
	1997	Inauguração da "Orla Bardot".	Constituiu intervenção urbana de revitalização da Orla da praia da Armação.
	1997	Instalação do município de Armação dos Búzios.	No mês de janeiro de 1997.
	1997	Promulgada a Lei Orgânica de Armação dos Búzios.	Data do dia 11 de novembro de 1997
	1997	Inauguração do Pórtico de Búzios	Inaugurado no dia 27 de dezembro.

	1999	Início da implantação de estátuas temáticas no território buziano.	1999 - Estátua de Brigitte Bardot / 2000 - Estátua dos pescadores / 2000 - Crianças na Praça dos Ossos / 2001 - Negro na Rasa / 2002 - Profeta em Manguinhos / 2002 - Crianças na Rua das Pedras (menino em cima do poste e menina na fonte) / 2003 - Vela instalada em frente ao Pórtico de Búzios.
00	2000	Criação de incentivo fiscal, previsto em lei, para edificações que se enquadrassem no “ <i>Estilo Búzios</i> ” de arquitetura.	Incentivo previsto pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 002, de 24 de fevereiro de 2000).
	2000	Revitalização da praça dos Ossos	Intervenção da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios.
	2001	Inaugurada capela Nossa Sra. Desatadora dos Nós	Surgimento do turismo religioso em Búzios.
	2001	Início do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios.	A elaboração do Plano Diretor previa a produção concomitante da lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e do Código de Obras do município.
	2001	Definição de Áreas de Preservação Ambiental (<i>APA Estadual do Pau Brasil, Parque da Lagoinha</i>)	Intervenção do Governo do Estado do Rio de Janeiro.
	04/05	Eleito prefeito Antônio Carlos Pereira da Cunha - PMDB.	Conhecido como “Toninho Branco”.
	2005	O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, entregue à Câmara em 2004, entra em processo de “revisão”, parando o processo de votação na Câmara Municipal.	Ação empreendida pela nova gestão que caracteriza-se enquanto oposição à gestão anterior.
	2005	Tentativas de aprovar, na Câmara Municipal, o Decreto que institui o licenciamento a edificações somente se utilizarem de parâmetros que definem o “ <i>Estilo Búzios</i> ” em todo o território buziano.	Governo do prefeito Toninho Branco.

Fontes:

- CUNHA, 2002, 1997;
- Documentos oficiais disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios - PMAB;
- JUSTUS, 1996 / CARNEIRO, 1997;
- Pesquisas em diversas edições do jornal *O Perú Molhado*;
- Informações diretamente obtidas na Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios - SECTUR / PMAB.

Para a formulação do *Quadro 01*, selecionamos acontecimentos que julgamos relevantes para entendermos os elos referentes às possibilidades históricas e ao rumo tomado, através do projeto de modernização do território buziano. Para tal, nos orientamos através da perspectiva de Santos (1988), quanto a interação de *fixos* e de *fluxos* para a formação do espaço.

Estes conceitos revelam o caráter social da materialidade, já que os fluxos se originam, chegam ou passam pelos fixos. Um fixo, ou um objeto geográfico, é também um objeto social, graças aos fluxos (movimentos, circulação) gerados.

Entendemos, desse modo, que a dinâmica gerada entre os sistemas de objetos (dotação técnica do território) e os sistemas de ações (fluxos provenientes das implementações), estruturaram o espaço buziano, imprimindo-lhe uma tipologia e uma sociabilidade. A materialidade e imaterialidade, geradas a partir dessa dinâmica, serão tratadas a seguir, com maiores detalhes, tendo como apoio os condicionantes elencados naquele quadro cronológico (*Quadro 01*).

1.1 Condições prévias: a preparação da cidade

Consideramos necessário discorrer sobre as condições sócio-espaciais da produção da imagem da cidade, na medida em que os investimentos (o meio técnico) e os recursos naturais (o meio natural) condicionam os propósitos e as metas para o lugar. Sendo assim, em proximidade ao pensamento de Milton Santos, concordamos com a afirmação de que “os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social” (2004, p. 248).

Estes três aspectos - investimentos técnicos, o meio natural e as imagens - conformam o contexto da modernização de Búzios, no sentido anteriormente descrito.

Durante toda a primeira metade do século XX, o acelerado processo de urbanização em curso no país não alcançou o território de Búzios. Na década de 50, essa pequena localidade desenvolvia atividades de subsistência e constituía o terceiro distrito de Cabo Frio, o mais importante pólo da região.

A partir dos anos 50, com a implantação de rodovias e a abertura de vias, inaugura-se pequeno fluxo de visitantes, direcionado para esta porção do Estado. A integração permitida pelas facilidades de acesso consolidou o processo de modernização no lugarejo. Essas ações traduzem-se em:

– **Pavimentação da rodovia litorânea Niterói - Campos dos Goytacazes²⁶ (RJ-106)**, executada pelo governo estadual no início dos anos 50. Mesmo não percorrendo o território de Búzios, permitiu um fluxo direcionado àquela parte da região.

– **Criação da companhia ODEON ou Irmãos Araújo e do primeiro loteamento de Búzios (1951)**

Os “Sampaio”²⁷ (Jack e Boy Sampaio), herdeiros de grande porção de terras no lugarejo, implantaram, em 1951, o “**primeiro loteamento de Búzios** para construção de casas de veraneio²⁸ na praia de Manguinhos, cujos proprietários eram todos diplomatas estrangeiros e famílias da burguesia brasileira” (CUNHA, 2002, p. 2).

– **Abertura da primeira estrada do balneário (1951): a avenida José Bento Ribeiro Dantas**

Essa ação foi fruto do investimento de José Bento Ribeiro Dantas²⁹ e, ainda hoje, firma-se como o mais importante eixo viário de Búzios. Essa avenida constitui a continuidade da RJ-106, permitindo atingir as terras buzianas.

– **Estabelecimento a primeira linha de ônibus Cabo-Frio-Búzios**, ainda em 1951.

Essa ação tem importância na configuração da base de apoio ao terceiro distrito de Cabo Frio, já que os serviços, em geral, concentravam-se na sede administrativa de Cabo Frio.

²⁶ A Rodovia Amaral Peixoto foi aberta na década de 40, e asfaltada somente na década de 50. Antes de sua abertura, “as comunicações com o Rio de Janeiro eram precárias fazendo-se sobretudo, por via marítima ou pela Estrada de Ferro Maricá, através da qual atingia-se Niterói depois de mais de um dia de viagem” (COELHO, 1986, p. 67).

²⁷ Eugene Honold, alemão de nacionalidade, descobriu o local e foi o maior dono de terras de Búzios. Comprou a fazenda Campos Novos, plantou bananas para exportar para a Alemanha e comprou terras nas praias dos Ossos, Armação, Tartaruga, Azeda e Forno. Por volta de 1950, Joaquim Sampaio, cunhado da neta de Eugene Honold empreendeu o primeiro loteamento da localidade. Paulo Sampaio havia herdado a maioria das terras de Búzios por conta de seu casamento com Gilda Sampaio, neta de Eugene Honold.

²⁸ Ver a Tese de Maria do Socorro Alves Coelho, A Segunda Habitação: Reflexões sobre a expansão da metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, PUR, 1986.118p.

²⁹ José Bento Ribeiro Dantas era, na época, Presidente da empresa aérea Cruzeiro do Sul.

Além dessas ações, outras condições espaciais favoreceram as mudanças que afetarão o lugarejo a partir de meados da década seguinte (década de 60). São elas:

- **A proximidade com o Rio de Janeiro e, por conseqüência, de aeroportos;**
- **A condição natural: a beleza de suas terras e paisagens³⁰.**

Merece destaque na nossa análise, entre os proprietários do primeiro loteamento de Búzios (1951), José Bento Ribeiro Dantas³¹, por seu papel determinante como “anfitrião”, influenciando na prática de visitação à cidade por **pessoas de alto poder econômico e simbólico**, apresentando o lugarejo a ilustres convidados, todo final de semana, inclusive os **estrangeiros** que vinham de diversas partes do mundo e que se hospedavam em sua casa em Manguinhos³².

Esta persona - que incorporou o “patrono” e o “paizinho de Búzios” da população local (JUSTUS, 1996, p. 134) -, tratou de divulgar a cidade aos seus amigos influentes da alta elite nacional e internacional, além de se apresentar como

³⁰ A forte atração de pessoas para essa região foi ocasionada também pela abundância da caça submarina, trazendo amantes desse esporte a Búzios (CUNHA, 2002; JUSTUS, 1996).

³¹ Em entrevista ao Jornal local *O Perú Molhado* de outubro de 1987, Eudóxia Ribeiro Dantas, já viúva de José Bento, relata: “Naquela época [refere-se a 1955] as pessoas ‘de fora’ eram poucas e nós tínhamos a casa aberta a todos, todos os sábados. As pessoas iam jantar na minha casa, especialmente o pessoal do corpo diplomático. A embaixada completa da Inglaterra passava os fins de semana em Búzios. E eram animadíssimos, ao contrário do que pudemos supor. O carnaval e as festas de fim de ano foram as temporadas mais divertidas de Búzios para mim. Já naquela época havia muitos franceses. Grande parte vinha direto do Galeão [hoje, Aeroporto Internacional Tom Jobim] sem passar um dia sequer na Capital” (*O Perú Molhado*: outubro de 1987, apud Justus, 1996, 27).

A viúva de José Bento Ribeiro Dantas clarifica a importância histórica da hospedagem oferecida por seu marido quanto aos visitantes de alta classe social do lugarejo, em mais um depoimento: “As relações do meu marido [José Bento Ribeiro Dantas] transformaram nossa casa numa espécie de embaixada para os primeiros visitantes de Búzios [...] A embaixada da Inglaterra transferia-se em peso para Manguinhos nos sábados e domingos de sol” (MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?).

³² Entre os convidados de prestígio, Charles Read, representante da “Rolls-Royce” no Rio e, André Mouravieff, da delegação da ONU no Rio de Janeiro. Mouravieff era filho do príncipe Apostol que, em 1914, foi o último Tzar da Rússia, na Inglaterra e, durante a guerra imigrou para o interior do Brasil. Em Búzios, foi o primeiro estrangeiro a construir residência, instalou o primeiro telefone e a primeira bomba de gasolina locais (JUSTUS, 1996, p. 27-28). Depois, em 1964, hospedou Brigitte Bardot em sua residência em Manguinhos.

o benfeitor do lugarejo, “responsável pela abertura da estrada Búzios-Rasa e do canal de saneamento Saco Fora-Manguinhos; pelo cais de pedra desde o mangue até a Armação e muitos outros benefícios comunitários” (CUNHA, 2002, p. 2).

Desse modo, foi baseado no discurso patriarcal de responsável pelas melhorias das condições de vida da população local que, estrategicamente, abriu novas frentes de investimento para o capital imobiliário, dando início à implementação de loteamentos e venda de terrenos³³ e introduzindo ares de modernidade no lugarejo. Nesta direção, Maricato lembra a “simbiose entre aberturas de grandes vias e a criação de oportunidades para o investimento imobiliário” (MARICATO, 2002, p. 158), supondo até que seria a lógica da rentabilidade imobiliária que orientaria esse tipo de investimento.

A criação do primeiro loteamento de Búzios e a abertura da avenida José Bento Ribeiro Dantas interligam-se, explicitando uma ação que viabiliza outra (nos termos de MARICATO, op. cit.). Desse modo, com investimentos de particulares, o lugarejo abriu suas “portas” para os visitantes, permitindo a exequibilidade dos loteamentos e a venda de terrenos. Assim, inaugura-se a veia econômica moderna da cidade vinculada ao turismo de veraneio, à divisão e à internacionalização de suas terras.

A década de 50 assistiu a uma série de investimentos técnicos e em infraestrutura básica, executados, principalmente, por particulares, representantes da classe dominante.

³³ Entretanto, esse mecanismo discursivo não foi criado pelo Estado, que comumente utilizava-se desse instrumento legitimador da própria instituição, e sim por empreendedores particulares.

1.2 Representações apropriadas e difundidas pelos meios de comunicação: a construção da imagem externa

Ainda na década de 50 e início da década de 60, a divulgação da localidade acontecia pelo sistema de propaganda “boca a boca”; porém já se delineava um grupo com características sócio-econômicas específicas³⁴. Eis que entre os veranistas da burguesia nacional e estrangeira, atraídos pelos relatos dos que lá estiveram, chega ao lugarejo a mais famosa e desejada atriz francesa, Brigitte Bardot, em 1964³⁵. Esse fato constituiu, sem dúvida, a grande inflexão e marco histórico simbólico da projeção transescalar de Búzios.

O vilarejo encontrado por Brigitte Bardot possuía

[...] uma escola em Manguinhos, onde estudou toda a velha guarda de Búzios, 3 armazéns e um sub-cartório. Nesta década já havia sido implantada a iluminação elétrica, fornecida por um motor a diesel, localizado na Usina, acionado ao anoitecer para funcionar até a meia noite, nos sábados e domingos. Dois aparelhos telefônicos com manivela e auxílio de telefonista, ligados em extensão, um em Manguinhos e outro na praia dos Ossos, e um posto de saúde precário, equipado com água a bomba e fogão à lenha [...] o núcleo central da cidade, na época, limitava-se à praia dos Ossos, coexistindo com outra concentração em Manguinhos (Armação dos Búzios (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 7).

A dimensão simbólica do vínculo entre Brigitte Bardot e a localidade, segundo Justus, “despertou um duplo movimento identificatório: o fetiche feminino de ser como Brigitte, famosa, rica, internacional e valorizar a vida simples do

³⁴ Essa seleção social fundadora aparece no depoimento que segue: “[...] Mas era da época da pré-ponte, eram pessoas de nível sócio-cultural, de um modo geral, alto, eram poucas pessoas, muito pouca gente mesmo e nós vivíamos num paraíso...Isso foi um misto de sorte por esse cuidado das pessoas, quer dizer, foi o destino de Búzios. Porque as pessoas que vieram para cá eram pessoas de um nível cultural muito alto [...]” (Otávio Raja Gabaglia em depoimento para JUSTUS, 1996, p. 112).

³⁵ Brigitte Bardot se hospedou em Búzios duas vezes em 1964.

lugarejo; e o fetiche masculino de ser como Zagury, brasileiro, e namorar, em Búzios, uma celebridade francesa”³⁶ (1996, p. 30).

O romance de Brigitte Bardot e Bob Zagury (um marroquino naturalizado brasileiro que a conheceu na Europa) teve, como ambientação, a aldeia de pescadores, de população simples³⁷ - ver *Foto 01*. Encantada com a localidade, a atriz voltou no mesmo ano, acrescentando maior “encanto” à região, projetando a pequena e singela localidade, de maneira explosiva, na mídia nacional e estrangeira. O distrito de Búzios era apresentado, então, como *paraíso natural e aldeia de pescadores*, fortalecido pela carga simbólica trazida pela presença de Brigitte Bardot no lugar.

Foto 01: Brigitte Bardot e Bob Zagury em Búzios (janeiro de 1964)



Foto de Denis Albanèse.

³⁶ E, citando Bleichmar, completa: “[...] trata-se de uma instância resultante da convergência entre o narcisismo e as identificações que são feitas ao longo da vida, entre elas aquelas com os ideais coletivos. Constitui um modelo ao qual o sujeito procura conformar-se. É algo fantasiado, como algo que não é, mas se fosse, traria consigo o “prazer ideal” (BLEICHMAR, 1987 apud JUSTUS, 1996).

³⁷ Algum tempo depois da hospedagem de Brigitte Bardot em Búzios, empresários da indústria do turismo e comerciantes, em geral, não mediam esforços na tentativa de receber novamente a musa francesa.

A imagem romântica, valorizada pela presença de Brigitte Bardot no cenário buziano, teve continuidade trágica, mas que não impediu o fortalecimento do vínculo entre Búzios e grandes paixões. Em dezembro de 1976, o lugarejo retorna ao noticiário internacional através do assassinato, em denso clima de mistério, de Ângela Diniz, uma das mais famosas “socialites” brasileira dos anos 70 - conhecida como “A Pantera de Minas”. Ângela foi morta com quatro tiros, disparados por Raul Fernandes do Amaral Street, o “Doca” Street, seu namorado de então³⁸.

A imprensa local, nacional e internacional explorou o fato exaustivamente, inclusive na “Argentina, Uruguai, França, Estados Unidos, até em países africanos” (SILVA, 1980, p. 295). As fotografias de Ângela, bem como o nome e imagens de Búzios (na época ainda terceiro distrito de Cabo Frio), inscreveram-se no imaginário coletivo, associando o balneário a paixões, crime, ao estilo de vida simples, mas com alto valor simbólico. Os nomes dos amigos do casal da alta sociedade, que prestaram depoimentos, refletiam a imagem de *paraíso elitizado* de Búzios.

Com base nas representações de *paraíso natural*, *aldeia de pescadores* e *cidade dos amores*, a mídia começa por conduzir e formatar a imagem da localidade. Os fatos, em que baseavam-se os meios de comunicação, projetaram a imagem de Búzios como um lugar de pessoas bonitas, ricas, influentes e famosas. Dessa associação, Búzios passa a traduzir um local que fazia jus a adjetivos paradisíacos, e a representar símbolo de *status* social - relacionado aos veranistas e turistas que lá construíram sua segunda residência. A partir desses significantes, já reconhecidos

³⁸ Sobre o crime envolvendo a morte de Ângela Diniz, ver o livro publicado em 1980, *A Defesa tem a Palavra* (o caso Doca Street e algumas lembranças) de Evandro Lins e Silva, com o detalhamento do processo criminal de Doca Street, além de repercussões do fato na mídia. O crime mobilizou movimentos sociais contra a violência à mulher sob o lema: “Quem ama não mata”.

pela coletividade, a imagem hegemônica de Búzios é externalizada com forte impulso transescalar.

A soma dessas representações acabou vinculando-se à figura da mulher que, como veremos mais adiante, será reproduzida com a finalidade de estender e explorar estrategicamente a associação desse significado ao lugar, em novos híbridos culturais.

1.3 De Aldeia a Balneário: mudanças estruturais

Neste mundo, estabilidade significa tão somente entropia, morte lenta, uma vez que nosso sentido de progresso e crescimento é o único meio de que dispomos para saber, com certeza que estamos vivos. Dizer que nossa sociedade está caindo aos pedaços é apenas dizer que ela está viva e em forma (BERMAN, 1987, p. 94).

A mudança estrutural que Búzios atravessou, desde a projeção explosiva de meados da década de 60, explicitou a substituição da *aldeia dos pescadores* pelo *balneário sofisticado*, levando os primeiros protagonistas de sua história, os pescadores e seus descendentes, a um papel cada vez mais secundário no processo de construção social da cidade. Essa mudança, ao nível macro, repercutiu nas dimensões simbólica, econômica e social do novo quadro social em formação.

Após o trabalho da mídia em torno de Brigitte Bardot, o governo fluminense instalou a energia elétrica, impulsionando a prestação de serviços aos “visitantes” e estimulando o surgimento de negócios, inexistentes até então.

Constatamos, no movimento histórico permanente, vicissitudes expansivas nas diversas esferas que conformam a vida do lugar: simbólica, econômica, material-urbana e comunicacional. Dentre as mudanças estruturais,

ocorridas a partir da década de 50 - que integram a modernização de Búzios -, destacamos:

1.3.1 A turistificação do lugar

O processo de *turistificação*³⁹ guarda múltiplas relações com as dimensões econômica, espacial, cultural e política. A influência que a atividade turística exerce na organização dos espaços onde se instala, diversifica a economia alterando os perfis de emprego, de renda e da base produtiva. O espaço passa a ser utilizado, concomitantemente, como meio de produção e produto de consumo. A cultura também é convocada a participar da formação do produto turístico. Desse modo, o nexo formado entre a atividade turística e a cultura transforma os valores, o estilo de vida e os padrões de consumo da população local. Uma outra adequação ao processo de turistificação manifesta-se politicamente ao redefinir o papel do Estado como administrador e financiador da infra-estrutura com finalidade turística.

Respalhada pelo discurso desenvolvimentista (inaugurado nos anos 60), a nova ordem urbana veio ao encontro da **imposição do destino turístico à cidade**. Instituiu-se, assim, uma atividade econômica que dependia da “reputação” de Búzios, em comparação a de outros lugares. Buscava-se, portanto, garantir a continuidade da atração de pessoas e investimentos para o *desenvolvimento e crescimento econômico da cidade*.

O turismo era apresentado como atividade óbvia, evidente, relacionada às potencialidades locais, exemplificadas com a beleza natural local, as diversas praias,

³⁹ O fenômeno da generalização espacial do turismo ou a *turistificação* de lugares (termo trabalhado no campo da geografia) corresponde à acomodação do território para a finalidade turística. Entendemos que os processos que relacionam-se a esse fenômeno, derivam ou expressam a transnacionalização no nosso estudo de caso, em específico.

e valorizadas pelas imagens produzidas do lugar. Com objetivos clarificados e oportunidades de ganhos em grande escala, a elite dominante local agiu no sentido de preparar as condições simbólicas e materiais adequadas ao exercício de “vocação” pré-estabelecida e de buscar legitimar ações implementadas no espaço buziano orientadas para a atividade turística. O processo de turistificação de Búzios deu-se concentrado no território compreendido entre Ossos e Manguinhos, os primeiros núcleos urbanos constituídos a partir das forças locais. Dessa maneira, o território passou a ser moldado e acomodado ao seu novo destino.

A alocação e a apropriação de recursos na viabilização financeira da atividade turística, impressa na relocação dos grupos sociais anteriormente estabelecidos, tinha como arma básica o “consenso” imposto de que o turismo possibilitaria a obtenção de trabalho ou ocupação favorável a uma possível mobilidade sócio-espacial.

Desde a década de 50 o desenvolvimento econômico esteve associados, pelos agentes detentores do poder de enunciação e de capacidade de investir a benefícios vinculados à redistribuição de renda, à garantir a equidade social e à melhoria na qualidade de vida. Diversos autores alertam para o perigo de atribuir ao desenvolvimento econômico, melhorias sociais inexoráveis,

[...] como se ele, em vez de um simples meio de promoção de qualidade de vida e justiça social, fosse um fim em si mesmo [...], uma vez que, entre o crescimento e a modernização, de um lado, e a satisfação das várias necessidades humanas (materiais e imateriais), muitos fatores de natureza não econômica (políticos, culturais...) se fazem presentes, dificultando ou facilitando a tarefa (SOUZA, 2003, p. 97).

Desenvolvendo esta reflexão, SOUZA (2003) adverte-nos para os limites do próprio modelo econômico capitalista em sua capacidade de produzir justiça social e também no que concerne a exploração do trabalho assalariado.

Os condicionantes, os agentes que intervieram localmente, juntamente com a mitificação de alguns fatos, contribuíram historicamente para a conformação exclusivista (e excludente) da cidade. Deste modo, a partir da década de 50, especialmente depois de 1964, a cidade “desenvolveu-se” em prol de um novo fluxo de pessoas de alto poder aquisitivo, em detrimento dos que já habitavam ali.

1.3.2 Implementos do meio técnico (infra-estrutura)

A implementação de facilidades de acesso, verificada a partir da década de 50⁴⁰ e continuada nas décadas seguintes, remete-nos à perspectiva da difusão da técnica enquanto fenômeno social, com dupla influência sobre o espaço: primeiro, em relação a sua ocupação (avenidas, rodovias e ponte, nesse caso específico) e, em segundo, em relação às transformações espaço-temporais trazidas, tais como a redução do tempo dispensado em viagens sobretudo na conexão com centros metropolitanos e, nesse caso, com a metrópole do Rio de Janeiro.

Com a **inauguração da ponte Rio-Niterói**, em 1974, o encurtamento de distâncias e as facilidades de acesso geraram o aumento do número de visitantes ao lugarejo, principalmente da alta burguesia do Rio de Janeiro.

⁴⁰ Com a pavimentação da rodovia litorânea Niterói-Campos dos Goytacazes / RJ-106, com a abertura da avenida José Bento Ribeiro Dantas e a implantação da linha de ônibus Cabo Frio - Búzios na década de 50 e, ainda, com a construção da ponte Rio-Niterói, em 1974.

1.3.3 Consolidação da internacionalização da cidade

Desenvolve-se, ao longo da década de 70, o movimento denominado “a tomada dos Argentinos” (JUSTUS, 1996, p. 32), que caracterizou-se pelo grande fluxo desta nacionalidade e a apropriação territorial de Búzios. Essa apropriação deu-se de forma espacialmente concentrada nos espaços *turistificados*, onde “o comércio é dominado por imigrantes, sendo uma grande parte de estrangeiros, notadamente os argentinos” (BARBOSA, 2003, p. 38).

Segundo CUNHA, apesar do distrito-sede de Cabo Frio constituir o grande pólo concentrador da região, a situação de clandestinidade de muitos estrangeiros acabou por levá-los, em volume surpreendente, a Búzios, que surgia como alternativa mais afastada da intensa fiscalização (2002).

A atração de argentinos pelo balneário possuía, segundo Daisy Justus (1996), raízes ainda mais profundas. Os habitantes de Buenos Aires, habituados ao fenômeno histórico-sociológico portenho denominado *mimetismo europeísta*, talvez apreciassem experimentar um tipo de dualidade - “ser Europa” e “ser América”, presente na atmosfera buziana desde a chegada dos primeiros estrangeiros, entre eles numerosos franceses e suíços, que tradicionalmente apresentam uma forte atração por penínsulas (JUSTUS, 1996). Assim como a capital Argentina, Búzios também sustentava os opostos num equilíbrio mantido pelas fortes raízes locais e a inclinação “estrangeirista” dos novos hábitos trazidos pelos europeus.

Nos anos 70, entram em cena também os *hippies*, atraídos pelo pequeno policiamento no lugarejo e pela natureza exuberante do local. Aventuraram-se por lá atrás de liberdade, segundo Cunha (2002), hippies estrangeiros que disseminaram a

prática de sexo livre, o consumo de drogas e as festas de embalo, iniciando assim uma das vertentes do turismo buziano: o lazer noturno.

1.3.4 Expansão do porte dos empreendimentos

Superada as distâncias com o novo meio técnico, concomitantemente ao processo de consolidação do turismo como atividade econômica nos anos 70⁴¹, criaram-se, no início dos anos 80, condições para que os empreendimentos aumentassem seu porte, sobretudo em relação ao caráter suntuoso de suas instalações. O aumento da demanda por novos investimentos viabilizava o lugar como ponto privilegiado de apropriação de excedente econômico nas escalas nacional e internacional.

O capital investido, que deu origem a empreendimentos de maior porte, demonstra a presença efetiva do investidor estrangeiro, resultando na (des) apropriação dos recursos locais. No início dos anos 80, o imigrante franco-argeliano Umberto Modiano constrói, somente por sua iniciativa, um pomposo complexo na Rasa, iniciando uma nova materialidade em Búzios. Essa nova materialidade inaugurava um formato, corporativo e fragmentador, premonitório das formas dominantes, posteriormente desenvolvidas neste território. Este complexo configurou, também a fase de investimentos pré-península⁴², que, na década de 80 desenvolveu-se no litoral da Rasa. Este complexo pioneiro era composto por:

⁴¹ Nos anos 70, o turismo foi fortemente alavancado. Houveram muitos financiamentos, além da criação de órgãos articulados a esta atividade.

⁴² No início da década de 80, quando iniciou-se a construção do Marina Porto Búzios (o primeiro empreendimento do complexo), o sistema de abastecimento da água era precário e a avenida José Bento Ribeiro Dantas estava ainda recebendo o asfaltamento. Desse modo, ainda não era viável empreendimentos de grande porte na península de Búzios.

– um hotel 5 estrelas (o *Nas Rocas Islands Hotel*, localizado na Ilha Rasa) - Ver *Foto 02 e 03*,

Foto 02: Empreendimento *Nas Rocas Islands Hotel*, implantado na ilha Rasa



Fonte: arquivo do jornal *O Perú Molhado*.

– um luxuoso loteamento, com a primeira marina localizada em Búzios - o *Marina Porto Búzios*⁴³ - ver *Foto 03, 04 e 05*.

⁴³ O *Marina Porto Búzios* compreende um loteamento no qual desenvolve-se um sistema de canais, abertos artificialmente para acesso a alguns lotes de pequenas embarcações, prevendo o desenvolvimento de atividades náuticas e de lazer. Segundo o Diagnóstico Ambiental, elaborado pelo IBAM, em 1999, o impacto ambiental causado pela abertura dos canais implica em problemas constantes de assoreamento.

Foto 03: Vista aérea (situação) da Ilha Rasa com o *Nas Rocas Islands Hotel* e parte do loteamento *Marina Porto Búzios*



Foto: MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?.

Foto 04: Abertura dos canais para embarcações do loteamento *Marina Porto Búzios* (janeiro de 82)



Fonte: MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?.

Foto 05: Vista aérea dos canais do loteamento *Marina Porto Búzios*



Fonte: Usina Comunicações LTDA.

- e um pouco mais tarde (em 1988), um aeroporto para operação de jatos médios.

Esse elevado investimento já denota a presença em Búzios, naquele momento, da indústria turística, considerando o porte desses empreendimentos e a expectativa de um usuário cada vez mais *elitizado*, inscrevendo o processo de polarização social na localidade. Este conjunto de empreendimentos implica num determinado nível de “fechamento” frente as condições pretéritas do lugar e denota uma materialidade voltada para a atração de pessoas, de alto poder aquisitivo.

É possível entendermos as distâncias econômicas, espaciais e sociais, marcadas com a implantação destes empreendimentos frente à formação pretérita buziana, a partir “da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos” (SANTOS, 2004, p. 61). Segundo Santos,

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também se modificam (2004, p. 61).

Assim, os fixos “provocam fluxos em função de seus dados técnicos, que são geralmente locacionais, mas, também, em função dos dados políticos” (SANTOS, 1988, p. 78). Nesta direção, com o tipo de dotação técnica (novos fixos), em Búzios, criaram-se uma nova tipologia de fluxos exclusivos. Reconhecemos, então, que o complexo empreendido na década de 80 no litoral da Rasa, rompeu com o entorno e passou a abrigar fluxos exclusivos (e excludentes), promovendo a homogeneização social no lugar. Passa a haver, então, uma estratégia dos fluxos dominantes para a apropriação e implantação de fixos.

Nessa mesma década, enquanto o governo estadual inaugura o precário sistema de abastecimento da água da ponta de Búzios, a Companhia Industrial Odeon - ECIA ODEON⁴⁴ implanta loteamento na praia de João Fernandes, expandindo a venda de lotes às colinas adjacentes (CUNHA, 2002, p. 2). É importante lembrar que esse loteamento só pôde ser implementado após a compra do direito de posseiros e a vitória judicial dessa empresa contra anteriores ocupantes dessas terras.

O grande volume e a origem múltipla do capital ali aplicado leva-nos a considerar o território tornado transnacional como forma de apropriação dos recursos territoriais de Búzios, num ritmo e numa intensidade estranhos à lógica das trocas locais. A expansão dos empreendimentos e os elevados investimentos advindos da apropriação estrangeira dos recursos territoriais da localidade são expressos, de maneira significativa, nas palavras de Umberto Modiano em entrevista ao jornal *O Perú Molhado*:

Búzios se dará muito bem, especialmente pelo investimento estrangeiro. Já houve provas como o *Saint Tropez* e o *Le Club*. Também os italianos de João Fernandes. O pouco que estou vendendo de terrenos e casas é praticamente em sua totalidade para estrangeiros. E nós somos essa glória de microclima e bom astral que não só atrai os tupiniquins como o estrangeiro, que fica fascinado (*O Perú Molhado*, 1991).

⁴⁴ A ECIA ODEON é uma empresa formada pelos herdeiros de Eugene Honold, conforme já citado antes, na nota n^o27.

1.3.5 Formação dos meios locais de comunicação

Simultaneamente ao aumento dos investimentos privados, inicia-se a implantação dos meios locais de comunicação⁴⁵. Em 1981, começa a circular o jornal *O Perú Molhado*, para o qual Umberto Modiano “era como um sócio, um *sócio-atleta*. Foi ele quem deu praticamente todo o suporte financeiro ao noticioso” (JUSTUS, 1996, p. 64).

A publicação desse jornal corresponde, também, à divulgação da cidade em diversas escalas, como é possível apreender na transcrição seguinte:

“Já houve época em que a tiragem do jornal era superior ao número de leitores da cidade, tempo em que era distribuído em toda a região (até as bancas da Avenida Rio Branco (RJ) recebiam *O Perú Molhado*) e também no exterior. A procura sempre foi muito grande em Buenos Aires e Mar Del Plata. Num desses dias de pesquisa na redação, encontrei ao chegar um argentino que estava recolhendo um exemplar de todos os números antigos disponíveis para mandar para um amigo em Buenos Aires. Disse-me que um bom regalo para alguns argentinos que conhecem Búzios é mandar alguns exemplares do Jornal” (JUSTUS, 1996, p. 64)⁴⁶.

As edições desse jornal acompanhavam também os negócios de Umberto Modiano. Eram produzidas edições em inglês ou espanhol, que divulgavam seus empreendimentos e, logo, as características excepcionais do lugarejo. Assim, o primeiro veículo de comunicação local vencia fronteiras, alcançando a

⁴⁵ Entendemos, em proximidade com Bourdieu, que as relações de comunicação são indissociáveis das “relações de poder que dependem, na forma e conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que [...] podem permitir acumular poder simbólico” (1989, p. 11).

⁴⁶ O clima de ansiedade da população local pela chegada dos números novos do *O Perú Molhado*, é relatado por Justus: “[...] aos sábados, quinzenalmente, por volta de meio-dia, há um clima de grande expectativa quanto à chegada do noticioso. O jornal é impresso no Rio de Janeiro e depois é trazido, por um dos seus diretores, para Búzios. A secretária aguarda sua chegada e já tem um motorista à disposição para auxiliá-la na distribuição junto aos principais pontos de comércio (lojas e restaurantes) e hotéis de Búzios. Por volta de dez horas da manhã, as pessoas já começam a passar pela redação, a pé ou de automóvel, para conferir a hora de sua chegada” (JUSTUS, 1996, p. 129).

transescalaridade comunicativa, envolvendo-se em importantes campanhas publicitárias da cidade.

O sucesso desse periódico confirma a relevância da imprensa local, que ultrapassa a escala do lugar. Na década seguinte, a afirmação dos meios locais de comunicação manifesta-se com a circulação do jornal *O Buziano* (1995) e, em seguida, com *O Pescador*, o *Siri na Lata* e o *Jornal Armação dos Búzios*, a revista *Búzios Mais*, o jornal *Ênfase* (2004), com duas rádios FM - a *Rádio Popular de Búzios* e a *Nativa Búzios* -, além de uma estação AM.

1.4 A (des) apropriação de Búzios: em direção às hipóteses

No seu movimento permanente, em sua busca incessante de geografização, a sociedade está subordinada à lei do espaço preexistente. Sua subordinação não é à paisagem, que tomada isoladamente, é um vetor passivo. É o valor atribuído a cada fração da paisagem pela vida - que metamorfoseia a paisagem em espaço - que permite a seletividade da espacialização (O grifo é nosso - SANTOS, 1988, p. 74).

Assumimos, diante de nossa opção metodológica, o elo existente entre a produção simbólica e a construção física do espaço. Assim, supomos que a coerência das representações em Búzios tem sido demonstrada - e estrategicamente reforçada - através de intervenções urbanas que efetivamente reforçam as imagens (e os projetos) dominantes. Dessa maneira, os nexos entre estes níveis de realidade passam a relacionar-se dialeticamente na nossa análise.

Vimos que a projeção das representações sociais pelos meios locais de comunicação apóia a criação da imagem hegemônica do lugar, influenciando na

consolidação da cidade como destino turístico, cabendo à economia local apoiar os ganhos da indústria do turismo.

Julgamos, diante disto, que a construção do consenso em torno da “vocação de Búzios” configura a produção de um mecanismo legitimador do projeto de cidade que foi responsável pela elitização do lugar.

Entendemos, assim, que o discurso hegemônico do turismo ocasionou o crescimento e a geração de empregos, porém como uma armadilha que trouxe ganhos efetivos apenas para alguns segmentos sociais. Dessa maneira, o discurso da “vocação de Búzios” legitima intervenções que favorecem a apropriação de recursos territorializados por minorias privilegiadas.

A “predestinação” de Búzios, absorvida no senso comum, associa o significante *Búzios* ao significado “cidade turística”. Esta associação pode ser lida através de URRY quando este autor questiona até que ponto os turistas podem ser responsabilizados pelos impactos econômicos e sociais supostamente negativos do turismo, e nos dá uma pista:

[...] isso é obviamente mais comum quando tais visitantes são economicamente e/ou cultural e/ou etnicamente distintos da população que os acolhe. É também mais comum quando esta população está passando por uma mudança econômica e social rápida (URRY, 2001, p. 87).

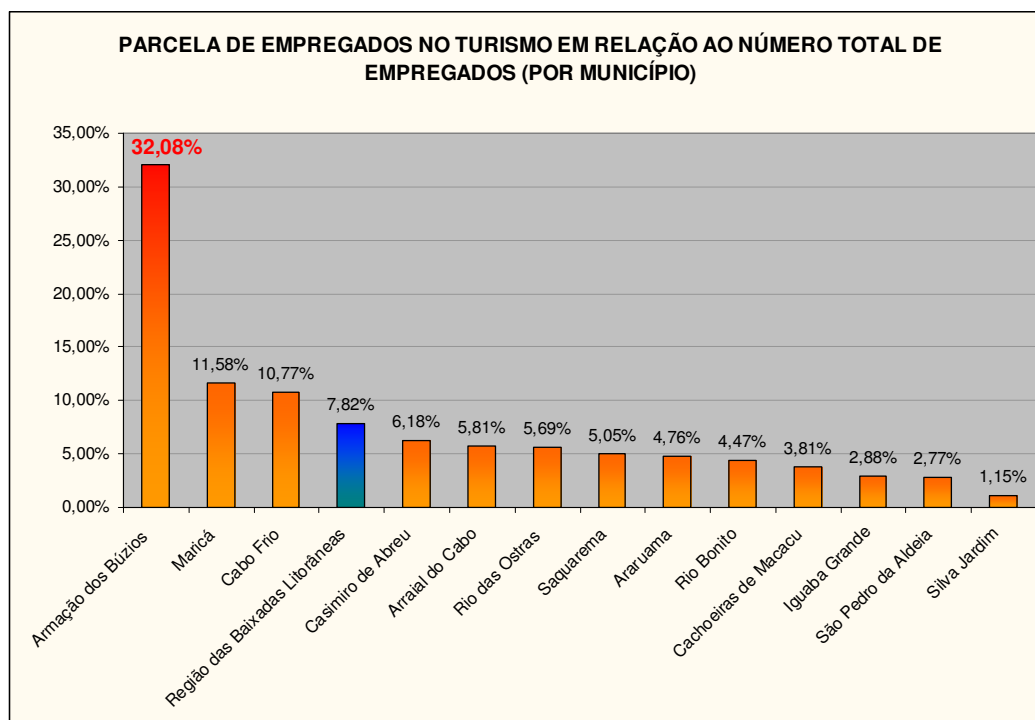
Ao constatarmos a expressiva quantidade de estrangeiros visitantes ou com residência fixa em Búzios, devemos desvendar os interesses específicos envolvidos, principalmente levando em consideração o poder simbólico detido por estrangeiros, portadores de uma assim considerada “cultura superior”. Nessa direção, alguns estudos já identificaram que a cidade importa trabalhadores para as

atividades mais especializadas durante a alta temporada. Estes, por sua vez, acabam por se fixar no município. Uma vez que é alto o custo de vida em Búzios, principalmente na península, os antigos moradores terminam por serem alocados nos bairros limítrofes da cidade, na parte continental, aumentando a periferia e, como não há trabalho suficiente durante o ano, ficam sem ocupação na baixa temporada, o que ocasiona problemas sociais sérios (BARBOSA, 2003)⁴⁷.

Reconhecemos que a construção econômica e ideológica do “talento natural” do *ente Búzios* para uma atividade econômica específica, produziu a dependência do habitante em relação ao ritmo e às características da atividade turística. Observe-se, no *Gráfico 10*, que, pelo volume dos empregados pela atividade turística, Búzios depende mais do que 4 (quatro) vezes desta atividade frente a média da Região das Baixadas Litorâneas e 3 (três) vezes mais do que o município de Cabo Frio.

⁴⁷ Esta dinâmica remete-nos ao “Banquete e o Sonho”, de Chico de Oliveira. Segundo este autor, àqueles que não aderiram (ou não conseguiram aderir) ao novo ritmo imposto ao lugar, restam somente as “sobras do banquete”. Enquanto uma minoria privilegiada, ritmada na cadência do “crescimento econômico”, empanturra-se, sob efeito da “gula” com que “devoram” as partes respectivas do “bolo do produto nacional bruto”, servido no “banquete de comemoração aos índices recordes do *crescimento*” (econômico, e, somente para alguns, obviamente).

Gráfico 10: Parcela de empregados no turismo em relação ao número total de empregados - Armação dos Búzios, 2001



Elaboração própria baseada em dados brutos - CIDE, 2005.

Ainda a Tabela 07 reúne informação relativa aos estabelecimentos hoteleiros instalados nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Com esta informação, verificamos que Armação dos Búzios apresenta um número inferior de estabelecimentos deste tipo somente frente à capital (Rio de Janeiro), superando todas as outras cidades deste Estado. Este dado revela o poder de definição do presente-futuro do lugar detido pelos empresários.

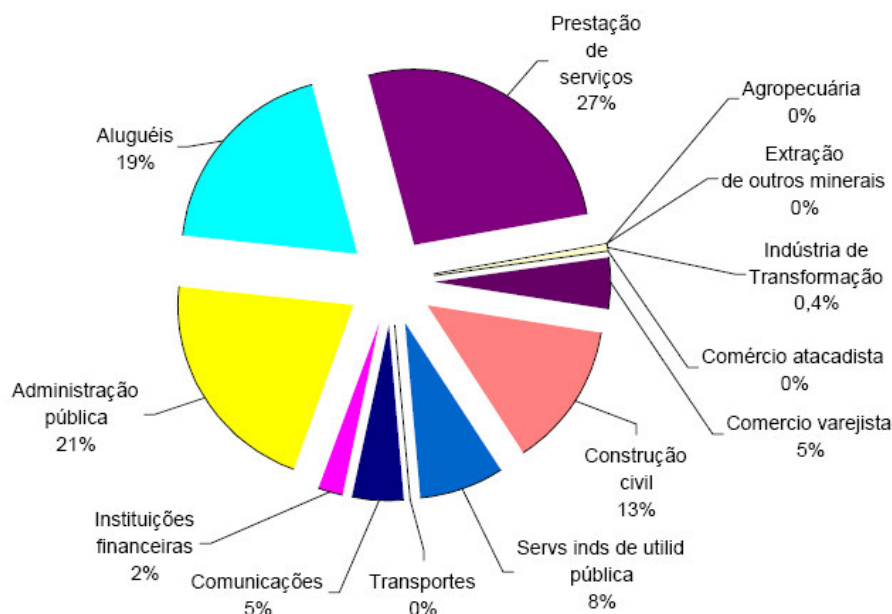
Tabela 07: Número de estabelecimentos hoteleiros dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (2002)

MUNICÍPIOS SELECIONADOS	ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS
Estado	1.800
Rio de Janeiro	475
Armação dos Búzios	138
Angra dos Reis	102
Itatiaia	78
Cabo Frio	74
Petrópolis	66
Nova Friburgo	65
Parati	64
Niterói	45
Teresópolis	45
Campos dos Goytacazes	39
Rio das Ostras	37
Macaé	36

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Mtbe - Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, apud Fundação CIDE. *Caderno Dados de Referência*, janeiro de 2005.

Também a composição do PIB em Búzios reflete sua estreita dependência em relação à atividade turística. Esta dependência evidencia-se quando notamos que as alternativas “prestação de serviços”, “aluguéis” e “construção civil” respondem por quase 60% de toda a riqueza (ver *Gráfico 11*). Estas 3 atividades são impulsionadas pelos serviços de hospedagem, que seguem em expansão, a julgar pela marcante participação da construção civil no cenário econômico municipal, numa resposta do capital imobiliário às demandas, cada vez maiores, por espaços e acomodações, sejam estas para uso permanente ou temporário.

Gráfico 11: Composição do PIB de Armação dos Búzios por atividades (2002)



Fonte: RIO DE JANEIRO (Estado), 2004.

1.4.1 Exclusão de memórias e práticas sociais; ampliação da desigualdade

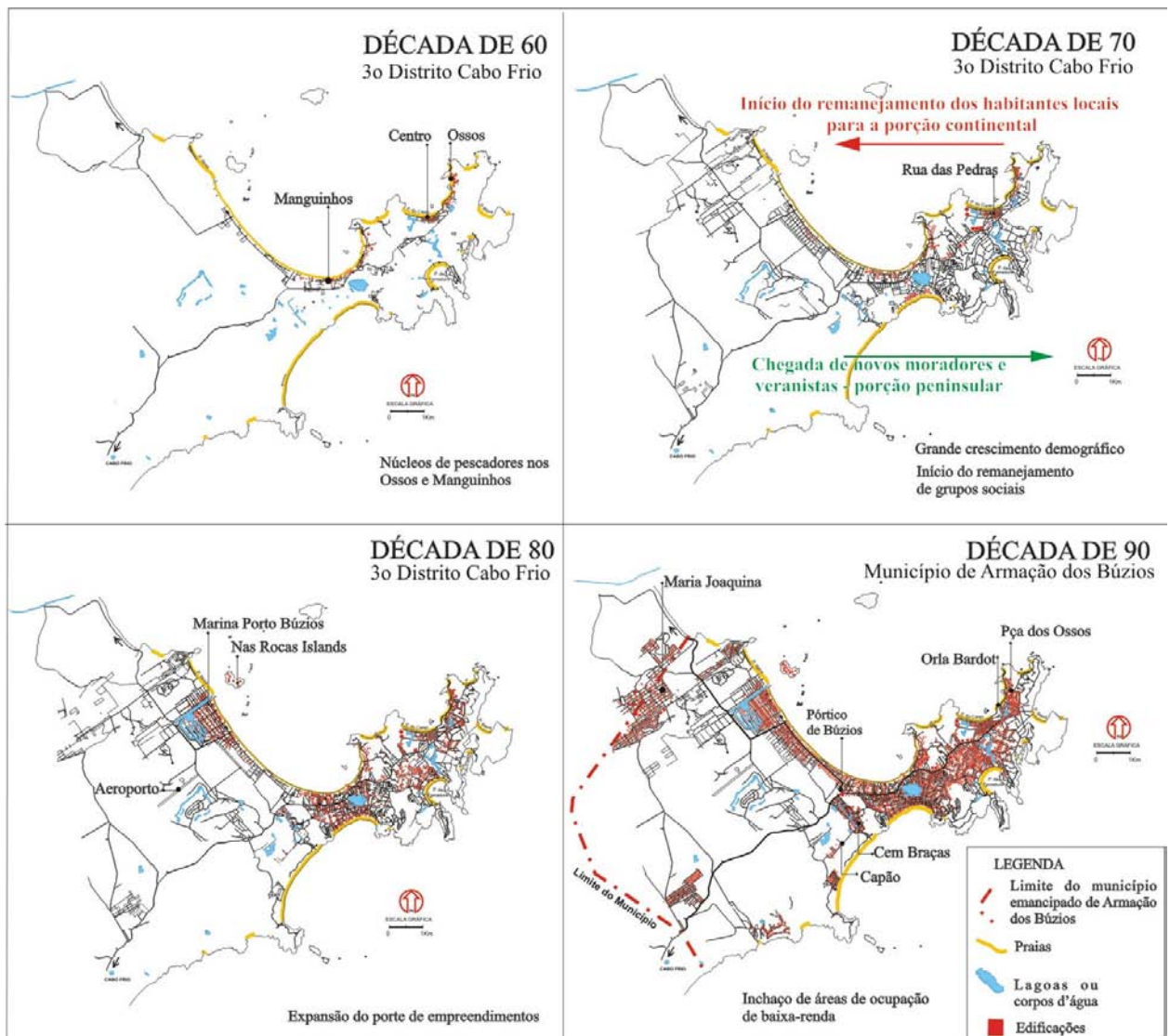
...É assim que se criam correntes migratórias nos dois sentidos: levando à expulsão dos que não se adaptam aos níveis técnicos e de capital que se instalam e trazendo para a área aqueles dotados das novas capacidades exigidas para movimentar o novo instrumental científico e técnico. (SANTOS, 1988, p. 85)

Apesar da produção da imagem da cidade estar ancorada no passado, a mudança estrutural atravessada pelo município - como visto anteriormente no *Item 1.3* - nega as próprias origens da cidade. Nessa direção, supomos que a construção das imagens / representações dominantes de Búzios refaz seletivamente a história do lugar, excluindo memórias e práticas populares.

O rearranjo espacial e econômico, através da compra das primeiras casas de pescadores nas praias dos Ossos, da Armação, no Centro e em Manguinhos,

iniciado na década de 60 e intensificado na década de 70, evidencia a migração interna dos pescadores e nativos para as áreas interiores da localidade, ocorrendo a apropriação do litoral de Búzios pelos que vinham de fora - ver *Figura 01*. Esse afastamento do núcleo original dos nativos acontecia por meio de ofertas atraentes para a venda de suas propriedades, com conseqüências sócio-territoriais irreversíveis.

Figura 01: Síntese esquemática da evolução da ocupação e remanejamentos de grupos sociais em Búzios (décadas de 60 a 90)



Elaboração própria com base nos dados contidos em CUNHA, 2002 e 1997; CARNEIRO, 1997; JUSTUS, 1996 e informações obtidas diretamente na Secretaria de Turismo de Armação dos Búzios - SECTUR / PMAB.

Ainda na década de 70, a hoje famosa rua das Pedras⁴⁸ recebe blocos irregulares de pedra - com o intuito de diminuir a velocidade dos veículos de passagem - visando a criação de comércio sofisticado mediante a substituição gradual das casas de pescadores e residências de veranistas, ainda ali localizadas (CUNHA, 2002b). Podemos entender os processos ocorridos na Rua das Pedras em sintonia ao fenômeno que alguns autores denominam de *gentrification* (termo originalmente proposto por Ruth Glass em estudo sobre Londres, em 1964) ou *gentrificação*⁴⁹.

A gentrificação, teoricamente estudada decorreria de processos que entraram para a pauta de políticas públicas através dos conceitos de revitalização, renovação, requalificação ou reabilitação urbana de áreas degradadas (normalmente as áreas centrais das grandes cidades), que promoviam o retorno ao centro das classes mais abastadas.

Apesar de Búzios não ser um grande centro urbano e da rua das Pedras nunca ter sido considerada uma área degradada, podemos entender o *tipo* de intervenção urbana empreendido ali, em sua área central, como *renovação e requalificação urbanas* no sentido de que a primeira denomina o processo de

⁴⁸ A **rua das Pedras**, hoje a mais badalada da cidade de Búzios, era, na década de 60, apenas uma passagem em terra-batida a caminho do mar, com casas de pescadores nativos (só umas 10) com pitangueiras no quintal de areia. O comércio chegou com o armazém de secos & molhados do seu Antônio Alípio da Silva e, depois, mais adiante, com o Bar Central, lugar de comes & muitos bebes dos boêmios locais. As pedras da rua chegaram bem depois, já na década de 70, iniciativa do já falecido empresário carioca César Thedim, junto com o arquiteto Octávio Raja Gabaglia. A colocação dos pés-de-moleque permitiu a circulação dos veículos dos poucos forasteiros da época.

⁴⁹ No caso das cidades latino-americanas, os projetos de revitalização ou regeneração urbana objetivam preservar ou restaurar os “espaços de interesse histórico”, fomentar atividades ligadas ao turismo, lazer e cultura. A ação de gentrificação de lugares consiste, bastante resumidamente, na substituição da população de classe de renda mais baixa para as mais abastadas. Cumpre ressaltar que o processo de gentrificação (originado do termo *gentrification*) de Armação dos Búzios possui nexos existentes entre a turistificação, ao papel cada vez mais importante do capital imobiliário na reprodução do capital e à competição entre lugares por atração de pessoas e investimentos.

substituição das formas urbanas existentes por outras modernas (GOULART, 2005) e a segunda “engloba processos de alteração em uma área urbana com o fim de conferir-lhe nova função (ou novas funções), diferente(s) daquela(s) pré-existente(s) (ibid., p. 2).

Ainda que a colocação das pedras não tenha promovido o *retorno* da moradia da população de alto status à área central, esta intervenção impulsionou a substituição das classes populares pelas classes abastadas e a propagação de estabelecimentos de consumo de luxo. Assim sendo, considerando a rua das Pedras podemos reconhecer o teor da transformação ocorrida com a noção de *gentrificação de consumo* já que a intervenção realizada visou atender às classes médias e altas através da abertura de lojas sofisticadas, restaurantes, cafés, livrarias, elegantes mercados, boutiques, neste caso em específico, em associação com a turistificação do território⁵⁰. Entendemos, assim, que essas mudanças significativas de uso não são acidentes. Encontram-se enraizadas na reestruturação da sociedade capitalista, terminando por transformar muitos espaços em “playgrounds da burguesia” (SÁNCHEZ, 2003, p. 515).

Com a exclusão dos antigos moradores do processo de desenvolvimento, estes passam a habitar, em grande maioria, áreas periféricas com infra-estrutura urbana precária, sendo cada vez mais dificultada a tradicional atividade pesqueira.

Entendemos que o processo de urbanização da cidade privilegiou o território utilizado pelos visitantes (que compreende os núcleos urbanos populares

⁵⁰ No que diz respeito à forma-estética-conteúdo, a rua das Pedras é contemplada como um espaço significativo por representar, hoje, o poder hegemônico territorializado, sendo a concentração dos sentidos e os serviços para sua atividade econômica hegemônicos em sintonia com as atuais premissas mercadológicas.

dos Ossos, Armação, Centro e Manguinhos) - e onde concentram-se estrangeiros e grupos detentores da renda mais alta do município. A corrida imobiliária e as ações especulativas acabaram por ampliar os contrastes sociais, já que os loteamentos e condomínios aumentam o valor da terra, ampliam ainda mais a desigualdade social e fragilizam a população de renda mais baixa, que é forçada a habitar em áreas não infra-estruturadas, localizadas, em grande maioria, na porção continental do município.

Os pescadores, da antiga *aldeia dos pescadores*, tiveram que se adaptar a um novo modelo econômico ditado pela indústria do turismo, já que os peixes não existem mais em fartura como antes, devido à poluição das praias e ao intenso movimento dos barcos e transatlânticos. Os nativos, quando não são trabalhadores assalariados a serviço das atividades advindas com a nova economia (serviço de caseiro, ambulantes e prestações de serviços), passam a alugar suas propriedades ou equipamentos. Os barcos dos pescadores, que antes tiravam seu sustento do mar, agora são utilizados em passeios para turistas. Desse modo, a *aldeia dos pescadores* adquire novos comandos, novos *donos*. Assim, entendemos que as imagens / representações sociais dominantes de Búzios foram prioritariamente construídas para o olhar externo (investidores, prestadores de serviços, novos moradores das classes média e alta e turistas), mesmo quando parecem valorizar as atividades tradicionais do lugar.

Os investimentos espacialmente concentrados, seguindo a fragmentação elitizada do espaço buziano, ampliam as diferenças sociais no que concerne ao usufruto da cidade, promovendo a divisão social do território, onde para as classes

menos abastadas são destinados apenas serviços básicos de sobrevivência, quando existem, enquanto amplia-se a produção lúdica do espaço buziano para o turismo, com elevado grau de sofisticação. Essa política revela o Estado como o maior promotor de diferenças sócio-espaciais, onde o capital público acaba sendo apropriado por empreendedores e investidores particulares, já que a administração oferece infra-estrutura para o desenvolvimento de negócios, em detrimento da superação das carências existentes nos territórios das classes populares, do nativo, do pescador.

Compreendemos, nessa direção, que os investimentos que propiciam a eficiência do turismo escolhem alocar-se em territórios ocupados ou utilizados pelas classe média e alta, reforçando a desigualdade social, através de um pacto intra-elites que envolve o Estado.

O Atlas de Desenvolvimento Humano⁵¹ apresenta as seguintes informações relativas ao município de Búzios: entre os dois últimos censos, embora a renda per capita média do município crescesse 69,32%, passando de R\$ 222,17 em 1991 para R\$ 376,18 em 2000 e a pobreza⁵² diminuísse 24,15%, passando de 24,1% em 1991 para 18,3% em 2000, a desigualdade social cresceu: o Índice de Gini⁵³ passou de 0,54 em 1991 para 0,59 em 2000 (*Ver Tabela 08 e Gráfico 12*). Assim, a apropriação da renda em Búzios segue a tendência mundial, concentrando-

⁵¹ Apud RIO DE JANEIRO (Estado), 2004.

⁵² A pobreza é medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo, vigente em agosto de 2000.

⁵³ A interpretação do índice Gini dá-se entre resultados que variam entre 0 (zero) e 1 (um): quanto mais próximo de 1 (um), maior a desigualdade e quanto mais próximo de 0 (zero), maior o equilíbrio, ou seja, o índice 0 (zero) representa uma distribuição absolutamente isonômica dos recursos, enquanto o índice 1 (um) representa a concentração de todos os recursos nas mãos de um único indivíduo.

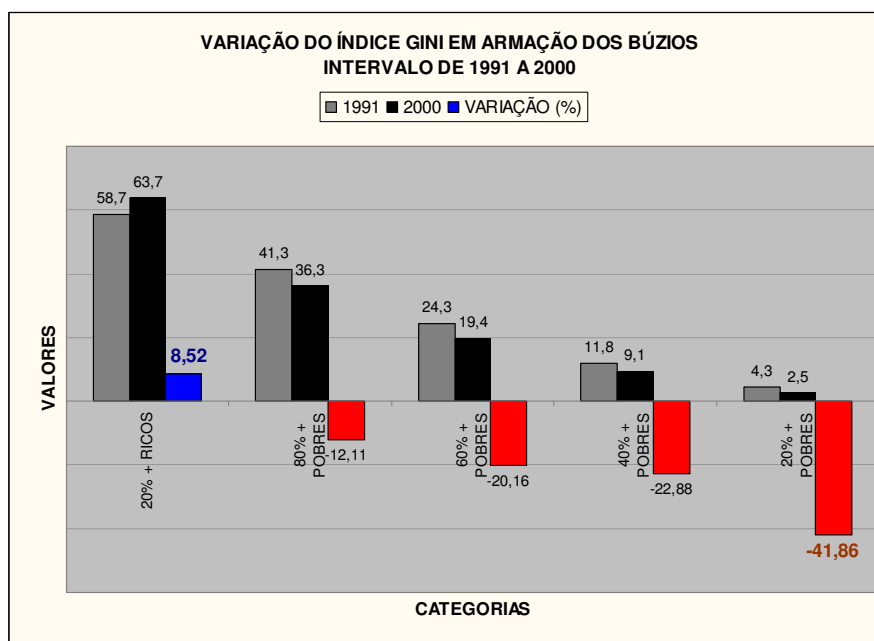
se em uma pequena minoria de privilegiados. Por outro lado, desconhece-se o volume de riqueza extrovertida, ou seja, aquele que é apropriado pelas cadeias transnacionais dos serviços turísticos e por investidores que não habitam no lugar.

Tabela 08 - Desigualdade de renda apropriada por estratos de população - Índice Gini de Armação dos Búzios (1991/2000)

	1991	2000	VARIAÇÃO (%)
20% + RICOS	58,7	63,7	8,52
80% + POBRES	41,3	36,3	-12,11
60% + POBRES	24,3	19,4	-20,16
40% + POBRES	11,8	9,1	-22,88
20% + POBRES	4,3	2,5	-41,86

Fonte: RIO DE JANEIRO (Estado), 2004.

Gráfico 12: Variação do índice Gini em Armação dos Búzios - 1991-2000.



Elaboração própria com base nos dados em RIO DE JANEIRO (Estado), 2004.

Com base nesses dados, reconhecemos que, apesar da projeção imagética de balneário sofisticado, paraíso natural, onde os amores acontecem em

um ambiente envolto em *glamour*, os mesmos padrões de desigualdade e segregação social que ocorrem em grande escala no país, repetem-se em Búzios. A dura realidade social, provocada pelo turismo e pela urbanização acelerada, foi fruto de um modelo de desenvolvimento contraditório. A veiculação da imagem da cidade como, ao mesmo tempo, simples e sofisticada produziu duas realidades distintas, onde só uma fração é identificada como pertencente ao território de Búzios, em detrimento da porção menos abastada, que é oculta e também instrumentalizada nas referências à cidade⁵⁴. Evidentemente, o simples apropriado e vendido perde suas características originais, amoldando-se à carência e a pobreza.

É no tocante às contradições mascaradas na produção da imagem de Búzios que nossas hipóteses ganham sustento, já que, por trás do discurso hegemônico, a cidade apresenta problemas comuns às grandes cidades brasileiras submetidas a intenso ritmo de crescimento, estimulado pela modernização excludente.

1.4.2 O projeto de apropriação e uso do solo urbano: a transnacionalização do território

Até o final dos anos oitenta, a população de Búzios concentrava-se na porção peninsular do território. Contudo, a partir da última década, com o aumento das migrações provocadas pela busca de trabalho, as áreas da Rasa, Cem Braças e Capão passaram a ser ocupadas e, atualmente, já constituem parte considerável da

⁵⁴ Não há nada de novo no jogo de “descartar o que não se quer ver”. Esta prática está na gênese da nossa “cidade moderna”, como, por exemplo, no Rio de Janeiro. Desde o início do século XX, com Pereira Passos, que as elites e o Estado buscam “esconder” os pobres fora das áreas centrais, nas periferias, ao mesmo tempo em que permanecem referências positivas à cultura popular.

área urbanizada (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a). Talvez o grande contingente de trabalhadores, que se dirige a estas áreas seja atraído pela própria projeção da imagem da cidade, veiculada como “chique, charmosa, rica e próspera” (ver *Figura 01* anteriormente apresentada).

Essa periferia desassistida, instalada na porção continental do município é formada, na maioria, por migrantes do norte do Estado do Rio de Janeiro, principalmente do município de Campos dos Goytacazes. Este contingente chegou à procura de trabalho na alta temporada ou na construção civil ou, ainda, em busca de escola para os filhos. Há também, um núcleo de migrantes nordestinos estabelecido na Rasa (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a) - Para localizar a Rasa, ver *Mapa 02* (anteriormente apresentado) que registra a divisão por bairros.

Essa ocupação acontece na parte continental do município, enquanto que a população mais abastada estabelece-se na península. A cidade assume, na nossa perspectiva, um aspecto dual, inscrito no uso / apropriação do território, com reflexos na construção da imagem de Búzios. Trata-se da fragmentação do território em porção peninsular e porção continental e, assim, da ruptura da solidariedade sócio-territorial do lugar.

As diferenças nas condições de vida, entre a península e o continente, obviamente, são fruto de decisões administrativas. Resultam de embates político-sociais, onde a escolha, para a localização de investimentos, aponta nitidamente para a porção peninsular do município. Esta é justamente a fração do território selecionada para representar a cidade como um todo. Ao considerarmos que a península constitui, aproximadamente apenas 18% do território municipal e o

continente os outros 82%, é possível reconhecer, em Búzios, uma excepcional representação físico-simbólica da concentração da riqueza nas mãos de uma minoria. A periferia buziana - lê-se o continente - ocupa áreas sem serviços e infraestrutura, apoiando o lucro dos grupos empresariais pela venda de mão de obra barata para pousadas, comércio e serviços em geral.

Entendemos, nessa linha de reflexão, que a transnacionalização de Búzios é diretamente responsável pela fragmentação territorial e pela segregação sócio-espacial das camadas populares. Notadamente, os imigrantes argentinos, franceses, suíços, alemães fixaram residência e montaram negócios em Búzios. Porém, a grande concentração dos investimentos na porção peninsular do território de Búzios, com maior intensidade na rua das Pedras, acarretou a *dolarização* da economia (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a) e a expulsão gradativa, das áreas litorâneas, das pequenas atividades tradicionais e dos pescadores.

A fragmentação do território, em primeira análise, apresenta-se, portanto, na fratura do território de Búzios em península e continente. Tal fragmentação dá-se pelo ocultamento mútuo das duas faces da cidade.

Ressaltamos aqui, porém, que, na nossa visão, a fragmentação territorial, pretendida pelo projeto dominante, que corresponde aos interesses hegemônicos, encontra resistências que têm origem nas táticas populares de apropriação do território.

A imagem hegemônica tenta suplantar e subordinar as diversas visões de mundo, integrantes do complexo mundo urbano que se constituem como resistências ao imperativo jogo do poder. Essa face que resiste às imposições dos

modelos dominantes ganha relevância, com a leitura da multiplicidade de sujeitos e interesses presentes no lugar. A cidade, sobretudo a cidade grande, revela-se como diversidade sócio-espacial e, por constituir o palco de todos os capitais de todas as atividades, é que é possível a atração e o acolhimento dos pobres. É justamente na presença dos menos abastados que “tanto se ampliam a necessidade e as formas da divisão do trabalho, como possibilidades e as vias da intersubjetividade e da interação” (SANTOS, 2004, p. 323). Assim, segundo Santos (2004),

[...] a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir (SANTOS, 2004, p. 322).

Desse modo, o *espaço banal* ou espaço de todos trata da totalidade social, complexa e divergente. Sendo assim, na direção analítica apontada por Milton Santos (1994), a velocidade imposta pelo tempo rápido da competitividade, sofre a resistência de uma força contrária, de uma outra temporalidade, potencializada, inclusive, pela chegada incessante de migrantes à cidade. O aumento do número de *homens comuns* torna maior a diversidade dos sujeitos co-presentes e, conseqüentemente, as diferentes representações do lugar. Para este autor, é na resistência à rapidez da competitividade que reside a força dos “lentos”, dos *homens comuns*⁵⁵.

Assim, denomina-se *homem lento*, o agente que trata de desvendar meios e recursos essenciais à luta cotidiana pela sobrevivência instaurando a luta contra-hegemônica. A coexistência de meios de sobrevivência e a luta pela apropriação

⁵⁵ A mundialização multiplica o número de vetores e, na verdade, aumenta as distâncias entre instituições e pessoas. Ubiquidade, aldeia global, instantaneidade são, para o homem comum, apenas uma fábula (SANTOS, 1994).

dos recursos territorializados, torna possível o reconhecimento de tensões e conflitos, construindo ou fragilizando o consenso que sustenta a legitimação do pensamento único do lugar.

Para Santos, a própria facilidade e mobilidade dos que detêm a velocidade fazem com que pouco presenciem a cidade e facilitam a perdição destes no próprio convívio com as imagens pré-fabricadas. Ao contrário, para os *homens lentos*, essas imagens são miragens. Assim, estes homens terminam por reconhecê-las como fabulações (SANTOS, 1994, p. 84). Nos termos originais,

Se velocidade é força, o pobre, quase imóvel na grande cidade, seria o fraco, enquanto os ricos empanturrados e as gordas classes médias seriam os fortes.

Creio, porém, que na cidade, na grande cidade atual, tudo se dá ao contrário. A força é dos “lentos” e não dos que detêm a velocidade [...] Quem, na cidade, tem mobilidade - e pode percorrê-la e esquadrihá-la - acaba por ver pouco da cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente prefabricadas, é sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em face com esse imaginário perverso e acabam descobrindo fabulações (SANTOS, 1994, p. 84).

Segundo este autor, o *homem lento* virá construir o período histórico posterior ao que vivemos atualmente, denominado de *período popular da história* (SANTOS, 2000).

Entendemos, com essa orientação, que, embora com forte adesão social, a imagem hegemônica de Búzios não é absorvida na totalidade social, coexistindo, no espaço vivido, diversas visões de mundo, discursos fragmentários, relativos às representações buzianas que conseguem se manter à margem da ideologia ali disseminada, de modo tão veemente.

Em outras palavras, o movimento vertical da cultura das massas, difundida pelos meios de comunicação e seu maquinário informacional, tenta impor-se sobre a cultura popular orientado pelas premissas do mercado. Entretanto, essa conquista não é completa. O entusiasmo da vida cotidiana e o reuso comum opõem-se ao pensamento dominante conduzindo as práticas populares de subsistência.

É possível reconhecer formas de resistência frente aos interesses hegemônicos em Búzios. Um exemplo, é a posição assumida pelos pescadores e ambientalistas em relação à atividade turística dos transatlânticos na costa buziana. Estes advertem que a ancoragem dos navios muito junto à costa, provoca danos ao ecossistema marinho, o que prejudica a pesca.

As embarcações têm em média 9 metros de calado e param em trechos com 14 metros de profundidade. A hélice fica próxima do fundo e provoca o efeito de um liquidificador (pescador Luiz Carlos de Carvalho, da Colônia Z-23 em depoimento para Veja Rio, 28/12/2005).

As âncoras formam crateras e as hélices destroem ovas. Isso já está prejudicando a pesca de arrasto no local, diz (pescador Amilton Faria - *ibid.*).

Do outro lado da questão, estão a Associação Comercial, a Prefeitura de Armação dos Búzios, as grandes empresas turísticas e a Associação Brasileira de Terminais de Cruzeiros Marítimos em Portos Turísticos. Para este grupo, os interesses voltam-se para a otimização do turismo na alta temporada. Nesta visão, o turismo marítimo

[...] é ótimo para os negócios e divulga a cidade (Armando Ehrenfreund, presidente da Associação Comercial de Búzios em depoimento para Veja Rio, 28/12/2005).

Gostaríamos de esclarecer que o turismo marítimo gera empregos e recursos para o município e que a prefeitura ampliará o cais para que na próxima temporada os turistas tenham mais conforto no desembarque (Claudia Morgado, diretora de Meio Ambiente da Prefeitura de Armação dos Búzios em depoimento para Veja Rio 11/01/2006).

Novamente observamos o discurso sobre a geração de emprego e renda e o financiamento do poder público voltado para atividades vinculadas ao capital estrangeiro e que privilegiam os turistas em detrimento dos *locais*, sobretudo, os pescadores.

CAPÍTULO 2 A RE-INVENÇÃO DA CIDADE: ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DO LUGAR

Chegamos agora, e isso é uma característica das cidades contemporâneas, à presença da dialética massas-tribos. Sendo a massa o pólo englobante, e a tribo o pólo da cristalização particular, toda a vida social se organiza em torno desses dois pólos num movimento sem fim. Movimento mais ou menos rápido, mais ou menos intenso, mais ou menos “estressante” conforme os lugares e as pessoas. De certo modo, a ética do instante, induzida por esse movimento sem fim, permite conciliar a estática (espaços estruturas) e a dinâmica (histórias, descontinuidades) que em geral propomos como antinômicas. Ao lado de conjuntos civilizacionais, que serão ‘reacionários’, isto é, privilegiarão o passado, a tradição, a inscrição espacial e, ao lado de conjuntos ‘progressistas’, que acentuarão os tempos vindouros, o progresso e a corrida para o futuro, podemos imaginar agregações sociais que reúnam ‘contraditoriamente’ estas duas perspectivas e, sendo assim, farão da ‘conquista do presente’ seu valor essencial (MAFFESOLI).

Este capítulo destina-se à análise de processos abrangentes, mas relacionados ao nosso objeto de estudo. Abordaremos os instrumentos acionados para a reconstrução da imagem e a legitimação do processo de *reinvenção* da cidade de Armação dos Búzios, condicionadas pela reprodução simbólica da sociedade local.

Para tal, buscaremos evidenciar a emergência da cultura em proximidade - quase hibridação - com a economia (DEBORD, 1997; ARANTES, 2000; SÁNCHEZ, 2003), observável, empiricamente através da produção de signos e do espaço da cidade para o mercado.

Guy Debord previu, na *Sociedade do Espetáculo* (1997, p.126-127), que a cultura tornar-se-ia a “mercadoria vedete” no atual período da evolução do capitalismo, desempenhando o papel similar do antes desempenhado pela estrada

de ferro e pelo automóvel no processo de acumulação. A centralidade que a cultura assume na atualidade também foi tratada por Arantes (2000), quando esta autora indica que estaríamos vivendo uma época de *cultural turn*⁵⁶, que imprime, a esta esfera, papel preponderante na engrenagem da gestão urbana.

A “invenção do cultural”, no dizer de Arantes (2000, p. 45), acabou por produzir também uma nova classe de *intermediários culturais*, produtora e monopolizadora de sentido dos bens materiais e imateriais e capaz de *culturalizar* interesses privados, transformando-os em interesses coletivos.

Neste contexto, os veículos de comunicação de massa adquirem crescente função cultural e política atuando como instrumentos fundamentais na formatação do imaginário social e construindo imagens oficiais da cidade. Assim, reconhecemos a influência e expansão da esfera cultural através dos canais de comunicação e informação, que propagam a ideologia e as experiências urbanas relevantes à construção e ao alargamento da influência exercida pelo pensamento hegemônico.

2.1 A produção da imagem de Búzios: reduções e formação da ideologia local

A produção simbólica, associada a Búzios, parece próxima de uma de suas exeqüíveis funções: a da dominação social. Afinal, existem claras relações entre os símbolos produzidos e os interesses da classe dominante. A cultura dominante promove a preservação das diferenças entre as classes sociais e a

⁵⁶ “A denominação *cultural turn* surgiu nos meios de esquerda dos campi anglo-americanos, nos anos 1980, designando uma dessas mudanças ditas revolucionárias de paradigma, graças à qual tudo teria se tornado “cultural” (ARANTES, 2000, p. 39).

desmobilização dos dominados (falsa consciência ou êxito de somente uma versão possível da realidade social). Na visão de Bourdieu (1989, p. 10-11), a cultura dominante, mediante o exercício da comunicação, dissimula a divisão social dos recursos e das oportunidades. A cultura une (assegurando uma comunicação imediata entre todos os membros da classe dominante, contribuindo para a integração de seus membros) e também separa (distinguindo-os das outras classes sociais). Essa dupla função da cultura “legitima as distinções, compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (BOURDIEU, p. 11).

Para a análise da produção da imagem de Búzios, apoiamo-nos na noção de *imagem-síntese* proposta por Ribeiro (1988). Para esta autora, a recorrência de afirmações genéricas sobre o lugar cristalizam estereótipos e sínteses quotidianas. Deste modo, a sintetização da vida social condensa determinados ângulos tornando-os dominantes através de “processos de exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais e culturais” (RIBEIRO, p. 21).

O formato facilmente assimilável das imagens-sínteses impulsionam a adesão social⁵⁷ e fortalecem os mecanismos de poder articulados pela comunicação moderna e pela base técnico-científica. Obviamente, este processo é desigual:

⁵⁷ Para Ribeiro, a absorção das imagens-sínteses ocorre “pelos fatores históricos de desarticulação de tecido social e espacial urbano-metropolitano[...]; pela presença de novos interesses econômicos diretamente situados na esfera da cultura e da ideologia e pela resistência à transformação decorrente dos processos históricos de consolidação da escala metropolitana, que limitam o caráter inovador do espaço urbano” (1988, p. 18). Entendemos que, apesar de não ser uma metrópole, Búzios apresenta a desarticulação de seu tecido social e espacial e enfrenta situações similares às vividas em escalas metropolitanas de vida.

[...] as idéias coletivas sobre o espaço vivido [...] constituem a expressão de possibilidades sociais desiguais de comunicação, de absorção, de preconceitos ou de interferência na produção de imagens sintéticas da vida coletiva (RIBEIRO, 1988, p. 14).

No plano físico, a apropriação dos recursos territoriais locais em estreita relação com a dinâmica do poder, dá-se em conexão com o incremento do turismo como meio de obtenção de maiores ganhos pela classe dominante buziana. Búzios tem sido inscrita, através dos grupos locais mais poderosos, em uma ampla disputa, entre cidades, pela imagem vendável - representações consumíveis. Trata-se de uma disputa que acontece em escalas progressivamente mais abrangentes.

Dessa maneira, para a potencialização da venda das cidades, “uma combinação de transformações materiais e representações, reunidas em imagens-síntese, são acionadas como atributos mercadológicos do produto-cidade, construído por meio de [...] city marketing” (SÁNCHEZ, 2003, p. 548), que constitui num instrumento de difusão de representações objetivadas tornadas hegemônicas. Assim, para a construção da *Búzios-mercadoria* para o mercado mundial, a *indústria da produção de imagens* conduz, através de signos, os sentidos associados ao lugar. Esta é uma criação cognitiva, reconhecível a partir de meados da década de 60, que decorre da primeira grande aparição do lugarejo na mídia, causada pela dupla estadia de Brigitte Bardot no lugar⁵⁸.

A construção dessas imagens-sínteses expressa valores de cada período histórico, implicando em mutações constantes, decorrentes das conjunturas econômicas, culturais, políticas e espaciais. Desse modo, a construção da imagem de Búzios evoca diferentes sentidos, de acordo com o período refletido. Assim, é

⁵⁸ Conforme já explicitado antes, no *Capítulo 1 - A modernização de Búzios: a retórica da identidade*.

possível identificar a mutação imagética, gerada por agentes econômicos e atores políticos, de Armação dos Búzios ao longo do tempo:

Quadro 02: Momentos inaugurais de imagens-síntese de Búzios (1964 a 2004)

IMAGENS-SÍNTESES	MOMENTO INAUGURAL E ESPECIFICAÇÕES
Búzios: aldeia dos pescadores	a partir de 1964 com a chegada de Brigitte Bardot, como descrição adotada do lugarejo.
Búzios: paraíso natural	Idem.
Cidade dos amores ([im] possíveis)	Aparece mais fortemente depois do assassinato de Ângela Diniz, em 1976 . Superposição das representações entre os romances vividos por Brigitte Bardot e Ângela Diniz.
Búzios, cidade cosmopolita, multicultural	Evocada mais fortemente a partir da década de 70 , com a “tomada dos argentinos”.
Búzios: balneário sofisticado	Aparece, a partir da década de 70 , agregando a idéia de sofisticação em articulação com a presença da cultura estrangeira.
Búzios: pequena Babel	Inaugurada na década de 70 . Utiliza-se coligando as idéias de lugarejo, aldeia, com a globalização ou “estrangeirização” do lugar.
Búzios: Aldeia Global	Idem.
Búzios: “Saint Tropez do Brasil”	Aparece a partir da década de 90 , com maior ou menor intensidade nos vários períodos, retomando em 2000 com políticas para atração de estrangeiros, associando a imagem de outras cidades à Búzios.
Búzios: “Côte D’Azur” brasileira	Idem.
Búzios: “Cidade do Sol”	Essa imagem constitui-se em subproduto da proposta de mudança da nomenclatura da Região dos Lagos para Costa do Sol, durante a década de 90 .
Búzios: O “Himalaia Brasileiro”	Essa comparação surgiu como desmembramento de um estudo científico (ver item 2.1.2) realizado em 2001 sobre as rochas de Búzios, na tentativa de criar uma nova especialidade turística.
Búzios: turismo de qualidade	Evocada mais nitidamente a partir da década de 90 . Necessidade de atribuir um sentido profissional ao turismo buziano, objetivando garantir a presença do turista capaz de dispendar grandes somas em suas visitas ao município
Búzios - qualidade	Idem.
Búzios, cidade-qualidade de vida	Evocada mais nitidamente a partir da década de 90 . Com o Plano Estratégico de Búzios, em 1994 e com o Plano Diretor, em 2001 (o slogan da Prefeitura era “ <i>Por uma melhor qualidade de vida</i> ”).
Búzios, cidade sustentável	Inaugurada com a importação do discurso da sustentabilidade na década de 90 . Oficialmente e mais claramente, a sustentabilidade aparece em Búzios com o <i>Plano Estratégico de Búzios (PEB)</i> , em 1994 e o <i>Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios</i> , em 2001 .

Elaboração própria a partir de pesquisas diversas.

Entendemos este conjunto de imagens-síntese como expressão do projeto da classe dominante para a continuidade e a renovação do poder de atração de Búzios, articuladas à fabricação e à conservação do discurso da *vocação turística* do lugar.

Juntamente com esse rol de imagens e, seguindo o mesmo princípio, surgem materializações ou intervenções urbanas pontuais, que criam os *espaços-síntese*⁵⁹, ou seja, correspondentes físicos dos símbolos expressos pelas imagens-sintéticas e que reforçam seu papel.

É no nexos formado entre as produções simbólicas e as intervenções no espaço que percebemos a consolidação de uma ideologia urbana local, formada pelos grupos que detêm o poder de enunciar os destinos da cidade. Dessa maneira, reconhecemos a existência de significantes materiais alusivos às imagens-sínteses. Por conseguinte, a materialidade, os espaços-síntese, reforça o discurso dominante e este, por sua vez, destaca a potencialidade simbólica da materialidade.

Ao desconsiderar a complexidade do urbano, simplificando a leitura da cidade, os agentes envolvidos na promoção do lugar simulam uma totalidade, já que o espaço que valorizam constitui apenas parte de um todo maior, oculto pelo véu mercantil. Ou seja, estes agentes ocultam grandes parcelas do tecido urbano e social, que não interessam aos agentes econômicos. Nessa direção, acontecem reduções que capturam fragmentos do espaço buziano, objetivando a composição

⁵⁹ Os espaços-sínteses não deixam de ser imagens-sínteses. Daisy Justus (1996, p. 76) já identificava a existência em Búzios de “lugares ou características especiais da cidade que desempenham em comum um papel de destaque para os habitantes, tanto estrangeiros como locais, espaços que tem capacidade de recapturar o fato e de reconstruir, incessantemente, um repertório de referências simbólicas”, como é o caso da rua das Pedras.

de uma imagem que simule o todo. Tal composição recorre a um jogo em que se escolhe o que exaltar e o que ocultar da cidade.

Compartilhamos da perspectiva de Sánchez (2003) quando esta autora afirma que a leitura do lugar promovida pelas imagens-síntéticas significa uma **violência simbólica**, já que são ignoradas representações à margem do pensamento hegemônico, o único aceito na produção da identidade do lugar. Ou, nas palavras de Bourdieu,

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os < sistemas simbólicos > cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a < domesticação dos domesticados > (1989, p. 11).

Essa leitura da cidade, fomentada pelas classes dominantes, exaustivamente divulgada pelos meios de comunicação e informação, contribui para que, no plano do imaginário social, as imagens-sínteses ganhem o que Magnani (1984 apud Sánchez, 1993, p. 15) denomina de “verossimilhança”, ou seja, o que é “capaz de parecer-se às representações que se tinha da realidade urbana”⁶⁰ (SÁNCHEZ, 1993). Nesta visão, o caráter verossímil das representações dominantes explicaria a sua capacidade de capturar a opinião pública, embora seja necessário lembrar que continuam existindo imagens espontâneas construídas com base em mitos e aspectos parciais de vida do lugar.

⁶⁰ “O caráter verossímil da linguagem-síntese verbal e visual que configurou a imagem dominante reside na capacidade que esta teve de ajustar o registro em que foi produzida aos registros daqueles que passaram a compartilhar suas premissas” (SÁNCHEZ, 1993, p. 15).

Assim, algumas formas e elementos físicos significativos e destacados pelas classes dominantes detêm a capacidade da verossimilhança ao constituírem como simulacros⁶¹ do real e, sobretudo como significantes de um sentido único e excepcional atribuído à cidade posta em promoção. Estas formas urbanas passam a desempenhar a função comprobatória de uma pré-representação anteriormente absorvida pela projeção da imagem construída de Búzios. Isto posto, a essência das imagens-síntese revela a

[...] negação da possibilidade de existência de outras imagens e de outras leituras. Ao operar com imagens-síntese, aqueles que a produzem retiram da cidade o que lhe é politicamente essencial: a multiplicidade como co-existência e possibilidade de conflito, de exercício da política (SÁNCHEZ, 2003, p. 121).

Portanto, consideramos as representações, como “expressões da ideologia” e “fatos essencialmente políticos” (SÁNCHEZ, 2003, p. 121), ao representarem a totalidade a partir de um fragmento. Reconhecemos, em Búzios, o exercício de uma hegemonia que oculta diferentes leituras possíveis da cidade. Sendo assim, as representações e sua tradução material consolidam e criam a realidade local, impondo uma versão da cidade como sendo um conjunto de signos, expressivo do consenso harmonicamente alcançado.

2.1.1 Re-invenção da história

“O que é a história senão uma fábula convencionada?” (Napoleão Bonaparte)

⁶¹ Entendemos simulacro como a imagem distorcida ou a simulação do que poderíamos chamar de real ou autêntico com o intuito de vender um imaginário. Trata-se de imitação ou reprodução simulada de algo, que pode ser uma imagem, uma edificação, um objeto ou uma ação.

A imagem de Búzios procura evocar episódios ocorridos em momentos de seu passado recente, vinculando à escolha da cidade por famosos, ricos e influentes, símbolos de *status* social reunidos num lugar de rara natureza⁶². Mas, essa volta ao passado, na nossa visão, não contempla a história da cidade em sua totalidade. Ao contrário, refaz a história de maneira seletiva, excluindo memórias e práticas populares, o que seria indispensável à realização dos interesses dominantes.

O passado, ao ser acionado para a construção de identidade, é um passado recuperado e reconstruído mediante o olhar do presente. Este olhar contemporâneo é capaz de modificar a própria origem dos fatos (tornando-os “matéria-prima” moldável) através da transformação do passado em produto de interesse dos grupos dominantes no presente. Nos termos de Stuart Hall,

As identidades culturais provém de alguma parte, têm histórias. Mas, como tudo o que é histórico, sofrem transformações constantes. Longe de fixas eternamente em algum passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo “jogo” da história, da cultura e do poder. As identidades, longe de estarem alicerçadas numa simples “recuperação” do passado, que espera para ser descoberto e que, quando o for, há de garantir nossa percepção de nós mesmos pela eternidade, são os nomes que aplicamos às diferentes maneiras pelas quais nos posicionam e nos posicionamos, nas narrativas do passado (HALL, 1996, p. 69)

Em seus vínculos com a história, o processo de construção de identidade apóia-se em transformações, hibridizações. Para Hall, o passado não é um simples

⁶² Esta imagem, inaugurada amplamente com a visita de Brigitte Bardot, ganha reforço constante na atualidade. Uma extensa reportagem, de 14 páginas, veiculada na revista *Veja Rio*, em 08/02/2006) indicava os melhores *points*, pousadas, restaurantes e os famosos que transitaram por Búzios no último verão, considerados habituês do local. O título anunciava: Verão em Búzios: o balneário, cada ano mais concorrido, ainda é o principal refúgio dos cariocas bonitos e famosos. Dentre os famosos assíduos do balneário destacados na reportagem, estavam Juliana Paes, Marcio Garcia e família, Carolina Dieckmann, Cynthia Howlett, Cláudio Heinrich, Toni Ramos, Marcelo Serrado, Joana Balanguer, Vanessa Machado, Andréa Beltrão, Carolina Ferraz, Felipe Dylon, a apresentadora Ana Luiza Castro, Luciano Huck e os diretores de TV Wolf Maia e Marcos Paulo.

passado factual, “é construído [ou reconstruído] sempre por intermédio de memória, fantasia, narrativa e mito” (1996, p. 70).

O processo de re-invenção da cidade implica num re-arranjo de suas bases identitárias ou na fabricação de sua história. Deste modo, toda construção identitária, em seu processo de criação e reconstrução, utiliza-se de mecanismos de reiteração de fatos fundamentais – práticas e rituais que remetem a eventos passados, retornados como “memória coletiva”. Há o enlace da identidade com a clivagem que garante a preservação da história “desejada” e, portanto, a reafirmação do *poder simbólico*. Este compreendido como

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

a. A história seletiva: apropriação para a produção física e simbólica do lugar

Na direção apontada por URRY, identificamos, em Búzios, posicionamentos estratégicos apoiados na história, visando “fazer do passado uma mercadoria” (2001, p. 146). Num momento em que tudo é apropriado na intenção de atrair investimentos e gastos financeiros, a construção da tradição (enquanto indústria atrativa e produtiva) reafirma valores já antes antidemocráticos, o que também reprime e controla a cultura do presente (URRY, 2001).

Além do discurso e de práticas *preservacionistas*, identificamos a seleção de uma versão do passado que se deseja resguardar ou ainda, re-construir, permitindo novas inserções (simbólicas e espaciais) no lugar. Assim, identificamos na [re] criação da história de Armação dos Búzios, que a apropriação do passado encontra-se relacionada às seguintes orientações discursivas⁶³:

– **A ênfase nos amores e nas belas mulheres**

A reconstrução histórica ocorre pelo vínculo às musas que marcaram o lugar com a sua presença, como Brigitte Bardot, Ângela Diniz, Luiza Brunet, para citar somente três. Os esforços midiáticos dirigidos à continuidade da associação da imagem de cidade à presença de mulheres bonitas, onde os amores acontecem, traduzem-se de diversas maneiras. Segundo Dayse Justus,

*O Perú Molhado*⁶⁴ mantêm esse traço da mulher bonita, sensual e envolvente como símbolo da cidade: raros os números que não trazem uma grande foto, na ilustração da primeira página, de uma moça residente ou turista assídua da cidade. A conclusão é que, em Búzios, ao lado de uma natureza soberba, há duas fortes marcas: a da sedução feminina e a da presença dos estrangeiros (1996, p. 32).

– **Em associação com a natureza soberba**

O discurso, sempre veiculado, que realça a beleza natural de Búzios, ganha força na atualidade com o advento do ecoturismo e dos esportes de aventura.

⁶³ Segundo Justus (1996), “ao lado de uma natureza soberba há duas fortes marcas associadas a Búzios: a da sedução feminina e a da presença dos estrangeiros”.

⁶⁴ Jornal de repercussão local, na cidade do Rio de Janeiro e em Buenos Aires.

– A valorização do cosmopolitismo

Búzios, dizem, é uma esquina do mundo. Ponto de encontro e mistura de nacionalidades, cores, religiões, moedas, idiomas, culinárias, modas e talentos. O sucesso de Búzios como grande centro turístico se fez pela sustentação da marca da internacionalização: a concentração de estrangeiros é, sem dúvida, a sua particularidade (JUSTUS, 1996, p. 33).

A conhecida imagem: *Búzios, cidade cosmopolita* é fruto da exaltação da presença de estrangeiros pelos meios de comunicação. A esse respeito, vale destacar que o multiculturalismo

[...] constitui uma estratégia a mais na elaboração de uma imagem de cidade atenta aos valores sociais contemporâneos, inserida e internacional. As imagens enfatizam a importância da diversidade cultural e das diferenças étnicas, mas recuperam essa diversidade como um valor a mais da cidade-espetáculo, como recurso mercadológico (SÁNCHEZ, 2003, p. 532).

O multiculturalismo é, portanto, uma estratégia utilizada no processo de construção da identidade social. Constitui, portanto, mais um mecanismo para a obtenção de uma imagem sedutora de cidade.

Os meios de comunicação, a partir da década de 60, sobretudo na década de 70, passam, então, a inscrever essa exaltada característica nas imagens sintéticas da cidade: *Búzios: Cidade Cosmopolita, multicultural e pequena babel ou Praia de Babel*. A ênfase na pluralidade cultural, que tornaria Búzios um lugar capaz de acolher as diferenças, conferiu à cidade uma potente marca, através da relação entre localidade e cosmopolitismo. A criação dessa marca implica, também, na associação ao lugar, de atributos ilimitados, já que o cosmopolitismo significa a potencial absorção conjuntural de novos atrativos de investimentos privados, inovação cultural e fluxos turísticos.

b. Símbolos e Estátuas: a cristalização seletiva da história

Em paralelo à difusão das representações de *paraíso natural*, *aldeia dos pescadores*, *cidade dos amores* e *cidade cosmopolita*, tem sido implementado um conjunto de intervenções no espaço, que reforçam e cristalizam a imagem dominante da cidade de Armação dos Búzios. A materialização de sentidos simbólicos do lugar implica em reforço do consenso, que garante o fortalecimento da ideologia dominante e a satisfação dos interesses dos grupos com maior poder econômico e político.

Na nossa perspectiva, a materialização do sentido produzido para um lugar constitui um estratagema acionado pela elite e as classes dominantes para instaurar e garantir o domínio do território e, assim, a apropriação e o controle dos recursos do lugar.

Fundamentados nesta orientação, observamos que, a partir de 1999, a paisagem da cidade passou a ser “ornamentada” com *estátuas temáticas*, que atualizam o passado no tempo presente. Assim, quando são implantadas as estátuas, o mito cristaliza-se fisicamente, estabelecendo um sentido estético de referência para a leitura do lugar. Esta é uma clara manifestação da sagacidade da classe dominante, que cria a **tradução material do relato** desejado da formação sócio-espacial de Búzios.

Assim, podemos entender as estátuas - formas esculpidas - como materializações correspondentes às imagens-síntese de Búzios, desempenhando, outrossim, a “condição serena e atemporal de prazeres estéticos burgueses” (JEUDY, 2005, p. 99).

No caso das imagens *cidade dos amores impossíveis* e *aldeia dos pescadores*, as estátuas de Brigitte Bardot e dos pescadores traduzem, de maneira óbvia, os signos anteriormente desenhados pelas imagens-síntese do lugar.

Implantadas em espaços estrategicamente escolhidos da cidade, as estátuas temáticas eternizam cenas de um passado recente territorializado. Segundo Harvey,

[...] um produto explícito da indústria da produção de imagens é o “simulacro”, “um estado de réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida (2004, p. 261).

A cristalização da memória, através da disseminação de estátuas no território de Búzios é um instrumento material da manutenção desejada da referência identitária escolhida por uma leitura simbólica claramente seletiva do espaço social.

A primeira escultura encomendada pela prefeitura da cidade, em 1999, foi a de Brigitte Bardot⁶⁵, grande símbolo da cidade, cercado de “orgulho coletivo”. Este símbolo materializa-se embasado em um discurso consensual, que, por vezes, engloba a imagem-síntese da cidade: “a cidade de Brigitte Bardot”. A exaltação de sua passagem por Búzios reforça, sem dúvida, um “passado mágico e glamouroso”, que lançou as bases para o processo de *elitização* do lugar.

Lendo a implantação das estátuas no território de Búzios à luz de Zukin (2003), identificamos aspectos relacionados com o que a autora denomina de *disneyficação* dos lugares. Através dessa noção, talvez seja possível reconhecer

⁶⁵ A escultura de Brigitte Bardot teve por modelo uma foto de Denis Albanèse onde a atriz aparece de camiseta branca e azul listrada e calça jeans e foi esculpida pela artista plástica Christina Motta. Esta estátua Bardot foi inaugurada por ocasião do festival de Cinema de 1999, que teve o patrocínio da Visa. Esse mesmo patrocínio viabilizou as estátuas dos pescadores e do Negro da Rasa (informação obtida em comunicação pessoal com a artista plástica Christina Motta).

que a estátua de Brigitte Bardot está para Búzios assim como o Mickey Mouse está para Disney World. O valor simbólico desses dois personagens - onde encontra-se a fronteira de ficção? - foi avidamente conectado a esses dois espaços cujos atrativos encontram-se continuamente postos à venda.

A perpetuação do vínculo da cidade à imagem de Brigitte Bardot é alcançada, pelos agentes da administração pública e os segmentos profissionais conectados ao turismo, através de diversos instrumentos. Identificamos alguns deles: eventos culturais / exposições de fotos da atriz; supervalorização da pousada que a hospedou (e do quarto onde dormiu); seguidas lembranças realizadas pelo Grand Cine Bardot (onde exibe-se permanentemente fotos da musa francesa); nomeação do caminho da orla como Orla Bardot, e, especialmente, a implantação da estátua em tamanho natural de Brigitte⁶⁶.

Outra aparição cristalizada na paisagem buziana em 2000 relaciona-se à representação do lugar como *aldeia dos pescadores*. Tal cristalização ocorre através das estátuas de três pescadores em tamanho natural, simulando a prática da pesca, atividade que já não mais ocorre no local onde as estátuas foram instaladas. Estas imagens reforçam o imaginário de Búzios com as idéias-conceitos de simplicidade, natureza, ritmo lento, passado resguardado para o usufruto do turista.

⁶⁶ Na estátua da atriz francesa está gravada a inscrição: Brigitte Bardot esteve nesta praia na década de 60.

Foto 06 - Estátua de Brigitte Bardot em tamanho natural, localizada na Orla Bardot



Arquivo particular, 2005.

Foto 07 - Estátua dos três pescadores, localizada na Armação



Arquivo particular, 2005.

Outras estátuas foram inscritas no espaço buziano marcadamente impregnadas de sentidos já trabalhados por imagens-síntese do lugar. Desse modo, o espaço buziano absorve metanarrativas, preservadas e reforçadas por suas formas. Em 2000, foram implantadas, ainda, estátuas de crianças na praça dos

Ossos e, no ano seguinte (2001), a estátua de um negro que segura uma criança ao alto foi localizada em um ponto focal da Rasa (ver *Foto 08*). Esta estátua faz alusão a relatos que afirmam que a povoação desta área teve origem em num quilombo motivado pelo naufrágio de um navio. Esta versão é criticada por Marcio Werneck Cunha, historiador da região, (conforme citado no item 1.2), para quem a “maioria dos antigos escravos reagrupou-se e apossou-se de terras na praia Rasa, passando a trabalhar em pequenos barcos, na pesca de linha, e na agricultura de subsistência” (CUNHA, 2002, p. 8).

Foto 08: Estátua do negro que segura criança, localizada na Rasa



Arquivo particular, 2006.

Podemos apreender as conseqüências sócio-econômicas e culturais destas intervenções no território de Búzios, fundamentadas numa história reificada do lugar, através da seguinte orientação analítica:

A ausência do que foi possibilita qualquer invenção presente da memória. Assim a sensação de desaparecimento não provoca nostalgia, mas, ao contrário, provoca efeitos de atualização do local cuja atração visual está relacionada à exibição presente de sua metamorfose (JEUDY, 2005, p. 89).

Assim, em 2002, foi implantada a estátua de um profeta em Manguinhos. Neste mesmo ano, mais estátuas foram instaladas no plano físico da cidade. A rua das Pedras recebeu intervenções pontuais de estátuas que sugerem a associação simbólica de cenas bucólicas ao “coração” de Búzios. Estas simulam a aldeia originária, onde crianças sobem em postes à busca de pipas, bebem água da fonte, gatos passeiam sob a fachada das edificações mais modernas da cidade revelando, novamente, ares bucólicos, sofisticados e modernos ao mesmo tempo.

Dando continuidade à prática de pontuar o território buziano com formas semióticas, em 2003 foi instalada uma estátua de vela estilizada em frente ao Pórtico de Búzios, inaugurada durante uma regata de *windsurf*. Esta intervenção correspondeu à intenção de marcar a cidade como “capital da vela”⁶⁷ (ver Foto 09).

⁶⁷ Referência advinda das diversas práticas esportivas à vela, favorecidas pelos ventos constantes e propícios. Na estátua em forma de vela, está gravada a inscrição: “Rei de Búzios’. Uma vez a cada ano, os melhores windsurfistas reúnem-se em uma competição de técnica e coragem. Partindo de Manguinhos, os competidores devem contornar uma marca em Geribá e retornar a Manguinhos, percorrendo um dos mais duros trechos do litoral brasileiro. Pelo grau de dificuldade e pela conquista do perímetro completo da península, o vencedor e a vencedora recebem o título de ‘Rei e Rainha de Búzios’ e têm aqui seus nomes eternizados”.

Foto 09 - Estátua de vela estilizada, localizada no trevo do *Pórtico de Búzios*



Arquivo particular, 2006.

Assim, a indústria do *turismo*, juntamente com a administração pública manipula a *imagem buziana*, com o objetivo de reconstruir a identidade do lugar e ampliar sua atratividade. A áurea produzida, cenográfica, cuidadosamente iluminada, constitui um ambiente ao qual o cidadão é convidado como espectador, ao mesmo tempo em que este mesmo cidadão surge como personagem na composição de cenas em que, progressivamente, alienam-se de si mesmos. Desta maneira, “cumpre-se na cidade-espetáculo o aspecto contemplativo que concebe o mundo como representação e não como atividade. O encontro de cidadãos é substituído pela falsa consciência do encontro” (SÁNCHEZ, 2003, p. 498).

2.1.2 Apropriação de valores positivos atuais

A procura e a captura de características potencialmente interessantes ao incremento do rol de atrações da cidade, são realizadas por agentes envolvidos na produção da imagem, em associação com as agências promotoras do turismo e o comércio local.

O turismo transforma-se, na atualidade, em produto, em mercadoria. O valor de uso do território é subordinado ao valor de troca, já que o *status* vinculado ao produto turístico conduz os processos responsáveis pela valoração do lugar. Compreendemos que o valor atribuído aos lugares fabricados para o estímulo ao consumo é composto por fetiches, fantasias, simulacros que reforçam mitos.

As representações sociais sofrem a intervenção de uma recondução técnica, que orientam a sua exibição como um fator a mais na veiculação da cidade-mercadoria, envolvida na competição interurbana. Dessa forma, a matéria-prima (a característica primária do lugar), acrescida de trabalho (formulação técnica de sentidos e maneiras de apresentação), adquire maior valor econômico e simbólico. Para fazer perdurar a imagem inaugural ufanística da cidade, há a tendência ao inchaço das imagens e, assim, à proliferação vertiginosa dos signos. Em aproximação ao panorama vislumbrado por Jeudy, a cidade passa a ser nutrida

[...] de tudo que serve de signo porque tudo é chamado a funcionar como signo, de forma fugidia ou durável. Este sobrepeso de signos e de suas potencialidades incomensuráveis passa a traçar as condições da aventura da percepção cotidiana da cidade (2005, p. 82).

Segundo o autor citado, a afirmação das singularidades urbanas sustenta-se num jogo de “superposição e de condensação de imagens mnemônicas” (2005, p. 84).

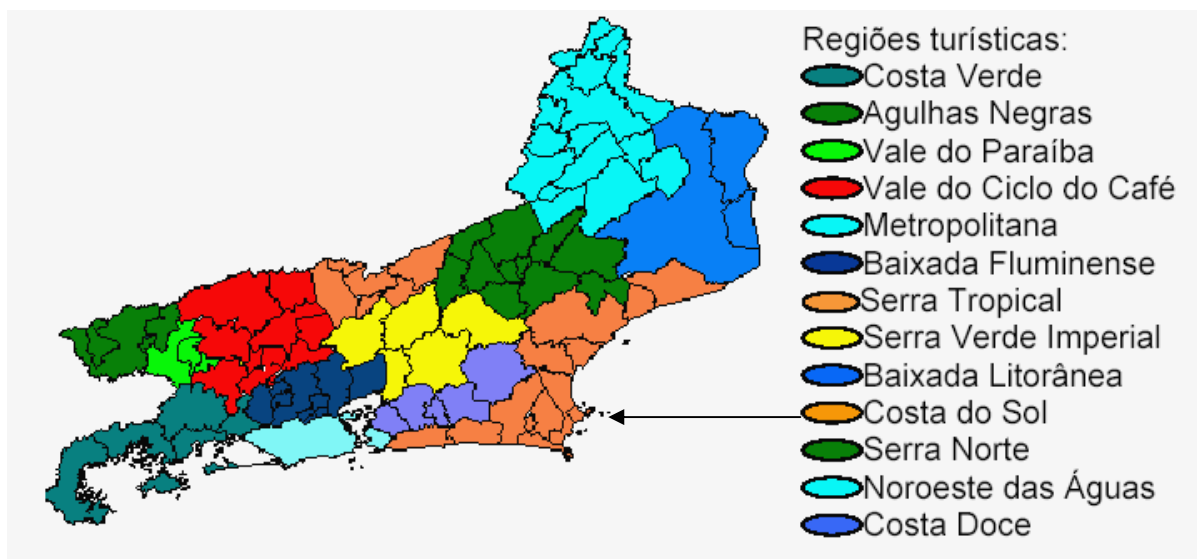
Coerentemente com o exposto, acontecem em Búzios, a partir da década de 90, apropriações do lugar que expressam o objetivo de exaltar a cidade e, especialmente, as suas características relacionadas a:

– **Clima ensolarado com baixa pluviosidade**

A Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, a TURISRIO, apresenta uma outra divisão do Estado, em contraposição à elaborada pelo IBGE (*Ver Mapa 01*), dividida, agora, em treze regiões distintas, conforme seus respectivos *potenciais turísticos*: Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Carapebus; Casimiro de Abreu, Barra de São João; Iguaba Grande; Macaé; Maricá; Quissamã; Rio das Ostras; São Pedro da Aldeia e Saquarema pertencem, segundo este órgão da administração pública, à **Região Turística Costa do Sol** (*Ver Mapa 03*)⁶⁸.

⁶⁸ A denominação de Região dos Lagos foi substituída por Região Costa do Sol, com o argumento de que esta região não possui lagos, mas sim lagoas. Essa alteração pode ser melhor explicada pelos fins de divulgação turística. Visa ressaltar o clima ensolarado. Essa nova denominação valoriza o clima, impedindo a associação, principalmente por parte de turistas europeus, entre a presença de lagos e lagoas e clima frio, nublado.

Mapa 03 - Divisão do Estado do Rio de Janeiro em Regiões Turísticas (TURISRIO) / Localização da Região Turística Costa do Sol



Fonte: RIO DE JANEIRO (Estado), 2004.

A partir da identificação de um *clima privilegiado* para o turismo de sol e mar, com baixa pluviosidade⁶⁹ e temperatura amena o ano inteiro, os promotores da imagem de Búzios aliados à indústria turística - bem como seus agentes indiretos e de atividades correlatas - incorporam, no rol das imagens-sintéticas a representação *cidade do sol*. Esta imagem segue, então, o mesmo princípio acionado para a regionalização (turística) do Estado⁷⁰.

– **Cidade-sustentável, espaço com qualidade de vida**

O discurso da *sustentabilidade* e da *qualidade de vida* sustenta-se na construção de um contraponto com os grandes centros urbanos. A imagem tornada emblemática de Búzios propõe a competição com as grandes cidades brasileiras no

⁶⁹ O índice de pluviosidade média anual da Região dos Lagos é de 820mm/ ano, índice mais baixo do que a média anual de pluviosidade de Angra dos Reis (2241mm/ ano) e da cidade do Rio de Janeiro (1788mm/ ano) (Plano Estratégico de Búzios - P.E.B., 1996).

⁷⁰ Denominada de *Região Turística Costa do Sol*.

que se refere aos níveis de poluição, aos engarrafamentos, à violência e todo o elenco dos problemas urbanos.

O *Plano Estratégico de Búzios* (PEB - iniciado em 1995) e O *Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios* (denominação do Plano Diretor da cidade), que teve início em 2001, reforçam a imagem de *cidade sustentável*, procurando ampliar a atração exercida pela cidade, juntamente com a síntese *Búzios, cidade-qualidade de vida* (tema abordado mais detalhadamente no item 4.3.2).

– **Geologia ímpar - Projeto Caminhos Geológicos⁷¹.**

O meio científico também tem sido fonte de inspiração para a preservação e promoção da imagem da cidade. Assim, obedecendo ao apelo representado por um possível interesse turístico, foi criado o *Projeto Caminhos Geológicos*. O Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM – RJ), em parceria com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER-RJ,) a TURISRIO e universidades, instalaram placas explicativas da excepcionalidade geológica de Búzios na orla Bardot, no Pórtico Turístico, na Ponta da Lagoinha, na Ponta do Marisco e na Praia Rasa (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 17).

Com o argumento da existência de uma *formação geológica peculiar*, baseado em estudo⁷² elaborado pelo Departamento de Recursos Minerais do Estado

⁷¹ O projeto Caminhos Geológicos foi criado pelo Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM – RJ), vinculado à Secretaria da Indústria Naval e do Petróleo (SEINPE) [...] (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 17).

⁷² SCHMITT, R.S. 2001. A orogenia Búzios - caracterização de um evento tectono-metamórfico no Domínio Tectônico Cabo Frio – sudeste da Faixa Ribeira. Curso de Pós-Graduação em Geologia. Departamento de Geologia, UFRJ. Tese de Doutorado 271p. Ver também Projeto Caminhos Geológicos, DRM.

do Rio de Janeiro (DRM-RJ), cria-se mais uma imagem-sintética: *Búzios, o Himalaia brasileiro* (Ver Foto 10: *Búzios, o Himalaia brasileiro - Placa instalada no acesso a Búzios*). A comparação se dá devido à presença de formações rochosas, denominadas *Gnaisses Búzios*, comparáveis a rochas existentes no Himalaia.

Foto 10 - Placa indicativa do Projeto Caminhos Geológicos: Armação dos Búzios, “o Himalaia brasileiro”, instalada no acesso principal à cidade



Fonte: Departamento de Recursos Minerais, DRM - RJ.

– **Disseminação de eventos temáticos**

Consta da agenda dos promotores culturais, a divulgação sistemática de eventos que distinguiriam os lugares. Em Búzios, essa prática traduz-se na disseminação de informações sobre festas temáticas, tais como: o *Festival de Jazz e Blues*, o *Festival de Cinema*, o *Festival de Gastronomia*, a *Festa da Nossa Senhora Desatadora dos Nós*⁷³, além das competições dos esportes à vela e outras inovações de cada temporada.

⁷³ A *Festa da Nossa Senhora Desatadora dos Nós* constitui em apelo ao turismo religioso. Vale ressaltar, aqui, que a única capela construída no Brasil em homenagem à Santa está localizada em Búzios.

– **Associação a lugares positivamente avaliados, que guardariam semelhanças com Búzios**

Vimos que duas das imagens sintéticas de Búzios realizam a comparação da cidade com dois balneários franceses: *Búzios: “Saint Tropez do Brasil” > Búzios: “Côte D’Azur brasileira”*. O trecho de reportagem abaixo expõe a atração por Búzios por sua “proximidade” com Saint Tropez:

Os franceses têm forte atração por penínsulas e Búzios, além de tudo, ainda tem a vantagem do clima tropical. Pela semelhança da geografia e do charme, Búzios é conhecida na França como a Saint Tropez brasileira (Françoise Lindeman em entrevista para o jornal *O Perú Molhado*, apud JUSTUS, 1996, p. 71).

Nesta direção, Ycarim Barbosa (2001) recorda que o turismo busca a superposição de identidades, omitindo singularidades do lugar. Refletindo essas imagens através das orientações analíticas deste autor, podemos compreender que o ícone representado por Côte D’Azur ou Saint-Tropez, ao ser vinculado à cidade de Búzios, instaura o simulacro de lugares famosos ou o *não-lugar*⁷⁴. Em outras palavras,

Certos lugares só existem pelas palavras que os evocam, são não-lugares nesse sentido, ou, antes, lugares imaginários, utopias banais, clichês (AUGÉ, 1994 apud BARBOSA, 2001, p. 60)

Compreendemos, assim, que a similitude estabelecida com um espaço icônico (Côte D’Azur ou Saint-Tropez) desloca a identidade do lugar, internacionalizando-o. Assim, compartilhamos da visão de Barbosa, em sua análise do vínculo entre Côte D’Azur e Búzios, conforme explicitada a seguir:

⁷⁴ Na visão de Marc Augé, citado em Barbosa, Y. M ., 2001 - ver referências.

O nome Côte D'Azur para os antigos moradores de Búzios, famílias de pescadores, soa totalmente estranho. O fato mais crítico de toda essa situação é que uma estrangeira [refere-se à Brigitte Bardot], ao comparar o lugar em que se encontra com outra localidade que ela já conhece, acaba fazendo o batismo que ofusca a identidade do primeiro (BARBOSA, 2001, p. 63).

Cabe lembrar, ainda, a apropriação mercantil da comparação entre Saint Tropez e Búzios. Em novembro de 2005, representantes destas duas cidades assinaram um protocolo de intenções no intuito de firmar uma parceria voltada à mútua promoção (ver *Figura 02*). Em matéria vinculada no jornal *O Perú Molhado* (de 25 de novembro de 2005), foram publicadas as intenções deste protocolo:

Teremos parceria com a hotelaria das duas cidades, que vai promover a participação conjunta em feiras internacionais de turismo. Na realidade, temos uma serie de ações que podem ser feitas. Vamos criar grupos de trabalho, em Búzios e em Saint Tropez, específicos, para cada tipo de ação. Vamos envolver e discutir questões de urbanismo, esporte náutico, hotelaria, gastronomia, etc... São ações de médio e longo prazo, nada será para a semana que vem, pois os europeus estão acostumados a trabalhar com profissionalismo, e isso requer tempo, pois as coisas planejadas, sem improvisos, trazem resultados significativos e, é isso que buscamos com essa parceria (Armando Ehrenfreund da organização da recepção da comitiva de Saint Tropez).

Figura 02 - “Projeto: cidade irmãs”: vínculo comparativo a Saint-Tropez - busca de valores positivos, continuidade da construção de cidade atraente e a produção do não-lugar



Fonte: *O Perú Molhado*, 21 maio de 2004.

2.2 Direcionamentos do olhar

A produção da imagem da cidade ganha o reforço de mecanismos que ocultam ao mesmo tempo que revelam paisagens. Como um jogo de quebra-cabeças, escolhe-se peças a exibir e perde-se propositalmente outras.

Podemos observar, através de instrumentos como a fotografia⁷⁵ e as representações iconográficas (mapas), a seleção ou captura do olhar em direção à verossimilhança desejada para as imagens hegemônicas de Búzios. Afinal, a eficiência simbólica destas imagens apóia-se na economia do uso da linguagem verbal. Trata-se do alcance da adesão a imagens visuais que facilitem o consumo e a absorção de sentidos.

2.2.1 Seleção fotográfica e venda da paisagem: a orientação do olhar

Fotos aéreas que revelam a beleza geográfica da cidade, a península e seus recortes, as praias, as lagoas, o encontro das rochas com o mar; enquadramentos que capturam o pôr do sol denunciando a silhueta de seus morros e das traineiras em descanso, a iluminação dourada e a aglomeração de pessoas na rua das Pedras em noites de verão, as mulheres bonitas, as pitadas de cosmopolitismo com a miscelânea de elementos de culturas variadas “convivendo em harmonia”, os barcos e as redes de pesca. Estes são alguns dos ângulos (significantes) selecionados de Búzios, constantemente (ex) postos à venda, visando (e realizando) a formação da cidade-mercadoria⁷⁶.

Apreendidas em seleções fotográficas, utilizadas em encartes e folders turísticos, expostas em revistas, jornais e até mesmo nos álbuns particulares de turistas, algumas paisagens tornadas espetaculares passaram, ao longo do anos, a simbolizar *Búzios*. Entendemos que essas paisagens (ou cenas) transformaram-se

⁷⁵A utilização do cartão postal está cada vez mais deixado de lado por conta da disseminação de imagens através da Internet e meios de comunicação de massa.

⁷⁶ Entendemos a noção de cidade-mercadoria como a tendência em direção à mercandificação da cidade. A cidade, na nossa visão, não é vendida em si. A cidade, como totalidade, ajuda a vender muitas coisas, e, para isso, ela é vendida imagetivamente. Deste modo, a cidade não é uma total mercadoria.

em uma espécie de convite para futuros visitantes (e motivo de lembrança para aqueles que já lá estiveram), pelo fato de concretizarem o produto turístico associado às imagens-síntese (*item 2.1.*).

A fotografia expressa pedaços miniaturizados (e imobilizados) do *real*. Assim compreendida, a foto representa algo que realmente existe, garantindo a verossimilhança das imagens hegemônicas. “Pensa-se que a câmera não mente” (URRY, 2001, p. 186).

Sendo assim, a capacidade que a fotografia tem de produzir afirmações / informações apresenta uma força legitimadora das representações dominantes do lugar, além de nortear ações de apropriação do território buziانو.

Contudo, entendemos que o poder semiológico da fotografia decorre do seu conteúdo ideológico, expresso na seleção, estruturação e amoldamento daquilo que será registrado, além da usual tentativa de embelezar o objeto fotografado (URRY, 2001).

A mensagem absorvida externamente ao lugar, advinda dos meios de comunicação, não pára por aí. Ela é reproduzida através de processos que reafirmam o seu conteúdo original, ou seja

Há uma espécie de círculo hermenêutico envolvido em boa parte do turismo. Aquilo que se procura durante as férias é um conjunto de imagens fotográficas, como as que se vêem nos folhetos das excursões, distribuídos pelas agências de turismo, ou em propaganda de televisão. Quando o turista está viajando, ele se põe a buscar essas imagens e as captura para si. No final, os viajantes demonstram que estiveram realmente em determinado lugar, exibindo sua versão das imagens que haviam visto originalmente, antes da viagem (URRY, 2001, p. 187).

É essa, aliás, a fórmula dos encartes produzidos pelas agências de turismo. Há uma oferta de imagens dos lugares visitados que, por sua vez, orientará o registro fotográfico do visitante.

Não divergindo dessa tendência, constatamos no texto publicitário do livro do fotógrafo argentino Aníbal Sciaretta, *Búzios Imagens & Cores*, o direcionamento do olhar do turista em associação com as agências do setor.

Chegando em Búzios procure pelo livro do fotógrafo argentino, radicado no Brasil há mais de 20 anos e profundo conhecedor de Búzios. Através da sua lente, Sciaretta capturou imagens eternas de Búzios, [...] que demonstram seu talento e sensibilidade. O livro, lançado recentemente, além de ser útil para conhecer a cidade, acaba sendo um guia de ângulos para fotografar e serve como excelente lembrança e presente para os amigos. Está à venda em vários locais, inclusive nas pousadas da cidade (O grifo é nosso - em http://www.estradas.com.br/materia_113_buzios.htm, acessado em 01 de novembro de 2005).

Assim, as agências de turismo têm, entre outras funções, aquela de indicar as fotos que devem ser tiradas. Conforme apontado por Urry, “boa parte do turismo torna-se uma busca do fotogênico” (2001, p. 187).

A veiculação desses cenários ocasiona o reforço do direcionamento do olhar. Com este direcionamento, o visitante adquire a certeza de ter feito parte de uma paisagem tornada símbolo do lugar. Afinal, a sua inclusão pode ser constatada nos álbuns que eternizarão a paisagem⁷⁷.

⁷⁷Vale ressaltar também a existência, na atualidade, de uma tendência inversa à intenção de dominação através do olhar orientado. Para Jeudy, contemporaneamente, a fotografia profissional busca “fazer falar o que as cidades parecem esconder” (2005, p. 82). Segundo este autor, grande número de fotógrafos têm insistido nos “‘não-lugares’, nos territórios indefiníveis, continuam fascinados pelos ‘entre-dois-espacos [...] a fim de provocar e de manter uma sensibilidade própria das aparições insólitas” (2005, p. 82). Em Búzios, esta tendência não afirmou-se ainda. Pelo contrário, os ângulos privilegiados pelos fotógrafos profissionais são aqueles que reforçam a imagem dominante, focando a arquitetura, os pescadores e, principalmente a beleza natural do lugar.

O encontro entre turistas e espaços-síntese produzidos para seduzir e encantar pode ser verificado em páginas pessoais disponíveis na Internet, conforme o exemplos abaixo (ver *Figura 03* e *Foto 11*):

Figura 03: Encontro de turistas com imagens pré-conhecidas através dos roteiros de viagem



Fonte: <http://olhanosae.flogbrasil.terra.com.br/foto9901921.html>. Encontro de turistas com: (1) Estátua de Brigitte Bardot; (2) Placa do projeto “Caminhos Geológicos” (DRM).

Foto 11: Encontro de turistas com a estátua de Brigitte Bardot (formação de fila para tirar fotos)



Arquivo particular, 2006.

A inclusão do turista na paisagem buziana cristaliza a seleção de espaços através do direcionamento do olhar, desempenhada pela fotografia e pelos roteiros turísticos. Apesar das imagens dominantes instaurarem (e estimularem) o consumo que tende à massificação, a inclusão dos turistas na cena buziana, sugere a *personificação do lugar*. Trata-se da existência de duas tendências contrárias, que se dá a nível da dimensão simbólica. A primeira, o *consumo de massa*, impulsionado pela imagem dominante e, a segunda, o *consumo personalizado* do lugar, estabelecido pela inserção do turista na paisagem.

2.2.2 Representações iconográficas e roteiros turísticos: orientação do ocultamento

O olhar direcionado pela produção da imagem hegemônica da cidade possui função específica na construção mental da representação urbana. Esta premissa referente à imagem construída da cidade também inscreve-se territorialmente, de forma estudada e planejada.

Consoante a proposta analítica de Otilia Arantes, uma das camadas da troca simbólica desigual “consiste na manipulação de linguagens simbólicas de exclusão e habilitação” (2000, p. 33). Por conseguinte,

O “visual” de uma cidade, bem como a maneira pela qual ela se deixa por assim dizer manusear, seu aspecto “tátil”, podemos acrescentar, refletem decisões sobre o que, e quem, pode estar visível ou não, decisões em suma sobre ordem e desordem, o que acarreta algo como uma estetização do poder, da qual o desenho arquitetônico é um dos instrumentos mais aparatosos (O grifo é nosso - ARANTES, 2000, p. 33).

A simbologia segregacionista do espaço buziano denuncia a estética *do poder*. Esta estética oculta a parte continental do território, que é indissociável da porção socialmente valorizada de seu território, a península.

A expressão territorial de Búzios construída pelos grupos sociais dominantes e pelo Estado é evocada na competição entre cidades pela atração de investimentos. Estes atores selecionam a porção do território a ser reconhecida como charmosa, rústico-chique, cosmopolita / multicultural, enfatizando valores sociais que estimulam o orgulho coletivo. Concomitantemente, esse processo sedimenta as frações marginalizadas e estigmatizadas da parte continental do território, habitada, na maioria, pela massa menos abastada do município. Assim é construído o ocultamento das frações desvalorizadas do território buziano.

Essa parte do território, o continente e as frações estigmatizadas (mesmo quando inseridas na península), não são apresentadas como constitutivas deste todo denominado de “Búzios - qualidade”. Entretanto, servem de apoio logístico à estrutura montada para o turismo, essencialmente localizada na porção peninsular do município. Apesar da interdependência dessas duas frações do território de Búzios, o espaço da península é tratado como “o território de Búzios”.

Jean Michel Couve, prefeito de *Saint Tropez*, em comitiva para firmar a parceria entre Búzios e *Saint Tropez*, parece ter percebido que o início da cidade não acontece no Pórtico.

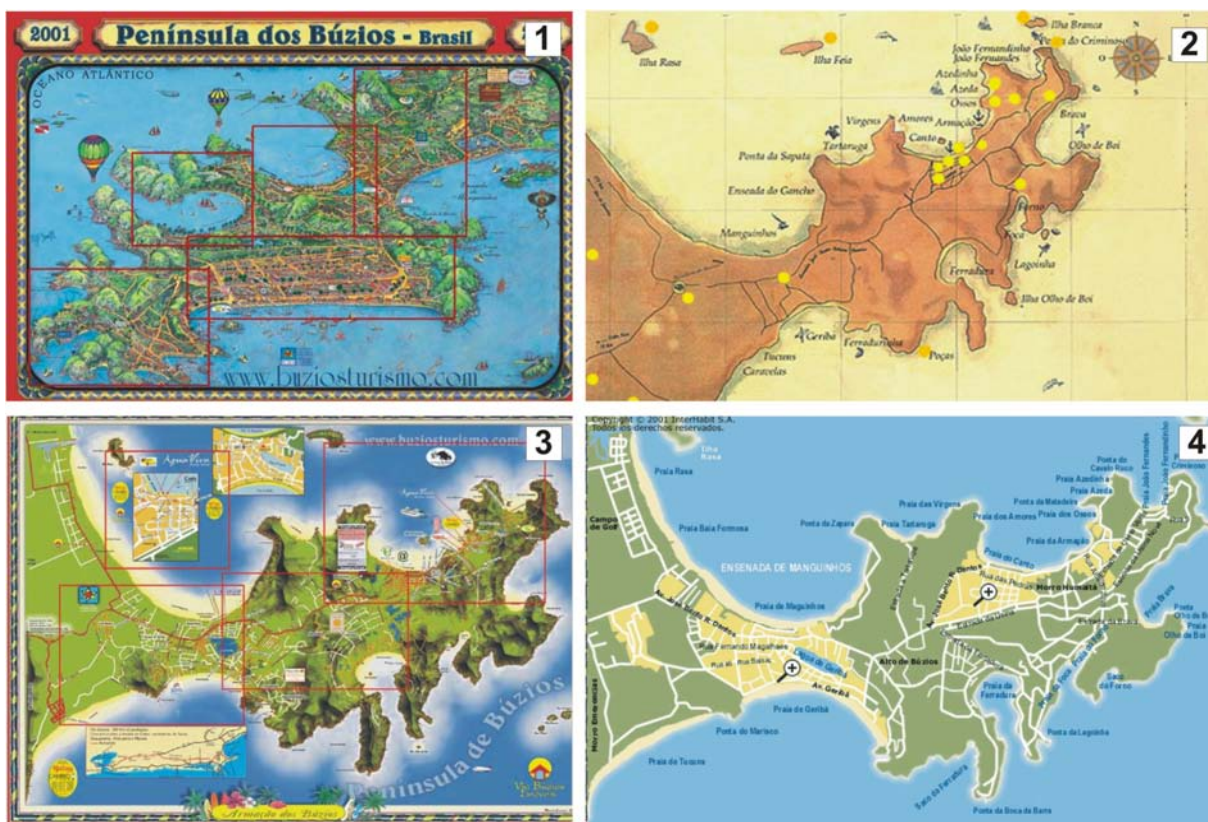
No primeiro dia que chegou a Búzios, o prefeito ficou meio triste quando viu a entrada da cidade e pensou “isso é Búzios?” Já no domingo, quando foi jantar no Restaurante Briguitta, no dia seguinte, quando foi à casa do Octavinho, quando viu o mar e passeou na rua das Pedras, ele disse que tinha a sensação de já ter estado em Búzios antes (*O Perú Molhado*, novembro de 2005).

A entrada da cidade não me entusiasmou muito. Depois conheci o hotel *El Cazar*, onde estou hospedado. Linda vista pro mar, os barquinhos. Aí me levaram à praia da Tartaruga, maravilhosa! O centro da cidade, então, é mágico (O grifo é nosso - Jean Michel Couve em entrevista para *O Perú Molhado*, novembro de 2005).

A impressão negativa causada no prefeito pelo lado menos enaltecido da cidade também atinge aqueles que não seguem os roteiros pré-estabelecidos. Estes roteiros pinçam fragmentos do território e concebem, de maneira geral, a península como a porção legítima de Búzios e o continente como *algo pra lá da porta* (pórtico) *da cidade*.

Reconhecemos, assim, a existência de roteiros turísticos - peninsulares em grande maioria - que excluem outras (grandes) frações do espaço. Estes roteiros, representados graficamente (ver *Figura 04*), acabam por privilegiar aquele território apresentado como a totalidade buziana, ou que reforçam a afirmação da imagem hegemônica da cidade.

Figura 04: Representações cartográficas e artísticas da “Península dos Búzios” [1], seus pontos turísticos [2] e ênfase [zoom] nas áreas mais adensadas e valorizadas [3 e 4].



Fonte: (1) Brasil Turismo, 2001. Produzido por Manolo Caminos; (2) www.buziosdirect.com.br, acessado em maio de 2005; (3) Mapa turístico produzido por Manolo Caminos, capturado de www.buziosturismo.com, em abril de 2005; (4) www.interhabit.com, acessado em maio de 2005.

2.2.3 Publicidade: a fusão da cidade-produto ao produto na cidade

Entendemos que a publicidade constitui um discurso portador de sentidos e valores. Corresponde, portanto, a um forte mecanismo para a propagação da ideologia dominante com grande influência na ordenação do espaço urbano.

Em nossa avaliação, o recurso publicitário constitui um poderoso instrumento de lutas simbólicas, inscritas na definição e defesa da ordem social. Dessa maneira, julgamos profícuo identificar os elos entre as representações dominantes do lugar e a submissão do valor de uso do espaço ao seu valor de troca.

Considerando a feiticização dos bens sociais e naturais e os valores propagados por uma ideologia globalizante dos desejos e necessidades sociais, não poderíamos deixar de atentar para a publicidade em sua função de orientar o consumo, e, assim, estilos de vida e a própria estética.

Isto posto, podemos considerar, lembrando Lefèbvre (2001, p. 64) que cada “objeto”, cada “bem”, desdobra-se numa realidade e numa imagem. Assim, a sua realização integra-se a uma produção global desempenhando papel integrador fundamental em relação a outras atividades sociais produtivas e organizadoras.

Desse modo, ao protagonizar uma sobredeterminação acerca dos modos de vida e a materialidade urbana, acrescenta-se à publicidade resquícios de contextos diferenciados, do passado, ou até do futuro, imagens, signos reprogramados a ganhar nova face apropriada à sociedade posta ao consumo dirigido⁷⁸. Ao orientar os valores atuais, a publicidade também vai interferir na ordem criada pela sociedade de consumo. O modo de morar - viver em condomínios afastados dos diferentes, por exemplo, conforme será tratado no item 3.3.2. -, os sinônimos de felicidade, o estilo de vida e a estética adequados se dará conforme as regras do consumo orientado.

Assim, o consumo exacerbado de signos transforma o mundo sensível em mundo significante categórico, o cidadão em consumidor e, enfim, a cidade em mercadoria. Na escrita precisa de Lefèbvre,

⁷⁸ Segundo Lefèbvre, a feiticização da relação formal significante-significado “aceita passivamente a ideologia do consumo dirigido. Ou antes, ela contribui para tanto. Na ideologia do consumo e no consumo ‘real’ (entre aspas), o consumo de *signos* desempenha um papel cada vez maior. Este consumo não suprime o consumo de espetáculos ‘puros’, sem atividade, sem participação, sem obra nem produto. Acrescenta-se e se sobrepõe a este como uma sobredeterminação” (2001, p. 64).

O signo é comprado e vendido; a linguagem torna-se valor de troca. Sob a aparência de signos e de significações em geral, são as significações desta sociedade que são entregues ao consumo. Por conseguinte, aquele que concebe a cidade e a realidade urbana como sistema de signos está entregando-as implicitamente ao consumo como sendo objetos integralmente consumíveis: como valor de troca em estado puro. Mudando os lugares em signos e valores, o prático-sensível em significações formais, essa teoria também muda em puro consumidor de signos aqueles que o percebem (2001, p. 64).

Respaldados no acima exposto, identificamos, na propaganda de produtos relacionados à cidade de Búzios, a fusão da cidade-produto (Búzios) ao produto na (ou da) cidade. Essa hibridação, na nossa análise, constrói signos que refletem a felicidade associada à garantia de *status* (elemento capturado do passado) que decorreria de “estar em Búzios”, e que ofereceria um “estilo de vida único”⁷⁹.

Mais que um lugar. Um estilo de vida. Costa do Atlântico. Seu sonho em Búzios agora é real.
Loft Aldeia da Praia - Búzios. Loft 1 e 2 quartos entre Manguinhos e Geribá. Pra quem é Bon Vivant (Anúncios imobiliários de condomínios fechados, veiculados em revista publicada pela PATRIMÓVEL - revista da PATRIMÓVEL, nº 11, primeiro trimestre de 2005)⁸⁰.

⁷⁹ O “estilo de vida único” do buziano parece ter sido capturado ou impregnado por um outro termo já socialmente e politicamente consagrado: o *estilo Búzios*, que originalmente referia-se a um certo padrão estético arquitetônico. Contudo hoje este termo parece abranger o *estilo de vida do buziano*, conforme será tratado com maiores detalhes no item 3.1.

⁸⁰ Este anúncio apresenta considerações interessantes quanto à caracterização do produto imobiliário. O encarte publicitário referido descreve “loft 1 e 2 quartos”. Essa descrição causa estranheza ao se considerar que o advento do loft em cidades como Nova York, Londres e Paris fez parte de um movimento que buscava o reconhecimento da herança arquitetônica destas cidades e o valor de sua preservação, aonde os incorporadores imobiliários, ao invés de demolirem antigas construções para erguerem prédios modernos, optaram por preservá-los e reciclá-los, transformando-os em lofts. Este se caracteriza pelo compartilhamento de todos os seus espaços internos, onde não haveria mais divisão entre dormitórios, suítes e salas e sim um único espaço útil a ser aproveitado da melhor maneira pelo morador. Entretanto, como hoje os *lofts* são consideradas moradias donas de “um estilo de vida consagrado e estabelecido”, associa-se o empreendimento a uma imagem de pessoas *bon vivant* dotadas de charme, originário das cidades americanas e européias, tudo a ver com a história de Búzios. Reconhecemos, nesta localidade, a utilização da denominação *loft*, distanciada do conceito original deste termo. Na execução do *loft* em Búzios não são realizadas adaptações em antigas edificações para moradia. Pelo contrário, é chamado de *loft*, um empreendimento ainda não construído, e que, além do mais, promete a divisão dos espaços internos em “um ou dois quartos”. Desse modo, observamos a apropriação do termo que remete a um estilo

A publicidade, nesse caso, é indissociável da sedução e está articulada ao convencimento. Uma vez instituído o convencimento relativo aos produtos e a imagem do lugar, inicia-se a utilização racional de elementos, objetivando a sedução. Do mesmo modo, uma vez exercida a sedução, é acionado um conjunto de argumentos racionais em direção ao convencimento. Assim, entendemos que sedução e convencimento se retroalimentam.

reconhecido socialmente de maneira positiva. É relevante dizer que essas duas campanhas publicitárias foram veiculadas durante o mês de janeiro até junho de 2005, no Rio de Janeiro, pelos jornais O Globo e Jornal do Brasil.

CAPÍTULO 3 ESTÉTICA, ESTILO E MATERIALIDADE

Tome um fio comum de crença, uma paixão que o povo compartilhe - sem que seja necessário lutar por ela - e a desenvolva em uma imagem visual. Comercialize essa imagem como o símbolo da cidade. Pegue uma área da cidade que reflita: um tremulante complexo comercial à beira d'água para simbolizar a renovação, uma rua de pequena escala e lojas de tijolos vermelhos para simbolizar a memória histórica. E, por último, coloque a área sob administração privada, cujo desejo de limpar o espaço público tem ajudado a fazer dos corpos de segurança privada uma das ocupações em mais rápida expansão (ZUKIN, 2003, p. 13).

Com a interferência dos produtores culturais ou *intermediários culturais* (ARANTES, 2000, p. 45), forma-se uma nova sociedade. A identidade, o estilo e a estética configuram uma ordem renovada, a ser atingida pelos indivíduos / sociedade e, então, pela cidade em suas faces como um todo. A conformação de uma única disposição tende a ocultar ou anular outras possíveis formas societárias, compostas pela totalidade do espaço social em movimento.

Sendo assim, reconhecemos a crescente incorporação de processos técnicos de comunicação na materialidade urbana que interferem na construção da nova ordem cultural e esta, por sua vez, reforça esta incorporação. Deste modo é instaurado o vínculo cada vez mais denso, entre comunicação, informação, cultura e espaço.

As soluções espaciais adotadas, nesta perspectiva, passam a ser orientadas pela seleção de conteúdos emblemáticos e valores que resultam de lutas simbólicas. O plano físico, então, transcende a materialidade, passando a assumir função semiológica fundamental na constituição da imagem considerada positiva de cidade.

Posto isso, a cultura dominante, ao firmar-se enquanto ideologia, interfere nas decisões e atividades cotidianas da população e na expressão formal da materialidade do lugar. Aproximamo-nos, desta ótica, de análise crítica da *ideologia do consumo*, ao tomarmos como premissa que as criações, retóricas e produtos encontram-se diretamente relacionados à lógica social, ou seja, à conformação de códigos sociais de distinção, que conduzem as relações entre as classes sociais (subordinação, exploração e opressão).

Neste capítulo, focaremos o aspecto físico, em seus vínculos com a dinâmica da esfera cultural e comunicacional. A inclusão analítica do plano físico na construção da imagem buziana direciona-nos ao enfrentamento de nosso objetivo relativo à análise da distribuição de investimentos no espaço social, relacionada à projeção de imagens e à fabricação da *marca Búzios e*, portanto, à formação do *mito Búzios*.

3.1 “*Estilo Búzios*”, a estética na marca da cidade

O que nós temos em comum? A escala. Nós temos o mesmo tamanho... (em que pese a sua altura e a minha)...nós temos a mesma altura. A escala de Búzios é extremamente humana. Foi aí que comecei a brigar - antes inconscientemente, mas aí conscientemente - ...a brigar pela altura das casas. As casas de Búzios, como você pode ver, são muito baixinhas, porque isso começou antes de mim [...] com as casinhas de pescador, com 1,90 de altura no beiral. Você ainda encontra exemplos, né? Então, hoje, nós temos uma escala que eu luto fortemente para manter, que as pessoas não estão entendendo, quando agridem. No momento em que você perder a escala, nós seremos mais uma cidadezinha charmosa igual a todas as outras, e aí...[faz gesto negativo] (Otávio Raja Gabaglia em depoimento para ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ) Prefeitura, 2003?a).

O “*Estilo Búzios*” constitui o resultado da construção social de um padrão estético-arquitetônico que se auto intitula “peculiar ao local”⁸¹. Essa “marca” materializa-se em um número considerável de construções inscritas no território desse município.

No esforço para entendermos o “*Estilo Búzios*”, remetemo-nos, primeiramente, à chamada *arquitetura vernácula*, entendida como um tipo de construção que se utiliza de materiais e técnicas do ambiente onde será erguida a obra. Assim sendo, tentaremos resgatar a origem da criação do “*Estilo Búzios*” em seus alegados elos com um modo de construção vernacular⁸².

Para tal, devemos também colocar em evidência a persona Otávio Raja Gabaglia e a sua transformação em personagem mítico na história recente do lugar, reconhecido como “xerife de Búzios” ou “inventor do *Estilo Búzios*”:

⁸¹ Tradicionalmente, a noção de *estilo*, no campo da arquitetura, envolve a apreensão de um certo conjunto de fatores e características formais dos edifícios. Ou seja, a noção de estilo está associada à forma, e, sobretudo, aos detalhes estético-construtivos da arquitetura. Esta é uma idéia que, após os movimentos modernos da Arquitetura (e mesmo os pós-modernos, que voltaram a debater o estilo), passou a ser utilizada com o fim de classificar os períodos da história da arquitetura, de acordo com as suas características formais, técnicas e materiais. Esta classificação tem, por vezes, resultados arbitrários, no entanto, considera-se a existência de características comuns nas obras de arquitetos que trabalharam na mesma época, na mesma região geográfica ou, simplesmente, quando têm conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelos outros (as chamadas “influências” na obra individual de cada profissional). Aquilo que era considerado *estilo* passou a ser chamado simplesmente de *momento histórico* ou de *escola*. No caso do “*Estilo Búzios*”, consideramos a inspiração na técnica construtiva dos pescadores e seus elementos formais, inscritos no espaço buziano, marcado, socialmente, como modo de construção peculiar ao lugar (ver análise mais detalhada no corpo do texto).

⁸² Françoise Choay, ao discorrer sobre *arquitetura vernácula*, esclarece: “O adjetivo vernáculo faz parte do léxico da lingüística, indicando o que pertence a uma língua de uma região. Mas pode ser usado como substantivo. O inglês aplica o termo *vernacular* às artes (locais) e em particular à arquitetura característica de uma região. Esse uso foi mais recentemente introduzido no francês, em que *vernáculo* é muito confundido com popular” (T.d.a.) Vernáculo, do latim *vernaculus*, ‘indígena, doméstico’, é derivado de *verna*, ‘escravo nascido em casa’” (CHOAY, apud JACQUES, 2003, p. 17).

Já no início da década de 60, comecei a prestar atenção: a população local mantinha um padrão de arquitetura herdado de seu país. O mesmo tipo de casa de pescador, às vezes um pouco maior ou menor. [...]

Procurei racionalizar, em termos de construção a simplicidade que encontrei.

O pessoal daqui não precisava de grandes vãos . Preferia janelinhas, de 50,60 cm de largura. Não usando viga , bastava um pauzinho de 6 x 6, 10 x 10, ou o que pintasse. Já o pessoal que vinha do Rio queria vidro, a vista. Precisávamos de peças maiores para vencer vãos maiores. O estilo de Búzios não nasceu, portanto, por acaso. Nasceu de um aprimoramento, de uma busca (O grifo é nosso - Otávio Raja Gabaglia, em depoimento apud MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?).

Conforme podemos apreender neste depoimento⁸³, o padrão arquitetônico do “*Estilo Búzios*” foi desenvolvido pela racionalização de elementos da “*construção tradicional dos pescadores*” (ver *Fotos 12 e 13* exemplos do reconhecido padrão construtivo dos pescadores), internalizando, neste modo de construção, os desejos dos que chegavam ao balneário - veranistas e novos moradores.

⁸³ Reconhecemos a força de um relato quando este é repetido diversas vezes, conforme anteriormente explicitado. Identificamos esta prática como matéria-prima viva para a formação de mitos. Assim, o discurso insistentemente proferido sobre a criação do *estilo Búzios* mescla-se com o personagem Otávio Raja Gabaglia. Pudemos presenciar diversas situações onde este discurso foi proferido pelo citado arquiteto, praticamente com as mesmas palavras: em diversas publicações, inclusive no livro *Búzios*; no vídeo *A magia de Búzios* por ocasião do Plano Diretor (2003) e no *seminário Estilo Búzios* realizado em Armação dos Búzios, dias 16 e 17 de abril de 2005.

Foto 12: Casas de pescadores e Igreja de Sant'Ana na praia dos Ossos



Fonte particular.

Foto 13: Antigo escritório da fazenda Campos Novos



Fonte particular.

Rossi pode nos ajudar a compreender a origem do “*Estilo Búzios*”. Para este autor, o começo da individualidade de um fato urbano está *no acontecimento e no signo que fixou o acontecimento* (itálico original - 2001, p. 151), já que “os artistas

sempre se basearam em algo original, em um fato que vem antes do estilo” (ibid.). Em direção ao sublime, eles (os artistas) aprendem a separar o elemento causal das formas; surgindo tipos e, enfim, inícios de ideais (BURKHARD, apud ROSSI, 2001, p. 151). Nesta perspectiva, tentamos resgatar a origem do “*Estilo Búzios*” a partir da relação existente entre o elemento que preexistiu à estilização formal e sua reproposta como fundamento. Assim,

[...] a arquitetura, enquanto recoloca em discussão todo seu domínio, os seus elementos e seus ideais, de outro tende a se identificar com o fato, sem mais levar em conta aquela separação que ocorrera no início e que lhe permite desenvolver-se com autonomia (ROSSI, 2001, p. 151).

Desse modo, o “*Estilo Búzios*” constitui um artefato - produto manufaturado -, onde o fato (fundamento) refere-se às construções de pescadores da antiga aldeia expandindo-se, na formatação de um modelo construtivo, com o aval racional da arquitetura enquanto disciplina legítima⁸⁴. Essas aspirações adequavam-se a uma lógica local mas, com elementos adaptados provenientes de uma outra ordem social, implantada em Búzios com o apoio dos objetos reafirmadores do estilo (Ver *Foto 14*, exemplo do “*Estilo Búzios*” com suas devidas adaptações).

⁸⁴ Mais recentemente podemos constatar uma nova característica construtiva em Búzios relativa, emblematicamente, ao trabalho do arquiteto Hélio Pelegrino. A utilização farta de materiais de demolição, combinados a panos de vidro estrategicamente iluminados, revelam - ou parecem revelar - características que envolvem, ao mesmo tempo, aspectos rústicos e sofisticados que combinam, sagazmente, com a inauguração das imagens-sínteses da localidade. São exemplos destas construções o restaurante *Boom*, o restaurante *Buzin* e o próprio *Pórtico de Búzios*.

Foto 14: Pórtico de Búzios, enquadrado nas adaptações formadoras do “Estilo Búzios” de construção



Fonte: Arquivo particular, 2006.

Cabe ressaltar a reprodução do “*Estilo Búzios*” por vários meios técnicos. Este estilo realiza-se materialmente e através da sua veiculação na mídia. Conforme tratado no capítulo 2, reconhecemos que o próprio “*Estilo Búzios*” é produzido como imagem imaterial, sintética, cujo mecanismo de reforço evoca a articulação entre a simplicidade e a sofisticação (o rústico-chique ou o “charme de Búzios”) como sentidos associados ao lugar⁸⁵.

Sendo assim, a sistematização de traços culturais, através de técnicas e materiais construtivos, permitiu a organização de significantes que sustentam a identidade social imposta como marca da cidade. Por conseguinte, o “*Estilo Búzios*”, além de traduzir o estabelecimento de um padrão construtivo e estético envolto em

⁸⁵ “Procurei uma casa que mantivesse charme e simplicidade, a essência de Búzios” (depoimento do diretor de TV Wolf Maia para a revista *Veja Rio* - fevereiro de 2006).

um pretensu rótulo de identidade, é re-conhecido como símbolo de *status* e de enraizamento nas tradições do lugar, em decorrência da evocação do fato original: um “modelo inspirado na tradição local, ou seja, na construção dos pescadores”.

Em 1970, fiz uma casa em que mandei lavrar todas as madeiras que chegaram cortadas a máquina. Decidi usar madeira lavrada e ninguém sabia o que era isso.

Tenho um certo orgulho em dizer: a madeira lavrada existe porque criamos este mercado. E como queria me aproximar ao máximo da construção do pescador, comecei a procurar telhas velhas. Primeiro tive de pesquisar, estudar, procurar entender aquilo que o pescador fazia por **instinto**, como os ângulos da queda de um telhado.

Já eu não poderia trabalhar assim, não tenho este **instinto**. Então fui fazendo tentativas, observando [...]

Nasceu, então, um estilo. As obras que fazia respeitava [sic] estes princípios. As pessoas que chegavam de fora e viam aquilo se casando direitinho, tendia [sic] a seguir o estilo, a não ser um ou outro profissional sem escrúpulos... (O grifo e negrito são nossos. Otávio Raja Gabaglia em depoimento apud MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?).

Podemos observar que, com a racionalização do modo de construção próprio dos pescadores, há o afastamento do saber popular historicamente acumulado. Com o passar do tempo, o “*Estilo Búzios*”, depois de socialmente consagrado, nega suas raízes, alicerçadas na racionalidade alternativa, fruto do modo de construir *instintivo* dos pescadores⁸⁶.

Assim, é possível reconhecer que o “*Estilo Búzios*” corresponde à afirmação de uma tipologia arquitetônica que se tornou uma espécie de *arquitetura “cultural”*, orientada para reafirmar a imagem-síntese *aldeia de pescadores*; aspecto rústico e, ao mesmo tempo aparência moderna, em sintonia com os desejos dos que vinham de fora. Uma vez consolidada essa leitura, os construtores passam a utilizar

⁸⁶ Segundo Jacques, “os arquitetos sempre definiram a arquitetura como aquilo que, por seu lado artístico, vai além da construção comum. Ou seja, a arquitetura como arte começa [ria] onde acabaria a arquitetura vernácula” (2003, p. 12).

madeira lavrada (e não serrada), telhas e materiais de demolição, em convivência com enormes panos de vidro e equipamentos sofisticados como banheiras luxuosas, piscinas, constituindo uma nova tipologia buziana.

Mas é preciso frisar um dado importante em toda essa história. As pessoas da cidade desenvolveram consciência da situação e promoveram por conta própria, o que pode ser chamado de autotombamento, sem nenhuma ingerência do Estado. Ao contrário de Parati, por exemplo, que é uma beleza, mas que foi tombada por decreto (Otávio Raja Gabaglia em depoimento apud MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?).

O fato é que essa estética foi *codificada* como instrumento e marca de *distinção social*⁸⁷ (BOURDIEU, 1989) entre os proprietários de edificações em Búzios. Como ideologia materializada, ícone de uma classe e de seus valores, desencadeia uma tentativa de homogeneização estética local, ao acionar o discurso identitário fortemente apoiado noutras intervenções no espaço físico da cidade.

Mas como foi possível a internalização dessa lógica formalista que impôs-se objetivamente? Identificamos, inicialmente, o empenho do inventor do “*Estilo Búzios*” e sua visão empreendedora.

Comecei a doar projetos para a população que não podia pagar um arquiteto e, muitas vezes, até para pessoas com recursos. Com que intenção ? Ser bonzinho ? Eu não sou bonzinho. Para uma pessoa da terra, receber de graça um projeto assinado por um arquiteto, torna tudo muito mais fácil. Quando alguém me dizia que não tinha dinheiro para colocar telha velha, não tinha problema. Colocava-se telhas francesas. Quando não havia dinheiro para empregar madeira lavrada, ou mesmo peças maiores, eu conseguia com o fornecedor o preço de custo (O grifo é nosso - Otávio Raja Gabaglia em depoimento apud MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?).

⁸⁷ Ver: JUSTUS, D. *A cidade Natural: Imagens e representações de Armação dos Búzios*. 1996. 167f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

Podemos, talvez, ler o esforço empreendedor deste arquiteto com o apoio de palavras de Jeudy:

Os financiadores de obras artísticas ou arquitetônicas podem sempre fazer crer que se inspiram em uma certa poesia da cidade, mas estão mais preocupados em produzir uma imagem determinante de sua cidade do que em responder a uma sensibilidade comum aos habitantes (2005, p. 83).

Em conexão com a imagem-síntese *aldeia dos pescadores*, o mesmo arquiteto aciona ideários preservacionistas que vão além da arquitetura.

Nossa maior vitória reside no fato de que a população já tem a consciência de que, se não houver uma defesa, tanto das praias quanto de tudo mais, não vai mesmo dar pé (Otávio Raja Gabaglia em depoimento apud MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?).

Possivelmente, a internalização do ideário da *preservação* (construção) de uma estética própria, originária de Búzios, também pode ser refletida a partir de URRY, “a proteção do passado disfarça a destruição do presente” (2001, p. 150).

Segundo este autor, cada vez mais, a fabricação de mercadorias é substituída pela fabricação de tradições, em torno das quais constrói-se um conjunto de fantasias ou fábulas⁸⁸. A tradição “(...) mascara as desigualdades sociais e espaciais, introduz um consumismo e uma comercialização superficiais e pode, em parte, destruir elementos ou artefatos que, supostamente, estão sendo conservados” (URRY, 2001, p. 150)⁸⁹.

⁸⁸ Segundo Santos, “vivemos num mundo confuso e confusamente percebido” (SANTOS, 2003, p. 17), um mundo de fabulações, cujos fundamentos são “a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se opõem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal (SANTOS, *ibid.*, p. 18).

⁸⁹ Urry, citando Hewison, argumenta que “se realmente estivermos interessados em nossa história, então talvez teremos que preservá-la dos conservacionistas” (HEWISON, R. *The heritage Industry*. London, Methuen, 1987) e completa: “A tradição é uma história falsificada” (URRY, 2001, p. 150).

Nessa direção, entendemos que o discurso materializado pela arquitetura busca a sua legitimidade na preservação do passado e da escala construtiva da localidade. Essa linguagem física constitui, no nosso modo de ver, a escolha de um fragmento da história, transformado em tradição. Para Urry, a distinção absoluta entre história (autêntica e contínua) e tradição (passada e morta) é que “a tradição é uma história falsificada” (2001, p. 151). A primeira oferece perigos para o pensamento instrumental e mercantil e a segunda, maior segurança. Assim sendo, “a possibilidade de perder o estilo, a marca acarreta o risco ‘de não atrair quem atraía antes’. Referem-se (a classe dominante local) freqüentemente a essa preocupação de que não aconteça com Búzios o mesmo que aconteceu com Cabo Frio” (JUSTUS, 1996, p. 127).

A criação do estilo arquitetônico peculiar do município de Búzios pode ser considerada, nessa visão, a fabricação de uma tradição estética-visual. Trata-se de história artefactual, de um produto turístico⁹⁰ incorporado no rol de imagens construídas da cidade. Segundo Urry,

⁹⁰ Reconhecemos, com o controle do território (da volumetria e da estética), a valorização do parque imobiliário e a garantia do investimento e do lucro. Se a edificação for enquadrada no “*Estilo Búzios*”, consegue-se uma valorização patrimonial maior. Deste modo, é possível identificar a relação entre o “*Estilo Búzios*” e a incorporação de valor a essas edificações. “[...] Então, vamos supor que uma pessoa de terra tenha uma casa dentro do “*Estilo Búzios*”. Um outro, do lado, ao contrário, é proprietário de uma casa, cujo projeto comprou no Rio de Janeiro, com telhas retas, pintada de roxo, amarelo e branco, aquela coisa horrorosa... O que seguiu o estilo aluga a casa sem maior dificuldade. E aquele outro, o modernoso, só consegue a terça parte. O cidadão da casa modernosa raciocina: “ Eu tenho três quartos, o outro tem três quartos. O banheiro é igual, a cozinha igual. Qual é a explicação ?” É claro, é o estilo . Então, o que ele faz ? Parte imediatamente para a reforma. E é isso que se vê mais em Búzios” (Otávio Raja Gabaglia em depoimento apud MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?).

O que precisa ser enfatizado é que a história da tradição é distorcida devido ao predomínio da ênfase na visualização, no fato de se apresentar ao visitante um conjunto de artefatos, incluindo edificações (artefatos “reais” ou “manufaturados”) e, em seguida, tentar visualizar o padrão de vida que se teria estruturado em torno deles. Isso é essencialmente história “artefactual”, na qual toda uma variedade de experiências sociais são necessariamente ignoradas ou banalizadas, tais como a guerra, a exploração, a fome, a doença, a lei, etc. (URRY, 2001, p. 153).

A *escala* construtiva, em suas conseqüências para a ordem urbana desejada, também guarda importantes relações na formação sócio-espacial de Búzios. Foi alcançada a proibição da construção de edificações - em todo o território de Armação dos Búzios - com mais de dois pavimentos (acrescida do volume do castelo d'água), pela Lei de Zoneamento e Parcelamento e Uso do Solo de Cabo Frio de 1979, como é possível verificar no trecho a seguir:

[...] será permitida a execução de castelo d'água com área máxima de 2,5 m² e altura máxima de cumeeira de seis metros a partir do piso de nível mais alto (CABO FRIO (RJ). Prefeitura, 1979).

A volumetria garantida por lei é item-componente do “*Estilo Búzios*” que, além de se constituir num **produto** arquitetônico, alcança a função de **produtor** do espaço, já que orienta os seus usos, limitando o acesso de grandes hotéis e empreendimentos. Manteve-se, assim, uma paisagem com ares bucólicos, em oposição ao potencial de ganhos imediatos da atividade turística. Assim, para determinadas demandas, o “*Estilo Búzios*” impõe-se efetivamente como fator limitador dos programas arquitetônicos⁹¹. Há a evidência, portanto, de uma contradição no discurso que vincula a produção das formas e do ordenamento urbano à dinamização da economia local. Afinal, a satisfação da demanda por

⁹¹ Desde 1979, com essa limitação de gabarito, definida pela Lei de Zoneamento e Parcelamento de Cabo Frio, a forma que os empreendedores encontraram para dinamizar o lucro de seus empreendimentos é a disseminação de condomínios horizontais, em sua grande maioria, com casas padronizadas, implantadas de maneira programada.

serviços e produtos turísticos é constrangida pelo crescimento vertical permitido das unidades edificantes de Búzios⁹².

Esta normatização contradiz o sugerido no depoimento de Otávio Raja Gabaglia, ou seja, ter acontecido uma espécie de auto tombamento ou um tombamento social correspondente ao “Estilo Búzios”. Ao contrário, houve o tombamento da estatura formal (altura das construções) de maneira institucionalizada.

Em passagens do livro *Búzios*, este arquiteto expõe sua versão da criação do boato-lei que por determinado período conseguiu impedir o crescimento vertical nas construções buzianas.

⁹² O Hotel Atlântico, construído na Estrada da Usina, foi projetado pelo arquiteto Otávio Raja Gabaglia, o criador do Estilo Búzios. Este fato revela uma ambigüidade ou a exacerbação da aparência na construção do espaço da localidade. Há porém, formas de ludibriar o limite construtivo com a expansão das áreas construídas, como é o caso do Hotel Atlântico que *enterrou* um pavimento, com a justificativa de que a aparência externa da fachada revelaria somente dois pavimentos. O próprio defensor da proibição da construção de edificações, no território de Búzios com mais de dois pavimentos não se furtou de projetar o empreendimento com efetivos três pavimentos.

O que salvou Búzios das construções absurdas, de mais de dois andares, foi, na verdade, uma discussão que tive com um sujeito chamado Tuíco, que era dono do que é hoje o Vip Club. Devia ser por volta de 1970. O Tuíco começou a fazer aquele absurdo... e eu a discutir com ele. Brigávamos sempre, discutindo horas cada vez que nos encontrávamos. Sempre o mesmo assunto. Eu oferecendo até mão-de-obra para reformar o projeto. Ele teria de fornecer somente o material. Nessa época, a obra estava no início, no segundo andar mas não havia jeito de dobrar o homem. Ele falava de lá, eu de cá e ninguém se acertava.

Até que um dia, voltando para casa para almoçar, vindo pela praia do Canto, resolvi dar uma nadada. Nadei até lá fora e quando resolvi virar para boiar... nunca mais me esqueço disso. Quando eu me virei, tive um choque... A cidade era bem mais baixa do que é hoje e só pude ver aquele tremendo elefante pintado de rosa-choque, aquele rosa-mangueira. Nadei de volta como se fosse um campeão. Saí correndo pela praia, esqueci do almoço e parti para a obra.

O Tuíco estava lá e a discussão quase deu em briga. A obra tinha uns tubos de Eternit servindo de pilastras, cada qual pintada de uma cor: azul, preto e amarelo. E o prédio, num glorioso cor-de-rosa. Um rosão... Aí ele me disse que estava partindo para o terceiro andar. Virei bicho. Disse que não podia, que tinha uma lei. Mentia, porque na verdade não havia nenhuma que impedisse aquilo. Deus me iluminou naquela hora. Saquei uma lei, com tanta segurança, com tanta categoria... Eu disse a Tuíco que as construções em Búzios, se tivessem telha canal, ou cerâmica, podia ter 7,50m de altura máxima. Se fosse hoje, como era a construção dele, telha plana, de fibrocimento, só podiam ter 7,20m. Inviabilizei a casa dele porque iam morrer de calor debaixo daquela laje. Com isso forçava o uso da telha canal, francesa, ou de cerâmica. Mas, juro que nunca tinha pensado nisso na minha vida.

O Tuíco deu aquela baqueada e, aproveitando, dei o golpe final. Lembrei-lhe do formulário de anotações técnicas do CREA, no qual tinha de estar declarado os responsáveis pelo cálculo da obra, elevador... e tudo mais. E continuei batendo: "Além do mais, quem é responsável pelo cálculo estrutural?". O Tuíco vacilou, sentindo o golpe: "Bem... hum...hum...ninguém". E eu: "São quatro salários mínimos de multa. E quem é responsável por isso, por aquilo...?". E em três minutos, sapequei uns 20 salários de multa nele. O Tuíco, já batido, jogou a toalha: "vamos fazer um acordo. Eu não faço o terceiro andar...". Emendei: "Ok. Mas tem mais uma coisa. Você vai ter de pintar tudo de branco, as janelas de azul e aquelas coluninhas ali também de branco...". Com testemunhas e tudo mais, fechamos o trato.

Mas o pessoal que assistiu toda a discussão espalhou a tal lei e ela passou a vigorar de fato. E eu acreditei muito mais... Modéstia a parte, era uma lei inteligente, pois limitava a altura. E se alguém, em sete metros, com telhas cerâmicas, francesas, ou canal, conseguisse fazer oito andares, ia ser uma colméia... (Otávio Raja Gabaglia em depoimento apud MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?).

Vale ressaltar que a percepção da paisagem está inclusa na gênese da produção da imagem de Búzios, sobretudo na idéia da manutenção da visada e do *estilo* do lugar. Observamos que a incorporação da visada ao valor do imóvel é algo prometido pelo “*Estilo Búzios*”, através da valoração da estética associada à natureza soberba⁹³. Deste modo, a relevância da paisagem passou a fundamentar a criação da norma relativa à volumetria das construções do lugar.

A formalização da legislação de Cabo Frio (1979), no que se refere à limitação de 02 (dois) pavimentos por edificação em todo o território buziano, aconteceu em continuidade ao boato-lei, conforme destaca o relato a seguir reproduzido.

Passaram-se os anos. Em 1976, fui procurar o prefeito José Bonifácio, recém eleito, e disse: "Vim aqui para me prontificar a ajudar em qualquer coisa e também para fazer uma brincadeira com você. Um joguinho. Você é o prefeito e eu um investidor inescrupuloso. Vim aqui para participar ao senhor que comprei um terreno na praia dos Ossos e vou fazer um condomínio vertical Ângela Diniz, com 50 apartamentos de sala e quarto por andar e com 50 andares. O prefeito se inchou todo e disse: "Não pode". E porque não pode, prefeito?", perguntei. "Não pode porque há uma lei que diz que 7,50m só se for de telha". E repetiu a lei que não existia, literalmente.

A brincadeira dera resultado. Expliquei em que condições foi criada a tal lei e, finalmente, em 1979, Lísia Bernardes, da SECPLAN, transformou-a em realidade (Otávio Raja Gabaglia em depoimento apud MARTINHO, A; LARTIGUE, M, 1980?).

As restrições, traduzidas com a criação da limitação da altura das edificações (na medida da cidade tradicional) e da caracterização do “*Estilo Búzios*”

⁹³ Contudo, com o passar dos anos, a incorporação de valores, que acontece com a percepção da paisagem, vai sendo contrariada por uma série de razões, como a criação de corredores ou labirintos (que surgem da ampliação dos muros e das construções de condomínios), juntamente com a degradação ambiental. Sendo assim, a paisagem passa a não ser mais tão usufruída coletivamente, já que a apropriação individual do lugar passa a priorizar a construção de muros (ver item 3.3.2). Reconhecemos, assim, o crescimento das contradições quando o valor acumulado do bem coletivo (da paisagem) vai desaparecendo, em favor da necessária segurança da propriedade privada.

fazem-nos recordar afirmações de Henri Lefèbvre sobre o *urbanismo dos homens de boa vontade*. No dizer ardente deste autor, ao querer

[...] construir imóveis e cidades “em escala mundial”, “na sua medida”, sem pensar que no mundo moderno “o homem” mudou de escala e que a medida de outrora (aldeia, cidade) transforma-se em desmedida. Na melhor das hipóteses, esta tradição resulta num formalismo (adoção de modelos que não têm conteúdo, nem sentido) ou num estetismo (adoção de modelos antigos pela sua beleza, que se joga como razão para o apetite dos consumidores) (2001, p. 24).

Assim, com uma expansão efetivamente horizontal, reconhecemos o controle do território de Búzios de modo rápido e facilitado, além da valorização da terra, em razão da escassez de lotes.

3.1.1 Outros sentidos atribuídos ao “*Estilo Búzios*”

Nas páginas anteriores, tratamos da origem do “*Estilo Búzios*” e da inauguração do discurso que orientará a atuação das lideranças locais. Neste item, discutiremos a ampliação dos significados articulados a este conceito-produto, ou seja, valorizaremos as mutações, apropriações e sentidos que foram atribuídos ao “*Estilo Búzios*” no transcorrer do tempo.

A estética sempre foi uma alternativa ao racionalismo, desde o seu surgimento como disciplina (JACQUES, 2003, p. 12). Se a origem do “*Estilo Búzios*” guarda relações com a arquitetura vernacular, a racionalização que sustenta a sua formulação foi capaz de produzir, conforme referência anterior, um artefato que guarda, ao mesmo tempo correspondência material à imagem-síntese de aldeia dos pescadores (tradição) e concretiza desejos modernos.

Segundo Aldo Rossi, “para se impor como um vasto movimento cultural e ser discutida e criticada fora do estreito círculo de especialistas, é necessário que a arquitetura se realize, que se torne parte da cidade, que se torne ‘a cidade’ ” (2001, p. 163). Nesta direção, podemos dizer que o “*Estilo Búzios*” e Búzios se confundem porque um vira o controle do outro. Observamos esta articulação através do seguinte trecho do documento *Perfil do Município*, elaborado para o Plano Diretor da cidade:

Cada localidade ou “bairro” apresenta traçado urbanístico distinto e características próprias. O que se observa, em comum, são as características do chamado “estilo Búzios”, internalizadas pela população como aspectos a serem preservados. (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 71).

Assim, independentemente do poder aquisitivo da população,

O estilo Búzios das residências foi internalizado por toda a população que o explicita, com maior ou menor sofisticação, em suas habitações (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 57).

Por constituir uma referência valorizada ao representar um termo consensualmente positivado, o “*Estilo Búzios*” é acionado no centro da disputa por legitimidade na definição da ordem urbana desejada (e desejável).

Uma polêmica local parece introduzir a dúvida sobre se o “*Estilo Búzios*” consistiria, de uma forma geral, num *estilo arquitetônico*, predominante em Búzios, ou no *modo de vida* do buziano. Para não incorrer em equívocos, tentaremos reconhecer alguns sentidos incorporados à expressão “*Estilo Búzios*”.

Em Seminário realizado nos dias 16 e 17 de abril de 2005, o “*Estilo Búzios*” foi expresso em diversas acepções: como o *estilo de vida* buziano, como *estilo arquitetônico* dominante no território, como uma questão de *escala* e como

recurso identitário. Cabe dizer que a apropriação desse termo, já socialmente introjetado como positivo, pode adquirir novos significados.

O sentido mais usual e, talvez, originário do termo, remete aos requisitos arquitetônicos que uma edificação deve contemplar para se intitular orgulhosamente: *construção “Estilo Búzios”*. Essas características foram instituídas em 2000, na Lei Complementar do município, que tinha por objetivo incentivar este tipo de construção através de redução tributária. Assim, o projeto arquitetônico, para ser reconhecido como expressão do “*Estilo Búzios*”, deveria contemplar, no mínimo, 03 características das citadas a seguir:

I - Elementos estruturais de madeira aparente; II - Telhado coberto por telhas cerâmicas; III - Beirais com, no mínimo 0,60m.; IV - Caixilho em madeira, com alizares de, no mínimo 0,07m.; V - Esquadria em madeira e/ou vidro; VI - Altura do frechal com, no máximo 3,50m.; VII - Paredes externas revestidas de massa ou pedra.

Em 2005 - na gestão do prefeito Toninho Branco (PMDB) - os novos gestores urbanos tentaram colocar em votação na Câmara Municipal um decreto que, dentre outras disposições, instituiria que, “as novas edificações no território do Município somente serão (seriam) licenciadas se observarem os seguintes parâmetros” [os mesmos citados acima, que descrevem o “*Estilo Búzios*”] (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2005). Além dessas especificações formais ainda consta deste texto:

Não serão licenciadas e permitidas edificações que apresentarem cobertura plana de laje, telhas planas, telhas de fibrocimento ou similares, estrutura de concreto aparente, revestimento de mármore, azulejos ou pastilhas, ou esquadrias de alumínio (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura. Minuta de Projeto de Lei; Capítulo VIII, art. 20, parágrafo primeiro, 2005).

Sem dúvida, com estas iniciativas, podemos reconhecer com Aldo Rossi a existência de uma “relação direta entre a arquitetura enquanto formulações de certas propostas e as construções que se colocam na cidade” (2001, p. 163). Dessa maneira, o poder de enunciação, que é produzido e legitimado pela arquitetura, combinado com a lei, exprime e define a ordem formal da cidade, ou a cidade como deve ser vista. Evidencia-se que a legislação constitui um “instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder” (MARICATO, 2002), também favorecendo interesses corporativos. Assim sendo, na perspectiva de Rossi,

A arquitetura pressupõe a cidade, mas pode se constituir no interior de uma cidade ideal, de relações perfeitas e harmoniosas, onde ela desenvolve e constrói seus termos de referência [...]
Assim, é compreensível a contínua atitude demiúrgica dos arquitetos no sentido de apresentar sistemas em que a ordem espacial se torna ordem da sociedade, como uma sobreposição de planos diversos e não-congruentes (o grifo é nosso. 2001, p. 163).

Nesta direção, a possibilidade do incentivo se transformar em obrigatoriedade, determinada em lei, é levantada como garantia da identidade de Búzios conforme concebida pelas elites locais e associadas. Mas, em que termos tal lei se aplicaria? Diante das desconcertantes desigualdades sociais, será que TODOS os buzianos conseguiriam ter sua casa no “*Estilo Búzios*”? Neste contexto, evidencia-se as contradições entre ocupações legalizadas e construções irregulares, ordem e desordem urbanas, já que o não enquadramento nesse estilo arquitetônico redundaria, ao final, em não regularização das edificações provenientes das classes mais baixas.

E mais: teria sentido a obrigatoriedade da aparência que resulta de adesão ao “*Estilo Búzios*”, se na sua maior parte, as fachadas escondem-se por

detrás dos muros? Essas formas - hermeticamente e esteticamente fechadas - não seriam, por si só, a descaracterização das construções de Búzios por *importação* de padrões e elementos arquitetônicos e urbanísticos dos grandes centros?

A disseminação da construção de muros e a fisionomia gerada por essa prática são explicitadas no *Perfil do Município*, como é possível apreender nos trechos apresentados a seguir:

Como aspectos comuns a todos os bairros, no tocante aos padrões espaciais, podem ser observados o “castelo de água” no corpo das edificações, encimado por telhado colonial, e os muros cada vez mais altos, que ocultam as construções de quem circula nas ruas, quase todas um túnel a céu aberto. Apenas os estabelecimentos comerciais, pela natureza de suas atividades, não levantam muros. Quanto mais sofisticado o padrão das construções, maior o muro à frente dos lotes. Apenas as fachadas voltadas para as praias ficam liberadas e abertas.

Como a maioria dos bairros é predominantemente residencial, apenas nos cruzamentos os muros são interrompidos. O aspecto final as ruas é de um imenso corredor, deserto e sem vida. A grande quantidade de casas de veraneio, fechadas durante a maior parte do ano, contribui para essa “desertificação social” dos bairros, principalmente na península (O grifo é nosso - ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 57).

A tentativa da imposição de uma ordem urbana pressupõe o acompanhamento direcionado por um modelo pré-estabelecido de cidade. Encontramos essa prática orientadora no exemplo oferecido pela criação de um *bairro modelo*.

Decididos a não morar numa favela, um grupo de aproximadamente 40 moradores [...], procuraram o IAB⁹⁴ [...] para que soubessem fazer tudo direitinho. [...] Os arquitetos do IAB aceitaram e apoiaram a Cooperativa Bairro Modelo oferecendo os projetos arquitetônicos a preço de custo, dando orientação técnica para a construção, cuidando do estilo das construções para que não fujam do estilo da cidade. (Prospecto *Arquitetando Búzios: a resposta que depende de todos*, 2005).

⁹⁴ IAB Búzios - Instituto dos Arquitetos do Brasil - seção Búzios.

A entrada do IAB na Cooperativa garante aos futuros moradores do Pórtico que suas casas não terão os erros e os desperdícios que ocorrem freqüentemente em construções onde não existe um profissional que os oriente (Prospecto *Arquitetanto Búzios: a resposta que depende de todos*, 2005).

O resultado é óbvio. Com casas e bairro planejados, além de proporcionar o bem estar social, o visual contribui muito para que Búzios mantenha a sua identidade arquitetônica homogênea (o grifo é nosso - Prospecto *Arquitetanto Búzios: a resposta que depende de todos*, 2005).

Se entendermos o “*Estilo Búzios*” como *linguagem* e, portanto como cultura, este deveria assumir as características de um projeto mediador entre o agente que percebe - “arquiteta”- o espaço. Nesse sentido, compreendendo a arquitetura como comunicação, a cidade se evidenciaria num discurso singular. Dessa perspectiva, é relevante refletir o discurso que acompanha e “explica” projetos e intervenções no espaço urbano. Afinal, essa *fala*, reforçada pelo saber técnico, é absorvida pelo coletivo. A importância deste discurso cresce nas cidades consideradas com vocação turística, onde a interação com “os que vem de fora” se dá, de imediato, através do ambiente construído, da paisagem. Assim, cabe interrogar se a diversidade cultural, tão valorizada em Búzios, poderia se traduzir em uma linguagem espacial única.

Numa outra leitura, o “*Estilo Búzios*”, é entendido, antes de tudo, como o *modo de vida do buziano*. Quando a cidade é tornada mercadoria, também torna-se campo privilegiado para a produção e acumulação de capital simbólico. Na cidade-mercadoria são criadas estéticas associadas a estilos que são disseminados pelas teias da sedução ideológica. Assim, “ter estilo” termina por significar um meio para pertencer àquele local, àquele território. Pergunta-se: a qual buziano corresponde o

modo de vida do “*Estilo Búzios*”, frente a já citada diversidade cultural⁹⁵? A alguns? A todos? Afinal, será que TODOS os buzianos vivem da mesma maneira e vivenciam da mesma forma o espaço buziano? Existe somente uma forma de viver em Búzios? Frente a um contingente de 20 mil habitantes, selecionar um único modo de viver como peculiar, não implica necessário em valorizar outros? Ou para “fazer parte” e ser buziano é indispensável adotar um padrão de vida pré-determinado? Essa padronização da vida social ainda apresenta verossimilhança com a aldeia, tão evocada ainda hoje?

3.2 Fragmentação espacial: condições, estratégias e conseqüências do projeto de cidade

Pretendemos proceder à leitura morfológica do território de Búzios, enfatizando os usos diferenciados do espaço urbano, as distâncias físicas e sociais e as interações (ou não-interações) entre classes e segmentos sociais.

A problemática do território e a da identidade são interdependentes, na medida em que as identificações - dos que se consideram iguais - e as diferenças - relativas aos “outros” - territorializam-se, garantindo a reprodução dos códigos identitários. Assim, entendemos que a forma urbana e as disputas sociais devem ser analisadas conjuntamente, pois coexistem na construção dialética da experiência social.

⁹⁵ Sobre a diversidade existente em Búzios, Justus, em sua dissertação de mestrado, afirma que “falar de Búzios é dizer de imediato que uma de suas características básicas é a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo, marca fundamental das sociedades complexas [...] Búzios sustenta complexidade e heterogeneidade, trazendo em sua própria estrutura movimentos inteiramente diferentes” (1996, p. 38).

A constituição de territórios corresponde à disputa pelo poder de decidir o modo de viver, ao estilo de vida, à invenção e à organização de práticas e de simbologias. Assim, o território possui uma face eminentemente política, ao ser acionado nas disputas identitárias.

Ao analisarmos as formas arquitetônicas e o urbanismo na localidade, observaremos concomitantemente, a organização social. Apoiamo-nos, dessa maneira, da orientação teórica de Lefèbvre (2001) e Santos (1985), quando afirmam a indissociabilidade entre sociedade e espaço. Deste modo, para o estudo do espaço,

Cumpra apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 1985, p.49)

Aproximamo-nos do estudo de Caldeira (2000) ao realizarmos a leitura morfológica do território buziano. Para a cidade de São Paulo, esta autora reconhece três diferentes configurações espaciais ao longo do século XX:

1. **Cidade concentrada** (do início da industrialização, final do séc. XIX, até os anos 1940); a segregação social produziu uma cidade concentrada, caracterizada pela compressão de diferentes grupos em uma área urbana pequena, segregados por tipos de moradia;
2. **Centro-periferia** (dos anos 40 até os anos 80): os diferentes grupos sociais encontram-se separados por grandes distâncias. Nos bairros centrais (boa infra-estrutura) concentram-se a classe média e alta e, nas periferias distantes, habitam os pobres;

3. “**Enclaves fortificados**” (desde os anos 80 até a atualidade): esse padrão sobrepõe-se ao anterior, de centro-periferia. Os diferentes grupos sociais estão próximos, embora separados por muros e tecnologias de segurança. Esses grupos tendem a não interagir em áreas comuns. “Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo lazer e trabalho. A sua principal justificativa é o medo do crime violento” (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Com base na realidade tão diferente, que é a da grande São Paulo, é possível identificar as duas últimas formas de expressão do urbano em Armação dos Búzios, revelando obviamente suas peculiaridades. À forma *centro-periferia* podemos relacionar a interação dialética península e continente e, aos *enclaves fortificados*, associamos a propagação de condomínios horizontais fechados e a privatização de áreas públicas.

Cabe ressaltar a diferença de escala da metrópole de São Paulo, evidenciando o caráter de ponta, hipermoderno, das mudanças ocorridas em Búzios. A transformação desta localidade aconteceu mediante processos internos e, sobretudo, por processos transescalares que ultrapassaram o lugar. Assim, reconhecemos, que as duas últimas configurações espaciais, propostas por Caldeira (2000), manifestam-se com maior rapidez em Búzios, mediante os impactos trasescalares que atingiram (e atingem) o território buziano.

3.2.1 A dialética península-continente

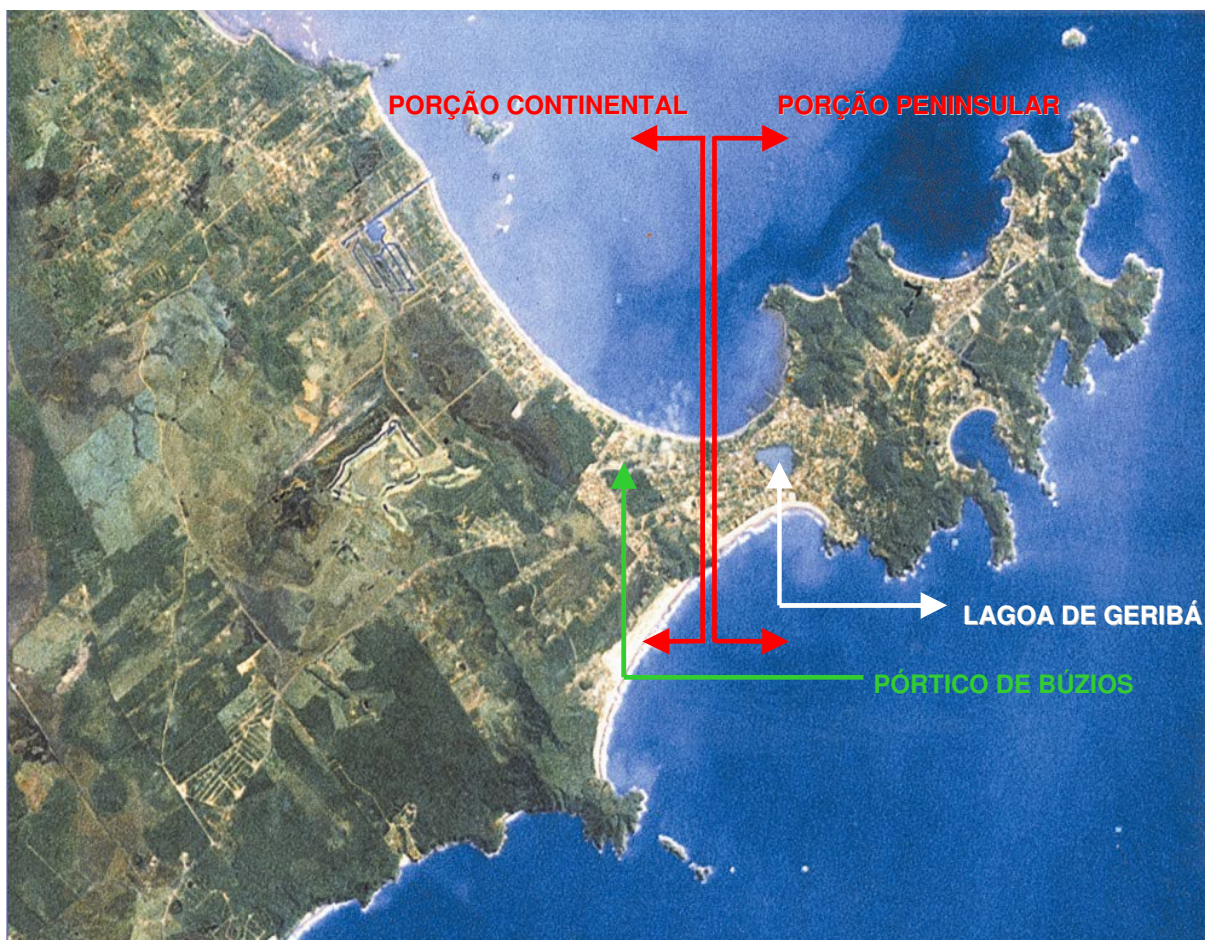
A configuração territorial de Búzios reserva especificidades no que se refere aos fenômenos aqui estudados. Por um lado, a forma geográfica de Búzios exerce uma forte atração dos fluxos internacionais de pessoas e investimentos

(conforme já explicitado anteriormente). Por outro lado, esta forma facilita e preserva modos de apropriação territorial específicos e significativos, especialmente no que concerne à produção e à reprodução da **diferença**.

Os conteúdos da diferença sócio-territorial, por sua vez, possuem elos importantes com a esfera da cultura, conectando a **construção da identidade local**. A leitura morfológica deste território revela, neste sentido, fortes relações entre a apropriação dos recursos, as relações de poder (dominação e subordinação) e a maneira como é configurado o espaço de Búzios.

Essas duas porções territoriais são fisicamente conectadas pelo *estrangulamento geográfico* existente na altura da lagoa de Geribá, conforme é possível perceber na *Figura 05*.

Figura 05: Configuração territorial - porção continental e porção peninsular e localização do Pórtico de Búzios



Elaboração própria com base em foto de satélite fornecida pela Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios - PMAB.

Em geral, a porção peninsular apresenta um elevado nível sócio-econômico proporcionado por sua ocupação por uma população de alta renda. A sedução que a península exerce fez com que essa parte do território de Búzios concentrasse em níveis mais elevados a divulgada presença estrangeira e a população mais abastada do município. Este território concentra empreendimentos / investimentos turísticos e grande parte do capital estrangeiro. Estes investimentos reservam características transnacionais, desde os primeiros momentos da chegada dos “*de fora*” às terras buzianas.

O acesso por terra ao município dá-se, primeiramente, através da porção continental (82% do território). Contudo, foi construído, de forma a evidenciar o que se quer valorizar na cidade, um elemento arquitetônico, o *Pórtico de Búzios*⁹⁶, localizado quando se chega à península, depois de ter passado por toda a extensão do continente. Assim, o *Pórtico de Búzios*, embora represente a chegada a Búzios, localiza-se na entrada da península, depois de já ter sido percorrida a porção continental, sendo deixada para trás a maior parte do território do município.

Como evidência da contraditória relação entre península x continente, o *Pórtico de Búzios* ganha relevância por marcar a partição do território e imprimir uma distância - física e social - que promove o ocultamento de frações importantes do território.

O *Pórtico de Búzios* constitui-se num marco físico e simbólico implantado pela ação do Estado, que legitima a escolha da península como único território de Armação dos Búzios. O Pórtico simboliza materialmente a fragmentação territorial, sinalizando e reforçando a segregação sócio-espacial. Este papel exercido pelo Pórtico, de estabelecer fronteiras sociais no território buziano, é socialmente reconhecido, como é possível apreender no trecho selecionado abaixo:

Búzios hoje é dividida entre Búzios pré e pós pórtico. Se a população fosse mais solidária talvez acabaria com a discriminação entre os moradores do Centro, Manguinhos e Geribá (Búzios pós-pórtico) e os moradores de Cem Braças, Rasa e Caravelas (Búzios pré-pórtico) (o grifo é nosso - Ana Júlia Soares, em trecho de redação elaborada para o concurso “A cidade que queremos”, intitulada “Transformando para melhor” - aluna do 1º ano do ensino médio do Colégio Municipal Paulo Freire).

⁹⁶ Por pórtico, se depreendermos o significado lexicológico, entenderemos átrio, entrada, portaria, alpendre (Dicionário de Sinônimos e Antônimos, Osmar Barbosa; Ediouro). Logicamente, este é mais um elemento classificado no “*Estilo Búzios*”.

Deste modo, no território de Búzios, podemos reconhecer um espaço idealizado, um modo de vida, que oculta uma *desordem suburbana* (territorializada no continente) através da sobredeterminação de uma ordem (instalada na península). Esta sociedade dividida resvala por um sistema de significações projetadas com base na oposição entre estes dois espaços sociais constitutivos do território buziano. Lefèbvre (2001, p. 46) reconhece a existência de duas ordens, entre as quais a cidade situa-se: a **ordem próxima**, composta de relações entre indivíduos, vinculados a grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, e as relações desses grupos entre si e a **ordem distante**, “a ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por conjuntos significantes”. O efeito das interações entre essas duas ordens, segundo este autor, resulta no posicionamento da ordem distante em um nível “superior”,

[...] isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe. Abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias (religiosas, políticas). Comporta princípios morais e jurídicos. Esta ordem distante se projeta na realidade prático-sensível. Torna-se visível ao se inscrever nela. Na ordem próxima, e através dessa ordem, ela persuade, o que completa seu poder coator (LEFÈBVRE, 2001, p. 46).

Dessa maneira é que a ordem formal ou ordem distante impõe-se a outra ordem que, interpretada visualmente, é chamada de desordem. Por ser assim interpretada, deve ser convertida em ordem para que o espaço que constrói possa ser valorizado e reconhecido publicamente. Entretanto, “a cidade resiste ao que se espera dela, sobretudo quando não se espera mais nada, e ao que vão fazer com ela, sobretudo quando se crê poder decidir o que ela se tornará” (JEUDY, 2005, p. 100).

A ordem distante faz-se presente, portanto, não apenas sob a forma de imposição do aspecto físico da cidade, mas sobretudo, em relação ao ordenamento da vida social. À esta ordem distante, abstrata, compete construir representações sobre o que é certo e errado, legal e ilegal, belo e feio, coerente e incoerente e, enfim, sobre os processos que devem orientar as interações espaciais. Assim, os opostos - península e continente - representam muito mais do que somente uma diferenciação entre segmentos do território de Búzios. Essa disposição objetiva a segregação e a estigmatização tornada física entre grupos e segmentos sociais.

Regidos pelo imperativo da modernização e do desenvolvimento, os investimentos públicos e privados estimulam de maneira restrita e distorcida o *autodesenvolvimento* de apenas fragmentos do território, contribuindo para o crescimento da distância social entre as partes constitutivas do todo. Em direção a Berman, podemos ler a seleção da península em detrimento da porção continental de Búzios baseados nas práticas sociais, onde:

As disponibilidades, impulsos e talentos que o mercado pode aproveitar são pressionados (quase prematuramente) na direção do desenvolvimento e sugados até a exaustão; tudo o mais, em nós, tudo o mais que não é atraente para o mercado é reprimido de maneira drástica, ou se deteriora por falta de uso, ou nunca tem chance real de se manifestar (BERMAN, 1987, p. 95).

Entretanto, a relação península e continente é, de fato, de interdependência, caracterizada por uma espécie de “simbiose”. A diferenciação estampada na geografia do município, aliada à disputa pelo poder local, reflete-se na própria constituição do tecido urbano, onde é possível reconhecer enormes abismos sociais, culturais e econômicos.

A diferença de oportunidades e a desigualdade na conformação destas duas porções territoriais pode ser apreendida em um simples passeio nestes espaços. Todavia, encontramos dificuldades na obtenção de dados oficiais que comprovem esta afirmação⁹⁷. Podemos aqui encontrar um endosso para o relato da experiência sensível obtida pelo conhecimento desta configuração espacial no seguinte documento:

[...] característica da cidade é a nítida segregação sócio-espacial existente entre a península e a parte continental e, em ambas, entre bairros distintos. Mesmo sem uma análise dos padrões sócio-econômicos da população, apenas pela visualização de sua configuração urbana e das edificações, é possível distinguir as diferenças de estratificação econômico-cultural da população (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 71).

Os proprietários tradicionais da península, a partir da década de 60, foram gradativamente cedendo ao poder econômico, terminando por serem “empurrados” para áreas periféricas menos valorizadas, ao mesmo tempo em que “migrantes pobres foram chegando para trabalhar na construção civil (o que ocorre até hoje) se estabelecendo nestes bairros” (BARBOSA, 2003)⁹⁸.

Outro recurso que dispomos para avaliar as diferenças sócio-espaciais entre as porções continental e peninsular da localidade é a imagem, como exemplifica a *Foto 15*, que tenta capturar a porção continental vista de cima; e a *Foto 16*, que apresenta a porção correspondente à península de Búzios.

⁹⁷ A dificuldade na obtenção de informações que revelem a diferença interna do território de Armação dos Búzios deve-se a diversos fatores. Entre eles, está o fato de que os dados do IBGE por setores censitários só foram gerados para municípios que, em 1996 possuíam população acima de 25.000 habitantes. Além disso, oficialmente, - institucionalizado em lei, não existe divisão por bairros em Búzios. Outro aspecto que impossibilitou a obtenção de informações referentes a Búzios foi a sua condição de 3º distrito de Cabo Frio até 1996. Com a realização decenal dos Censos, somente no ano de 2000 Armação dos Búzios foi tratado, como município pelo IBGE.

⁹⁸ Esse processo histórico foi sintetizado com o objetivo básico de oferecer um primeiro entendimento da dinâmica sócio-espacial do município.

Foto 15: Vista da porção continental, aproximadamente 82% do território de Búzios



Fonte: Ernesto Gallioto.

Foto 16: Foto aérea da porção peninsular, aproximadamente 18% do território de Búzios



Foto: Ernesto Galloto.

O documento Perfil do Município ressalta o fato de que os habitantes da porção continental desenvolveriam práticas ilegais. Da perspectiva macro, considerarmos esta parte do território de Búzios como representante mais significativo da ordem próxima, subjugada pela ordem distante, aquela regida por leis (LEFÈBVRE, 2001).

Na porção continental do município, a ocupação irregular é mais freqüente. Os parcelamentos resultantes de partilha, realizada informalmente, sem o devido procedimento de inventário, a falta de documentação da cadeia dominal de imóveis e os poucos recursos dos proprietários para proceder à regularização fundiária são comuns (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 55).

A orientação analítica por Santos reforça nossa hipótese sobre a seleção de espaços e práticas sociais na construção da imagem hegemônica da cidade, que utiliza a partição do território como recurso de exaltação e ocultamento de porções integrantes do todo (1994, p. 2004).

Ao empreender a leitura da co-presença urbana de variados grupos sociais relacionados à oposição península e continente, é possível, conforme assinala Milton Santos (op. cit.), apreender o território de Búzios considerando a porção peninsular do município como *espaço luminoso* e a porção continental como *espaço opaco*⁹⁹. Na perspectiva deste autor, os *espaços luminosos* diferenciam-se dos *espaços opacos* por acumularem densidades técnicas - são bem servidos pelas redes de comunicação e informação (telecomunicações, transporte, infra-estrutura urbana). Nestes espaços, agentes hegemônicos, representantes dos interesses da população mais abastada, ditam as regras. A presença controlada dos grupos sociais e suas territorialidades específicas dá-se, contudo, através de movimentos dialéticos, relacionais e interdependentes.

Entretanto, a afirmação dos espaços luminosos dá-se às custas da ampla reprodução de *espaços opacos*. Estes, por sua vez, posicionam-se nos interstícios e opõem-se à reprodução da racionalidade urbana e das redes. Nestes espaços, não chegam as modernizações e as políticas públicas, apesar de seus habitantes participarem da lógica que move a cidade como trabalhadores de baixa remuneração.

⁹⁹ Obviamente, estamos pensando em termos macros, não considerando as diversas matizes desses dois conceitos (*espaços luminosos* e *espaços opacos*) e relativas situações extremas (porção peninsular e porção continental).

Concordando com Santos, reconhecemos que

[...] as ações hegemônicas se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos hegemônicos, privilegiando certas áreas. Então, como num sistema de sistemas, o resto do espaço e o resto das ações são chamados a colaborar (2004, p. 247).

3.3 O urbanismo: um agente reestruturador da vida social

Após um ano da gestão do prefeito Toninho Branco (2005), foi publicada (no jornal *O Peru Molhado* de 16 de dezembro de 2005) uma reportagem de duas páginas que expunha a “atuação da SECPLAMA” - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente¹⁰⁰. Dentre os elementos desta atuação, constava uma breve descrição dos projetos de arquitetura e urbanização “para todo o território municipal, de acordo com prioridades definidas pelo Executivo”.

Primeiramente, cabe salientar que dos treze projetos urbanísticos listados, somente 03 (três) localizam-se fora da península: o projeto de urbanização do bairro de José Gonçalves e os projetos de drenagem dos bairros de Cem Braças e Capão. Outros dois projetos estendem-se da península ao continente: o projeto da criação da Via Azul e o projeto de duplicação da Avenida José Bento Ribeiro Dantas. Fundamentados na utilização destas vias, reconhecemos a preocupação com o acesso à cidade.

A proporção entre os projetos localizados na península e os localizados no continente, demonstra a prioridade atribuída aos investimentos espacialmente concentrados na porção peninsular do município, contribuindo para agravar a

¹⁰⁰ Na gestão de Toninho Branco foi criada a SECPLAMA unindo, em uma mesma secretaria, as anteriores SECMAS (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento) e a SECPUR (Secretaria Municipal de Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional).

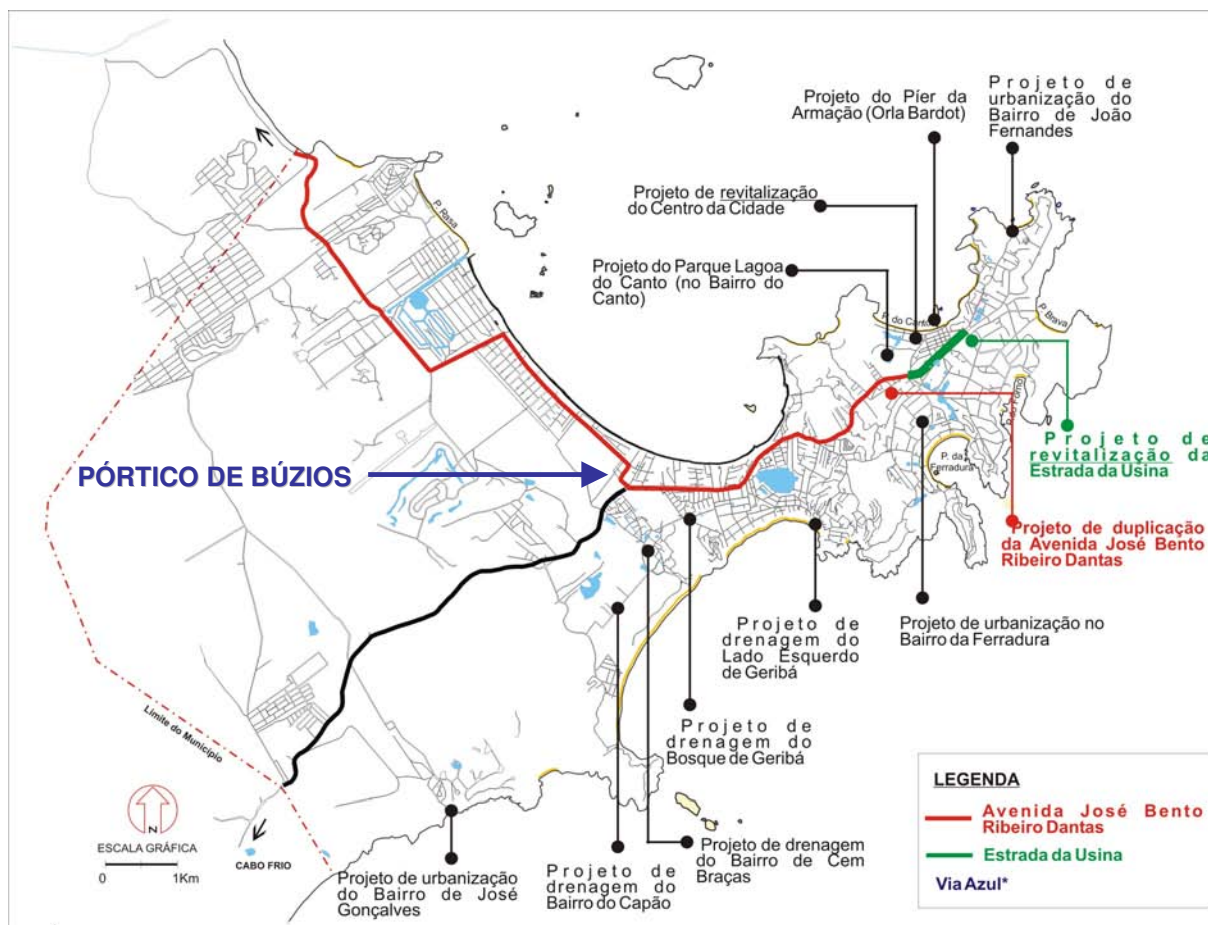
desigualdade sócio-espacial e dificultando o acesso aos serviços urbanos pela população menos abastada.

Os projetos de urbanização em desenvolvimento pela Prefeitura de Armação dos Búzios - sob a administração do atual prefeito Toninho Branco – encontram-se espacializados no *Mapa 04* e são apresentados a seguir:

- Projeto de urbanização do bairro de João Fernandes - Paisagismo, calçamento, áreas de lazer, pavimentação de ruas e revitalização dos pontos turísticos e mirantes.
- Projeto de urbanização do bairro de José Gonçalves - Requalificação e definição da centralidade do bairro, área de lazer e implantação de equipamentos para valorização das atividades turísticas.
- Projeto de urbanização no bairro da Ferradura - Revitalização do Brejo da Helena e da lagoa existente no local, criação de heliponto, paisagismo, calçada, estacionamentos e drenagem.
- Projeto de drenagem do bosque de Geribá - Reforma com instalação de drenagem, esgotamento sanitário, calçamento e paisagismo.
- Projeto de drenagem do lado esquerdo de Geribá - Reforma com instalação de drenagem, esgotamento sanitário, calçamento e paisagismo.
- Projeto de drenagem do bairro de Cem Braças - Reforma com instalação de drenagem, esgoto, calçamento e paisagismo.
- Projeto de drenagem do bairro do Capão - Reforma com instalação de drenagem, esgotamento sanitário, calçamento e paisagismo
- Projeto de revitalização da Estrada da Usina - Reforma, com novo calçamento, ciclovia, arborização, mobiliário urbano e canteiro central com galeria subterrânea para passagem de tubulação.
- Projeto do Parque Lagoa do Canto (no bairro do Canto) - Implantação de um parque, criando uma faixa de transição entre o Centro da cidade e o final da estrada Bento Ribeiro Dantas, com ampliação da lagoa existente, paisagismo, estacionamento, anfiteatro e ciclovia.
- Projeto de revitalização do Centro da Cidade - Reforma, com acréscimo de calçamento, arborização, mobiliário urbano e sinalização, com galeria subterrânea, para passagem de tubulação.
- Projeto do Píer da Armação (Orla Bardot) - Reforma do píer existente, com ampliação e instalação de cobertura.
- Projeto da Via Azul - Criação de uma nova via de acesso ao Município, com revitalização dos bairros no trecho entre a Rasa e o Pórtico de Búzios.
- Projeto de duplicação da avenida José Bento Ribeiro Dantas - Duplicação das pistas com implantação de canteiro central, novos pontos de ônibus, estacionamento, calçada, faixas para pedestres e ciclovia.

(O *Perú Molhado*, 16 de dezembro de 2005).

Mapa 04 - Localização dos novos projetos para intervenção urbana elaborados pela Prefeitura de Armação dos Búzios (2005).



Elaboração própria com base nas informações acima descritas, contidas no *O Perú Molhado*, 16 de dezembro de 2005. *Ver *Figura 06* o percurso da Via Azul.

Diante deste conjunto de projetos apresentados, consideramos que o sistema de urbanização, juntamente com o rol de processos que visam a recuperação de áreas urbanas consideradas degradadas, guardam intensa relação com a preocupação de alcançar e garantir uma imagem positiva de cidade. Assim, com a crescente globalização da economia, a composição de um mercado mundial de cidades e a centralidade do capital imobiliário, desenvolve-se o discurso, com

suas práticas correlatas da *revitalização*¹⁰¹, da *renovação*, da *requalificação* ou da *reabilitação urbana*. Nesta direção, reconhecemos, no contexto atual de competição entre cidades, que a reestruturação urbana assume papel central no projeto de cidades orientado para a “promoção econômica das cidades”.

Entendendo o urbanismo como técnica e ideologia acionadas na conformação da ordem urbana, é possível apreender as mudanças na forma urbana como uma maneira de modificar, também, a vida social que ali constituiu-se. No caso de Búzios, sobretudo, aproximamo-nos do conceito de ***urbanização turística*** ou *tourism urbanisation*¹⁰². Este termo refere-se ao reconhecimento de “formas específicas de produção do espaço urbano engendradas a partir da atividade turística, sobretudo quando esta se impõe como dominante na economia local” (MASCARENHAS, 2004, p. 3). Assim, por exemplo, o traçado da Via Azul (ver *Figura 06*) promete o

[...] desenvolvimento da área continental de Búzios, com a criação de novos pólos turísticos e de emprego no município, contribuindo para a preservação da península e conseqüentemente para o desenvolvimento sustentável da cidade como um todo (*O Perú Molhado*, 11 de março de 2006).

¹⁰¹ Vale aqui considerarmos que, etimologicamente, o termo *revitalização* sugere “[...] uma visão preconceituosa e errônea da área de intervenção. Não é o caso de voltar a dar vida a uma área que não estava morta, ainda que seja compreensível que não seja essa a perspectiva de muitos que empregam essa palavra ao se referirem a processos de recuperação de áreas degradadas” (DUARTE, 2005, p. 2).

¹⁰² Patrick Mullins.

Figura 06 - Publicidade com o Percurso da Via Azul



Fonte: *O Perú Molhado*, 11 de março de 2006.

Deste modo, ao determinar o desenvolvimento de uma porção do território e a preservação de outra, constrói-se, através das novas intervenções, a força motriz das mudanças locais. Observamos, também, na proposta da Via Azul, a promessa da mudança social ao facilitar o cotidiano dos habitantes de determinadas áreas, atribuir status à outras, conforme o trecho abaixo:

A primeira fase da obra, que contempla o trecho entre o Banco Bradesco e a entrada da Tartaruga deverá ficar pronta em seis meses. A pista terá sua largura aumentada para 20 metros, quase o dobro da metragem atual. A via terá canteiro central, paisagismo, ciclovia e calçadas, que são objetos de insistentes reivindicações por parte dos moradores da Vila Caranga, Tartaruga, Alto de Búzios e de outros bairros que serão atendidos nas próximas etapas da Via Azul.

Mas tão importante quanto as obras de superfície serão os trabalhos de infra-estrutura, drenagem e saneamento, que deverão acompanhar a implantação da obra. Em sua parte continental a Via Azul vai trazer benefícios também para os bairros da Rasa, Baía Formosa, São José e Cem Braças, pois trará segurança e conforto para os moradores de toda a região. A população da Rasa terá acesso mais rápido ao centro da cidade, bem como ao Hospital Municipal. A Baía Formosa, por sua vez, deixará de ser uma rota de tráfego intenso e irá ganhar o “status” de um bairro tranquilo e acolhedor (*O Perú Molhado*, 11 de março de 2006).

Vale lembrar a perspectiva analítica proposta por Milton Santos (1985) para a aproximação do conhecimento sobre os fenômenos espaciais em sua totalidade, através das categorias *forma*, *função*, *estrutura* e *processo*. Considerando a relação intrínseca entre espaço e sociedade, este autor, afirma que estas categorias devem ser estudadas em conjunto porque constituem, juntas, uma “complexa rede de interações, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes” (SANTOS, 1985, p. 52)¹⁰³.

Assim, entendemos as determinações da classe dominante, em Búzios, durante a substituição da aldeia de pescadores pelo balneário sofisticado, quando foram atribuídas funções associadas à atividade turística a este território. Reconhecemos, em relação direta a estas funções, a predominância de uma *forma* definida e desejada pelas classes dominantes, que se expressa nos aspectos rústico-sofisticados das edificações, na adoção de um padrão construtivo evocado como marca da cidade e na organização espacial capaz de receber o novo fluxo de visitantes. Desse modo, a forma e a função urbanas do espaço buziano direcionam-se ao encontro dos programas de renovação urbana e de requalificação da imagem em escala local, em meio ao processo da busca pela dinamização da economia local.

¹⁰³ Segundo Santos, a *forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ao arranjo ordenado de objetos, de um padrão. A *função* sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. A *estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção e o *processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (1985, p. 50).

3.3.1 O efeito centro e a recomposição estética da imagem urbana

Discorreremos sobre como a reificação do passado no presente reconhecendo que a tradição, tornada produto, apresenta, no caso de Búzios, relativo sucesso na conformação das imagens dominantes da cidade. A costura de 03 (três) temporalidades - postas situação de interdependência e complementaridade constrói o sentido mais atual da porção do espaço tornada central pela concretização dos projetos dominantes, como exemplifica a rua das Pedras.

Conforme exposição anterior, a Orla Bardot, mais recentemente, e, em especial, a rua das Pedras adquiriram reconhecimento por representarem “a vitrine de Búzios” ou “a alma de Búzios” (JUSTUS, 1996, p. 77). Correspondem às sínteses simbólicas espaciais do lugar, capturando e refletindo a ordem urbana local.

A substituição paradigmática da aldeia dos pescadores pelo balneário sofisticado, quando observada num recorte territorial que evidencia as vicissitudes de áreas mais antigas da cidade - como é o caso do centro - apresenta as características das mudanças sócio-espaciais realizadas e projetadas de maneira muito mais exacerbada.

Por outro lado, as novas intervenções, orientadas à requalificação da imagem e à renovação urbana selecionam e produzem um conjunto de *espaços-síntese* que são chamados a participar do projeto de cidade dominante. Deste modo, reconhecemos que é a partir da refuncionalização destes fragmentos que determinadas “novas centralidades” são inscritas no circuito voltado à dinamização da economia local.

3.3.2 Espaço urbano e fronteiras sócio-espaciais: o público e privado

A competitividade transposta para a dimensão da cultura urbana favorece o uso privado do espaço, em detrimento do espaço público, descaracterizando as expressões culturais que antes “davam vida” a ruas, avenidas, praças e parques.

A acumulação material transformou-se em condição da aceitação social e o crescimento dos espaços privados é expressão disso. Quando todos os aspectos da vida transformam-se em mercadoria, o espaço coletivo é sugado para dentro dos empreendimentos privados, como exemplificam os condomínios.

Os condomínios fechados são a versão residencial dos enclaves fortificados. Com eles, muda o padrão de segregação espacial entre as classes, agregando valor ao espaço privado e de acesso restrito e, desvalorizando os espaços públicos e abertos. De acordo com Caldeira, “o uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de *status*” (CALDEIRA, 2000, p. 259).

Os enclaves são, portanto, opostos à cidade moderna, ou seja, a cidade do “encontro” onde as classes se reconhecem no espaço público. Esta cidade antes desejada tem sido cada vez mais representada como um mundo deteriorado¹⁰⁴. A imagem atual do *status*, socialmente introjetada, articula-se à residência enclausurada, fortificada e isolada, que garante a homogeneidade social.

¹⁰⁴ Os discursos atuais sobre a desordem e decadência das cidades têm como referência o ideário da cidade moderna.

Entretanto, a questão abordada por Caldeira (2000), não diz respeito apenas à construção de muros, refere-se à lógica urbana. A valorização da segregação, materializada no muro, legitima a fronteira entre segmentos sociais.

Mas como é legitimada a prática segregacionista? Para Caldeira, a violência legitima o enclausuramento da elite, já que justificaria a busca de “proteção” contra ameaças, com origem na heterogeneidade das ruas. A legitimação das práticas de auto-isolamento é alcançada, deste modo, pela exacerbação do medo. Para a carência de segurança, novas propostas formais, novos produtos.

[...] fazer uma preparação mais qualificada para os guardas municipais, iluminar mais as ruas escuras como algumas da Ferradura para tentar assim diminuir a violência, [...] *Willyan Farias da Silva, aluno do 1º ano do ensino médio do colégio C. M. Paulo Freire - trecho selecionado do texto vencedor da “categoria especial”.*

[...] A estrutura social também precisa melhorar em relação à **violência**, a cidade precisa de mais segurança. *Ana Júlia Soares, 1º lugar com redação intitulada de “Transformando para melhor”, aluna do 1º ano do ensino médio do Colégio Municipal Paulo Freire.*

A construção econômico-ideológica da questão da violência parece propor a escolha entre beleza e segurança. Ou consegue-se manter muros baixos que proporcionem ampla visão, ou opta-se pelo fechamento atrás de grandes muros garantindo a segurança, perdendo a paisagem. Assim, tem sido enraizada com apoio no discurso da violência, a estética do medo: os labirintos urbanos.

[...] Conversei com um senhor que já foi seqüestrado duas vezes aqui em Búzios e ele nega terminantemente em baixar seu muro [sic]. É uma situação complicada porque temos que substituir a beleza pela segurança. É claro que a gente tem que optar...se a gente tiver segurança, nós podemos ter isso [refere-se a implantação de muros baixos] Nós estamos vivendo uma situação de terror (Dr. Celso, procurador geral do município, em intervenção oral, na consulta popular do Plano Diretor de Búzios, realizada no dia 16/12/2003).

[...] Independente se o território é ou não particular, nós temos aqui uma visão cênica, essa visão da paisagem, essa visão do todo [refere-se, neste caso obviamente às vistas amplas] tem que ser privilegiada porque hoje em dia o cara sobe o muro e a gente fica andando em labirintos [...] Você vai na Brava [refere-se à praia Brava], às vezes mesmo do alto não consegue ver a praia, porque o muro daqueles lotes que estão sendo edificados não permitem ver a paisagem (Marcelo em intervenção oral na consulta popular do Plano Diretor de Búzios, realizada no dia 16/12/2003).

O que é passível de discussão é se a prática de construção de muros realmente resolveria o problema da violência, ou se o fechamento (auto-isolamento) não potencializaria o ódio e a hostilidade. Conforme Teresa Caldeira (2000), quando diminui a socialização e demarca-se a fronteira física entre quem “*está dentro*” e quem “*está fora*”, acentua-se a fragmentação do tecido social, a estigmatização e a marginalização.

Se pensássemos a violência como processo e não como fato consumado, seria possível concluir que a produção do espaço, por princípios da exclusão, também contribui para o agravamento da violência, além de se constituir em violência simbólica.

Condomínios horizontais: a privatização do espaço público

A valorização do espaço socialmente homogêneo estimulou a ruptura da co-presença para além dos limites de terrenos particulares. A ocupação de lotes até o limite da areia tornou-se comum no município de Búzios, apesar de proibida por avançar sobre terrenos da União. Mais do que isto, esta prática se disseminou e é considerada pela população, como fato normal e corriqueiro. Esse tipo de apropriação reserva ao acesso público às praias, servidões, quase imperceptíveis, dificultando o reconhecimento dessas praias, como espaço de todos.

Segundo Caldeira, nas cidades fragmentadas por enclaves fortificados, os princípios da acessibilidade e da livre circulação (valores importantes das cidades modernas) não podem ser mantidos.

As praias de ocupação já consolidada passaram a ser percebidas como extensão das propriedades particulares, sejam residências unifamiliares, sejam condomínios ou pousadas. O acesso a elas se dá apenas por servidões, passagens estreitas, em certos locais, de não mais que 3,0m. de largura (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 52).

Caldeira já anunciava a crise da modernidade. A autora afirma que o espaço público não mais se relaciona com o ideal moderno da universalidade. A nova cidade reforça a segregação sócio-espacial, acentuando as diferenças de classe. Neste contexto, as estratégias de distanciamento entre segmentos sociais orientam, também, a administração pública.

As praias constituem um dos maiores atrativos de Búzios, mas para o seu desfrute, a elite buziana tratou de afastar, física ou simbolicamente, os considerados diferentes e utilizou a propriedade privada da terra urbana para isso. Um exemplo típico é oferecido pela praia da Ferradura, onde um aglomerado de casas luxuosas avança sobre a pequena faixa de areia até quase impedir o acesso ao litoral, cerceando, desta forma, o exercício de direitos garantidos pela Constituição Brasileira. Pelo canto da praia, limitado pelos muros, um caminho de terra permite o acesso à praia. Seguindo pela trilha, o luxo esconde casebres habitados pelos menos abastados do município que, geralmente, tomam conta dos carros dos visitantes. Na praia de Caravelas (situada ao sul de Tucuns), a restrição do acesso é mais acintosa. Diz o *Guia Quatro Rodas Praias* que “os visitantes devem se identificar na portaria do condomínio” (2001, p. 35).

Essa extensão da propriedade privada - elitizada - em áreas públicas limita a construção e a experiência do espaço democrático. Há restrição do seu uso e seleção de público, como podemos confirmar através da citação do *Perfil do Município*:

Não se identificam muitos espaços públicos, como praças ou parques urbanos. As áreas de lazer estão privatizadas nos condomínios, dispersos por todo o tecido urbano (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ) Prefeitura, 2004a, p. 71).

Em Armação dos Búzios, a beira da praia delimita os lotes ocupados pela classe de alta renda. Aí erguem-se suntuosas edificações, isoladas do mundo externo, marcando a diferença entre atores sociais. Conforme se avança para longe do mar, aparecem os traços mais comuns da cena urbana brasileira: a pobreza e a miséria.

Com apoio na reflexão proposta por Teresa Caldeira para outro contexto, confirmamos os efeitos sociais da incorporação de condomínios fechados em Búzios. Nesse caso, trata-se de condomínios horizontais, dada a impossibilidade prevista por lei e construção de edificações com mais de dois pavimentos¹⁰⁵.

Segundo a autora, aqueles que escolhem viver em condomínios valorizam viver distante de interações indesejadas, da heterogeneidade e do perigo e imprevisibilidade, mas, também, dos acasos e das descobertas que a vida

¹⁰⁵ Uma diferença das práticas observadas no município de Búzios e com relação à abordagem de Caldeira (2001) é a homogeneidade das casas construídas em Búzios. A heterogeneidade observada em São Paulo corresponderia, para a autora, à necessidade de preservar a diferenciação (singularidade entre iguais). A autora ressalta a importância, na capital paulista, da singularidade arquitetônica preservada entre as casas de um mesmo condomínio, mesmo que os proprietários se considerem socialmente iguais. Talvez, esse fato não aconteça em Búzios, porque as casas não sejam utilizadas como primeira moradia pela grande maioria. Entretanto, essa questão mereceria maior investigação. Contudo, reconhecemos, dentre as diferenças entre São Paulo e Búzios, que a adoção de um estilo arquitetônico como modelo dominante, não poderia ocorrer naquela metrópole. A ampla concorrência entre os agentes modeladores do espaço impossibilita a evidência de somente um padrão construtivo.

espontânea oferece. Esse modo de viver é transformado em estilo e ofertado como símbolo de status reconhecido, sobretudo pelos “iguais”. E, assim é solidificada a cultura dominante, servindo de parâmetro para a distância vivida pelos “outros” do modelo propagado como positivo e desejável.

Reconhecemos, dentro das transformações materiais em curso na cidade, a tendência ao consumo de serviços e lazer, ao isolamento e à valorização da propriedade privada. Assim, novas centralidades são criadas para esta finalidade, dando continuidade ao processo de turistificação do território. Nesta direção, enquanto algumas formas voltam-se para o olhar externo, sobretudo de turistas; outras formas, de propriedade particular, fecham-se para qualquer olhar que possa identificar diferenças sociais.

CAPÍTULO 4 RACIONALIDADE ESTRATÉGICA

Na tentativa de apreender a estética e a ideologia em seus vínculos com o território, parece ser indicado o estudo do *pensar / intervir* na cidade, na medida em que este pode orientar a reflexão da construção da materialidade, das disputas políticas e das tomadas de decisão que se apóiam em um *consenso mobilizador* dos habitantes. Os discursos legitimadores caminham em direção à busca da *coerência*, entre o *desenvolvimento local* e a suposta “qualidade de vida da população”, segundo princípios estratégicos abrigados na retórica da sustentabilidade.

Assim sendo, a gestão urbana, agora assumidamente empresarial, fundamenta a formatação desejada das esferas constituintes da vida na cidade: simbólica, material, econômica, cultural e social.

O desenvolvimento urbano, desde a década de 50, gerou expectativas, por ser formulado em estreita relação com o desenvolvimento econômico (SOUZA, 2003, p. 96).

Como vimos, a *turistificação* de Búzios segue elementos dos ideários desenvolvimentistas. De fato, o turismo é recorrentemente apresentado como meio de *desenvolver* a localidade, e não mais do que isso. A supressão do termo *econômico* na defesa do turismo, revela a fabricação de equívocos, já que o projeto de desenvolvimento parece corresponder à *cidade como um todo*.

A percepção de que a melhoria no emprego não acontece concomitantemente à instalação ou implementação do turismo está expressa em trecho da redação intitulada “*Transformando para melhor*”:

Com relação a economia, é preciso a garantia de emprego fixo para o crescimento econômico, pois geralmente as ofertas de emprego são para o verão. Existindo emprego para estas pessoas, elas não ficariam esperando o verão para trabalhar. Creio que se todos cooperarem, Búzios se tornará a cidade que queremos (Ana Júlia Soares, para o concurso “A cidade que queremos” - aluna do 1º ano do ensino médio do Colégio Municipal Paulo Freire).

Podemos observar a convergência, ao longo da história de Búzios, com o discurso desenvolvimentista, sustentando o consenso a partir do qual acontece, efetivamente, a disputa dos recursos simbólicos, materiais e econômicos da cidade. Entretanto, conforme nos lembra Otília Arantes, “todo incremento de crescimento local, mantidas as correlações sociais vigentes, implica uma transferência de riqueza e chances de vida, do público em geral para os grupos rentistas e seus associados” (2000, p. 28). A idéia de cidade como *growth machine* ou *máquina-de-crescimento*¹⁰⁶ implica, deste modo, na fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço, caracterizando a “fabulação de senso comum econômico, segundo o qual o crescimento enquanto tal faz chover empregos” (ARANTES, 2000, p. 27).

Nesta direção, observamos que as forças locais coligadas, com origem na década de 50 e apoio na retórica do crescimento, propagaram-se proporcionalmente ao incremento dos recursos que obtiveram e controlaram: econômicos, simbólicos, paisagísticos e culturais.

Ora, frente a esse fato, observamos o desenvolvimento desigual de Búzios, conforme nos indicam diversos autores (por exemplo, ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000; COMPANS, 2005; HARVEY, 1996; LEFÉBVRE, 2001; RIBEIRO,

¹⁰⁶ Otília Arantes resume a idéia de cidade como *máquina de crescimento* da seguinte forma: “coalizões de elite centradas da propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza” (2000, p. 27).

1995 / 2004; SÁNCHEZ, 2003; SANTOS, 1994 / 2003 / 2004; SOUZA, 2003), pois a desigualdade é intrínseca ao desenvolvimento do próprio capitalismo, com suas contradições.

É notável, nesta direção, a presença de representações sociais relativas à transnacionalização do território. Observamos a absorção, pelo senso comum, do discurso neoliberal, que estabelece o destino global da cidade, mesmo com o prejuízo da população nativa:

[...] É preciso que se tenha uma sociedade formada por cidadãos que repudiem os erros, sem deixar de contribuir para os acertos. E que se façam críticas, mas construtivas. Devemos, juntos, dos mais ricos aos mais pobres, nos unir para encontrarmos, a cada dia, soluções para melhor vivermos e aprendermos a tratar melhor esta cidade que a natureza nos proporcionou, e para transformar a pequena aldeia de pescadores em uma das mais importantes penínsulas do mundo. (O grifo é nosso - *Leandra Mello Benjamin, em trecho de redação elaborada para o Concurso “A cidade que queremos” - aluna da 8ª série do Instituto Santa*).

Assim, constatamos a presença do ideal da transnacionalização do lugar, até mesmo entre as novas gerações de Búzios¹⁰⁷. Mas, como conjugar as leis coercitivas da globalização com a união entre pobres e ricos?

A relação sociedade-espço encontra-se em permanente mudança (SANTOS, 1985). Ao admitir-se a globalização como fenômeno determinante desta dinâmica, a questão urbana ganha um novo formato, novos discursos e diferentes ênfases no que concerne a participação dos atores e segmentos envolvidos. Ocorre, então, dentre as metamorfoses da problemática urbana, a emergência da competitividade urbana como nexos central, frente a temas como “crescimento

¹⁰⁷ Não podemos descartar a hipótese de que a autora possa ter se valido do discurso desejado para a elaboração da redação apresentada quando da realização do concurso “A cidade que queremos”.

desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo” (VAINER, 2000, p. 76) anunciados no período anterior.

O marco legitimador da racionalidade empresarial, que comanda a modernização de Búzios, é o Plano Estratégico (P.E.B., iniciado em 1994), caracterizado pela clareza com que são delimitadas as forças internas que definem o destino da cidade. A tentativa da elaboração do Plano Diretor (iniciado em 2001), por sua vez, desenvolveu-se em condições diferentes: autonomia administrativa de Búzios e maiores recursos financeiros (tratadas no *Item 4.2*), porém, com implicações e sentidos similares aos do Plano Estratégico.

Este recorte analítico - referente à elaboração dos planos urbanos - permite contemplar as duas gestões de Delmires Braga, o “Mirinho” (PDT), e o início da gestão de Antônio Carlos Pereira da Cunha, “Toninho Branco” (PMDB), ou seja, as administrações municipais posteriores à autonomia municipal, em 1995¹⁰⁸. As duas últimas gestões municipais envolveram-se na formulação do Plano Diretor, iniciado em 2001.

¹⁰⁸ Não pretendemos dispor de uma análise pormenorizada do modelo de política urbana adotado pelos gestores da cidade, muito menos desmembrar especificidades de racionalização do destino da cidade. Entendemos que esse tema consistiria, por si só, um estudo complexo, o qual não é o foco desta reflexão, mas consideramos importante discussão do pensar a cidade em vários níveis. Ao inserir o tema do planejamento urbano em Búzios, é nosso ângulo de análise a “comercialização” da cidade e as estratégias de legitimação de parâmetros que privilegiam os que detêm, em maior grau, os recursos simbólicos e materiais do local, garantindo ganhos progressivos aos que possuem a capacidade de investir no lugar.

4.1 Empresariamento e espetacularização da cidade

O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta em sua plenitude a essência de todo o sistema ideológico: o empobrecimento, a sujeição e a negação da vida real. O espetáculo é, materialmente, “a expressão da separação e do afastamento entre o homem e o homem” (DEBORD, 1997, p. 138).

Com a falência da estrutura produtiva-comercial e a erosão da base econômica fiscal das cidades, pela passagem do sistema “fordismo-Keneysiano” à acumulação flexível¹⁰⁹, os governos urbanos passam a enfrentar a “crise estrutural”¹¹⁰ por meio das estratégias e atividades que Harvey (1996) denomina de **empresariamento urbano**¹¹¹.

O esforço de transpor a lógica empresarial para a administração pública não prioriza a superação do empobrecimento ou a mitigação das desigualdades sócio-espaciais. Volta-se, efetivamente, para a construção de uma imagem de sucesso e prosperidade, que constitui uma senha emblemática dos novos tempos de competitividade interurbana.

A estratégia privilegiada é, de modo geral, guiada pela noção de qualidade de vida, traduzida em espaços que atraiam o consumo e os negócios, como shoppings, centros de convenções, entretenimentos: espetáculos, festas

¹⁰⁹ Ver mais sobre as transformações político-econômicas do capitalismo em HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994, parte II, pgs. 115 a 184.

¹¹⁰ Borja e Castells (1997) e Harvey (1996) tratam a “crise” do fordismo e do Estado-nação, identificando a tendência à formulação de uma nova trama institucional constituída por uma rede internacional de governos locais, articulada a organismos supranacionais de coordenação política e econômica.

¹¹¹ A investigação de Compans (2005), em *Empreendedorismo Urbano*, identifica diferentes denominações, adotadas por diferentes autores, para este modelo de planejamento, que privilegia a perspectiva mercadológica e concorrencial para a gestão urbana: *empresariamento urbano* (HARVEY), *gerenciamento urbano* (ASCHER), *gerenciamento público urbano* (LE GALÈS), *governança urbana* (PARKINSON; FAINSTEIN; FAINSTEIN), *empreendedorismo competitivo* (MOURA), além de *empreendedorismo urbano*, denominação acionada pela autora (ver referências). Segundo Compans (ibid.), as diferentes denominações atribuídas ao mesmo modelo, diz respeito à ênfase que cada autor confere às características deste modo de gestão público-privada.

temáticas e eventos culturais. Esse tipo de intervenção enquadra-se no que Lefèbvre (2001) chama de **urbanismo dos promotores de venda** ou, segundo Ascher (1994), **urbanismo de resultados**. Esta corrente valoriza os agentes privados, a economia de mercado e concebe o produto cidade com base nas técnicas de *marketing*.

Nesta direção, observamos, na gestão urbana atual, o predomínio da dimensão econômica sobre a político-administrativa.

Com este predomínio, a cidade passa a ser vista como uma mercadoria a ser “vendida” no mercado competitivo interurbano, visando a atração de pessoas e investimentos.

Identificamos, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, mecanismos de inserção das cidades no mercado mundial. Assim, emerge o uso da **cultura associada aos meios de comunicação** na promoção da cidade. Tal promoção envolve o encontro de uma marca peculiar, que faça sobressair a cidade frente às demais¹¹².

Na busca de um consenso, que legitime o projeto de cidade, procura-se reconstituir as bases culturais do senso comum, vinculando-o à cultura dominante através dos meios de comunicação, já que o “marketing substitui o debate e a publicidade instaura barreiras à contestação” (SÁNCHEZ, 2003, p. 556).

O papel desempenhado pelo viés culturalista nas novas estratégias de planificação urbana culminam no que Arantes denomina de *cidade-empresa-cultural*

¹¹² Conforme apontado por Sánchez, “uma das bases para a reconversão das políticas urbanas contemporâneas, dentro dos processos mais abrangentes de reestruturação econômico-espacial, está no encontro entre cultura e economia. É nesse encontro que é construído o campo favorável para a cidade-espetáculo” (2003, p. 493).

(2000, p. 39), que corresponde à tendência dos gestores urbanos atribuírem à cultura (como produto) centralidade no alcance da governabilidade, através da *simbiose entre imagem e produto* (ARANTES, 2000, p. 34) ¹¹³.

Desta forma, parte das estratégias da cidade-emprego apóia-se na hipertrofia da esfera cultural, próxima do que Arantes (2002, p. 16) denomina de *culturalismo de mercado*. É, aliás, quando a cultura torna-se imagem - representação e interpretação - que se manifesta o “verdadeiro poder da identidade” (ARANTES, 2002, p. 16), moldando, por um lado, os indivíduos, “pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca”; e, por outro, o sistema altamente concentrado de provisão desses produtos, tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos (ARANTES, op. cit, p. 16).

Nessa perspectiva, a cultura é transformada em isca e alçada a um patamar ímpar de importância na contemporaneidade, uma vez traduzida em uma gama de produtos e serviços. A transformação da cultura em produto constitui uma “vantagem comparativa a ser criada”, apropriada pelas políticas de *image-maker* (ARANTES, 2000) ou pela *indústria da produção de imagem* (HARVEY, 1992), uma indústria que produz, além de signos, representações sociais hegemônicas.

[...] a publicidade e as imagens da mídia passaram a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora uma importância muito maior na dinâmica de crescimento do capitalismo. Além disso, a publicidade já não faz parte da idéia de informar ou promover no sentido comum, voltando-se cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos mediante imagens que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido (HARVEY, 1992, p. 259).

¹¹³ Inspirada em Sharon Zukin in *The cultures of Cities*, Cambridge, Blackwell, 1995.

A **dimensão espacial** também adquire nova importância, já que

“inserido nessa dinâmica, vem sendo produzido, na escala mundial, um espaço próprio à fase atual do capitalismo, específico das sociedades urbanas dirigidas e dominadas por novas relações de produção capitalista, com a adaptação técnica do território, a renovação de infra-estruturas de mobilidade e de telecomunicações e a construção de espaços e equipamentos seletivos, voltados aos negócios, ao turismo, ao consumo e à habitação” (SÁNCHEZ, 2003, p. 552).

Esses processos mais abrangentes podem ser reconhecidos, de modo recorrente, no discurso dos agentes econômicos que atuam em Búzios, uma vez que se construiu, neste local, a dependência com relação ao **turismo**, a partir do discurso da vocação da cidade para esta atividade. Na direção de URRY, “devido à importância do visual e do olhar, o turismo sempre se preocupou com o espetáculo e com as práticas culturais que, em parte, implodem uma às outras” (2001, p. 122). Somando-se essa visão com a fase atual do capitalismo, Búzios pode ser colocado em especial evidência, porque o processo de *turistificação* ali ocorrido, a partir da década de 60, foi sempre embasado em parâmetros da escala mundial, com a presença efetiva do capital estrangeiro¹¹⁴.

Com a ascensão do produto cidade, exposto para consumidores de investidores consubstancia-se uma gestão urbana que, embora pública, acontece através de um corte eminentemente empresarial. É esta gestão que cria a *cidade-espetáculo*: “lugar aberto às inovações” (RIBEIRO, 1995).

Ao sistematizar as relações entre cultura e economia, a nova gestão aciona as dimensões espaciais e simbólicas, que garantem o sucesso da

¹¹⁴ Reconhecemos que Búzios antecipa e sintetiza discursos e práticas que apenas a partir da segunda metade dos anos 80, e sobretudo na década de 90, tornaram-se mais nítidos, constituindo-se em objeto do pensamento crítico.

espetacularização dos lugares. Dessa forma, os nexos entre as dimensões econômica (mercantilização das relações sociais), simbólica (advinda das imagens) e espacial (intervenções urbanas) reforçam a construção da cidade-mercadoria¹¹⁵.

Como Fernanda Sánchez, atribuímos “relevância analítica à mútua dependência entre materialização e simbolização, pois essa relação constrói as possibilidades históricas de efetivação dos interesses globais e seus agentes na nova espacialidade urbana” (2003, p. 547).

Lembramos, ainda, que “[...] quase todos os lugares se tornam centros de “espetáculos e exibição [...]”, os balneários, hoje, distinguem-se relativamente muito pouco dos outros lugares” (URRY, 2001, p. 131). Assim, o balneário de Armação dos Búzios tem sido submetido às exigências da última modernização pelas lideranças locais e estrangeiras, através da produção de uma imagem atraente e única de cidade. Esta construção imagética é legitimada e impulsionada pelo discurso, que afirma ser indispensável “dinamizar a economia local, gerando emprego e renda à população local”, o que só seria possível pela inserção da localidade no mercado mundial de cidades.

4.2 Estímulos à instalação da racionalidade empresarial

Consideramos, ainda, dois processos que estimularam a organização social em torno das lutas político-econômicas locais, inscritas na concorrência inter-cidades. O primeiro diz respeito à conquista da **autonomia (1995) e à instauração**

¹¹⁵ A obsessão atual pelo turismo internacional e pelo capital multinacional amplia os investimentos e a atração dos fluxos de pessoas e recursos financeiros. Assim, cidades que até então constituíam-se em centros de negócios, passam a incluir o turismo como meio para dinamizar sua economia. Este não é o caso de Búzios, mas aumentam as alternativas turísticas e a competição nessa atividade.

do município de Armação dos Búzios (1996). Com o embate que levou à autonomia, inicia-se um período marcado pelo acirramento das disputas político-econômicas. Este período é assinalado pela elaboração do Plano Estratégico e por um eficiente programa de comunicação social, viabilizado, especialmente, pela mídia local.

O segundo processo, relacionado ao primeiro, refere-se ao incremento das finanças públicas, a partir do **aumento e da apropriação local dos royalties do petróleo** que, antes da emancipação, não eram alocados no território de Búzios.

4.2.1 Autonomia político-administrativa

É na dimensão político-administrativa que melhor evidenciam-se as lutas discursivas e simbólicas, envolvendo, especialmente, a disputa pelo poder e a configuração dos grupos políticos locais, que utilizam os meios de comunicação como instrumento de convencimento e de legitimação dos seus interesses.

No contexto da redemocratização do país, ganha impulso a luta pela autonomia do então terceiro distrito de Cabo Frio, iniciada em 1985¹¹⁶.

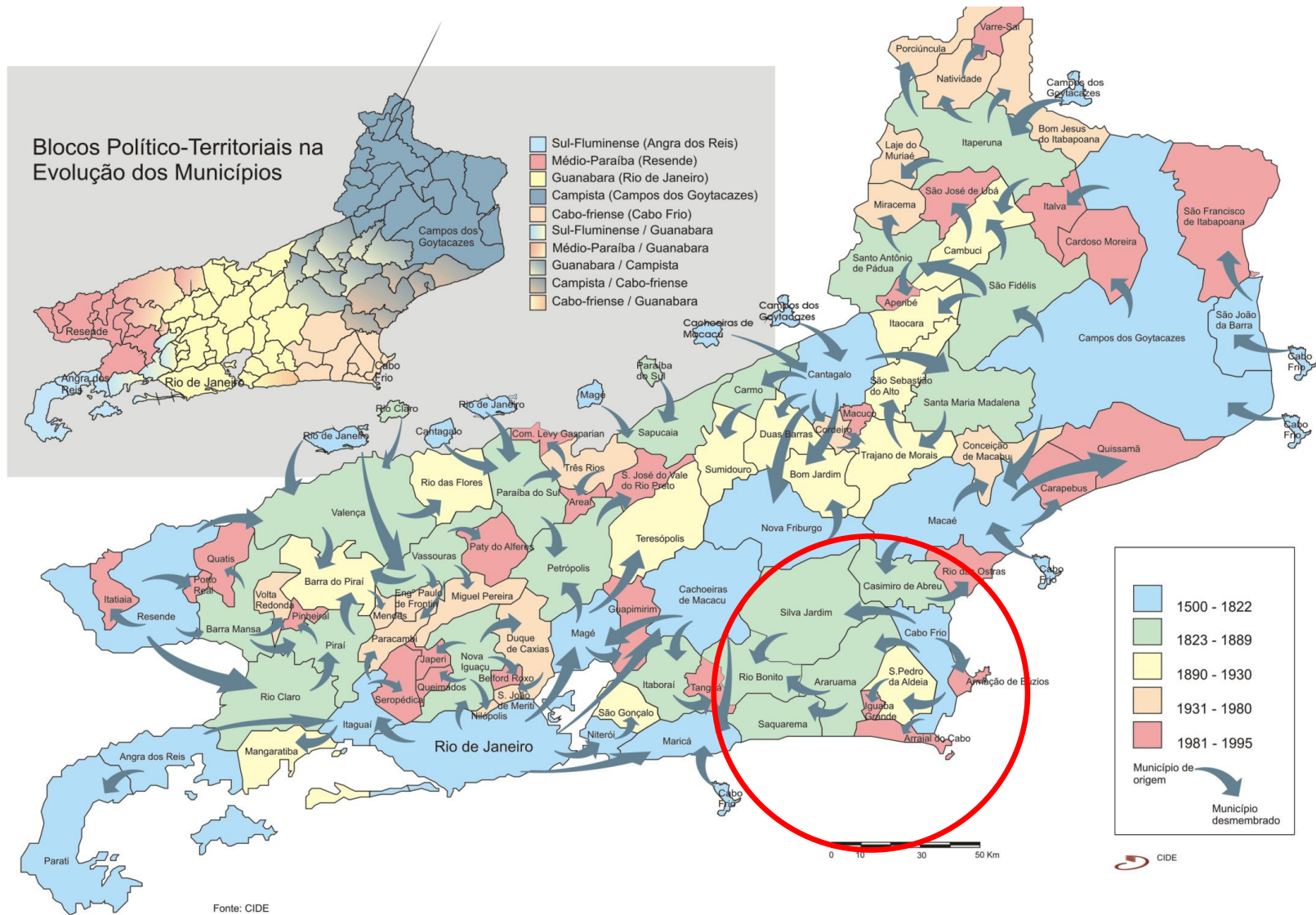
Os diversos desmembramentos municipais à época do movimento pela emancipação de Búzios aparecem no *Mapa 05*. Na Região dos Lagos, só existiam Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio. Primeiramente, Arraial do Cabo se

¹¹⁶ A Constituição de 1988 fortaleceu a descentralização político-administrativa, dando aos municípios maior autonomia e elevando-os, pela primeira vez, à condição de *ente* federativo. A conquista da nova Constituição Federal traduziu-se em textos legais, leis orgânicas, planos diretores, mas efetivamente não garantiu compromissos sociais mais amplos seja pela não regulamentação de dispositivos constitucionais, seja pela não implementação dos mecanismos regulatórios redistributivos nas localidades. Assim, foram reduzidos os impactos esperados dos instrumentos legais que garantiriam os direitos acolhidos pela nova constituição.

emancipou, inspirando a ação emancipacionista buziana e, também, a de Arraial do Cabo e Iguaba.

Mapa 05: Desmembramentos Municipais por períodos históricos - Estado do Rio de Janeiro (1950 a 1995)

Fonte: Fundação CIDE



A argumentação a favor da emancipação, veiculada nos meios de comunicação e tornada senso comum, fundamentava-se em pelo menos três diretrizes discursivas:

- Os **recursos públicos não alcançavam o território buziano**, mesmo com a melhoria da condição financeira de Cabo Frio que passou a receber, a partir dos *royalties* de petróleo, as receitas que caberiam ao terceiro distrito.

A matéria veiculada no jornal *O Perú Molhado*, citada a seguir, exemplifica a ênfase nas vantagens econômicas e materiais esperadas da autonomia de Búzios:

Se a emancipação fosse hoje, o município de Armação dos Búzios já teria recursos da ordem de 13,8 milhões de reais, para uma população, digamos de 20 mil pessoas. Justamente 25% do que arrecada Cabo Frio que, para uma população de 100 mil pessoas, dispõe de 46 milhões, como prevê o orçamento para 1996. E melhor: a nova prefeitura tem condições de melhorar sua receita, através de impostos próprios que, hoje, já são mais de 30% da receita municipal (*O Perú Molhado*: 16 a 30 de setembro de 1995).

- A **falta de fiscalização contra ações ilegais** com ênfase no crescimento impetuoso verificado em Búzios, com a agravante do licenciamento de obras em “áreas verdes” para empreendimentos imobiliários (CUNHA, 2002b);
- O **desejo de diferenciação simbólica** para a imagem que se construía de Búzios, frente à imagem considerada negativa de Cabo Frio.

O confronto simbólico Cabo Frio - Búzios é nítido e corresponde às ações estratégias na luta dirigida pelas classes dominantes, a elite local, em escalas mais amplas. O discurso da elite buziana destacava a intensa popularização de Cabo Frio e, definitivamente, não era este o seu projeto para Búzios. São criadas, assim, as

condições ideológicas para a estigmatização do turismo de massa cabofriense¹¹⁷. A luz de Bourdieu (2004), podemos afirmar que as posições sociais são definidas de forma relacional. Assim, o confronto Cabo Frio - Búzios assegura o movimento incessante de afirmação simbólica que garante a posição social da elite.

O descontentamento de investidores com a administração de José Bonifácio (PDT), aliados a influentes proprietários, desencadeou o movimento de emancipação de Armação dos Búzios, que só se concretizou dez anos depois, em 1995¹¹⁸.

Durante os 10 anos da mobilização pró-emancipação, o jornal *O Perú Molhado* atuou divulgando a face positiva da separação política de Búzios. Este processo de convencimento apoiou-se na construção de um projeto e também em mecanismos de comunicação e “educação”. Essa relação de poder é confirmada pelo depoimento de Daisy Justus:

O Jornal é um controlador da opinião: isso ficou claro recentemente quando foi o grande dirigente no movimento pró-emancipação. Foram empregados numerosos artifícios de *propaganda social*, movidos por iniciativas privadas, mas era o nome do *O Perú Molhado* que aparecia, a fim de “educar” o público e direcionar a população no movimento do que era considerado a melhor das condições da vida comunitária (Aspas e itálicos originais - JUSTUS, 1996, p. 131).

O Perú Molhado foi um instrumento importante na promoção de consenso em torno da emancipação (verificar campanhas em prol da emancipação na *Figura 07*). Membros da elite, externos e locais passaram a “vestir a camisa” da

¹¹⁷ Cabo Frio representava, no discurso da elite de Búzios, o parâmetro negativo do que Búzios deveria ser, visando a conservação da hegemonia que esse grupo detinha.

¹¹⁸ A lei nº 2498, de 28 de dezembro de 1995, instituiu a emancipação de Armação dos Búzios, em votação realizada a 12 de novembro de 1995. Antes foram feitas quatro tentativas frustradas. A instalação do município deu-se em janeiro de 1997 (RIO DE JANEIRO (Estado), 2004).

emancipação, literalmente, com o SIM estampado com ampla veiculação em diversos jornais da época. Desta maneira, o SIM ganhou força e sentido, determinando o considerado melhor para todos, como pode ser reconhecido na Foto 17. A atuação na construção do consenso e o patrocínio da separação política de Búzios aparecem emblematicamente na camisa utilizada para divulgação do movimento, com o logotipo de *O Perú Molhado* (acima do “SIM”).

Figura 07: Seleção do *O Perú Molhado* com imagens da campanha do próprio jornal pela emancipação de Búzios



17 de setembro de 2004 – *O Perú Molhado*

5

Fonte: *O Perú Molhado* de 17 de setembro de 2004, edição 668, Ano XXIV.

Foto 17: Campanha para emancipação de Armação dos Búzios



Fonte: acervo do jornal *O Perú Molhado*.

Durante os anos do movimento em favor da emancipação, a imprensa nacional registrou o envolvimento de ilustres personalidades, como músicos, atores e escritores. Levantou-se até a possibilidade de candidatura de Luiza Brunet à prefeitura do novo município¹¹⁹. Essa aparição na mídia apoiou, fortemente, a construção da imagem externa do *lugar - mulheres bonitas, pessoas famosas -*, com a diferença de que, com a emancipação, o lugar teria a sua identidade (sofisticada, elitizada) reconhecida.

Assim, em 1996, foi eleito o primeiro prefeito, Delmires de Oliveira Braga, o “Mirinho”, do PDT, filho de pescador que, em 2000, viria a reeleger-se¹²⁰. Vale

¹¹⁹ Uma das modelos brasileiras mais cobiçadas e também empresária, Luiza Brunet dava entrevistas levantando a possibilidade de candidatar-se à prefeitura do município prestes a se emancipar. Nessa ocasião, inclusive, Luiza era proprietária de uma loja no Centro de Búzios.

¹²⁰ O prefeito de Cabo Frio, na ocasião da emancipação de Armação dos Búzios, era José Bonifácio Ferreira Novellino, do PDT.

ressaltar que o movimento de emancipação favoreceu a configuração de novas forças sociais, com interesses diversos, em disputa pelo poder local¹²¹.

4.2.2 Aumento e apropriação de recursos econômicos: os royalties de petróleo

O recebimento dos royalties, possibilitado pela exploração de petróleo na Bacia de Campos, trouxe o incremento de recursos externos aos municípios da região. Em 1985, foi instituída a cobrança dos royalties com alíquota total de 5%. Entretanto, somente em 1999, após a instalação do município de Armação dos Búzios (1996), esse montante de recursos passou a fazer parte do orçamento a ser administrado com enfoque local.

Dois fatores estruturais determinaram a receita proveniente dos royalties, alocada aos municípios da região, a partir de 1999. Foram eles:

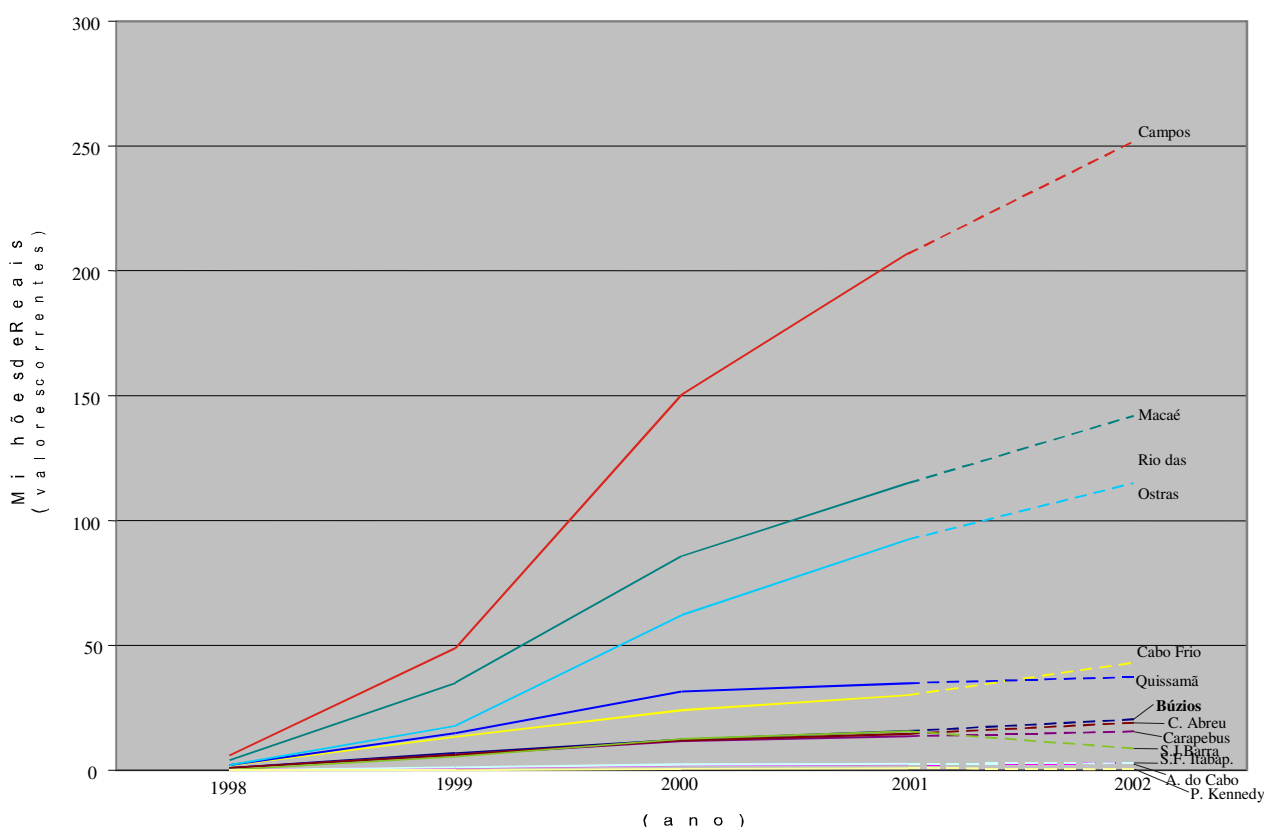
1. Aumento da produção de óleo e gás natural;
2. Aumento da alíquota dos royalties promovido pela Lei do Petróleo e início da cobrança das Participações Especiais, no ano de 2000¹²².

¹²¹ Apesar do aparente consenso social, é possível resgatar um sentimento não muito confortável com a idéia da emancipação de Búzios, já que as estruturas da vida prática localizavam-se em Cabo Frio: “Eu não sei o que vai melhorar com a emancipação. Búzios vai se separar de Cabo Frio, dizem que vai melhorar o comércio isso e aquilo... Mas se você quer uma loja de sapatos em Búzios, não tem... Se você quer um sapateiro, tem que ir a Cabo Frio...Acho que Búzios não está preparado “pra” essa emancipação. A maioria é a favor da emancipação. É até ignorância você comentar com alguém que você é contra” (O grifo é nosso - Comerciante local in JUSTUS, 1996). Neste depoimento, evidenciava-se a pressão imposta sobre os habitantes e o constrangimento de perceber-se contrário à força maior com o seu poder de coerção no plano das idéias e na disputa pelo poder.

¹²² A chamada Lei do Petróleo, estabelecida em 1997, alterou a lógica da exploração petrolífera, ao extinguir o monopólio da Petrobrás, permitindo a atuação de outras empresas. A partir dessa lei, a alíquota máxima dos royalties passou de 5% para 10% . Em 2000, começaram a ser pagas as Participações Especiais (direitos de produção em poços de alta lucratividade).

Apesar dos municípios mais privilegiados com o recebimento dos royalties, em termos absolutos, serem Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras e Macaé¹²³ (ver *Gráfico 13*), o peso relativo dessa contribuição no orçamento municipal também é significativo em Armação dos Búzios¹²⁴ (ver *Gráfico 14*).

Gráfico 13 – Evolução dos Repasses de Royalties e Participações Especiais aos Municípios da Bacia de Campos (1998 / 2002)



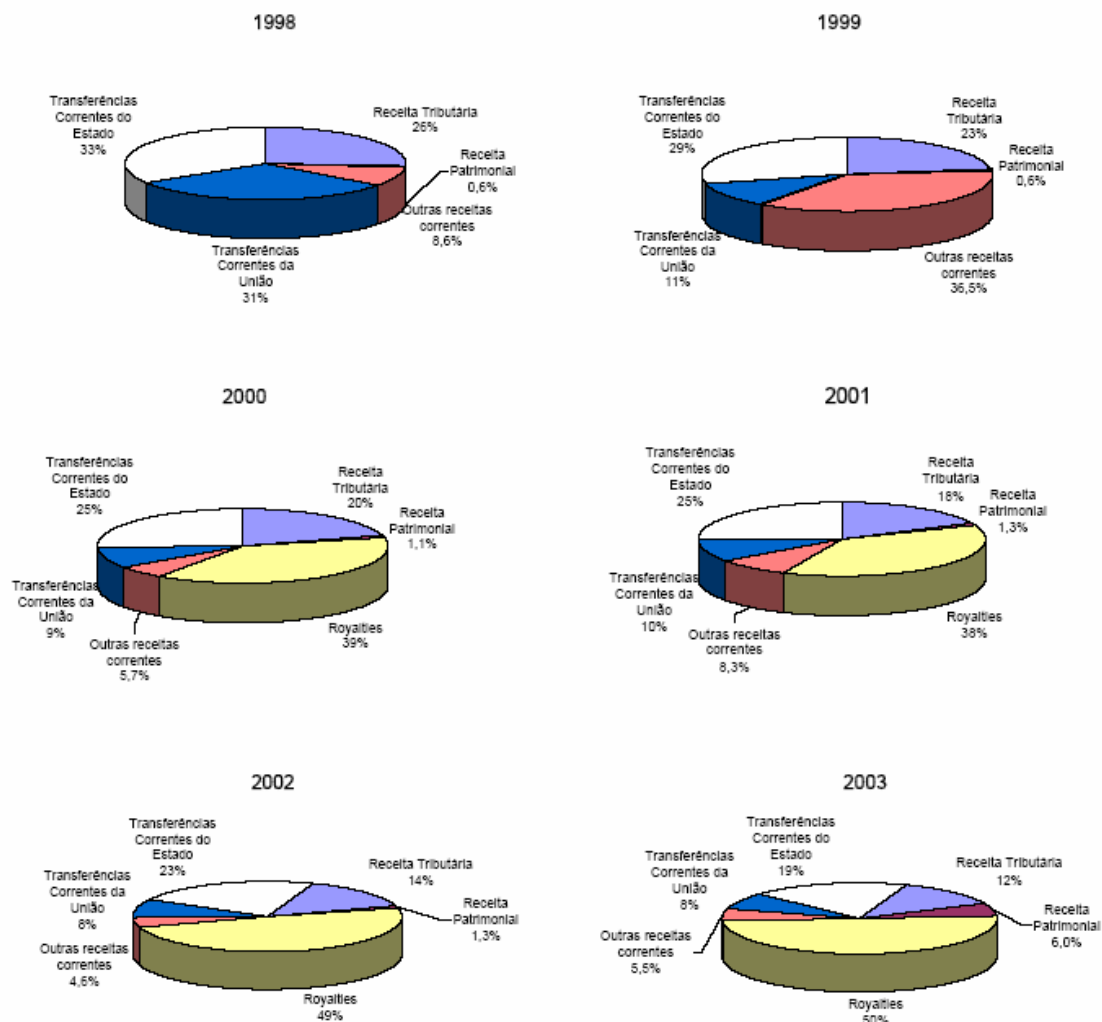
Os dados de 2002 foram projetados a partir da média dos 8 primeiros meses do ano

Fonte: Agência Nacional do Petróleo. Secretaria do Tesouro Nacional. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Elab.: Cláudio Stenner, apud ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a.

¹²³ Os recursos provenientes do petróleo, contudo, não se distribuem uniformemente na Bacia de Campos. Há forte concentração em alguns municípios, sendo Campos o mais aquinhoado. Em 8 anos, aumentou seu orçamento em aproximadamente 1.100%. No 4º trimestre de 2001, cerca de 96% dos recursos concentraram-se em três municípios: Campos, Rio das Ostras e Macaé, sendo de Campos a metade desses recursos, graças à presença de poços de alta rentabilidade comercial (Carvalho, A. M et al, 2002).

¹²⁴ Devemos ressaltar que o petróleo e o gás são recursos finitos. A receita proveniente de sua exploração tende a diminuir ao longo do tempo.

Gráfico 14- Composição das receitas correntes da administração pública de Armação dos Búzios, por ano (1998 a 2003).



Fonte: RIO DE JANEIRO (Estado), 2004.

É possível perceber, no *Gráfico 14*, que, em 2000, os recursos provenientes dos royalties de petróleo já representavam 39% da receita municipal alcançando, em 2003, 50% dos recursos disponíveis.

Podemos dizer, então, que o aumento dos recursos amplia o poder econômico da Prefeitura de Armação dos Búzios, possibilitando maior

implementação de políticas públicas por parte dos novos administradores da cidade. Entretanto, a localização dos investimentos revelará as prioridades da administração, deixando transparecer o modelo seguido pelos gestores urbanos.

4.3 O Planejamento urbano-empresarial

O planejamento estratégico emerge na cena urbana fundamentado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados pela *Harvard Business School* nos anos 60. Este modelo de planejamento¹²⁵ dissemina-se entre os gestores urbanos, transpondo às cidades os mesmos objetivos e desafios enfrentados pelas empresas¹²⁶. Assim, as medidas preconizadas por este método deveriam ser adotadas pelos governantes com o intuito de inserir a cidade nos circuitos do *mercado mundial*.

A cidade, tornada mercadoria e vendida como “modelo” por meio de estratégias de marketing, é inserida no mercado global de cidades [...] Na construção desse mercado, impera uma orientação político-estratégica de circulação de “modelos”, com o intuito de engajar os governos de cidade numa competição desenfreada para favorecer capitais globais, nacionais ou locais em nome do “desenvolvimento” e da inserção das cidades no mundo globalizado (SÁNCHEZ, 2003, p. 262-263).

Estas estratégias e os modelos são criados para que as demais cidades sigam os passos para adequar-se a uma nova ordem urbana, como se fosse uma necessidade imperativa para que as cidades continuem presentes no mundo (SÁNCHEZ, 2003, p. 375) ou como “único meio eficaz para fazer frente às novas

¹²⁵ A metodologia deste plano denomina-se “SWOT”, em inglês, Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats, ou seja, fundamenta-se na análise dos Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças, tendo sido largamente utilizada nos Estados Unidos nos anos 70 e 80 (COMPANS, 2005, p. 196).

¹²⁶ A difusão no Brasil e na América Latina deste *modo de planejar* ocorre pela ação conjunta de agências multilaterais, como o BIRD, HABITAT, e consultores internacionais.

condições impostas pela globalização às cidades ou aos governos locais” (VAINER, 2000, p. 78). Deste modo têm sido internalizados elementos de uma ordem global na localidade, com base num diagnóstico de problemas e no intuito de desenvolver um “município modelo, que resgate a auto estima e o orgulho” da população buziana (PEB, 1996, p. 8).

4.3.1 Como foi possível a institucionalização do Planejamento Estratégico em Búzios?

O mercado mundial de cidades “é movido e, ao mesmo tempo, movimenta alguns outros mercados” (SÁNCHEZ, 2003, p. 267), dentre eles, o *mercado do turismo* que se conecta em profundidade ao nosso estudo específico. Essa relação - entre mercado de cidades e mercado do turismo - determina, explicitamente, a venda de cidades, onde o *público-alvo* será desenhado por características reforçadas pelo *marketing* de cidades. Deste modo, através de agências e promotores urbanos, Búzios foi inscrita na disputa por uma colocação no mercado turístico e avaliada através das suas potencialidades para a atração de fluxos de pessoas e investimentos.

Merece consideração o papel desempenhado pelo Plano Estratégico na consolidação da emancipação da cidade, sendo esta, também, condição para o fortalecimento e efetivação das proposições do Plano. A grande vitalidade da visão empreendedora e o poder de articulação detido pelos agentes econômicos e atores políticos no município de Búzios estimularam a autonomia político-administrativa da localidade.

Foram muitos anos sonhando com a emancipação e agora que se tornou realidade, nossa obrigação é a de formarmos um município modelo, planejado e sadio, e se não o realizarmos, teremos o resto de nossas vidas para nos arrepender (PEB, 1996, p. 2).

Antes mesmo da autonomia administrativa do município, empresários, comerciantes, arquitetos, engenheiros, entre outros agentes, reuniram-se para a elaboração do Plano Estratégico. Esse fato denota a efetiva presença, já naquela época, de forças com capacidade de definir e defender um projeto para Búzios.

O tripé responsável pela institucionalização do Plano Estratégico de Búzios foi composto pela Associação de Engenheiros e Arquitetos (ENARQ), a Associação Comercial e a Associação de Hotéis de Búzios, o que esclarece a natureza técnico-empresarial do planejamento proposto.

Existe uma relação intrínseca entre a construção ideológica do planejamento estratégico e a difusão de uma espécie de consciência de crise, ou melhor da percepção de um período problemático, a ser enfrentado com urgência e eficácia. Nesta direção, Vainer percebe, a partir desta associação, que o sentimento de crise cria “condições para uma trégua nos conflitos internos ou, se se prefere, a paz social interna” (2000, p. 93). Assim, a condição básica do sucesso do Plano é o alcance do consenso ou a “transformação do *fugaz sentimento de crise* num consistente e durável *patriotismo de cidade*” (Itálicos originais - *ibid.*, p. 94).

Foi enfrentando as dificuldades ao longo dos últimos tempos que nossa comunidade, em seus diversos setores começou realmente a se organizar, em movimentos e associações; seria o início da conscientização da necessidade de uma sociedade organizada, capaz de reivindicar seus direitos e saber quais os seus deveres [...] Pela primeira vez, a comunidade pensa e discute o seu destino, se propondo a planejar o futuro almejado, possível e realizável, resultado direto de nossa vontade no exercício pleno de nossa cidadania (O grifo é nosso - PEB, 1996, p. 1).

O *patriotismo de cidade* seria, então, resultado (e condição) do projeto de cidade. Instaurado pelo discurso dominante, ao contrário do *sentimento de crise*, conforma a articulação entre analogias: *cidade-mercadoria*, *cidade-empresa* e, agora, *cidade-pátria* (VAINER, 2000, p. 94).

A elaboração do Plano Estratégico de Búzios guarda importantes conexões com o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ)¹²⁷.

Após contatos realizados com o Plano Estratégico do Rio de Janeiro e de palestra ministrada por seu então Diretor Executivo, o Prof. Carlos Lessa, no dia 18 de abril de 1995, no auditório da Pousada La Mandrágora, optou-se por utilizarmos a metodologia empregada no Rio de Janeiro, adaptada às circunstâncias e necessidades de Búzios. (O grifo é nosso - PEB, 1996, p. 4)¹²⁸

O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), por sua vez, foi inspirado no Plano Estratégico de Barcelona. Dessa maneira, forma-se uma rede de *cidades-modelos* que servirão de exemplos a outras cidades, em um movimento sem fim de captura da questão urbana pelos códigos do pensamento empresarial. Deste modo, foi considerada uma *obrigação* do PEB, a formação de “um município modelo, planejado e sadio” (Plano Estratégico de Búzios, 1996, p. 2).

¹²⁷ O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ) foi concebido entre 1993 e 1994.

¹²⁸ Seguindo exatamente as mesmas premissas do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), “em 28/07/1995 foi instituído o embrião do consórcio mantenedor do Plano Estratégico de Búzios que só veio a ser oficializado a 14 de fevereiro de 1996” (PEB, 1996, p. 4). Em agosto de 1995, a estruturação do Conselho Diretor, do Comitê Executivo e dos Grupos de Pesquisa e Diagnóstico já estava realizada. Em 30 de março de 1996, deu-se o início da formatação do Conselho da Cidade (PEB, 1996).

A exposição inevitável de nossos problemas e a falta de capacidade de resolvê-los, tem sido o principal vetor a impulsionar o desejo de todos no sentido de termos um município modelo, que resgate a auto-estima e o orgulho de nossa população (PEB, 1996, p. 8).

O anseio pela objetivação de um modelo também é absorvido pela população local, como podemos apreender a seguir:

Nossa cidade deverá ser vista como um lugar que todos gostariam que fosse sua cidade, transformando Armação dos Búzios em um símbolo de **qualidade de vida** para nosso país e para o mundo. / Esta é a cidade que queremos e que podemos juntos alcançar (*Leandra Mello Benjamim, em trecho de redação elaborada para o concurso “A cidade que queremos”, intitulada de “Búzios Paradise” - aluna da 8ª série do Instituto Santa Rosa*).

4.3.2 Plano Diretor: a retórica da sustentabilidade

Búzios é a primeira cidade do Brasil a fazer um Plano Diretor com a filosofia de desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável do Plano Diretor de Búzios é atual por que pensa em investimento, em expansão. O Plano quer o desenvolvimento de Búzios como uma cidade economicamente forte, social e ambientalmente preservada. O crescimento da cidade precisa garantir o uso racional dos recursos naturais, histórico-culturais e dos atrativos turísticos, o desenvolvimento sócio-econômico e a proteção do meio ambiente, para garantir a qualidade de vida das gerações presentes e futuras (JORNAL BÚZIOS: PLANO DIRETOR EXTRA, 2004, p. 3).

No decorrer das décadas de 60 a 90, a marca tão orgulhosamente projetada da localidade - detentora de um conjunto de habitantes *classe A* e turistas *Vip* - enfrentou o contraste com uma visão negativista e discursos que incorporavam questões tratadas em escalas mais abrangentes: degradação ambiental, poluição (sonora, paisagística e atmosférica), engarrafamentos, violência, infra-estrutura deficiente, carência de empregos, sobretudo os formais, e, especificamente, em Búzios a mudança tendencial do “turismo de qualidade” em “turismo de massa”.

Diante deste quadro, a “falta de planejamento” ou a “ausência de um plano diretor para a cidade” foram reconhecidos como as maiores causas dos problemas urbanos.

Com este diagnóstico, o Plano Diretor¹²⁹ tornou-se, no imaginário buziano, o documento “salvador” da cidade.

As cidades sem Plano Diretor são cidades sem prioridades. Cidades como Búzios, que implementa um Plano Diretor ainda no começo de sua trajetória, têm uma visão do futuro, sabem para onde querem ir (Jaime Lerner em depoimento para JORNAL BÚZIOS, PLANO DIRETOR EXTRA, 2004, p. 8).

Após 5 anos da emancipação de Búzios é iniciado o Plano Diretor através de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios (PMAB) e a Fundação Getulio Vargas (FGV-RIO). A elaboração do Plano aconteceu concomitantemente à elaboração da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e do Código de Obras e estendeu-se durante o período compreendido entre 2001 até o final da gestão de Mirinho Braga, em 2004. Contudo, depois do seu encaminhamento à Câmara dos Vereadores, a nova administração da prefeitura municipal apresentou um pedido de revisão e retirou o documento¹³⁰.

É possível verificar a influência do Planejamento Estratégico na metodologia do Plano Diretor de Búzios, que passa a ser veiculado localmente como a “base estratégica de captação de recursos para a cidade” (JORNAL BÚZIOS:

¹²⁹ Apesar do Plano Diretor de Búzios não ter sido ainda votado pela Câmara Municipal, reconhecemos seu valor como arma política. Cabe ressaltar as divergências, explícitas no jogo político, e os conflitos entre cada corpo administrativo dificultando a conclusão do documento. Tentaremos aqui incutir um posicionamento de imparcialidade e um olhar distanciado quanto ao nosso envolvimento técnico na ocasião da elaboração do Plano Diretor de Búzios. Essa postura visa privilegiar nosso olhar enquanto pesquisadora, atribuindo a este novo ângulo de visão uma postura crítica quanto ao foco deste estudo.

¹³⁰ Este fato gerou movimento contestatório por parte de lideranças políticas e representações comunitárias, provocando divisões internas e conflitos de interesses, especialmente daqueles que haviam participado desde o início do processo de elaboração do Plano Diretor. A votação deste documento continua pendente até a presente data (março/2006).

PLANO DIRETOR EXTRA, 2004, p. 1), confirmando a tendência já anunciada de **empresariamento da cidade** (HARVEY, 1996) ou a adesão ao **empreendedorismo urbano**¹³¹ (COMPANS, 2005). Deste modo, o Plano Diretor, foi apresentado como “inérito sob vários aspectos”, dentre eles, a abrangência de um “planejamento estratégico, com ações e objetivos claros e prioritários para a cidade” (JORNAL BÚZIOS: PLANO DIRETOR EXTRA, 2004, p. 2). Com a semelhança entre os princípios do planejamento estratégico e os do Plano Diretor de Búzios, reconhecemos que, desde o PEB, a retórica da sustentabilidade é expressa através da “busca de um modelo de desenvolvimento sustentável, humano e racional, que privilegie a qualidade de vida de nosso meio ambiente” (P.E.B., 1996, p. 5).

O “ecodesenvolvimento” dos anos 70, foi substituído, nos anos 80, pelo discurso do “desenvolvimento sustentável”, demonstrando a continuidade (efetiva ou discursiva) da questão ambiental. Assim, vêm sendo associados à noção de sustentabilidade, sentidos advindos e diversas matrizes discursivas (ACSELRAD, 2001).

Uma coisa é certa: “a sustentabilidade é vista como algo bom, desejável, consensual” (ACSELRAD, 2001, p. 29). Por isso, a luta se dará em torno do reconhecimento daquele que pode, com autoridade, falar em nome da sustentabilidade. A noção de sustentabilidade, estará submetida, então, a disputa

¹³¹ A origem do termo *empreendedorismo* remete a Joseph Schumpeter. Este economista afirmava, em 1949, que o *empreendedor* é aquele que destrói a ordem econômica já existente, através da introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais. Segundo Schumpeter, a inovação trazida pelo *empreendedorismo* permitiria ao sistema econômico, renovar-se e progredir constantemente, gerando novos desequilíbrios, num processo contínuo de *destruição criadora*.

“pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial” (BOURDIEU, 2004, p. 146)¹³².

Mais uma vez, podemos verificar a proximidade entre o Plano Estratégico de Búzios e o Plano Diretor através da adoção, por ambos, do discurso da sustentabilidade. O Plano Estratégico buscaria “um modelo de desenvolvimento sustentável, humano e racional que privilegie a qualidade de vida de nosso meio-ambiente” (O grifo é nosso - PEB, 1996, p. 5), enquanto “a questão central do Plano Diretor é o futuro, em como garantir a existência de uma cidade sustentável” (O grifo é nosso - JORNAL BÚZIOS: PLANO DIRETOR EXTRA, 2004, p. 2).

Visando a reflexão desta ênfase, procuramos relacionar as matrizes discursivas identificadas por Acselrad (2001, p. 27) com os discursos que acompanharam a elaboração do Plano Diretor:

- **“Da eficiência** - tem a pretensão do combate ao desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade ao espaço não-mercantil planetário;
- **Da escala** - propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os “recursos ambientais”;
- **Da equidade** - articula analiticamente princípios de justiça e ecologia;
- **Da auto-suficiência** - prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como estratégia apropriada para assegurar a capacidade de auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento;
- **Da ética** - inscreve a apropriação social do mundo material em um debate sobre os valores de bem e de mal, evidenciando as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida no planeta”.

¹³² Assim, segundo Bourdieu, “de um lado está o universo das perspectivas particulares, dos agentes singulares que, a partir do seu ponto de vista particular, da sua posição particular, produzem nomeações. [...] De outro lado, está o ponto de vista autorizado de um agente autorizado, a título pessoal, como certo grande crítico, certo prefaciador ou certo autor consagrado (J'accuse) e, sobretudo, o ponto de vista legítimo do porta-voz autorizado, do mandatário do Estado” [...] (2004, p. 146-7).

No contexto da "venda" das cidades, com o objetivo de atração de investimentos, e diante da gama de imagens-sintéticas antes apresentadas, faltava a Búzios elementos que comprovassem as suas pretendidas *qualidade, eficiência e auto-suficiência*. A tecnocracia, ou agora, a ecocracia¹³³ local tratou de implantar o Plano Diretor da cidade evocando os pressupostos da sustentabilidade, denominando-o *Plano de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios*.

Já VILLAÇA (1999) demonstrou que mudanças na nomenclatura da planificação - na década de 30 e 40, o urbanismo e, atualmente planejamento urbano - tiveram por objetivo legitimar documentos de planejamento e garantir a sua reprodução. É seguindo esta linha de pensamento, que podemos entender o apelo à inclusão da sustentabilidade no título do Plano Diretor de Búzios.

[...] somente entendida enquanto ideologia, é possível compreender a produção e principalmente a reprodução no Brasil, [...], do planejamento urbano, cristalizado na figura do Plano Diretor. Sustenta-se também que as constantes mudanças de nome, de metodologia de elaboração e de conteúdo dos planos ao longo de sua história, foram estratégias dos quais as classes dominantes lançaram mão para renovar a ideologia dominante e com isso contrabalancear a tendência de enfraquecimento de sua hegemonia, contribuindo, assim para sua manutenção no poder e para o exercício de dominação (VILLAÇA, 1999, p. 182).

Essas são questões relevantes para a compreensão dos aspectos sociais que condicionaram a elaboração da política urbana. É necessário compreender a natureza do discurso político e seus vínculos com intenções e interesses reais. Além disso, é necessário identificar os atores envolvidos na disputa pelo poder - os dominantes e os que se ressentem face à expansão da lógica do capitalismo na definição do futuro dos lugares.

¹³³ Pela incorporação do discurso do meio ambiente às políticas urbanas.

Em meio às matrizes discursivas apresentadas, resta identificarmos as falas / discursos difundidos em Armação dos Búzios, principalmente no que diz respeito à projeção da cidade-sustentável, em seus supostos atributos para a atração de investimentos no contexto da competição global. Conforme Acselrad,

A noção de “cidade sustentável” instaura uma nova cena de enunciação, onde uma trama de múltiplos personagens e falas entrecruzadas reelabora as representações da cidade. Desencadeia-se um jogo lendário de singularização das cidades, de ligação entre seu passado, presente e futuro através de uma ordem linear, de sua transformação em quase-personagem dotado de um corpo / território e uma alma / cultura cidadina (1999, p. 49).

Em Búzios, o discurso de sustentabilidade adere a diversos sentidos, como podemos identificar em diferentes passagens dos documentos técnicos contemplados. A noção de sustentabilidade apresenta-se, então, como propícia à defesa de interesses em busca de afirmação.

a. A causalidade teleológica: “Cenários de Desenvolvimento”

A metodologia adotada para a elaboração do Plano Diretor de Búzios foi a

[...] construção de Cenários de Desenvolvimento, ou seja, visões prospectivas de como o Município pode se desenvolver, para definir, a partir da situação atual objetivamente identificada, o futuro a ser atingido por meio de estratégias e ações claramente definidas (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b, p. 11).

Assim, em conformidade com o afirmado por Acselrad, o presente e o futuro adquirem atributos que permitem a comparação entre objetos e práticas, o que diria do seu caráter sustentável ou não.¹³⁴ Essa concepção do presente-futuro é denominada por alguns autores, criticamente, de **causalidade teleológica**, ou seja,

¹³⁴ A comparação entre passado e presente, no atual modelo de desenvolvimento, expressa o que se pretende ser insustentável.

“a causa é definida pelo fim [...] É sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras de sustentabilidade no futuro” (ACSELRAD, 2001, p. 30).

O futuro incerto corresponde, dessa forma, em um meio de orientar as ações do presente, que devem ser consideradas sustentáveis para serem aceitas consensualmente. Uma visão crítica deve ressaltar que esse suposto futuro é produto da representação e idéias que os agentes sociais que ocupam posições dominantes e, por assim dizer, detêm o poder da construção de conceber e escolher o cenário futuro ao qual as forças da cidade devem objetivar. É possível, então, formatar representações sugerindo idéias em conexão ao termo sustentabilidade por este indicar uma noção ainda imprecisa pela ausência de um discurso hegemônico (ACSELRAD, 2001). Assim, em proximidade com Bourdieu,

[...] àqueles que vissem neste projecto de tomar para objecto os instrumentos de construção do objecto, de fazer a história social das categorias de pensamento do mundo social, uma espécie de desvio perverso da intenção científica, poder-se-ia objectar que a certeza em nome da qual eles privilegiam o conhecimento da <realidade> em relação ao conhecimento dos instrumentos de conhecimento nunca é, indubitavelmente, tão pouco fundamentada como no caso de uma <realidade> que, sendo em primeiro lugar, representação, depende tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento (BOURDIEU, 1989, p.107-108).

Assim, no processo de participação popular¹³⁵, o poder detido por determinados grupos provavelmente define as representações do “futuro desejável”, pretensamente consensuais.

¹³⁵ Não pretendemos discorrer aqui sobre a participação popular, o que implicaria em um novo estudo. Contudo, reconhecemos que os eventos abertos à participação popular se configuraram em arenas de disputa das ações e diretrizes a serem inscritas na Lei do Plano Diretor. A disputa por enunciar desejos e diretrizes, pelos minutos de atenção levaram a situações que mereceriam um estudo como forma de identificar as forças sociais envolvidas em conflitos específicos. É óbvio também que a tecnocracia detém o poder da escrita, sistematização e seleção das contribuições dos grupos em disputa. A *participação* não necessariamente significa a existência de consenso

O recurso utilizado para a elaboração do Plano Diretor de Búzios (2004), conforme referência anterior, fundamentou-se na construção de quatro cenários, dos quais um foi apontado como o *cenário desejado* ou *cenário de referência* para o município¹³⁶:

Cenário Tendencial, denominado de Cenário de Estagnação, parte do pressuposto de que as tendências atualmente existentes continuarão, sem correções efetivas quanto aos rumos do desenvolvimento municipal. A persistir o atual modelo de “desenvolvimento”, os problemas municipais tenderão a se agravar, não obstante as melhorias constatadas no período de 1991 a 2000;

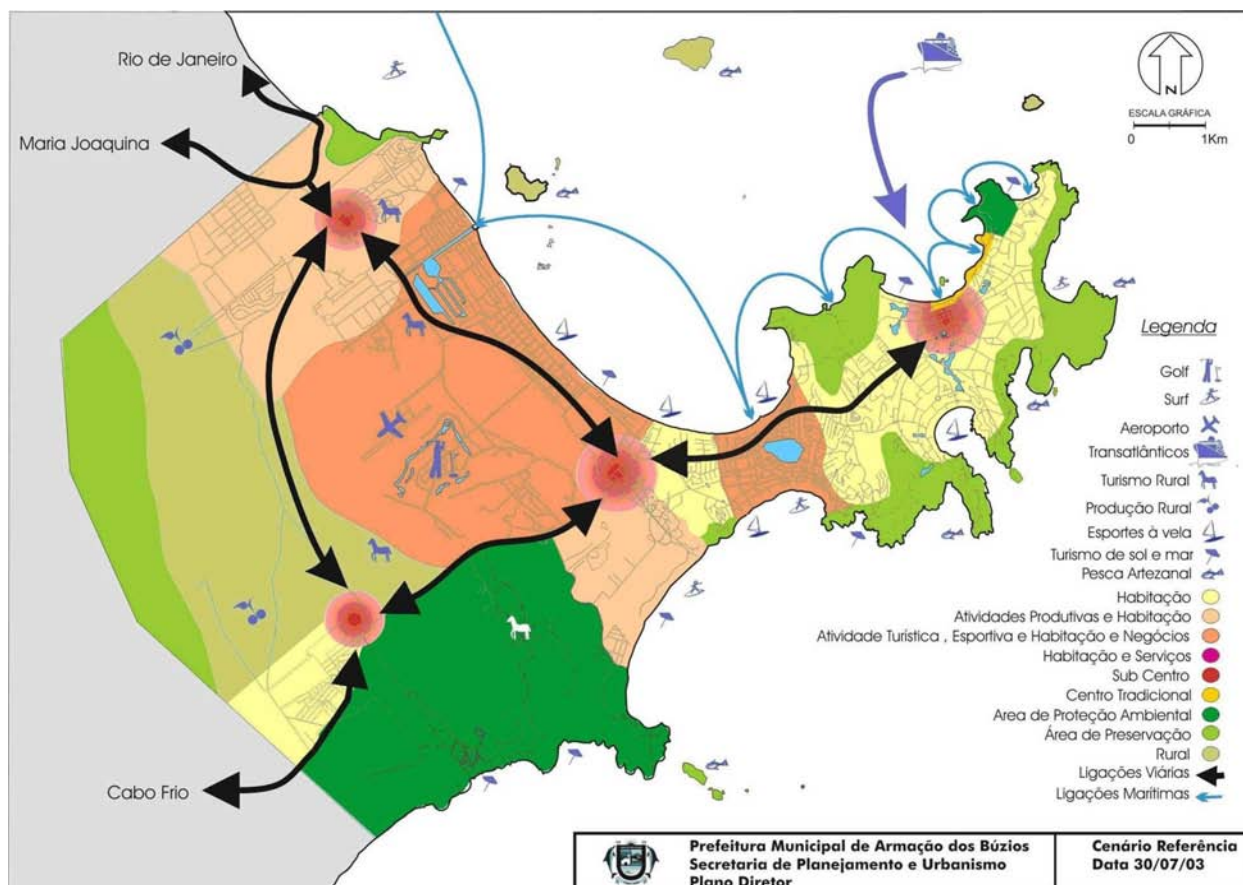
Dois Cenários Contrastados, o de Requalificação Turística e Proteção Ambiental e o de Recrudescimento Turístico e Ambiental, partem do pressuposto de que haverá mudanças na evolução das tendências atuais e representam futuros plausíveis ou prováveis, qualitativamente distintos, com maior ou menor grau de probabilidade de ocorrência. Representam situações nas quais fica patente que a falta de planejamento e de visão de longo prazo poderá agravar, em muito, as tendências já identificadas no Cenário Tendencial e nas análises elaboradas no período anterior à emancipação do Município, quando da formulação do Plano Estratégico de Búzios. Os problemas existentes apenas serão minorados, sem que sejam resolvidas as questões de fundo, impedindo que se redirecione o Município para um desenvolvimento sustentável.

Cenário de Referência, o de Diversificação Econômica e Valorização Ambiental, resultado da análise dos Cenários mencionados e da discussão com os atores locais, é considerado como o Cenário desejável e plausível. [...], foi definido como o CENÁRIO FUTURO DESEJADO para Armação dos Búzios. (O grifo é nosso - ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b, p. 59) - Ver *Mapa 06*, que representa esse cenário.

(sobretudo porque este é construído socialmente) e a consideração de interesses diversos. Ver, no anexo 01, as 65 associações e agremiações participantes dos encontros para a elaboração desse plano.

¹³⁶ Segundo a *Proposta de Desenvolvimento - Documento Técnico*, parte 2, 2004b, a construção desses cenários foi desenvolvida por ocasião das consultas populares.

Mapa 06: Cenário de referência: Diversificação econômica e valorização ambiental



Fonte: ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b.

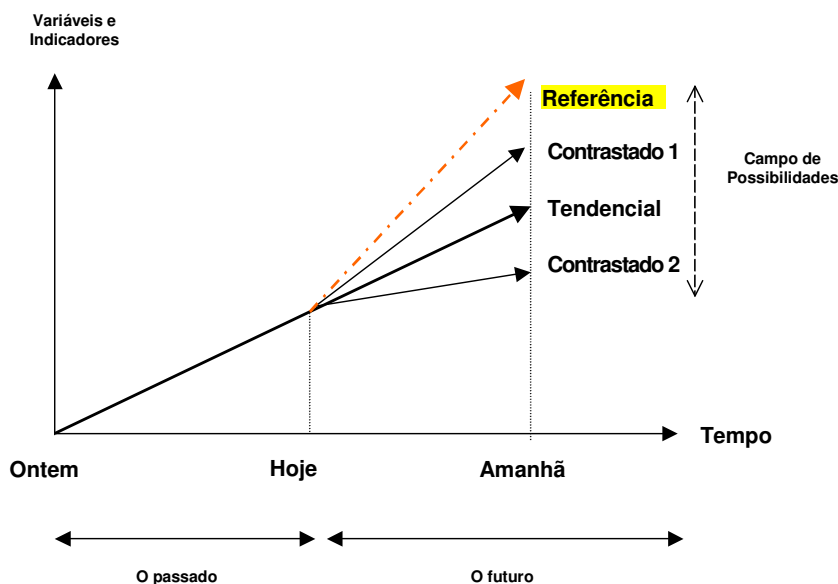
A utilização da comparação na concepção da relação presente - futuro, foi nitidamente incluída na metodologia usada para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios. A passagem a seguir, constante do Documento Técnico, parte 2, ressalta, a referência ao futuro na elaboração do documento final do Plano Diretor de Búzios.

Com base na seleção do Cenário de Diversificação Econômica e Valorização Ambiental é que foram estabelecidas as linhas estratégicas e os programas estratégicos de ações, assim como as demais medidas contidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b, p. 13-14).

Segundo esta afirmação, a elaboração de todas as diretrizes, programas, linhas estratégicas para o município baseia-se e é norteadada pelo cenário selecionado: a sustentabilidade que o município deverá apresentar no futuro. O que precisa ser questionado é exatamente o processo de construção deste cenário e a sua seleção. Ou, quais foram os atores favorecidos e os que perderam com esse cenário / projeto? E mais, qual é a garantia de que as ações e diretrizes legitimadas pela adesão ao cenário permitirão o alcance do futuro escolhido?

A relação estabelecida durante a elaboração do Plano, entre os cenários, aparece de forma esquemática na *Figura 08*, que consta do documento explicativo da metodologia aplicada.

Figura 08 - Esquema da metodologia de construção de cenários utilizada para o Plano Diretor de Armação dos Búzios



Fonte: ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b, p. 14.

É necessário ressaltar outro fator importante para a análise da metodologia de definição do cenário futuro desejável¹³⁷: a utilização de indicadores e variáveis (coordenada vertical) para a obtenção dos melhores parâmetros e, conseqüentemente, para a *previsão do futuro* em cada cenário.

Uma visão mais crítica diante desses indicadores¹³⁸ precisaria questionar as variáveis finais obtidas nesses estudos porque, dependendo das categorias em questão, pode-se chegar a diferentes resultados e, assim, a diversas avaliações. Caberia ressaltar, então, a importância do papel político exercido por essas pesquisas e não somente a sua utilidade / praticidade.

b. Objetivo central: município empreendedor

No *Documento Técnico da Proposta de Desenvolvimento* do Plano Diretor, o objetivo central da política municipal de desenvolvimento sustentável é expresso através do desempenho esperado do município na relação local-global. Esta postura surge no seguinte trecho:

Búzios como um Município empreendedor, com crescimento urbano controlado, economia estruturada para a geração de oportunidades de trabalho e negócios e conseqüente distribuição de renda, meio ambiente protegido e valorizado, identidade cultural preservada, oferecendo habitação, equipamentos públicos, circulação e transporte de qualidade, no qual se fortaleçam a solidariedade e a integração entre todos os seus habitantes (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b, p. 9).

¹³⁷ “A construção destes Cenários exigiu estudos relativos às projeções populacionais, ano a ano, para o horizonte temporal de 2010, tomando-se como base os dados censitários do Município, de 2001, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Foram consideradas três hipóteses de crescimento: alta, média e baixa” (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b, p. 14).

¹³⁸ Os indicadores que balizaram a elaboração e a escolha do cenário para o futuro de Búzios foram, segundo o Documento Técnico, parte 2 - Proposta de Desenvolvimento, os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M, correspondentes aos anos de 1991 e 2000.

Assim, como afirma o documento, o município caminharia em direção à “valorização do apelo mercadológico da “marca” Búzios”¹³⁹, cujo objetivo é o fortalecimento da “imagem de qualidade da cidade e do Município, como um lugar onde o desenvolvimento se dá de forma sustentável, com respeito ao cidadão, valorização da identidade cultural e proteção do meio ambiente natural e construído”.

Segundo a ótica da competição global, a re-qualificação ou restauração de unidades vincula-se à recuperação da imagem da cidade. Assim, no contexto neoliberal de valorização do mercado, as ações previstas no Plano Diretor de Búzios buscam “ampliar a atratividade do Município”, “diversificando os produtos turísticos”¹⁴⁰ e atraindo “novos segmentos de mercado que representem demanda turística de qualidade”¹⁴¹. Estes dois programas estratégicos¹⁴² (PEA 2.2 e PEA 2.4) foram delineados de forma a “consolidar a vocação turística do Município”¹⁴³.

Essas diretrizes remetem-nos à lógica do mercado, que “destrói simultaneamente as bases reprodutivas da natureza e dos grupos sociais que dela dependem” (ACSELRAD, 2001, p. 34), impedindo o desenvolvimento autônomo da equidade frente a escala do crescimento econômico desejado.

O modelo imperante de inserção competitiva na economia globalizada não apresenta perspectivas coerentes para os vastos contingentes de excluídos, o

¹³⁹ Programa Estratégico de Ação - (PEA 1.13) (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b).

¹⁴⁰ PEA 2.2 (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b, p. 61/62).

¹⁴¹ PEA 2.4 (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b, p. 62).

¹⁴² Os Programas Estratégicos de Ação (PEA) estão apresentados, na Proposta de Desenvolvimento (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b), como desdobramentos das Linhas Estratégicas. O PEA 1.6 é um dos desmembramentos da Linha Estratégica (LE) 1 - Apoio ao desenvolvimento de uma economia forte, diversificada e sustentável, geradora de oportunidades de trabalho e negócios.

¹⁴³ Linha Estratégica - LE 2.4 (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b, p. 61).

que demonstra a subordinação do local ao global e traduz-se em contínua segregação sócio-espacial. Segundo Acselrad,

em nome de possíveis ganhos futuros por via competição, são justificadas as medidas que concorrem para aumentar a segregação sócio-espacial, a desigualdade ambiental e o enfraquecimento político da população residente nas áreas empobrecidas (ACSELRAD, 2001, p. 24).

c. Estratégia territorial e perspectiva da eficiência

Conforme já exposto, a geografia do município apresenta um território constitutivo por uma porção peninsular e outra porção continental. Uma importante diretriz do *Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios* é a que aparece, na Proposta de Desenvolvimento, como *Programa Estratégico de Ação* (PEA 1.6) – “Estimular a ocupação da porção continental do Município”. Esse programa teria por objetivo:

Promover o desenvolvimento de projetos na porção continental do Município, atendendo, em especial, a construção de moradias para a população de média e baixa renda e a implantação de novos pólos de atividades e de negócios (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b, p. 59).

Esta estratégia exige algumas considerações importantes, já que a representação técnico-material das cidades constitui uma das diversas lógicas posicionadas entre a reprodução das estruturas sociais e sua base especificamente material. O objetivo, apresentado no PEA 1.6 - ação supostamente conectada ao alcance da sustentabilidade do município - remete-nos à **matriz discursiva da escala** - identificada por Acselrad (2001). Segundo a representação hegemônica da territorialidade de Búzios seria necessário estancar a ocupação da porção peninsular

(que corresponde aproximadamente a 18% do território do município), diminuindo a pressão social sobre os recursos naturais.

O argumento utilizado na defesa da ocupação da porção continental do município é o de que todas as pontas da península são passíveis de preservação e constituem patrimônio ambiental, o que obviamente visa a recuperação e a valorização da imagem de paraíso natural de Búzios. Relacionando essa questão à problemática malthusiana¹⁴⁴, recordada por Acselrad, também observamos a sua inscrição no quadro urbano. Trata-se da hipótese do limite da capacidade urbana, que sustentará a defesa de estratégias que visam o redirecionamento e a distribuição de funções do centro para os subcentros da cidade, e, no caso de Búzios, da península para o continente.

Segundo a **perspectiva da eficiência especificamente material**, a insustentabilidade traduz-se na incoerência criada pela pressão excessiva sobre o meio físico, em decorrência da, assim considerada, imprópria distribuição espacial da população. Visa-se, então, em correspondência direta com a estratégia apontada pelo Plano Diretor de Búzios, ao estancamento do crescimento urbano na península.

Tanto esta diretriz quanto a mencionada unidade de planejamento de microbacia hidrográfica sugerem o recurso à *metáfora biológica da resiliência*, que procura descrever a capacidade adaptativa dos ecossistemas urbanos, tendo em

¹⁴⁴ A problemática malthusiana diz respeito ao equilíbrio entre o número de seres humanos e os recursos disponíveis na natureza. A publicação de *Essay on the principle of population as it affects the future improvement of society* de Robert Malthus, em 1798, marca o início formal de uma discussão, simplesmente quantitativa, entre a utilização dos recursos naturais (que crescia em progressão aritmética na razão um) e o aumento da população (crescendo em progressão geométrica na razão dois).

vista a superação da sua condição de vulnerabilidade frente a choques externos (GODARD, apud ACSELRAD, 1999, p. 41), conforme a citação abaixo:

Um dos maiores desafios para o desenvolvimento sustentável municipal é conhecer o funcionamento dos ecossistemas e prognosticar os cenários futuros, obedecendo à sua capacidade de suporte. O primeiro passo é a verificação da capacidade de suporte dos seus ecossistemas, o atual nível de impacto, a sua resiliência, considerados a realidade atual e o provável desenvolvimento futuro (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 18).

Neste sentido, foram delimitadas as microbacias hidrográficas com o intuito de se trabalhar com uma unidade territorial que, supostamente, auxiliaria na avaliação da capacidade de suporte sobre o meio físico.

Microbacia hidrográfica é uma área delimitada por divisores de água, onde há um direcionamento e sistematização dos diversos tipos de fluxos hídricos que dependem da natureza do meio físico e das ações que a sociedade exerce sobre eles. É uma unidade de planejamento ambiental, pois agrega elementos técnicos para avaliar a capacidade de suporte sobre o meio físico, incluindo a ação dos diversos segmentos da sociedade (O grifo é nosso - ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 24).

[...] Assim sendo, poder-se-ão construir modelos que retratem o funcionamento dos ecossistemas que alicerçam a base física do desenvolvimento sustentável do Município, definindo sua capacidade de suporte / carga (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 25).

As propostas políticas precisam ter garantidas as suas condições de execução para que a sua legitimidade seja preservada. Assim sendo, a noção de sustentabilidade será acionada como mecanismo que expressa capacidade administrativa na adaptação das intervenções urbanas ao meio físico e sistemas ecológicos. Concordando com Acsehrad,

Sendo a materialidade das cidades politicamente construída, as modalidades de sua reprodução são vistas também como dependentes das condições que legitimam seus pressupostos políticos. A idéia de sustentabilidade é, assim, aplicada às condições de reprodução da legitimidade das políticas urbanas (1999, p. 85).

d. Patrimônio e sustentabilidade

O Plano Diretor relaciona a vocação para o turismo atribuída a Búzios à base patrimonial do município. Evoca esta base como garantia de alcance da sustentabilidade por sua atratividade e beleza cênica.

A matriz econômica do Município baseia-se no turismo que, por sua vez, está diretamente relacionado à sanidade do patrimônio ambiental e à beleza cênica disponível, ou seja, boa parte da economia depende do meio ambiente preservado (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004a, p. 49).

É clara, assim, a evocação de uma noção de sustentabilidade associada à categoria de patrimônio, numa perspectiva que valoriza a continuidade da atividade turística, hoje considerada como base econômica da região. Para tal, o plano prevê uma linha estratégica especial de “proteção e valorização do meio ambiente natural e construído”¹⁴⁵, com os seguintes programas:

PEA 4.1 - Delimitar as Áreas de Preservação Permanente; PEA 4.2 - Criar novas Unidades de Conservação e implantar as existentes; PEA 4.3 - Promover a recuperação de áreas degradadas; PEA 4.4 - Proteger os recursos hídricos, em especial das áreas urbanas; PEA 4.5 - Revitalizar os núcleos originais do Município; PEA 4.6 - Preservar o patrimônio natural, cultural, histórico e arqueológico (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b).

Entretanto, as estratégias não incluem somente o meio físico mas, também “seu caráter e suas identidades, valores e heranças construídos ao longo do tempo” (ACSELRAD, 1999, p. 84-85). E mais,

¹⁴⁵ Linha Estratégica (LE) 4 (ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura, 2004b, p. 67.

A perspectiva de fazer durar a existência simbólica de sítios construídos ou sítios naturais “significados”, eventualmente “naturalizados”, pode inscrever-se tanto em estratégias de fortalecimento do sentimento de pertencimento dos habitantes a suas cidades, como de promoção de uma imagem que marque a cidade por seu patrimônio biofísico, estético ou cultural, em sentido amplo de modo a atrair capitais na competição global, realizando aquilo que alguns descrevem como um processo de promoção da “economia da beleza em nome da beleza da economia” (EMELIONOFF, 1995; COSTA, 1997 apud ACSELRAD, 1999, p. 85).

CONCLUSÕES

Faz-se necessário, agora, recuperar o percurso empírico-analítico deste estudo dedicado à produção social da imagem de Búzios. A trajetória seguida, podemos dizer, resultou do tratamento de algumas hipóteses e questões latentes originadas de nosso conhecimento anterior do lugar, apresentadas no final do capítulo 1.

Nesta direção, é necessário lembrar a ambigüidade vivenciada ao longo desse percurso, relacionada à observação de alguns valores que compartilhávamos durante o período de prática profissional na cidade e, também, alguns questionamentos que já fazíamos na época. Mediante a adoção de uma perspectiva crítica, contestamos, simultaneamente, as possibilidades anunciadas no projeto de cidade e o nosso próprio desempenho profissional, o que, acreditamos, contribuiu para o aprimoramento de nossa formação.

Relutamos, por vezes, em refutar algumas premissas que orientavam o projeto de cidade, provavelmente em decorrência do próprio poder de sedução das idéias hegemônicas (ditas democráticas) e, em parte, da força adquirida pelo processo de legitimação dos rumos tomados pela modernização do lugar.

Consideramos que foi de fundamental importância, para os resultados obtidos, a apreensão do conceito de imagem proposto por RIBEIRO (1988), especificamente dedicado à reflexão de processos excludentes, de omissão, inserção e seleção de espaços, coerentes com nossas hipóteses e, conforme demonstrado, com processos em curso no local. Reconhecemos, ainda, que foi de

fundamental importância a opção metodológica por uma abordagem crítica, e conduzida por um ponto de vista plural e interdisciplinar, para o desvendamento de nosso objeto de estudo. Esta abordagem permitiu interrelacionar as diversas dimensões, da vida do lugar, que, efetivamente, constroem-se mutuamente num permanente movimento dialético.

Entendemos que esta reflexão é apenas uma primeira aproximação às relações entre estética, imagem e poder. Durante a elaboração deste estudo, percebemos, diante do potencial sugerido pelos termos da sua proposta analítica, que nossa reflexão pode ser ainda muito aprimorada e desenvolvida, em suas várias vertentes. Contudo, podemos dizer que o processo de reflexão de fato realizado permitiu-nos reconhecer a existência de orientações paradigmáticas alternativas, frente aos discursos dominantes e a amplas tendências mundiais, sobretudo no que concerne à trajetória das decisões administrativas e econômicas e suas conseqüências locais.

Uma releitura do processo de modernização da cidade

Em nossa trajetória de conhecimento, tivemos, na primeira parte deste estudo, o propósito de retomar o contexto da produção social da imagem dominante de Búzios. Pretendíamos recuperar, ao nível local, os elos políticos, econômicos e culturais que deram sustentação ao projeto de modernização da cidade.

Iniciamos o primeiro capítulo com a reflexão sobre a problemática da identidade e a sua emergência no mundo moderno, assim como sobre a apropriação do processo de construção de identidades (identificações) como recurso estratégico envolvido na disputa pela criação da 'realidade social'.

Compreendemos, assim, que a produção da imagem / identidade de Búzios deu-se mediante lutas pela conquista da hegemonia política e econômica através de representações sociais, onde os símbolos e signos teriam o poder de enunciar os sentidos do lugar. Por sua vez, estes sentidos, tornados dominantes, constituiriam, juntamente com a seleção de algumas narrativas históricas, parte do arcabouço, formado por discursos e práticas, que denominamos de *mito Búzios*.

Ao retomarmos o processo de modernização do lugar e a substituição da aldeia de pescadores pelo balneário sofisticado, observamos a secundarização dos primeiros habitantes do lugar. Assim, durante a mudança estrutural que Búzios atravessou, os grandes investimentos, realizados na década de 80, romperam as condições pretéritas de vida, inaugurando uma nova forma-conteúdo fragmentadora, pontual e corporativa.

Verificamos, ainda, em consonância com o capítulo 3, que os grandes investimentos implantados no espaço buziano no início da década de 80 consolidaram fluxos exclusivos e excludentes e inauguraram uma nova ordem espacial, que se tornou dominante nas décadas posteriores. Deste modo, reconhecemos, também, que estas formas, voltadas para o turismo, buscaram promover e garantir uma certa homogeneização social, favorável aos negócios e coerente com o *habitus* das classes dominantes, evitando o encontro interclassista.

Constatamos, assim, que a construção físico-simbólica da identidade do lugar constituiu o fundamento legitimador da reinvenção da cidade, tornada "sofisticada, porém simples", famosa, "bela" e, sobretudo, *turistificável*. Encontramos, nesta fase da reflexão, interesses compartilhados entre agentes econômicos

vinculados a diferentes faces do turismo, que construíram e difundiram as imagens dominantes de Búzios, com o apoio em diversos relatos transformados em mitos.

Hoje, Búzios tornou-se um lugar sobre o qual é quase obrigatório ter algum conhecimento, antes mesmo de lá ter estado. Em razão deste amplo e eficiente processo de construção-difusão da imagem de Búzios, o lugar tornou-se a expressão privilegiada de um novo tipo de centralidade, apoiada por interesses corporativos e fluxos internacionais. Assim sendo, a mudança ocorrida na leitura do lugar, a partir de meados da década de 60, encontra-se fortemente relacionada, no nosso modo de ver, aos processos de elitização e à hierarquização do espaço buziano.

Nas últimas décadas, foi construída, também, a dependência econômica do turismo, cuja legitimação apoiou-se no discurso da dinamização da economia local, aliado à construção do consenso em torno da 'vocação de Búzios'. Este discurso estabeleceu o conjunto de mecanismos legitimadores do projeto de cidade que foi responsável pela seletividade social observada no lugar.

Finalizamos esta fração da Dissertação com as resistências originadas nas práticas populares de apropriação do território, ritmadas de modo a contrariar o projeto dominante e os interesses hegemônicos que buscam controlar o lugar. Pudemos então apreender outros olhares e encontrar, por este caminho, os sentidos contraditórios e a complexidade da cidade.

A reinvenção de Búzios: processos excludentes e seleção de espaços

No capítulo 2, discorreremos sobre os instrumentos acionados para o reforço e para a renovação da imagem dominante da localidade. De acordo com o

demonstrado, o processo de reinvenção da cidade implicou no rearranjo estratégico da identidade e da história do lugar, através da reiteração e reificação de fatos retomados como memória coletiva.

Verificamos que a produção de imagens-síntese vinculadas a Búzios baseou-se em valores / fatos de cada período histórico, mas persiste a tendência à sua veiculação através de uma espécie de “inchaço” de sentidos associados ao lugar. Reconhecemos, com o congelamento de valores / fatos do passado, a apropriação de recursos territorializados do presente e a projeção, dos princípios que conduzem esta apropriação, no futuro, num enlace atemporal da identidade com a preservação da história “desejada”.

Diante de um conjunto inflado de sentidos, reconhecemos a tendência à proliferação vertiginosa de signos vinculados à cidade de Búzios, impulsionada pelo discurso da vocação turística como inerente ao lugar. Assim, confirmamos a hipótese de que as imagens dominantes de Búzios foram prioritariamente construídas para o olhar externo, visando a atração de novos fluxos de pessoas e investimentos.

Em continuidade ao processo de seleção estratégica de elementos da história do lugar, identificamos correspondentes físicos das imagens-síntese. Reconhecemos que as estátuas temáticas e o “Estilo Búzios” apresentam-se como verossímeis, já que são experimentados antes mesmo de qualquer vivência no lugar. Trata-se da existência de pré-representações trabalhadas como simulacros da imagem projetada de Búzios. Observamos, assim, a dupla recorrência (material e imaterial) de elementos do mito Búzios, através do mútuo reforço entre as

dimensões simbólica e espacial em direção à cristalização da imagem dominante do lugar. Deste modo, ao naturalizar a economia dos sentidos urbanos, as *imagens-espacos-síntese* extinguem a complexidade dos fatos, conferem simplicidade às intervenções urbanas, reduzem os variados ângulos da vida urbana a uma versão domesticada do olhar. As sínteses da vida social são chamadas a participar do processo de alienação, que favorece o controle e a dominação do espaço buziano.

Vimos que os relatos tornam-se mitos quando submetem-se à escolha de fragmentos históricos (simbólicos – materiais), acionados em repetições sistemáticas do “mesmo”. O mito, então, pode continuar sendo um relato verbal estimulado pela classe dominante, ou pode materializar-se no espaço urbano, em sustento do relato. A materialização destes relatos tornados míticos estabelece a tradução estética do mito, trazendo o mundo material para a esfera semiótica, organizadora e produtora de sentidos colados a formas.

A especificidade da ornamentação do espaço buziano pelas estátuas, por placas indicativas e pelo próprio “*Estilo Búzios*” (analisado no capítulo 3), pareceu-nos a criação de um sentido estético de referência que orienta e limita a leitura do lugar. Essas intervenções no plano físico e seus desmembramentos simbólicos, ao nosso modo de ver, constituíram-se em expressões da ideologia local, tornando-se fatos essencialmente político-culturais e econômicos.

Com a reflexão dessas práticas, apreendemos a **violência simbólica** que acompanha a história recente de Búzios, já que a leitura, tornada consensual, do lugar ignora representações à margem do pensamento hegemônico, reduzindo a complexidade da experiência urbana. Os agentes produtores da imagem dominante,

detentores do poder de enunciar os sentidos do lugar, impulsionaram a adesão social ao projeto de cidade ao facilitarem a apreensão de sentidos do espaço, utilizando-se de signos e economizando a linguagem verbal. Esta veiculação de sentidos associados à cidade, em nossa perspectiva, dependeu do acionamento de mecanismos de poder articulados à comunicação moderna e à base técnico-científica.

Por último, refletimos sobre instrumentos como a fotografia e as representações iconográficas que incidem sobre os mesmos processos de captura e seleção do olhar em direção ao poder de convencimento das imagens dominantes de Búzios. Ao procedermos a esta análise, identificamos uma estética do poder, transformando em símbolos determinadas paisagens e registrando o encontro de turistas com elementos reificados do lugar. Por fim, identificamos a porção peninsular do município como o território que incorpora os valores veiculados como positivos. Assim sendo, esta é a porção do território buziano apresentada em roteiros que buscam a coerência com os valores propagados pela publicidade que orienta o consumo desejado, através de estilos de vida e da estética buziana.

Materializações verossímeis: a imagem dominante da cidade

No capítulo 3, tínhamos como tarefa a leitura da face físico-morfológica do território de Búzios e seus vínculos com a dinâmica das esferas cultural e comunicacional. Para tal, fundamentamo-nos na perspectiva de que o plano material assume função semiológica essencial na constituição da imagem considerada positiva de cidade.

Por outro lado, ao investigarmos a origem do “*Estilo Búzios*”, identificamos, como fato fundamental, a sua inspiração na arquitetura vernacular, aquela dos primeiros pescadores. Este padrão estético-arquitetônico transformou-se em artefato ao sistematizar traços culturais, valorizando significantes que sustentam a identidade social imposta como *marca* da cidade. A racionalidade técnica, sustentada pela arquitetura e associada à lei, pareceu-nos responsável pela legitimação deste modelo auto intitulado ‘peculiar’ do lugar, que define a ordem formal da cidade ou como a cidade deve ser reconhecida.

Articulando os elos desta reflexão, entendemos que a naturalização do “*Estilo Búzios*” corresponde a um mecanismo de afirmação de uma tipologia, que tornou-se uma espécie de arquitetura cultural, orientada a reafirmar a imagem-síntese de *aldeia dos pescadores*, de ‘aspecto rústico, porém sofisticado’. Neste processo, a cultura é incorporada na fabricação de mercadorias, sendo substituída pela fabricação da tradição. Dá-se, assim, mais uma seleção de fragmentos da história do lugar, mediante a fabricação de uma tradição estética-visual. Esta tradição é mais um produto turístico, incorporado no rol das imagens construídas da cidade.

Discutimos, também, a ampliação dos significados articulados ao conceito-produto “*Estilo Búzios*”. Tal ampliação decorreu da grande adesão e do reconhecimento social alcançados por este conceito-produto. Assim, a leitura morfológica do território de Búzios revelou-nos vínculos importantes entre a apropriação dos recursos, as relações de poder (dominação e subordinação) e a maneira como o espaço foi sendo (re) construído.

Nesta (re) construção, reconhecemos, primeiramente, duas facetas. Por um lado, a forma geográfica exerceu (e exerce) forte atração de fluxos internacionais e, por outro, facilitou a formação e a preservação de modos significativos de apropriação dos recursos, sobretudo no que concerne à produção e à reprodução das diferenças sociais.

Ao refletirmos sobre as transformações ocorridas em Búzios, reconhecemos processos internos e, principalmente, transescalares que atingiram (e ainda atingem) o espaço. Nesta direção, observamos que a escolha da atividade turística como epicentro da economia local, aliada aos impulsos transescalares, foram responsáveis pela fragmentação social e pela segregação espacial das camadas populares.

Identificamos, como marco físico e simbólico da partição do território, o *Pórtico de Búzios*, que promove o ocultamento e o esquecimento de frações importantes do território buziano, sinalizando e reforçando a segregação sócio-espacial. O *Pórtico* afasta uma (assim considerada) desordem - territorializada na porção continental do território - e legitima um espaço idealizado através da sobre-determinação da ordem na porção peninsular do município.

Quanto aos investimentos que propiciam a eficiência do turismo, identificamos a prioridade de sua alocação espacialmente, de forma concentrada, na porção peninsular do município, o que contribui para agravar a desigualdade sócio-espacial, dificultando o acesso aos serviços urbanos pela população menos abastada. Reconhecemos que as novas formas e funções, definidas e desejadas pelos setores dominantes, direcionam-se a programas de renovação urbana e de

requalificação da imagem orientados à dinamização da economia local. Conforme foi possível demonstrar, as intervenções urbanas selecionam e produzem um conjunto de novos *espaços-síntese*, que são chamados a participar do projeto dominante de cidade.

Reconhecemos, também, outra expressão do urbano, representada pelos condomínios horizontais que, na nossa visão, correspondem à versão residencial dos enclaves fortificados. A produção do espaço por princípios de exclusão (como, exemplificam os condomínios fechados e os muros altos) valoriza o território socialmente homogêneo e estimula a ruptura da co-presença para além dos terrenos particulares. A referência constante e a fabricação do consenso em torno da violência (dita urbana) legitimam a construção de uma estética do medo, onde a elite fecha-se e esconde-se atrás de muros contra trabalhadores precarizados, desempregados, enfim, a considerada “classe perigosa”, que também habita a cidade.

Assim, conforme observamos no final do capítulo 3, a valorização e a extensão da propriedade privada (muitas vezes elitizada) em áreas públicas retém a construção e a experiência do espaço democrático, reforçando os mecanismos de segregação existentes na dinâmica social do lugar.

Racionalidade estratégica e a retórica da sustentabilidade

Com a perspectiva de que o estudo acerca das tomadas de decisão político-administrativa guarda importantes relações com a estética, a organização espacial e as relações de poder, recuperamos, no quarto capítulo, os discursos

proferidos pela administração local e o modelo de gestão adotado pelo município de Armação dos Búzios.

Durante a trajetória deste estudo, foi possível compreender a relação existente entre mudanças constatadas em Búzios e tendências mundiais relacionadas ao empresariamento urbano. Tão logo identificamos a inserção de Búzios na lógica da competitividade interurbana, reconhecemos a continuidade das ações - intervenções orientadas pelo paradigma da cidade - mercadoria. As ações da administração urbana voltam-se, então, para a requalificação da imagem da cidade e a articulação das atividades associadas ao turismo, de modo ampliado e assumidamente empresarial.

Em nossa trajetória de apreensão da racionalidade empresarial instalada no lugar, reconhecemos que, com a crescente dependência do turismo, evidenciam-se as conseqüências sociais da adoção de um modelo de gestão eminentemente empresarial, sobretudo quando esta atividade respalda-se em parâmetros internacionais.

Um outro tema tratado nesta parte da dissertação foi a mobilização em prol da emancipação do município, que usufruiu da aliança dos meios de comunicação como instrumento importante na promoção do consenso e legitimação dos interesses dos grupos políticos locais. Observamos, neste sentido, o registro do posicionamento, através dos veículos de comunicação e informação, de ilustres personalidades em favor da emancipação, fortalecendo a associação do lugar à elite nacional e internacional.

Uma vez instalado o município, registramos o incremento dos recursos orçamentários em decorrência dos *royalties* de petróleo, ampliando o poder econômico e a importância política do lugar. Contudo, como visto no capítulo 3, a alocação dos investimentos priorizou o financiamento da atividade turística e, assim, o território turistificado, localizado, em sua maioria, na porção peninsular do município. Pareceu-nos, então, que a tendência à desigualdade social foi alavancada pelo modelo seguido pelos novos gestores urbanos, fortalecido pela autonomia municipal e a capitalização dos recursos públicos.

Tratamos, igualmente no capítulo 4, o Plano Estratégico de Búzios e a consolidação da emancipação da cidade, considerada como uma condição para a efetivação das proposições do Plano.

Na reflexão do Plano Estratégico de Búzios, reconhecemos uma rede de planos-modelos-de-cidade com inspiração noutras cidades. Assim, o Plano Estratégico de Búzios foi inspirado no Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro e este, por sua vez, produzido com base no Plano Estratégico de Barcelona. Esta observação revela-nos um movimento, sem fim, de captura da questão urbana pelos códigos do pensamento empresarial e por modelos consolidados seguidos pelos administradores municipais.

Vimos que esta tendência à absorção de modelos transborda os limites do Plano Estratégico e domina a nova racionalidade urbana. Deste modo, o Plano Diretor de Búzios obedece à formulação empresarial do planejamento urbano, colocando-se como “base estratégica para a captação de recursos para a cidade”. Além disso, vimos que o Plano Diretor de Búzios foi reconhecido como o documento

‘salvador’ da cidade e, desta maneira, veiculado como contraponto a “discursos negativistas”. A importância adquirida por este documento talvez ajude a explicar a demora sofrida em sua aprovação (até o final deste estudo o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios ainda não fora aprovado), com direito a diversas ‘revisões’ e consultas, dentre outros procedimentos e ações.

Frente à emergência, antes identificada, de novas imagens a serem vinculadas ao lugar, faltaria, ainda, a comprovação, no Plano Diretor, da tão em voga qualidade, eficiência e auto-suficiência. É neste contexto que surge a utilização de determinadas matrizes discursivas em nome da sustentabilidade, cujo conteúdo prático ainda encontra-se em disputa. Desta maneira, reconhecemos que tanto o *Plano Estratégico de Búzios* como o *Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios* seguem diretrizes similares, envoltas num discurso, ainda em aberto, orientado pela noção-ideário da sustentabilidade.

Consideramos, então, que, através do recurso a esta noção, propícia à defesa de interesses em busca de afirmação, a metodologia do Plano Diretor vai de encontro à *causalidade teleológica*, criticamente atribuída àquelas práticas que se dizem portadoras de sustentabilidade no futuro.

Neste momento, observamos o enlace das temporalidades passado - presente - futuro. De acordo com o capítulo 2, verificamos o resgate (e seleção) de fatos do passado como matéria-prima para a construção de imagens-síntese no presente (assim como sua continuidade - *ad continuum* - no futuro). No capítulo 4, reconhecemos o futuro incerto de ações que se desdobram no presente, e que devem ser consideradas sustentáveis para serem aceitas. Deste modo, nossa

trajetória de conhecimento possibilita reconhecer uma espécie de atemporalidade na construção do lugar, onde as fronteiras do tempo perdem-se quando emerge a necessidade de manutenção continuada do apelo mercadológico da '*marca Búzios*'.

Discorreremos também, nesta parte de nosso estudo, sobre as matrizes discursivas identificadas com as linhas e programas estratégicos de ação. Reconhecemos, ao empreender esta tarefa, a *matriz discursiva da escala* diante da proposta de controle do território, através da qual é estimulada a ocupação da porção continental do município como estratégia de redução da pressão social sobre os recursos estrategicamente concentrados na península.

Observamos a utilização de um outro uso da noção de sustentabilidade, *associado à categoria patrimônio*, considerado um sustento e uma garantia da atratividade do lugar. Trata-se da preservação de sua beleza cênica, através da perspectiva que valoriza a continuidade da atividade turística como fundamento da dinâmica econômica do lugar.

Julgamos, ao reavaliar o percurso deste estudo, que o poder inscrito no território de Búzios captura elementos-chave da história do lugar, escolhe a atividade econômica a ser desenvolvida, constrói simulacros materiais para reforço de sentidos valorados positivamente, amplia a presentificação (extinguindo a percepção do tempo: passado - presente - futuro), desenvolve e reconstrói centralidades urbanas que traduzem em orgulho coletivo, absorvendo, com grande rapidez, discursos emergentes na agenda mundial da competitividade entre cidades.

Cabe finalmente expor a nossa expectativa de que seja possível fazer de Búzios um lugar realmente democrático, mediante a adoção de novos ângulos na

leitura do lugar. No momento que o pensamento único parece se constituir numa tendência imperativa para o futuro das cidades, o pensamento crítico precisa aceitar a tarefa de contribuir para um outro entendimento da dinâmica sócio-espacial e para a afirmação de racionalidades alternativas, solidárias e justas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, n 1, p. 79 –90, Maio 1999.

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade humana. In: _____.(Org). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro. DP&A, 2001. p. 27-55.

_____. Sustentabilidade e território nas ciências sociais.. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife. **Anais...** Recife: UFPE/MDU, 1997. p.1909 – 1934.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 192 p. (Coleção Zero à Esquerda).

ARAÚJO, F; NADER, G; OLIVEIRA, D. Modernidade e pós-modernidade: questões sobre identidades culturais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. Anais...RJ: UFRJ/IPPUR, 2001.v. 3.

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ). Prefeitura. “A magia de Búzios”, Armação dos Búzios, [2003?a]. 1 DVD.

_____. “Búzios Mais”, Armação dos Búzios, [2003?b]. 1 DVD.

_____. Diagnóstico Ambiental do Município, versão preliminar. Rio de Janeiro: IBAM, 1999.

_____. Documento Técnico, parte 1 - Perfil do Município. Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios. Relatório Técnico, 104p. 2004a.

_____. Documento Técnico, parte 2 - Propostas de Desenvolvimento Sustentável. Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios. Relatório Técnico, 104p. 2004b.

_____. Minuta de Projeto de Lei, s/nº: “Dispõe sobre o Licenciamento e Fiscalização de obras e atividades correlatas, e dá outras providências”, 2005 – (minuta ainda sem aprovação).

_____. Projeto de Lei Complementar. Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios. Relatório Técnico, 104p. 2004c.

_____. Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Secretaria de Planejamento Urbano e Regional (SECPUR). Regulamento do concurso “a cidade que queremos”, 2002.

_____. “Todos por Búzios”, Armação dos Búzios, [2003?c]. 1 DVD.

ASCHER, F. Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades floresce. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, Ano 8, n. 1, p. 83-96, abr. 1994.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE BÚZIOS, ASSOCIAÇÃO DE HOTÉIS DE BÚZIOS; ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS; ARQUITETOS E CONSTRUTORES DE BÚZIOS. Plano Estratégico de Armação dos Búzios. Armação dos Búzios, 1996.

BARBOSA, B. M. O despertar do turismo: um olhar crítico sobre os não-lugares. São Paulo: Aleph, 2001.

BARBOSA, K. C. Turismo em Armação dos Búzios (RJ, Brasil): percepções locais sobre os problemas da cidade e diretrizes prioritárias de apoio à gestão ambiental. 2003. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Centro de Estudos Gerais, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2003.

BARTHES, R. Mitologias. Tradução Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 5. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLIGER, F; DESCHAMPS, M. Projeção da População de Armação de Búzios (2001-2010). 2003.

BORJA, J.; CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n 45, p. 152-166, jul. 1996.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 322p.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. E ed. Campinas, SP: Papius, 2004.

CABO FRIO (RJ). Prefeitura. Código de Obras, Lei de Zoneamento, Lei de Parcelamentos e Leis Complementares, 1979.

CALDEIRA, T. Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2000.

CARLOS, A; YÁGIZI, E.; CRUZ, R. Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

CARNEIRO, L. Búzios, turismo e meio ambiente: um estudo sobre os efeitos ambientais do turismo no Município de Armação dos Búzios. 1997. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

COMPANS, Rose. Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: UNESP, 2005.

CUNHA, M. Búzios: armação histórica. [s.l.], 1997. Mimeografado.

CUNHA, M; CHAVES, C. P. Armação dos Búzios. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2002a.

_____. Aspectos Históricos de Armação dos Búzios. Contribuição enviada para o Documento Perfil do Município. Armação dos Búzios: Prefeitura Municipal, 2002b.

DAVIDOVICH, F. Comentando o crescimento populacional do Estado do Rio de Janeiro. OBSERVATÓRIO DE METRÓPOLES. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/observatorio>>.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238 p.

DUARTE, R. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais, Barcelona, v.IX, n. 194 (44), ago. 2005.

FUNDAÇÃO CIDE - Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Caderno Dados de Referência, Rio de Janeiro, 2005.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE. Perfil Ambiental do Município de Cabo Frio. Rio de Janeiro, 1988, 51 p.

GOULART, R. Processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, num. 194 (44)*. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44.htm>>.

GUIA QUATRO RODAS PRAIAS. São Paulo: Editora Abril, abr. 2001.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n 24, p.68-75, 1996.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 13 ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In Espaço & Debates, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.

JACQUES, P. B. Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JORNAL BÚZIOS: PLANO DIRETOR EXTRA. Armação dos Búzios, 2004.

JORNAL "O PERÚ MOLHADO". Edições de 21 de maio de 2004; 17 de setembro de 2004; 16 a 30 de setembro de 1995; 25 de novembro de 2005; 16 de dezembro de 2005 e 11 de março de 2006.

JUSTUS, D. A cidade natural: imagens e representações de Armação dos Búzios. 1996. 167f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

LARTIGUE, Marcelo. Búzios: Praia de Babel. Búzios: Galápagos, 1994.

LEFÈBVRE, Henry. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MASCARENHAS, G. Cenários contemporâneos da urbanização turística. Rio de Janeiro, dezembro de 2004 (Caderno Virtual de Turismo, n. 14).

MARTINHO, A; LARTIGUE, M. Búzios. Rio de Janeiro: Europa, 1980?.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia Alemã (Feuerbach). 4. ed.. São Paulo: Hucitec. 1984.

OLIVEIRA, F. O banquete e o sonho: ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1976 (Cadernos de Debate 3).

PROSPECTO Arquetando Búzios: a resposta depende de todos, 2005.

RAIZ SAVAGET COMUNICAÇÃO. “Resgate da Festa de Santa Anna da Armação dos Búzios”. [s.l.], dez. 2001. 1 Vídeo cassete.

REVISTA VEJA RIO. Edições: 28/12/2005 e 11/01/2006.

REDAÇÕES obtidas do concurso “A cidade que queremos”.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O desenvolvimento local e a arte de “resolver a vida”. In: ADDOR, Felipe; LIANZA, Sidney (Org). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. (Sociedade e Solidariedade).

_____. O espetáculo urbano no Rio de Janeiro: comunicação e promoção cultural. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, Ano 9, n. 1/4, p. 55-64, jan./dez. 1995.

_____. O território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: FORMAS em crise: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005.

_____. Outros territórios, outros mapas. Revista Del Observatório Social de América Latina (OSAL), Buenos Aires, Ano 6, n. 16, jan./abr. de 2005 (Clacso, Buenos Aires).

_____. Rio- MetrÓpole: a produção social da imagem urbana. 1988. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo - USP, 1988.

RIBEIRO, Ana Clara Torres e SILVA, C. A. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In Ribeiro, Ana Clara Torres (Org.) El rostro urbano de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p.347-371.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de contas. Secretaria Geral de Planejamento. Estudo socioeconômico 2004. Armação dos Búzios, out. 2004.

ROSSI, A. A arquitetura da cidade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Argos, 2003.

_____. Curitiba imagem e mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica. 189 p.1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp., 2004.

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Metamorfoses do Espaço Habitado, São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, E. L. A defesa tem a palavra: o caso Doca Street e algumas lembranças. Rio de Janeiro: Aide Editora e Comércio de Livros, 1980.

SOUZA, M. L. de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

URRY, John. O Olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3. ed. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Déak, C; Schiffer, S. R. (Org.) O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: FUPAM/EDUSP,1999.

ZUKIN, Sharon. Aprendendo com Disney World. Espaço & Debates, v. 23, n 43-44, p. 11-27, jan./dez. 2003.

ANEXO

01- Listagem das associações e agremiações presentes em consultas, audiências, encontros e eventos, em geral chamados de participação popular do *Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios*. Ao todo, foram 65 ocasiões deste tipo.

Associação de Moradores do Canto Esquerdo de Geribá; Associação de Moradores e Amigos da Praia de Tucuns; Associação de Moradores do Cruzeiro; Associação dos Moradores da Baía Formosa; Associação dos Moradores da Marina; Associação de Moradores de Vila Verde; Associação de Moradores do Alto da Rasa; Associação de Moradores da Rasa; Associação dos Moradores de São José; Associação dos Moradores de Cem Braças; Associação de Moradores de Manguinhos e Enseada do Gancho; Associação de Moradores da Armação, João Fernandes e Brava; Associação de Moradores e Amigos da Praia dos Ossos; Associação de Moradores de José Gonçalves; Associação de Moradores de Vila Caranga; Associação de Moradores da Brava; Associação dos Moradores e Amigos do Loteamento Praia Baía Formosa; Associação dos Moradores e Amigos de Geribá; Associação dos Moradores e Amigos da Rua Alfredo Silva e Adjacentes; Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Armação dos Búzios; Associação de Pequenos Produtores Rurais de José Gonçalves; Associação Protetora dos Animais São Francisco de Assis de Armação dos Búzios; AMA Sítios da Amizade; Associação dos Quiosques da Praia de Geribá; Associação dos Músicos e Compositores de Búzios; ASENAB - Associação de Esportes Náuticos de Armação dos Búzios; Associação Beneficente de Mulheres de Búzios; Associação de Mulheres da Rasa e Adjacências; ASFAB - Associação Servidores e Funcionários do Município de Armação dos Búzios; Associação dos Trabalhadores Desempregados de Búzios; COEDUC - Associação Pró Educação, Cultura, Lazer e Trabalho; Associação de Pescadores de Manguinhos; Colônia dos Pescadores Z-23 Búzios; Associação dos Artesãos da Feirarte de Búzios; Associação dos Táxis Marítimos; ACB - Associação Comercial de Búzios; Associação Amigos das Lagoas de Búzios; Associação de Pais e Mestres da Escola Nicomedes; Associação Civil Instituto Bárbara Wright; Associação Apoio Escola Estadual João Oliveira Botas; Associação da Igreja Metodista 1º Região Eclesiástica; Associação das Pousadas de Búzios; Associação Pró Vida de Búzios; Associação de Arte e Cultura de Búzios; Associação da Feirinha do Centro; Associação de Hotéis de Búzios; Movimento Viva Búzios; IAB-Búzios - Instituto de Arquitetos do Brasil; Núcleo Ecológico de José Gonçalves; Grêmio Social, Cultural e Carnavalesco Unidos do Cruzeiro; União Contra as Drogas; Associação Cultural de Capoeira Meia Lua de Búzios; Associação SURF; Associação Vôo Livre; Comitê de Defesa do Consumidor; APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; APAB - Associação dos Pastores; Associação de Jovens Cristãos; Associação de Familiares, Amigos e Usuários da Saúde Mental do Município de Armação dos Búzios; Cooperbúzios; ENARQ - Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Búzios; Associação de Jovens de Búzios; Associação de Turismo de Búzios; Rotary Club de Búzios; Fundação Bem Te Vi.